

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

TESE DE DOUTORADO

PROCESSOS DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA:
***ECOLOGIA DE PROJETOS* - UMA ABORDAGEM PRAGMÁTICA,**
SISTÊMICA E TERRITORIAL NA REGIÃO SERRANA
FLUMINENSE

JULIANO LUÍS PALM

2021



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - ICHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE - CPDA**

**Processos de transição agroecológica: *ecologia de projetos* - uma abordagem
pragmática, sistêmica e territorial na Região Serrana Fluminense**

JULIANO LUÍS PALM

Sob a Orientação da Professora

Dra. Claudia Job Schmitt

Sob a Coorientação da Professora

Dra. Claire Lamine

Tese de doutorado apresentada como
requisito parcial para obtenção do
grau de Doutor em Ciências Sociais
no Programa de Pós-Graduação de
Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade.

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2021

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P171p Palm, Juliano Luís , 1985-
Processos de transição agroecológica: ecologia de
projetos - uma abordagem pragmática, sistêmica e
territorial na Região Serrana Fluminense / Juliano
Luís Palm. - Rio de Janeiro, 2021.
285 f.: il.

Orientadora: Claudia Job Schmitt.
Coorientadora: Claire Lamine.
Tese (Doutorado). -- Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de Ciências
Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade,
2021.

1. Transição agroecológica. 2. Sistemas agri
alimentares territoriais. 3. Sociologia pragmática.
4. Ambientalização. 5. Agroecologia. I. Schmitt,
Claudia Job, 1965-, orient. II. Lamine, Claire, 1970
, coorient. III Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. IV.
Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)

JULIANO LUÍS PALM

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais.

Tese aprovada em 19/02/2021.

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Prof.^a Dr.^a CLAUDIA JOB SCHMITT (CPDA/UFRRJ)
(Orientadora)

Prof.^a Dr.^a CLAIRE LAMINE (INRAE)
(Coorientadora)

Prof.^a Dr.^a ANNELEISE CAETANO FRAGA FERNANDEZ (UFRRJ)

Prof.^a Dr.^a MARIA JOSE TEIXEIRA CARNEIRO (CPDA/UFRRJ)

Prof. Dr. MARCELO FIRPO DE SOUZA PORTO (FIOCRUZ)

Prof. Dr. PAULO ANDRÉ NIEDERLE (UFRGS)

Ao meu filho, Francisco Daniel, que foi gestado e viveu seus primeiros meses com o parir da tese em sua versão final. À minha esposa, Laura, cujo carinho e companheirismo foram fundamentais nesta trajetória. Também dedico este trabalho aos meus pais Waldemar e Marlene, meu irmão Luciano e aos meus avós Edgar e Bernadete, que me ensinaram ser e estar no mundo de um modo campesino. Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a minha orientadora Claudia Job Schmitt pela oportunidade de convívio ao longo destes anos. Muito obrigado por ter compartilhado minha trajetória acadêmica no CPDA, fornecendo inúmeras oportunidades de pesquisa e aprendizado. Foi de suma importância para minha formação como profissional e pessoa, poder contar com seu apoio e compreensão, como também generosidade e sabedoria.

Da mesma forma, agradeço a coorientadora da tese Claire Lamine, que solicitamente aceitou supervisionar o estágio de doutorado sanduíche realizado na França e acompanhar o desenvolvimento do trabalho a partir daí. Muito obrigado Claire pela receptividade e carinho ao longo do período que passei em Ardèche, como também pela discussão atenta do trabalho e oportunidade de interagir com outras pesquisas. Aproveito para agradecer a receptividade de todos(as) no Institut Olivier de Serres.

Este trabalho também é fruto de um conjunto de relações afetuosas e de trabalho com pessoas com quem tive oportunidade de interagir desde 2012 em São Pedro da Serra. Meu muito obrigado aos parceiros(as): Lia Caldas, Reinaldo Queiroz, Maria José Carneiro (Zezé), Marcos Cunha e Claudemar Mattos, pela oportunidade de celebrar a vida e trabalhar juntos.

Gostaria de agradecer à toda a equipe do projeto de extensão rural ATER Serrana, com os quais tive a oportunidade de compartilhar angústias e refletir sobre a complexidade de se desenvolver um trabalho cooperativista de comunicação agroecológica. Muito obrigado Nathalia, Gabriela, Alexandre (Alê), Victor e Cris. Agradeço especialmente a Luciane Barbé, pela oportunidade de conviver intensamente este processo compartilhando a coordenação do projeto entre 2014 e 2016.

Muito obrigado aos colegas de mestrado e doutorado do CPDA, que foram de fundamental importância nesta trajetória. Da mesma forma, agradeço a todos(as) professores do programa, pela oportunidade de conviver e aprender.

Gostaria de registrar meu agradecimento à compreensão e apoio dos parceiros(as) do Núcleo Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde (Neepe/ENSP/Fiocruz), seu coordenador Marcelo Firpo, Marina Fasanello, Diogo Rocha e Ana Paula Cavalcanti. Muito obrigado por acompanharem pacientemente o processo de elaboração da tese a partir de 2019, me liberando em vários momentos de outras atividades do Núcleo.

Um agradecimento muito especial a todas e todos agricultores(as) da Região Serrana Fluminense com quem tive a oportunidade de interagir e aprender nestes últimos

anos. Muito obrigado, especialmente, à todos(as) com quem tive a oportunidade de interagir no âmbito da Regional Serrana da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro.

Também quero registrar aqui minha imensa gratidão a todos(as) entrevistados na realização deste trabalho. Muito obrigado por compartilharem suas trajetórias de vida e dedicaram seu tempo e atenção.

Agradeço a minha família, de sangue e estendida, sem a qual este trabalho não teria sido possível. Ao amor de minha vida, Laura, ao nosso filhinho, Francisco, aos meus pais Marlene e Wlademar, ao meu irmão Luciano, aos meus avós Edgar, Bernadete, João (in memorian) e Celita (in memorian), e a Maria José Pacífico. Aos amigos mais do que especiais: Victor, Mariana, Mônica, Vinícius, Bruno, Matheus, Stella, Lene, Thainara, Cléia e Cacá.

Por fim, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela oportunidade de financiamento desta pesquisa e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento do estágio de doutorado sanduíche na França. Com este agradecimento também gostaria de reafirmar minha defesa inegociável da universidade pública, autônoma e gratuita.

RESUMO

Ancorado em pesquisa com base empírica na Região Serrana Fluminense, especialmente nos municípios de Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis, o estudo busca analisar a diversidade de projetos de ambientalização da agricultura em curso nesse território, examinando seus desdobramentos ao longo do tempo e suas contribuições na promoção de processos de transição agroecológica. Em termos teórico-metodológicos, a tese se propõe a enfrentar os desafios que emergem a partir do diálogo estabelecido entre uma abordagem sistêmica, que busca pensar a transformação dos sistemas produtivos sob um enfoque multidimensional e uma perspectiva pragmática, que toma como foco os atores, seus contextos, interações e experiências. Utilizando-se da noção de *sistemas agri-alimentares territoriais*, a pesquisa apresenta uma leitura longitudinal da configuração que se tornou predominante nesta porção do espaço agrário fluminense, bem como das iniciativas socioprodutivas que buscaram, em diferentes momentos no tempo, se contrapor às formas de organização da agricultura implantadas na região. O caminho percorrido por essas experiências na crítica à chamada agricultura convencional é analisado considerando tanto os projetos individuais e familiares, como a trajetória das organizações sociais. Lançando mão da noção de *ecologia de projetos*, a investigação procurou compreender como as diferentes iniciativas de ambientalização da agricultura se desdobram no tempo e no espaço, no esforço por ampliar suas margens de manobra nesses processos de transição agroecológica territorialmente situados. Mobilizando abordagens teóricas oriundas do campo da geografia, que buscam pensar os territórios sob uma perspectiva relacional, o trabalho procurou identificar, ao mesmo tempo, as contenções que estas formas dominantes de organização da agricultura e do *sistema agri-alimentar* impõem aos processos de transição agroecológica, condicionando a atuação tanto dos indivíduos como das organizações. Especial atenção foi dedicada, também, às interações estabelecidas entre instrumentos de intervenção governamental e as configurações assumidas pelo *sistema agri-alimentar territorial*. Observa-se, de um lado, a presença de programas e ações públicas que acabam reproduzindo, em sua implantação, os modos de organização característicos da chamada agricultura convencional, como também a emergência de iniciativas governamentais, desenvolvidas, muitas vezes, em parceria com organizações da sociedade civil, que buscam promover processos de ambientalização da agricultura compreendidas, aqui, como projetos institucionais. A metodologia adotada no desenvolvimento dessa pesquisa envolveu análise documental, entrevistas semiestruturadas voltadas à reconstituição das trajetórias tanto de indivíduos como de organizações e observação participante. É possível constatar, no decorrer dessa trajetória, a vitalidade do tecido vivo de relações constitutivo dessas experiências, com um aumento nas últimas décadas do número de produtores orgânicos, uma crescente inserção desses agricultores em diferentes mercados, bem como uma coexistência entre distintos projetos de transição e modalidades de crítica à agricultura convencional. Percebemos que duas propostas ou projetos foram ganhando maior expressão nos últimos anos: a construção de mercados em articulação aos processos de certificação participativa em agricultura orgânica e a promoção de práticas e tecnologias sustentáveis entre agricultores familiares predominantemente articulados a produção de hortaliças em sistema convencional.

Palavras-chave: transição agroecológica, sistemas agri-alimentares territoriais, sociologia pragmática, ambientalização, agroecologia.

ABSTRACT

Anchored in empirically based research in the Região Serrana of Rio de Janeiro, especially in the municipalities of Nova Friburgo, Teresópolis and Petrópolis, the study seeks to analyze the diversity of agricultural environmentalization projects underway in that territory, examining their developments over time and their contributions to the promotion of agroecological transition processes. In theoretical-methodological terms, the thesis proposes to face the challenges that emerge from the dialogue established between a systemic approach, which seeks to think about the transformation of productive systems from a multidimensional perspective and a pragmatic reading, which focuses on the actors, their contexts, interactions and experiences. Using the notion of territorial agri-food systems, the research presents a longitudinal reading of the configuration that has become predominant in this portion of the agrarian space in Rio de Janeiro, as well as the socio-productive initiatives that sought, at different points in time, to oppose the forms of agricultural organization implemented in the region. The path taken by these experiences in criticizing the so-called conventional agriculture is analyzed considering both individual and family projects, as well as the trajectory of social organizations. Using the idea of an *ecology of projects*, the investigation sought to understand how the different initiatives for the environmentalization of agriculture unfold in time and space, in the effort to increase their room for maneuver in these territorially situated agroecological transition processes. Mobilizing theoretical approaches developed in the field of geography, that seek to think territories from a relational perspective, the work sought to identify, at the same time, the “restraints” that the dominant forms of organization of agriculture and the agri-food system impose on agroecological transition processes, conditioning the performance of both individuals and organizations. Special attention was also paid to the interactions established between government intervention instruments and the configurations assumed by the territorial agri-food system. It is observed, on the one hand, the presence of public programs and actions that end up reproducing, in their implementation, the modes of organization characteristic of the so-called conventional agriculture, as well as the emergence of government initiatives, often developed in partnership with civil society organizations, seeking to promote agricultural environmentalization processes, understood here as institutional projects. The methodology adopted in the development of this research involved document analysis, semi-structured interviews aimed at reconstituting the trajectories of both individuals and organizations and participant observation. It is possible to observe, in the course of this trajectory, the vitality of the living fabric of relations that constitute these experiences, with an increase in the past few decades in the number of organic producers, a growing insertion of these farmers in different markets, as well as the coexistence between different transition projects and modalities of criticism of conventional agriculture. We verified that two proposals or projects have gained greater expression in the recent years: the construction of markets with participatory certification processes in organic agriculture and the promotion of sustainable practices and technologies among family farmers predominantly articulated with the production of vegetables in a conventional system.

Key-words: agroecological transition, territorial agri-food systems, pragmatic sociology, environmentalization, agroecology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dimensões que interagem nos sistemas agri-alimentares.....	27
Figura 2 - Localização dos municípios em que a pesquisa foi realizada e da capital do Estado do Rio de Janeiro.	32
Figura 3 – Mapa com áreas com produção em sistema convencional.....	117
Figura 4 - Comunidade rural Baixada de Salinas - Terceiro Distrito de Nova Friburgo	119
Figura 5 - Comunidade rural Lúcius/Bonsucesso – Teresópolis.....	119
Figura 6 - Comunidade rural Vieira – Teresópolis-RJ	120
Figura 7 - Comunidade de São Lourenço – Terceiro Distrito de Nova Friburgo.....	121
Figura 8 - Comunidade rural de Sebastiana – Teresópolis.....	122
Figura 9 - Experiências socioprodutivas em agricultura de base ecológica na comunidade rural do Brejal entre 1979 e 1998.....	134
Figura 10 - Experiências socioprodutivas em agricultura de base ecológica que emergiram na Região Serrana Fluminense entre 1979 e 1995.	140
Figura 11 - Experiências socioprodutivas em agricultura orgânica em Petrópolis em 2010.	152
Figura 12 - Unidade de produção orgânica na localidade de Cachoeirinha, comunidade do Brejal – Petrópolis.	153
Figura 13 - Unidade de produção orgânica na localidade de Cachoeirinha, comunidade do Brejal – Petrópolis.	154
Figura 14 - Unidade de produção orgânicas na localidade do Grotão, comunidade do Brejal - Petrópolis.....	154
Figura 15 - Localidade do Grotão, comunidade do Brejal – Petrópolis.....	155
Figura 16 - Experiências socioprodutivas em agricultura orgânica na Região Serrana Fluminense em 2010.....	158
Figura 17 - Experiências socioprodutivas em agricultura de base ecológica e áreas com produção em sistema convencional em Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis.....	164
Figura 18 - Contenções à transição, unidade produtiva da família Gallo.....	165
Figura 19 - Contenções à transição, unidade produtiva da família Gallo.....	166
Figura 20 - Produção de insumos biológicos família Gallo.	167
Figura 21 - Imagem XX - Experiência socioprodutiva sem uso de agrotóxicos e adubos industrializados, realizada por agricultor familiar da comunidade rural de Vieira, Teresópolis.	168
Figura 22 - Produtos Sítio Cultivar, Sítio do Moinho e Vale das Palmeiras.	188
Figura 23 - Mapa com localização das feiras do CCFO na cidade do Rio de Janeiro.	199
Figura 24 - Comunidades rurais em que o Programa Rio Rural foi operacionalizado em Petrópolis, Teresópolis e Friburgo	239

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Ano de conclusão das teses relacionadas aos termos agricultura orgânica; agroecologia e transição agroecológica.....	53
Gráfico 2 – Unidade da Federação em que pesquisas empíricas foram realizadas.	55
Gráfico 3 – Universidades em que as teses foram produzidas.	55
Gráfico 4 - Origem dos atores envolvidos com experiências socioprodutivas em agricultura orgânica no município de Petrópolis.	151
Gráfico 5 – Origem produtores orgânicos Teresópolis.	159
Gráfico 6 – Origem produtores orgânicos Nova Friburgo.	159
Gráfico 7 - Canais de comercialização acessados por produtores orgânicos de Petrópolis.	194
Gráfico 8 - Canais de comercialização acessados por produtores orgânicos de Nova Friburgo.	195
Gráfico 9 - Canais de comercialização acessados por produtores orgânicos de Teresópolis.	202
Gráfico 10 - Experiências socioprodutivas em agricultura de base ecológica e sua articulação a circuitos de comercialização.	206

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de estabelecimentos agrícolas por área em hectares (ha).	97
Tabela 2 - Agricultores que experimentarem práticas “agroecológicas” e “ambientais” do Rio Rural na Região Serrana	237
Tabela 3 - agricultores da Região Serrana que utilizaram recursos para implementar alguma “prática agroecológica” do Rio Rural	238

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

- AARJ - Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro
- AAT - Associação Agroecológica de Teresópolis
- ABA - Associação Brasileira de Agroecologia
- ABCAR - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
- ABIO - Associação de Agricultores Biológicos do Rio de Janeiro
- ACAR - Associação de Crédito e Assistência Rural
- ANA - Articulação Nacional de Agroecologia
- APP - Área de Proteção Ambiental
- AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
- ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
- CADEG - Mercado Municipal do Rio de Janeiro
- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CBH - Comitê de Bacias Hidrográficas
- CCFO - Circuito Carioca de Feiras Orgânicas
- CDMRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
- CEASA - Centrais Estaduais de Abastecimento
- CEDRO - Cooperativa de Trabalho, Consultoria, Projetos e Serviços em Sustentabilidade
- CNPO - Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos
- COBAL - Companhia Brasileira de Alimentos
- COFECUB - Comité Français d'Évaluation de la Coopération Universitaire avec le Brésil
- CONDRAF - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
- CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- Coonatura - Cooperativa Mista de Produtores e Consumidores de Ideias, Produtos e Soluções Naturais
- EBAA - Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa
- EHESS - École des Hautes Études en Sciences Sociales
- EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

ENSP - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

ETA - Escritório Técnico de Agricultura

ETUDE - Enlarging the Understanding of rural Development in Europe

FETRAF - Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

GAE - Grupo de Agricultura Ecológica

GAO - Grupo de Agricultura Orgânica

GT – Grupo de Trabalho

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFOAM - Federação Internacional dos Movimentos da Agricultura Orgânica

INRA - Institut National de la Recherche Agronomique

INT - Instituto Nacional de Tecnologia

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

NPTA - Núcleo de Pesquisa e Treinamento para Agricultores da Embrapa

OCS - Organizações de Controle Social

ONG – Organização Não Governamental

OPAC - Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PDSE - Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior

PMN - Perspectiva Multinível

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAPO - Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

POA - Perspectiva Orientada aos Atores

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PTA – Projeto Tecnologias Alternativas

RMRJ - Região Metropolitana do Rio de Janeiro

SDT/MDA - Secretária de Desenvolvimento Territorial

SINDAF - Sindicato dos Agricultores Familiares de Nova Friburgo

SISOrg - Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

SPG - Sistemas Participativos de Garantia

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

CONVENÇÕES

Os trechos em itálico remetem a falas de entrevistados na pesquisa, termos utilizados cotidianamente entre agricultores da Região Serrana Fluminense e algum termo proposto pelo estudo. As aspas duplas indicam noções e conceitos criados por autores consultados, como também citações de trechos de entrevistas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 - TRANSIÇÕES AGROECOLÓGICAS EM DEBATE: POR UMA ABORDAGEM PRAGMÁTICA, SISTÊMICA E TERRITORIAL.....	38
Introdução	38
1.1 – Transições agroecológicas: diferentes lentes de análise	39
1.2 – <i>Transição agroecológica, agroecologia e agricultura orgânica</i> em teses de doutorado no Brasil	51
1.3 – <i>Ecologia de projetos: por uma leitura pragmática das transições agroecológicas territorialmente situadas</i>	65
Observações finais do capítulo.....	79
2 - MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: RELAÇÕES DE CAPTURA, REDES DE INTERDEPENDÊNCIA E SISTEMAS DE PRESCRIÇÃO EM TORNO DA PRODUÇÃO ESPECIALIZADA DE HORTALIÇAS EM SISTEMA CONVENCIONAL NA REGIÃO SERRANA FLUMIENSE.....	80
Introdução	80
2.1 – Transformações no <i>sistema agri-alimentar territorial</i> e a especialização na produção de hortaliças em sistema convencional na Região Serrana Fluminense	85
2.2 – Transformações socioprodutivas: agricultura familiar especializada na produção de hortaliças em sistema convencional na Região Serrana Fluminense	94
2.3 – Circuitos de comercialização: redes de interdependência e sistemas de prescrição.....	106
2.4 – Especialização na produção de hortaliças em sistema convencional: configurações territoriais e “contenções” aos processos de transição	116
Observações finais do capítulo.....	123
3 - TRAJETÓRIAS DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA TERRITORIALMENTE SITUADAS: UM OLHAR A PARTIR DOS ATORES ENVOLVIDOS COM EXPERIÊNCIAS SOCIOPRODUTIVAS NA REGIÃO SERRANA FLUMINENSE	125
Introdução	125
3.1 – Atores urbanos e a emergência das experiências pioneiras	127
3.2 – O <i>Movimento por uma agricultura sem veneno</i> e a disseminação de uma <i>agricultura natural</i> entre agricultores do Brejal	130
3.3 A difícil disseminação de uma <i>agricultura alternativa</i> em comunidades rurais de Nova Friburgo e Teresópolis.....	135
3.4 – Institucionalização da agricultura orgânica e arranjos de certificação....	141

3.5 – A emergência de iniciativas de cunho <i>empresarial</i>	145
3.6 – Petrópolis: capital estadual da agricultura orgânica.....	149
3.7 – “Contenções” a expansão da agricultura orgânica em comunidades rurais de Nova Friburgo e Teresópolis.....	156
Observações finais do capítulo.....	169
4 - FORTALECENDO PROCESSOS DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: UMA ECOLOGIA DE PROJETOS COLETIVOS	172
Introdução	172
4.1 – Coonatura: cooperativismo entre consumidores e produtores de <i>alimentos naturais</i>	173
4.2 – ABIO: produtores biológicos e a estratégia de <i>forçar uma transformação</i> com a construção de arranjos alternativos de comercialização	179
4.3 – Associações, empresas e a estratégia de disseminar a agricultura orgânica a partir de novos arranjos de comercialização	183
4.4 – ABIO: certificação participativa e Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO)	190
4.5 – Associação Agroecológica de Teresópolis: agroecologia e economia solidária em um arranjo de comercialização direta local	200
Observações finais do capítulo.....	205
5 - POLÍTICAS PÚBLICAS E TRANSIÇÕES AGROECOLÓGICAS A ESCALA DOS SISTEMAS AGRI-ALIMENTARES TERRITORIAIS	210
Introdução	210
5.1 - Políticas públicas e a agricultura especializada na produção de hortaliças em sistema convencional	213
5.2 - Políticas públicas e experiências em agricultura de base ecológica	222
5.3 - Institucionalização da agricultura orgânica	227
5.4 – Políticas públicas e promoção de práticas produtivas sustentáveis entre agricultores familiares especializados na produção de hortaliças em sistema convencional	231
5.5 – Contradições entre políticas públicas e processos de transição agroecológica	243
Observações finais do capítulo.....	247
CONSIDERAÇÕES FINAIS	251
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	258

INTRODUÇÃO

O presente trabalho insere-se em um contexto mais amplo de debates sobre os processos de transição agroecológica, buscando estabelecer interfaces com o conjunto de pesquisadores(as) que têm refletido acerca de sua complexidade, envolvendo múltiplas dimensões, escalaridades, territorialidades e institucionalidades. Em termos teórico-metodológicos, a pesquisa se propõe a encarar desafios que emergem da tentativa de articular uma abordagem sistêmica e pragmática no estudo destes processos. Em interface com a perspectiva dos *sistemas agri-alimentares territoriais*¹, buscamos operar uma leitura de cunho histórico em relação às transformações destes sistemas, em que propomos a noção de *ecologia de projetos* para melhor compreender como diferentes iniciativas de ambientalização da agricultura vão se desdobrando e inscrevendo margens de manobra aos processos de transição agroecológica territorialmente situados. A partir do diálogo com formulações da geografia que procuram pensar o território de maneira relacional, focando nas relações de força e poder que historicamente vão conformando esses espaços a partir de processos de *des/re/territorialização*², a pesquisa busca, ainda, aprofundar o exame das “contenções” enfrentadas nestes processos de mudança social e ecológica. Estas reflexões estão ancoradas em um estudo com base empírica na Região Serrana Fluminense, especialmente nos municípios de Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis.

As origens desta proposta de pesquisa remontam ao trabalho como extensionista rural em municípios nesta região, entre os anos de 2014 e 2016. Ao longo deste período buscamos desenvolver, com base em um enfoque agroecológico³, um trabalho de assistência técnica e extensão rural (ATER), envolvendo famílias de agricultores de Nova Friburgo, Teresópolis, Petrópolis e Paty do Alferes⁴.

¹ A abordagem dos *sistemas agri-alimentares territoriais* foi desenvolvida na Europa, sobretudo na França (Lamine, 2012).

² Esta geografia crítica remete, essencialmente, ao conjunto de pesquisadores vinculados aos estudos iniciados na geografia brasileira a partir dos trabalhos de Milton Santos.

³ Importante salientar, neste sentido, que o projeto era vinculado a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), criada em 2004, em que “a palavra Agroecologia aparece pela primeira vez em uma política pública nacional como orientação para a ação dos extensionistas brasileiros” (Caporal e Petersen, 2012: 70). O projeto, intitulado “ATER para Promoção da Agricultura Familiar Sustentável – Municípios da Região Serrana Fluminense”, foi contratado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e executado pela Cooperativa de Trabalho, Consultoria, Projetos e Serviços em Sustentabilidade (Cooperativa CEDRO).

⁴ As ações de ATER desenvolvidas na região nesse período envolveram uma equipe multidisciplinar de 12 técnicos.

As dificuldades vivenciadas pela equipe ao longo deste período, em que se explicitaram diversos entraves na promoção de processos de transição agroecológica, instigaram um conjunto de questionamentos. Ao mesmo tempo em que este espaço concentra um significativo e crescente número de agricultores familiares especializados na produção de hortaliças em sistema convencional⁵, também foi onde emergiram algumas experiências pioneiras de transição agroecológica que apresentavam, no entanto, expressivas diferenças no que diz respeito ao seu adensamento ao longo do tempo. Nas últimas décadas as iniciativas que emergiram nesta região também foram se configurando em importantes expressões dos avanços a partir da certificação participativa em agricultura orgânica, enraizando-se em contextos específicos, essencialmente em áreas relativamente marginais aquelas ocupadas pela agricultura convencional em seu processo de territorialização. Também observávamos no cotidiano de nossa atuação junto aos agricultores(as) que os serviços de ATER conseguiram avançar, em maior ou menor medida, na disseminação de práticas e tecnologias ambientalmente mais sustentáveis, mas também se explicitavam significativos entraves para promover processos de transição agroecológica mais efetivos, em que a necessidade de articular ações em diferentes dimensões sistêmicas, para além da produção, foi se tornando bastante clara⁶. De que forma experiências de transição foram ganhando maior expressão em algumas áreas e em outras pareciam esbarrar em um número enorme de dificuldades, parecendo ser quase impossíveis? Quais as possibilidades e estratégias que poderiam ajudar a disseminá-las? As vivências e interrogações que foram se acumulando ao longo destes anos de trabalho como extensionista rural embasaram, em grande medida, a proposta de pesquisa apresentada na seleção de doutorado no CPDA.

Em fevereiro de 2016 me desliguei da equipe técnica do projeto de ATER para iniciar as atividades de doutorado. A minha proposta original de pesquisa era analisar os processos de implementação da Política Nacional de ATER (PNATER), particularmente das interações estabelecidas entre agentes de extensão rural e os agricultores em

⁵ Consideramos como convencional o modo de organização que se tornou hegemônico com o processo de modernização da agricultura no recorte espacial analisado, marcado pelo uso intensivo de insumos químico-sintéticos e constantes elevações escalares em cultivos específicos. Ressaltamos, no entanto, se tratar de uma definição que pode sofrer inflexões ao longo do tempo, tendo em vista que é relacional aos modelos “alternativos”. Reconhecemos, neste sentido, que atores vinculados a este modelo podem buscar incorporar, ao menos em parte, preocupações ambientais, exprimindo uma perspectiva de ambientalização que busca melhorar a eficiência técnica desses sistemas sem transformar de forma mais profunda as relações que sociais e ecológica envolvidas em sua estrutura.

⁶ Agricultores salientavam, por exemplo, que para poderem incorporar práticas ambientalmente mais sustentáveis era de fundamental importância poderem se articular a canais de comercialização alternativos aos construídos em torno da agricultura especializada na produção de hortaliças em sistema convencional.

diferentes territórios, pensados como um caminho para a análise dos processos de mudança social, tanto em termos das estratégias dos diferentes atores, como das restrições existentes nos diferentes contextos à operacionalização de uma “ATER agroecológica”. Buscava refletir, assim, acerca das estratégias colocadas em ação em recortes espaciais específicos e da capacidade desta política em promover e fortalecer processos de transição agroecológica.

No entanto, dois problemas estruturantes na proposta de pesquisa foram se tornando cada vez mais evidentes. Por um lado, tinha que apresentar um conjunto de justificativas para tomar uma política pública como foco de estudo, em uma proposta de análise que visava se distanciar das abordagens normativas muitas vezes adotadas na avaliação de políticas públicas, em que os resultados alcançados por um determinado instrumento de ação governamental são avaliados em função de um conjunto previamente estabelecido e institucionalmente determinado de objetivos. Por outro lado, a ênfase dada ao papel dos extensionistas nos processos de mudança social parecia limitar as possibilidades analíticas, podendo invisibilizar outros atores relevantes, sem vínculo direto com a PNATER.

Estas questões motivaram um repensar sobre os rumos da pesquisa, fortemente influenciado pela participação em diferentes espaços de discussão sobre políticas públicas e agroecologia, em que pude interagir com diversos atores envolvidos com estes processos. Começou a se esboçar, desta forma, uma proposta de pesquisa visando analisar o conjunto de processos de transição em andamento em um recorte territorial específico, a partir de diferentes perspectivas, examinando seus desdobramentos, especialmente no sentido de sua disseminação e ampliação de escala. Parecia ser possível, assim, refletir, sob esse ponto de vista, acerca dos efeitos de políticas públicas, especialmente em relação a sua capacidade de dinamizar estes processos de mudança sociotécnica, mas o papel da ação governamental passaria a ser observado em relação a um conjunto mais abrangente de dimensões e agentes.

Neste contexto, surgiu a possibilidade de realizar um estágio de doutorado sanduíche no exterior, a partir do edital 47/2017 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Nas constantes reuniões realizadas com a orientadora de doutorado, vínhamos refletindo acerca das questões que deveriam orientar a realização desta tese, a partir de leituras de trabalhos de pesquisadores(as) de diferentes países, prospectando, também, a possibilidade de complementar meus estudos de pós-graduação através um estágio de doutoramento no exterior, que considerávamos relevante

tanto para o aprimoramento do trabalho quanto de minha formação acadêmica de forma mais ampla.

Minha orientadora sugeriu avançarmos nos diálogos com a pesquisadora Dra Claire Lamine, diretora de pesquisa em sociologia do Institut National de la Recherche Agronomique (INRA), Unité d'Écodéveloppement, com sede em Avignon. Nos últimos anos as pesquisadoras já vinham mantendo uma série de contatos acadêmicos, que em 2017 culminaram na elaboração da proposta de convênio apresentada ao programa desenvolvido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pelo o Comité Français d'Évaluation de la Coopération Universitaire avec le Brésil (COFECUB), coordenado no Brasil por pesquisadores da Universidade Federal do Paraná (UFPR), e que contou com a participação de professores e doutorandos do CPDA como integrantes da equipe.

Entramos em contato com a Dra Claire Lamine para dialogar sobre a proposta de realização deste estágio através do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) da CAPES, sob sua supervisão. O pedido foi solicitadamente aceito e a estadia na França ocorreu entre novembro de 2018 e maio de 2019.

Esta experiência me permitiu aprofundar o diálogo com a abordagem dos *sistemas agri-alimentares territoriais*⁷, que parecia oferecer instigantes contribuições para refletir acerca das questões sobre as quais vínhamos nos debruçando. Merece destaque, neste sentido, a proposta de examinar de maneira diacrônica, sistêmica, pragmática e com base em um recorte territorial específico, os desdobramentos e efeitos dos processos de ambientalização⁸ na configuração destes sistemas. A abordagem busca contribuir, assim, com os debates acerca da natureza desses processos e das forças que os impulsionam ou dificultam, em seus desdobramentos em recortes territoriais específicos.

⁷ Noção proposta pela Dra Claire Lamine e que também está sendo mobilizada enquanto um dos conceitos centrais nesta tese de doutorado. Por meio da noção *agri-alimentar* busca-se salientar que estes sistemas são compostos pelos múltiplos atores inseridos na produção, transformação, distribuição e consumo, como também pelos setores de assistência técnica e extensão rural, pesquisa, organizações e movimentos da sociedade civil, políticas públicas e marcos regulatórios (fitossanitários, ambientais, relacionados à qualidade dos alimentos, entre outros). Esta noção visa incluir, assim, as dimensões sócio materiais constitutivas das diferentes redes, regulamentos e modos de ordenamento e coordenação a partir dos quais *sistemas agri-alimentares* são configurados. Desta forma, pretende-se incorporar ao escrutínio analítico a diversidade de conexões e contradições existentes entre os diferentes elos que compõem estes sistemas, como também as interdependências entre agricultura e alimentação em suas evoluções articuladas e conflitantes (Lamine, 2012; Lamine et al, 2016; Lamine, 2017).

⁸ Compreendemos que a ambientalização é parte de um processo histórico mais amplo, que envolve discursos, narrativas e modos de regulação acerca da questão ambiental. O uso desta noção, inspirada em Leite Lopes (2006) e Acselrad (2010), ao que tudo indica, pode contribuir com o esforço teórico metodológico que pretendemos desenvolver nesta pesquisa, conforme aprofundaremos no primeiro capítulo da tese.

A partir da noção de ambientalização buscamos explicitar a proposta de se incorporar ao escrutínio analítico a diversidade de processos nesta direção, desde aqueles mais contra tendentes, que envolvem críticas aos modos de organização da agricultura hegemônicos, aos mais convencionais, associados a um processo de modernização ecológica, que busca melhorar a eficiência técnica desses sistemas sem transformar de forma mais profunda as relações sociais e ecológicas envolvidas em sua estrutura. Neste sentido, no presente trabalho mobilizamos, em primeiro lugar, a ideia de ambientalização para nos referir a um conjunto heterogêneo de experiências que buscam, a partir de diferentes perspectivas, incorporar preocupações acerca da questão ambiental às práticas e concepções relativas à agricultura. Muitos agricultores continuaram a praticar formas de agricultura reconhecidas como tradicionais, sem incorporar o pacote tecnológico da modernização da agricultura, mesmo no período de auge deste processo. Nossa análise tem como foco, no entanto, as experiências que emergiram a partir do momento em que os impactos ambientais da agricultura modernizada passaram a se constituir em “problema público” (Cefai; Terzi, 2012), com atores recorrendo a retóricas de interesse geral e bem comum para referenciar para suas ações (Lamine, 2017).

No recorte espacial analisado, estas experiências foram sendo crescentemente enquadradas e certificadas como estando vinculadas à uma agricultura orgânica, sobretudo desde a primeira metade da década de 1990. Antes deste período, as ideias de agricultura natural, alternativa, biológica também eram mobilizadas pelos diferentes atores envolvidos na construção dessas iniciativas. A partir dos anos 2000 os dados⁹ referentes à agricultura orgânica podem ser tomados como indicativos em relação a essas iniciativas de produção de base ecológica na Região Serrana, por motivos que pretendemos esclarecer ao longo do trabalho. Além disso, outros processos de ambientalização da agricultura passaram a se expressar no período mais recente, em que merecem destaque ações desencadeadas por instituições de pesquisa e agentes de ATER, buscando promover a disseminação de práticas e tecnologias ambientalmente sustentáveis entre agricultores envolvidos predominantemente na produção de hortaliças em sistema convencional.

Além disso, a presente pesquisa também se inspira na ideia de transição agroecológica. Consideramos esta noção como de fundamental importância na incorporação de um enfoque sistêmico à análise desses processos de transformação social

⁹Dados do Cadastro Nacional de Agricultura Orgânica, organizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

e ecológica, considerando as múltiplas dimensões e a complexidade de fatores envolvidos nessas trajetórias de mudança. Para além da potencialidade desta noção como referencial de ação, entendemos que a mesma pode se constituir como um instrumento de análise, capaz de gerar questões e hipóteses de pesquisa (Schmitt, 2009). Neste sentido, a pesquisa busca exercitar uma compreensão da transição como uma construção sócio-histórica, que envolve processos multidimensionais e não lineares de incorporação de princípios ecológicos ao manejo dos agroecossistemas, potencializando interações entre atores, recursos e atividades territorialmente situados.

A noção de transição agroecológica também nos instiga a incorporar outras preocupações não diretamente vinculadas aos processos ecológicos, tendo em vista sua relação com o enfoque da agroecologia. Em torno do movimento agroecológico brasileiro se articula um amplo leque de atores engajados em “lutas por justiça social e ambiental, pela integridade ecológica dos biomas, pela saúde coletiva, pela economia social e solidária, pela igualdade entre homens e mulheres, contra o racismo e a LGBT+fobia e por relações mais equilibradas entre o mundo rural e as cidades” (Petersen e Monteiro, 2020: s/p). A agroecologia pode ser compreendida, neste sentido, como expressão das “lutas por justiça ambiental” que buscam articular “o enfrentamento simultâneo de desigualdades sociais e ambientais”, como também por justiça cognitiva (Porto, 2019: 4453). O enfoque da agroecologia chama atenção, assim, para problemáticas relacionadas à construção de relações social e economicamente mais justas entre diferentes agentes que interagem no âmbito dos *sistemas agri-alimentares*, como também preocupações relacionadas às relações de gênero e à importância de uma ecologia de saberes capaz de colocar em prática princípios de justiça cognitiva como parâmetros norteadores das relações entre estes atores.

Como podemos observar, o movimento agroecológico aponta para a necessidade de transformações antissistêmicas bastante profundas, mas ao analisar estes processos na escala dos territórios percebemos iniciativas de mudança socialmente situadas que nem sempre incorporam este leque de questionamentos em toda sua amplitude. No entanto, entendemos que é a partir das experiências concretas nos territórios que se torna possível pensar em processos de mudança social e ecológica mais amplos. Não se trata, neste sentido, de pensar em uma espécie de tipo ideal de processos de transição, muito antes pelo contrário, ao destacar o enfoque da agroecologia visamos apenas reforçar a importância de se incorporar e estar atento a estas questões no desenvolvimento da pesquisa. Ou seja, buscar compreender como os atores analisados lidam com estas

questões em um mundo real, agindo em meio a um conjunto de restrições contextuais (Goodmann et al, 2012).

Além disso, a ideia de transição também parece contribuir para chamar atenção para o fato de que a disseminação e ampliação de escala dos processos de transição não se resumem a difusão horizontal das práticas agroecológicas entre agricultores (Schmitt, 2012). Apesar desta questão ser importante e necessária, o adensamento desses processos também coloca em jogo políticas de escala socialmente construídas, envolvendo instituições, sistemas de conhecimento e formas de organização dos mercados. Nesta perspectiva, conceber disseminação e ampliação de escala apenas como um movimento linear de disseminação de tecnologias, com envolvimento de um número maior de agricultores na sua utilização em um dado espaço, seria desconsiderar a complexidade envolvida nos processos de transição, como buscamos refletir ao longo do trabalho.

Importante salientar que nossa pesquisa, inscrita nos marcos da sociologia, busca contribuir com a análise dos processos de transição agroecológica a partir de ferramentas deste campo do conhecimento, não aprofundando, por exemplo, o exame acerca das dimensões ecológicas associadas a estas transformações. Apesar de reconhecer que estes processos de mudança sociotécnica se desdobram por meio de interações sociomateriais múltiplas, com distintos graus de sustentabilidade, e que isto reforça a importância de pesquisas multi e transdisciplinares, este trabalho de doutorado utiliza ferramentas de análise vinculadas, sobretudo, às ciências sociais.

No contexto brasileiro podemos observar uma expressiva expansão dos processos de transição agroecológica nas últimas décadas. As discussões e experiências pioneiras nesta direção passaram a ganhar maior expressão no país a partir de fins da década de 1970. Ao longo dos anos 1980 foram emergindo processos de articulação entre iniciativas dinamizadas em diferentes regiões do país, fazendo com que os debates em relação a então chamada *agricultura alternativa* passassem a ganhar maior visibilidade e organicidade. Merecem destaque, neste sentido, a organização dos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAA) e a estruturação de uma rede de organizações e iniciativas em torno do Projeto Tecnologias Alternativas (Petersen e Almeida, 2006; Luzzi, 2007).

Ainda na primeira metade da década de 1990, como destaca Fonseca (2005), organismos certificadores nacionais e internacionais também começaram a demandar a criação de marcos regulatórios para a agricultura orgânica no Brasil. A profunda reestruturação institucional impulsionada pelo reconhecimento pelos agentes públicos da

agricultura orgânica também influenciou, ao que tudo indica, o crescimento e reconhecimento de um amplo conjunto de iniciativas socialmente situadas de produção de base ecológica e de organização social em torno desse tema, desenvolvidas no Brasil a partir de meados da década de 1990. A partir deste período, a agricultura orgânica no país passou a apresentar índices de expansão similares aos observados em diferentes países, em que, como apontam Niederle e Almeida (2013: 23), se revela como “um dos segmentos agroalimentares com maior expansão mundial, com taxas de crescimento anual entre 15 e 20%, enquanto o setor da indústria alimentar como um todo cresceu entre 4 e 5% nesse mesmo período”.

Como contabilizar a ampliação destas experiências e dos processos de mudança que dinamizam é algo extremamente complexo, dependendo das definições e enquadramentos utilizados. Partindo dos referenciais da agroecologia, por exemplo, podemos chegar a resultados bastante distintos dos encontrados em um recorte pela agricultura orgânica certificada.

A plataforma participativa virtual Agroecologia em Rede propõe mapear o alcance da agroecologia a partir de experiências com um conjunto de temas relacionados: agricultura urbana e periurbana; alimento, segurança e soberania alimentar; campesinato, povos, comunidades tradicionais e outros modos de vida; economia solidária e outras economias; juventudes; políticas públicas e fomento; terra, território e ancestralidade; agrotóxicos e transgênicos; arte, cultura e comunicação; construção social de mercados; educação e construção do conhecimento agroecológico; manejo dos agroecossistemas; práticas de cuidado em saúde e medicina tradicional; águas e saneamento; biodiversidade e bens comuns; cooperativismo e outros arranjos comunitários; impactos das grandes obras, empreendimentos e outras violências; mulheres e feminismos; resiliência socioecológica e mudanças ambientais. Atualmente estão cadastradas 3.784 fichas de experiências nestes diferentes temas.

Com base nos dados referentes à agricultura orgânica, Porto et al (2020: 04) constata “um crescimento de quase 1000% nos estabelecimentos certificados como orgânicos”, ao compararem os Censos Agropecuários realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2006 e 2017.

A partir desta mesma métrica, estudo realizado pelo Ipea aponta que no Brasil, apesar dos dados ainda manterem certa imprecisão, ocorreu um crescimento médio de 17% no número de produtores orgânicos entre 2010 e 2018, quando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) registrou mais de 17 mil produtores. O

estudo também destaca a projeção de faturamento do setor em 2018, que segundo o Conselho Nacional da Produção Orgânica e Sustentável (Organis) foi de R\$ 4 bilhões (Lima et al, 2020).

Em pesquisa com base no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO/MAPA), pesquisadores da unidade Embrapa Territorial observaram uma taxa de crescimento anual de 14,5% nos estabelecimentos certificados como orgânicos no Brasil entre 2014 e 2017 (Vilela et al, 2019). Esta pesquisa também salienta, no entanto, que os estabelecimentos agropecuários registrados como orgânicos no país perfaziam apenas 0,3% do total de 5.072.152 (IBGE, 2018). Além disso, os pesquisadores chamam a atenção para a necessidade de se observar que a partir de 2015 os sinais da crise econômica passaram a ficar mais evidentes no país, com forte retração da economia, “o que deve ter afetado o desempenho do mercado de orgânicos em alguns locais” (Vilela et al, 2019: 12).

Nossa pesquisa foi motivada, inicialmente, por um conjunto de interrogações relacionadas à disseminação e ampliação de escala dos processos de transição agroecológica, que serviram de impulso inicial para que decidíssemos mergulhar na investigação deste tema em um recorte territorial específico. No entanto, a medida em que iniciamos a pesquisa de campo, fomos observando uma expressiva diversidade de experiências, mobilizando projetos individuais ou familiares, coletivos ou institucionais, em que nem sempre a questão da escala se colocava como central ou relevante. A partir daí, direcionamos nosso olhar no sentido de compreender como estas experiências heterogêneas foram se desdobrando ao longo do tempo no recorte espacial em questão, mobilizando recursos, arregimentando atores, definindo estratégias e construindo relações entre si e com a chamada agricultura convencional. Propomos focar nossa análise, assim, em como os atores envolvidos com estas experiências foram assumindo e buscaram incorporar preocupações no tocante às questões ambientais, que caminhos foram trilhando para colocar em prática este objetivo, quais concepções foram embasando estas estratégias e suas mudanças ao longo do tempo, quais os obstáculos enfrentados por estas experiências e para sua disseminação e ampliação de escala. Percebemos, neste sentido, que duas propostas foram ganhando maior expressão no contexto analisado: a construção de mercados em articulação aos processos de certificação em agricultura orgânica e a promoção de práticas e tecnologias sustentáveis entre agricultores familiares predominantemente articulados a produção de hortaliças em sistema convencional.

Ao mesmo tempo, fomos observando que a transformação dos modos de organização da agricultura existentes no território aparece como uma questão de maneira bastante distinta entre os atores envolvidos com estas experiências. Neste sentido, acabamos por recolocar os desafios da disseminação e ampliação de escala como um dos elementos da pesquisa, mas não enquanto foco central. Nosso principal objetivo passou a ser, assim, buscar compreender melhor esta heterogeneidade que emerge nessas trajetórias de ambientalização na agricultura e seus desdobramentos ao longo do tempo.

A problemática da pesquisa envolve, neste sentido, um conjunto de questionamentos acerca dos desdobramentos dos processos analisados. Que caminhos de ambientalização da agricultura se expressam na Região Serrana Fluminense? Quais os níveis sistêmicos em que experiências que se propõem incorporar preocupações ambientais na agricultura buscam incidir e quais são as perspectivas de transição que atores envolvidos com estas experiências procuram colocar em prática? De que forma estas experiências se relacionam com o território em questão? Como estas iniciativas interagem no recorte territorial analisado? Como, em determinados momentos, estas iniciativas se relacionam, seja no sentido de se contradizerem ou se alinharem, tanto entre si quanto com processos que extrapolam o recorte espacial pesquisado? Nosso foco de pesquisa se tornou, como podemos observar, a diversidade de processos de ambientalização da agricultura, em relação aos quais buscamos refletir acerca de seus desdobramentos e em que medida contribuem para a transição agroecológica. A questão da disseminação e ampliação de escala passou, assim, a ser uma questão subsidiária no estudo.

Tomando como referência a noção de *sistema agri-alimentar*, buscamos decifrar as interdependências e o emaranhado de visões, de relações e normas com que os agricultores interagem, ao invés de os considerar isoladamente em relação a outros setores do *sistema* (Lamine, 2017: 17). Visamos, desta forma, ampliar o leque de atores comumente percebidos como envolvidos ou potencialmente envolvidos nos processos de transição, estendendo o olhar do pesquisador para além daqueles agentes vinculados às esferas da produção, distribuição e consumo, como normalmente se concebe em uma definição mais clássica de sistema agroalimentar. Além dos atores mais diretamente inseridos nestas esferas, a análise busca refletir acerca das políticas públicas e espaços de interação entre sociedade civil e Estado (a exemplo dos conselhos), instituições de pesquisa, assistência técnica e extensão rural, além de organizações e sociedade civil de forma mais ampla.

Essa lente analítica busca contribuir para uma leitura sistêmica das diversas dimensões que interagem nos *sistemas agri-alimentares territoriais*, como buscamos ilustrar na figura abaixo:

Figura 1 - Dimensões que interagem nos sistemas agri-alimentares territoriais.



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Lamine (2017).

Esta noção busca salientar a importância de se observar estas diferentes dimensões no sentido de operar uma leitura sistêmica dos processos de transição. Em cada uma destas dimensões parece ser possível observar arranjos heterogêneos, que envolvem atores com práticas e concepções sociais, por vezes distintas, interagindo com artefatos materiais e organizações. Importante observar que a vinculação à algum destes arranjos não significa, necessariamente, excluir a participação em outros, como também que os mesmos apresentam significativas variações ao longo do tempo e em diferentes espaços.

Importante salientar que nossa entrada analítica na leitura desses processos de transição agroecológica se deu pelos arranjos socioprodutivos, buscando compreender, a partir deles, como se articulam ações em outras dimensões ou níveis sistêmicos nas experiências que buscam incorporar preocupações ambientais na agricultura.

Compreendemos que os arranjos socioprodutivos transversalizam ou mobilizam, em grande medida, estas outras dimensões do *sistema agri-alimentar*. Desta forma, a partir destes arranjos visamos também abarcar os outros níveis sistêmicos, observando como os atores envolvidos com as experiências analisadas buscam articulá-los.

A opção no sentido de partir de uma “escala meso” de análise, tanto geográfica quanto de objeto de estudo, visa justamente facilitar “a identificação dos atores do *sistema agri-alimentar* para além do círculo de agricultores, permitindo destacar as interações que ocorrem tanto dentro do mundo agrícola, como também em outras dimensões”, considerando sua relação com as dinâmicas da transição. (Lamine, 2012: 140). Ao mesmo tempo, este recorte espacial contribui para que se incorpore ao escrutínio analítico a diversidade de processos de ambientalização na agricultura, permitindo que se opere um olhar um tanto diferenciado em comparação com as perspectivas de análise que focam em produtos, experiências ou redes específicas nos processos de transição (Lamine et al, 2019).

Partimos da compreensão de que os processos de transição agroecológica se constituem em projetos contra tendentes, sendo assim recorrentemente fragmentados e marcados por certa descontinuidade ao longo do tempo. Para dinamizar estes processos os atores trabalham com os recursos disponíveis, buscando superar as restrições contextuais que enfrentam e impulsionar as mudanças pretendidas.

Consideramos, neste sentido, ser de fundamental importância operar uma leitura sociohistórica do conjunto de iniciativas que emergem no recorte espacial analisado com o objetivo de incorporar questões ambientais na agricultura. Em nossa leitura, estas iniciativas de ambientalização da agricultura, mesmo que bastante heterogêneas, vão formando ao longo do tempo uma *ecologia de projetos* que, ao menos potencialmente, podem fortalecer processos de transição agroecológica. Buscamos apreender, desta forma, estes processos como um horizonte de transformação estabelecido pelos atores em suas ações ordinárias, enquanto projetos que se desdobram em trajetórias individuais, coletivas e institucionais, potencializados a partir de ações que abarcam diferentes dimensões e arenas. Através de seus projetos, os atores estabelecem caminhos e buscam colocar em prática estratégias que consideram, frente às restrições contextuais que enfrentam e às oportunidades que visualizam, capazes de promover processos de transição. A ideia de *ecologia de projetos*¹⁰ parece auxiliar, assim, a incorporar ao

¹⁰ Gostaria de registrar o agradecimento ao professor Paulo Niederle, que na qualificação do projeto de doutorado observou que nossa proposta analítica e o conjunto de experiências analisadas pareciam dialogar

escrutínio analítico as continuidades destes processos descontínuos, permitindo observar interações que poderiam passar despercebidas na análise de cada iniciativa isoladamente, como recorrentemente acaba ocorrendo nos estudos neste campo de discussões, conforme discutiremos no primeiro capítulo da tese.

Partimos da hipótese de que os processos de transição agroecológica podem ser potencializados a partir de ações articuladas em diferentes dimensões e arenas do *sistema agri-alimentar*. Visamos observar, neste sentido, de que forma atores vinculados a estes projetos buscaram articular ações no âmbito da produção, distribuição e consumo, como também em outras dimensões, políticas e institucionais, com o objetivo de fortalecer os processos de transição territorialmente situados. Também colocamos como hipótese de trabalho a ideia de que os processos de transição agroecológica vão se desdobrando a partir de uma *ecologia de projetos*, envolvendo uma significativa heterogeneidade de atores e organizações com horizontes de atuação específicos, que ao longo do tempo podem, em maior ou menor medida, estabelecer sinergias que vão fortalecendo estes processos. Não se trata, de maneira alguma, de conceber estas propostas de ação em uma perspectiva evolutiva, tento em vista que, enquanto projetos (Boltanski e Chiapello, 2009), são sempre conexões que podem ou não ser reativadas. Além disso, estes projetos podem entrar em contradição (Hannan e Freeman, 2005), como a ecologia organizacional chama a atenção a partir da ideia de exclusão e adaptação, questões que iremos aprofundar no primeiro capítulo da tese.

Assim, a proposta de uma leitura sistêmica, visando analisar as redes de interdependência e sistemas de prescrição entre atores que se relacionam no âmbito dos *sistemas agri-alimentares territoriais*, articula-se, também, uma abordagem sociohistórica da trajetória dos processos de transição agroecológica. Esta perspectiva histórica dos processos analisados é fortemente influenciada pela leitura pragmática que buscamos operar. O desafio que se coloca, neste sentido, como ressalta Chateauraynaud (2015), busca não apenas tomar os processos analisados em seu conjunto, mas, também detalhar as operações realizadas pelos atores que tentam reorientar ou modificar suas evoluções ao longo do tempo. Importante salientar que uma história pragmática busca sempre romper com as “grandes narrativas teleológicas”, baseando-se essencialmente na

com a noção de projetos desenvolvida por Boltanski e Chiapello (2009). Esta proposta foi salientada pela orientadora da tese, Claudia Job Schmitt, que também pontuou a possibilidade de diálogo com os referenciais da ecologia organizacional ampliada (Lavalle e von Büllow, 2014; Hannan e Freeman, 2005). Estas orientações influenciaram a proposta de “ecologia de projetos” que buscamos trabalhar na tese.

maneira como os próprios atores experimentam as bifurcações históricas. É neste sentido que o consequencialismo¹¹, traço marcante de toda trajetória do pragmatismo, possui caráter central.

Através do esforço de articulação entre esta abordagem histórica pragmatista e sistêmica, que aprofundaremos no primeiro capítulo da tese, lançamos como proposta de trabalho a noção de *ecologia de projetos*. A leitura longitudinal do conjunto de projetos que vão emergindo ao longo do tempo no recorte espacial analisado, ao que tudo indica, nos possibilita operar certo deslocamento analítico em relação a grande parte dos estudos que acaba analisando experiências ou redes alimentares alternativas específicas. A partir deste olhar histórico sobre os processos de transição agroecológica podemos observar que em sua grande maioria, enquanto projetos contratendentes, são sempre parciais, mas que podem estabelecer sinergias ao longo do tempo, no sentido de complementar ações em diferentes dimensões do *sistema agri-alimentar* e assim irem formando uma *ecologia de projetos*.

Em diálogo com estas formulações consideramos ser importante, ainda, articular abordagens relacionais desenvolvidas pela geografia, atentas às relações de força e poder que se desdobram em dinâmicas de *des/re/territorialização*, influenciando diretamente os processos de transição agroecológica. Entendemos ser necessário observar que a conformação dos territórios analisados resulta da confluência entre diferentes processos históricos e que, desta forma, as transições agroecológicas não emergem e se desdobram “em um terreno vazio nos territórios rurais ou nos espaços institucionais de formulação e implementação de políticas públicas”, tendo em vista que:

Os modos de organização da agricultura característicos da alta modernidade continuam operando e ordenando, material e simbolicamente, as redes do social, potencializando (...) padrões específicos de distribuição dos poderes e das competências e reduzindo, em diferentes contextos, a autonomia dos agricultores e suas comunidades frente a um conjunto centralizado de instituições (Schmitt, 2012: 89).

Propomos, assim, operar uma leitura pragmática da *ecologia de projetos* nos processos de transição agroecológica territorialmente situados, com o objetivo de reforçar a importância de abarcar, do ponto de vista analítico, a pluralidade de críticas e controvérsias que emergem em torno destes processos e suas inúmeras inflexões em

¹¹ Como destaca Chateauraynaud (2017: 352): “é geralmente na importância conferida ao raciocínio pelas consequências que se reconhece um estilo de inspiração pragmatista. Mas uma sociologia pragmática acrescenta ao consequencialismo uma dimensão praxeológica essencial: as consequências são objeto de expressões e de interpretações situadas, que testemunham formas de incerteza em face das quais os atores reagem, incluindo aqueles que são dotados *a priori* de uma forte capacidade de configuração do mundo”.

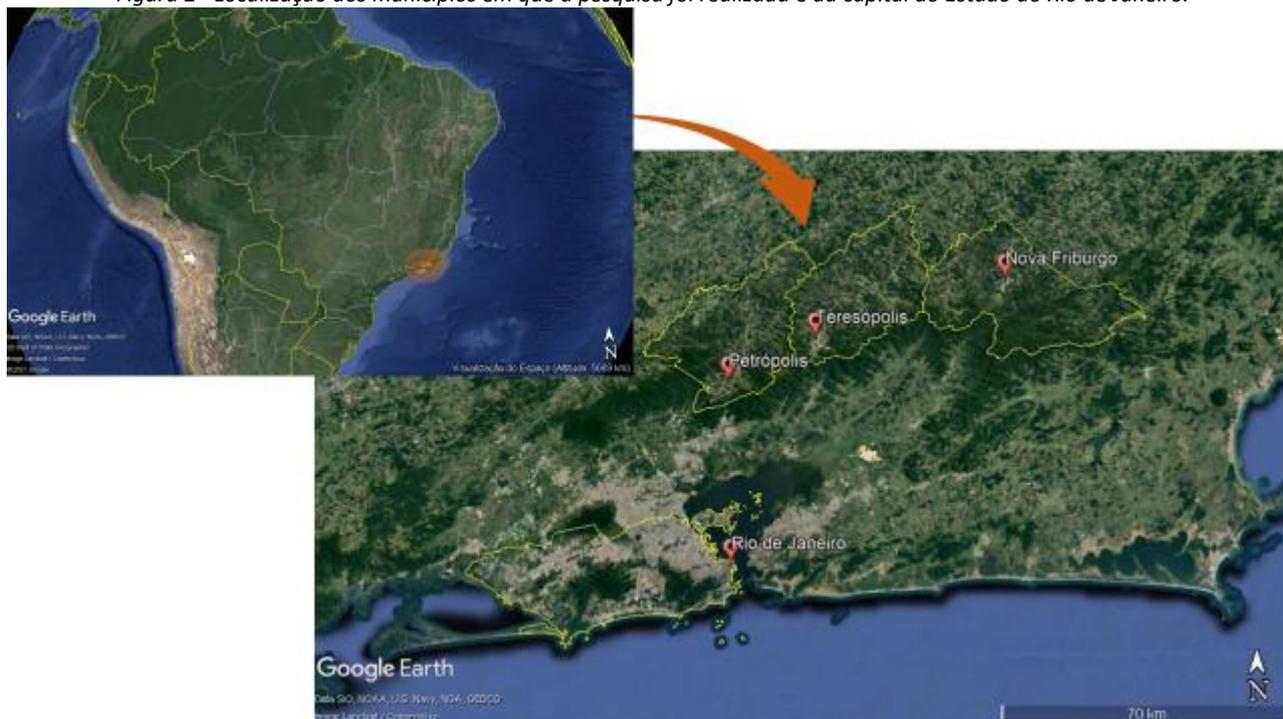
configurações territoriais específicas, que acabam os tensionando, seja no sentido de impor certas contenções ou fortalecer sua emergência e disseminação.

Buscamos desenvolver esta proposta a partir de pesquisa com base empírica na Região Serrana Fluminense. A definição político-administrativa deste espaço pelos agentes governamentais foi variando bastante ao longo do tempo, sendo ampliada ou restringida a determinados municípios, como podemos observar a partir da análise dos censos produzidos pelo IBGE. O recorte espacial em que aprofundamos nossa pesquisa se refere, mais especificamente, aos processos que emergem a partir dos municípios de Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis. Estes municípios possuem algumas características similares e que também os diferenciam, ao menos em parte, de outros que, por vezes, também são englobados na definição político-administrativa atual de Região Serrana Fluminense. Ambos são marcados pela migração europeia no século XIX, envolvendo, em Nova Friburgo e arredores principalmente os suíços e alemães e em Petrópolis e Teresópolis alemães e ingleses. Ao mesmo tempo, nestes municípios predominam características de ambientes de montanha, com altitudes que podem variar de 300 a quase 2800 metros. A temperatura média anual nos três municípios é de 18°C, o que faz da região a mais fria do Rio de Janeiro e também da região Sudeste do Brasil.

A conformação deste espaço também foi fortemente marcada por sua relativa proximidade com a Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro¹². Esta questão é de grande interesse para a presente pesquisa, tanto por seus efeitos sobre a configuração do *sistema agri-alimentar* que ali se estrutura a partir de meados do século XX, como pela influência das interações rural-urbano que ali se desdobram sobre os processos de transição agroecológica. No mapa abaixo destacamos a localização dos municípios em que focamos a pesquisa empírica para a realização da presente tese.

¹² Apesar da distância espacial entre a capital do estado e municípios da região ser influenciada pelas significativas diferenças de altitude.

Figura 2 - Localização dos municípios em que a pesquisa foi realizada e da capital do Estado do Rio de Janeiro.



Fonte: Elaborado pelo autor na plataforma Google Earth.

No que diz respeito às relações com os atores ao longo do trabalho de campo, consideramos ser de suma importância ressaltar que se trata de uma pesquisa realizada por alguém envolvido em um processo coletivo de reflexão sobre os processos de transição agroecológica nesse ambiente há algum tempo.

Meu primeiro contato com a Região Serrana Fluminense ocorreu em fins de 2011, quando fui residir no município de Nova Friburgo, mais especificamente no distrito de São Pedro da Serra, para escrever minha dissertação de mestrado¹³. Ainda neste ano passei a frequentar reuniões de associações de agricultores familiares do município, com o objetivo de acompanhar o que estava ocorrendo em relação a temática que me interessava no território em que fui residir. Estas visitas foram se desdobrando em laços de amizade e criando uma forte relação com os processos que vinham ocorrendo neste espaço.

Após a conclusão de meu mestrado, em 2012, resolvi permanecer em São Pedro da Serra, trabalhando nos anos subsequentes, principalmente, como pesquisador, mediador social e extensionista rural. Entre os anos de 2012 e 2013 trabalhei como pesquisador do Instituto de Imagem e Cidadania no projeto Inventário Patrimonial e

¹³ Também realizada no CPDA sob orientação da prof. Dra. Claudia Job Schmitt.

Cultural Rural de Barra Alegre, distrito do município de Bom Jardim. Em 2012 também participei da formação da incubadora de projetos sustentáveis Associação de Promotores e Criadores de Práticas Sustentáveis, sediada em São Pedro da Serra.

Ao longo de 2013 atuei como pesquisador do projeto *Sensibilização e promoção de práticas sustentáveis com base na agricultura familiar na Região Serrana do Rio de Janeiro*, realizando um mapeamento e caracterização dos arranjos socioprodutivos de agricultores familiares e dos circuitos mercantis dos produtos agropecuários da região de São Pedro da Serra – Nova Friburgo¹⁴. Em 2013 também participei, sob a orientação da prof. Dra. Maria José Carneiro, da construção do Plano Setorial de Agricultura da Área de Proteção Ambiental Macaé de Cima.

Entre setembro e dezembro de 2013 coordenei o projeto de divulgação e mobilização social nas áreas rurais para a terceira Consulta Popular do Plano de Recursos Hídricos do Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Macaé e das Ostras (CBH). Em 2014 também trabalhei como mediador social para o CBH, em rodas de conversa com comunidades rurais do alto da bacia hidrográfica do rio Macaé.

Entre fevereiro de 2014 e fevereiro de 2016 compus a equipe técnica do projeto ATER para Promoção da Agricultura Familiar Sustentável – Municípios da Região Serrana Fluminense¹⁵. Posteriormente foquei nas atividades de doutorado no CPDA.

Em 2016 participei do processo de reanimação da Regional Serrana da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ). A partir deste período passamos a realizar encontros entre agricultores familiares e demais atores envolvidos com os processos de transição ecológica da região, especialmente dos municípios de Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis, com o objetivo de fortalecer estas experiências a partir de sua articulação regional, em diálogo, também com dinâmicas estaduais e nacionais, articuladas no âmbito da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

Estas vivências profissionais e de militância na Região Serrana Fluminense foram centrais na estratégia metodológica de viabilização do presente trabalho. Importante salientar, neste sentido, as relações com agricultores e outros atores envolvidos com o

¹⁴ Os resultados desta pesquisa, coordenada pela pesquisadora Dra. Maria José Carneiro, foram sistematizados em Carneiro e Palm (2015). O trabalho empreendido ao longo deste projeto também motivou a organização do artigo *Modos de vida de agricultores familiares em contexto de montanha: um estudo de caso em São Pedro da Serra – Nova Friburgo – RJ* (Carneiro e Palm, 2016).

¹⁵ Entre os anos de 2016 e 2019 tive a oportunidade de visitar alguns dos agricultores com os quais havíamos trabalhado no projeto de ATER, já com foco na pesquisa de doutorado.

rural e que ao longo destes anos fui registrando relatos em cadernos de campo, amplamente utilizados no presente trabalho.

Para a realização de nossa pesquisa optamos por tomar como ponto de partida os arranjos socioprodutivos, a partir dos quais buscamos analisar como foram sendo (ou não) desencadeadas ações em outros níveis sistêmicos. Esta entrada pelos produtores(as), especialmente por aqueles(as) envolvidos(as) com experiências que buscaram incorporar preocupações ambientais na agricultura, nos levou a ver outros atores nos espaços em que interagem com estas experiências, a exemplo dos consumidores nas feiras de comercialização. A opção por tomar os arranjos socioprodutivos como ponto de partida também viabilizou observar melhor a relação que diferentes atores tem com estes diferentes projetos de ambientalização da agricultura, que no caso analisado foram predominantemente impulsionados por produtores(as) (sejam de origem urbana ou rural). Desta forma, concebemos ter sido possível refletir acerca do quanto estes projetos conseguem ou não articular outros atores centrais no *sistema agri-alimentar territorial* (consumidores, agentes do poder público, entre outros).

Importante salientar que esta estratégia de pesquisa, entrando pelos arranjos socioprodutivos, é expressiva da forma como buscamos lidar com os desafios colocados pela proposta de articular uma leitura pragmática e sistêmica em relação aos processos de transição agroecológica. Pois, a partir das práticas coordenadas nos arranjos socioprodutivos buscamos ler como outros níveis sistêmicos foram sendo trabalhados e articulados. Neste sentido, analisamos os demais atores a partir das interações que estabelecem com estes arranjos, a exemplo dos consumidores, que tem uma relação mais restrita aos espaços de comercialização, e assim buscamos ser coerentes ao analisa-los nestes locais.

Foi com base nesta entrada que também visualizamos a necessidade de um capítulo específico sobre políticas públicas (capítulo 5), que emergiu da observação de que ações desencadeadas por outros atores, com vistas a disseminar mudanças nos arranjos socioprodutivos, acabava tendo um peso expressivo em relação a sua configuração.

Entre os anos de 2018 e 2019 realizei um conjunto de entrevistas com atores envolvidos com os processos de ambientalização na agricultura na Região Serrana Fluminense. Estas entrevistas foram realizadas com atores que ao longo dos anos foram estruturando experiências socioprodutivas de base ecológica, com agricultores que buscaram incorporar tecnologias e práticas ambientalmente mais sustentáveis em seus

arranjos socioprodutivos, como também pesquisadores, técnicos e dirigentes de organizações que interagem com estas iniciativas. Nestas entrevistas utilizamos como fio condutor de análise a trajetória de vida destes atores, buscando observar como a questão da ambientalização da agricultura entrava e se desdobrava nas mesmas. O foco na trajetória de vida nos permitiu observar diferentes aspectos em relação a produção de hortaliças em sistema convencional, tendo em vista que parte destes atores estiveram por longo período articulados a este modelo de produção e depois deram início a processos de transição. Ao longo deste período foi possível realizar um total de 35 entrevistas. As entrevistas com produtores foram realizadas preferencialmente na parte da manhã para, posteriormente, acompanhar as atividades produtivas ao longo do dia. Com esta estratégia observamos que, muitas vezes, questões pontuadas ao longo da entrevista puderam ser mais bem compreendidas ou ressignificadas nas interações ao longo do dia, método que também possibilitou uma relação diferenciada com os entrevistados.

Ao longo da pesquisa também analisamos um conjunto de documentos referentes às organizações envolvidas com processos de transição na Região Serrana Fluminense, em que merecem destaque as atas da Associação de Agricultores Biológicos do Rio de Janeiro (ABIO) desde sua fundação. Tivemos a oportunidade, ainda, de sistematizar informações de 101 Planos de Manejo de produtores orgânicos certificados pela ABIO nos municípios de Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis, referentes aos anos de 2017 e 2018.

A partir desta sistematização dos planos de manejo, juntamente com observações realizadas a campo, produzimos um conjunto de mapas em relação aos processos analisados, o que consideramos ter sido de grande importância para as reflexões que fomos tecendo. Estes mapas foram produzidos pelo autor na plataforma Google Earth e reproduzidos em diferentes capítulos da tese.

Também acessamos um conjunto de dados e fontes que poderiam auxiliar a melhor compreender os processos analisados, a exemplo de uma revisão histórica das edições do Jornal do Brasil, Cadastro Nacional de Agricultura Orgânica, organizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A pesquisa se valeu, ainda, de observações realizadas ao longo dos anos de 2018 e 2019 em espaços de comercialização, especialmente feiras realizadas nos diferentes municípios da Região Serrana e na cidade do Rio de Janeiro, além de reuniões de grupos de certificação participativa e visitas de certificação de terceira. Com base na pesquisa

empírica buscamos operar uma leitura histórica pragmatista que visa conectar atores, arranjos e projetos para analisar os processos de transição agroecológica. Neste sentido, partimos de uma análise dos diversos caminhos e estratégias que foram sendo traçados pelos atores na construção de propostas de ambientalização da agricultura, observando seus desdobramentos ao longo do tempo.

Para refletir acerca do conjunto de questões propostas, buscamos transitar por diferentes níveis sistêmicos de análise, que foram abordados ao longo dos diferentes capítulos da tese. No primeiro capítulo pretendemos avançar em uma melhor contextualização da pesquisa, tanto em relação aos debates sobre os processos de transição agroecológica tanto no Brasil como em diferentes países, especialmente no campo das ciências sociais. Além disso, apresentamos, de forma mais detalhada, os referenciais de análise que inspiram o trabalho e que buscamos mobilizar ao longo do estudo.

No segundo capítulo examinamos o processo de territorialização do regime sóciotécnico que se tornou dominante no recorte espacial analisado, em que a especialização na produção de hortaliças em sistema convencional foi crescentemente ganhando destaque. Para operar a leitura sistêmica proposta, tomamos o *sistema agri-alimentar territorial* da Região Serrana como unidade de análise, em uma perspectiva longitudinal acerca da configuração que ao longo dos anos foi se tornando predominante no mesmo. Com base nesta leitura sistêmica e de cunho sócio-histórico, buscamos observar as diversas “contenções” que esta configuração acaba colocando aos processos de transição, questão que aprofundamos nos capítulos subsequentes da tese.

No terceiro capítulo analisamos as experiências de transição agroecológica na escala das unidades produtivas, enquanto projetos individuais ou familiares, que ao longo dos anos foram sendo colocados em prática por distintos agentes. As trajetórias de atores envolvidos com estas experiências, que historicamente foram emergindo em diferentes comunidades rurais no espaço analisado, seus desdobramentos em processos de territorialização diversos se constituem em foco de análise deste capítulo.

No quarto focamos nas estruturas organizacionais que emergem nos distintos processos de construção das experiências de transição agroecológica implementadas no contexto analisado, tomando como escala de análise estes projetos coletivos. Buscamos refletir, neste sentido, sobre as trajetórias das organizações que foram sendo construídas, em sua maioria emergindo em relação direta com estas experiências produtivas, analisando como elas buscaram articular ações em diferentes dimensões do *sistema agri-*

alimentar e as visões compartilhadas pelos atores envolvidos. A partir desta análise também observamos como nestas organizações foram sendo trabalhadas as questões de disseminação e ampliação de escala das experiências de transição agroecológica na Região Serrana.

No quinto capítulo analisamos as interações entre instrumentos de política pública e as configurações no *sistema agri-alimentar* na Região Serrana Fluminense. A análise realizada neste capítulo tem como foco refletir acerca do papel destes instrumentos para a promoção de processos de ambientalização da agricultura, compreendendo que estes representam projetos institucionais colocadas nesta direção, especialmente nos últimos anos.

Com o empreendimento analítico realizado ao longo destes capítulos nos propomos perpassar múltiplas escalas de análise, buscando compreender os processos de transição agroecológica sem nunca nos afastarmos dos atores e das restrições e possibilidades contextuais em que interagem. Com o estudo realizado visamos destacar como diferentes projetos de ambientalização da agricultura vão formando um tecido vivo que pode potencializar os processos de transição, formando uma *ecologia de projetos* que ao longo do tempo vão estabelecendo, em maior ou menor medida, sinergias em que ações desencadeadas em diferentes dimensões sistêmicas podem se somar e, por vezes, especialmente quando se alinham a processos que transcendem o recorte espacial analisado, fortalecer processos de transição agroecológica territorialmente situados.

Capítulo 1

1 - TRANSIÇÕES AGROECOLÓGICAS EM DEBATE: POR UMA ABORDAGEM PRAGMÁTICA, SISTÊMICA E TERRITORIAL

Introdução

Neste capítulo buscamos contextualizar a presente pesquisa e os referenciais teórico-metodológicos mobilizados na tese, estabelecendo um diálogo com os debates acadêmicos, especialmente no campo das ciências sociais, sobre processos de transição agroecológica. Este esforço será realizado a partir de diferentes chaves de leitura, visando dar um panorama tanto das discussões no contexto brasileiro quanto em âmbito internacional, como também destacar possíveis contribuições com os deslocamentos analíticos propostos pela abordagem dos *sistemas agri-alimentares territoriais* e com as formulações da geografia relacional.

Na primeira seção do capítulo refletimos acerca dos principais debates e vertentes analíticas que têm influenciado os estudos acerca dos processos de transição agroecológica em diferentes países, destacando seus desdobramentos entre pesquisadores brasileiros que se dedicam a este campo temático. Também destacamos, em relação a estas discussões, possíveis contribuições da abordagem analítica com a qual a presente pesquisa dialoga, que, ao que tudo indica, se somam aos esforços que têm buscado apreender a complexidade multidimensional e escalar em meio a qual os processos de transição se desenrolam.

Na segunda apresentamos os resultados de uma revisão de *teses de doutorado*¹⁶ produzidas no Brasil e registradas no *Catálogo de Teses e Dissertações* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) nas *grandes áreas do conhecimento* das *Ciências Humanas e Multidisciplinares* sob os termos: *transição agroecológica*, *agroecologia* e *agricultura orgânica*. A partir de uma leitura das temáticas que focam estas pesquisas e questões transversais trabalhadas buscamos observar aspectos em que a abordagem analítica que propomos operar em nosso estudo pode contribuir com o debate.

Na terceira seção do capítulo visamos colocar em discussão as lentes de análise que inspiram o presente estudo, em que merecem destaque as formulações da perspectiva dos *sistemas agri-alimentares territoriais* (Lamine, 2017). Em diálogo com esta

¹⁶ Os termos em itálico se referem aos filtros utilizados no levantamento de dados a serem sistematizados: *teses de doutorado*, enquanto Tipo, e *Ciências Humanas e Multidisciplinar*, enquanto Grandes áreas do conhecimento.

abordagem intentamos, como também com formulações da geografia relacional, propor uma leitura pragmática das transições agroecológicas territorialmente situadas.

Visamos, desta forma, contextualizar o presente empreendimento analítico, que tem como um de seus principais objetivos contribuir com os esforços de construção de um olhar diferenciado nos estudos sobre os processos de transição agroecológica com vistas a captar a heterogeneidade que definem estes processos, em suas múltiplas dimensões, escalaridades, territorialidades e institucionalidades.

1.1 – Transições agroecológicas: diferentes lentes de análise

Nesta seção buscamos apresentar um breve panorama dos debates sobre ambientalização da agricultura e transição agroecológica no âmbito da sociologia rural, com base nas discussões entre pesquisadores de diferentes países e suas interfaces com o contexto brasileiro. Buscamos sublinhar, desta forma, algumas das principais abordagens teóricas que têm influenciado estudos nesta temática nas últimas décadas e sublinhar aspectos em que as lentes de análise que operamos no presente estudo visam contribuir com estes debates. Importante salientar que a literatura mobilizada busca refletir um quadro mais amplo de discussões em torno destes processos, tanto em agricultura quanto em alimentação.

Goodman et al (2012) realizam uma instigante revisão da ampla bibliografia que foi emergindo em torno das “redes alimentares alternativas” a partir de pesquisas em diferentes países, especialmente nos países do Norte Global. Os autores salientam que a partir dos anos 1990, quando estas redes passaram a se expandir de maneira significativa, atraindo um número expressivo de pesquisadores, certa polarização foi despontando nas análises acadêmicas e de ativistas sobre estas formas emergentes de produção e provisão alimentar. Ao mesmo tempo em que chama-se a atenção para o potencial transformador de certas redes alimentares alternativas, dinamizando processos socialmente enraizados de re-localização alimentar, também são destacadas críticas em relação aos processos de apropriação destas redes por atores do sistema agroalimentar industrial dominante, em um processo que impulsiona características exclusivistas e elitistas nas mesmas.

Sonino e Marsden (2006) também observam serem enfatizadas recorrentemente dicotomias entre redes alternativas e convencionais nos estudos sobre o sistema agroalimentar. Como observam estes autores, as pesquisas normalmente salientam, por um lado, os processos globalizados e desterritorializantes impulsionados pelas chamadas “redes convencionais de provisão alimentar” e, por outro, a importância das redes

alternativas enquanto expressão, ao menos potencial, de processos de re-localização alimentar, social e ecologicamente enraizados¹⁷.

Estas posições parecem se relacionar, em grande medida, as principais vertentes analíticas que têm influenciado os debates no campo de estudos da sociologia rural. Como aponta Lamine (2017: 15), dois esquemas interpretativos permeiam, de maneira geral, os debates da sociologia rural desde as últimas décadas do século XX. Por um lado, inspirados em uma perspectiva marxista, autores consideram que o processo de globalização da economia e a maneira como ela estruturalmente transforma as atividades agrícolas, leva a uma crescente perda de poder dos pequenos produtores em benefício das grandes empresas do setor agroalimentar, como demonstram os teóricos da teoria dos regimes alimentares “food regimes”¹⁸. Por outro lado, autores têm adotado uma perspectiva mais compreensiva (no sentido weberiano) destes processos, se interessando pelo sentido que os agricultores dão às suas escolhas e ações, assim, defendendo a ideia de que os agricultores são atores ativos nos processos frente aos tensionamentos colocados pelo modelo modernizador, como salientado a partir da Perspectiva Orientada aos Atores (POA).

A Teoria dos Regimes Alimentares se destaca entre as abordagens da economia política que visam examinar as configurações e transformações nos sistemas agroalimentares nacionais e suas inter-relações globais, exercendo grande influência sobre a literatura internacional, desde sua formulação, em fins da década de 1980 (Buttel, 2001). Em uma formulação seminal desta abordagem, Friedmann e McMichael (1989) identificam dois períodos estáveis de acumulação de capital associados a configurações particulares de poder geopolítico e a formas de articular produção e consumo em e entre espaços nacionais. Os dois regimes alimentares identificados pelos autores ao longo deste período da história capitalista, que se estende de 1870 a 1970, teriam suas bases em dois princípios fundamentais: i) distanciar produção e consumo, em benefício de grandes empresas agrícolas e agroalimentares, à custa de pequenos agricultores, ii) redefinir a durabilidade dos produtos, através de processos de transformação e beneficiamento, tornando-os menos perecíveis. Estes fatores influenciaram significativamente a crise dos

¹⁷ Este tipo de leitura, na compreensão dos autores, pode levar a categorizações um tanto simplistas e interpretações estáticas, que não nos permitem perceber contradições e limites que os processos de transição enfrentam, como também a complexidade das configurações com as quais interagem.

¹⁸ No contexto francês também foi se desenvolvendo uma leitura bourdieusiana, estudando os agricultores como um grupo social que progressivamente foi sendo marginalizado, mesmo no contexto rural, devido a modernização agrícola (Lamine, 2017). Importante sublinhar esta questão, devido a influência deste tipo de leitura, dentre outros países, no contexto brasileiro.

dois regimes e motivaram a emergência de críticas socioambientais aos mesmos, que foram ganhando cada vez mais expressão.

Como aponta Friedmann (2005), paulatinamente as críticas aos efeitos ambientais dos processos de industrialização da agricultura foram ganhando força nos debates e visibilidade pública. Problemas causados por aditivos alimentares e resíduos de pesticidas começaram a ser publicamente conhecidos nas décadas de 1960 e 1970¹⁹. À medida que mais consumidores passaram a ser abastecidos por alimentos industrializados, nas décadas de 1980 e 1990, movimentos ambientais e de consumo também passaram a salientar questões relacionadas à segurança alimentar e à qualidade dos alimentos, em resposta aos surtos de doenças que começavam a ser cada vez mais conhecidos²⁰. No mesmo período, ativistas dos direitos dos animais também passaram a publicizar críticas às práticas das agroindustriais do setor pecuário. Nos anos 1990, um movimento internacional passou a se articular em oposição às sementes geneticamente modificadas, que foram anunciadas e rapidamente introduzidas em produções de milho e soja em grande parte do mundo.

Em meio a estas contestações, teve início, a partir de fins da década de 1980, um movimento crescente de aquisições, por parte de corporações alimentares, de algumas das mais bem-sucedidas iniciativas de produção de alimentos ecológicos (Friedmann, 2005). Os exemplos da Beatrice Foods e General Foods, que adquiriram fazendas de “produtores de alimentos alternativos da Califórnia e integraram suas linhas de produtos para abastecer a crescente rede de lojas de alimentos ‘saudáveis’”, são destacados pelos autores (Friedmann, 2005: 250; Buck *et al.*, 1997).

Termos como “natural”, “saúde” e “orgânico” passaram, a partir deste período, a serem apropriados por alguns fabricantes corporativos e, até mesmo, incorporados em alimentos altamente industrializados. Desta forma, como ressalta Friedmann (2005: 251), “uma convergência de políticas ambientais e reorganização liderada pelo varejo das cadeias de fornecimento de alimentos” motivou a emergência de um novo regime alimentar corporativo ambiental. Este regime, ainda emergente, consistiria em duas formas diferenciadas de organizar cadeias de suprimento de alimentos, que buscam atender classes cada vez mais transnacionais de consumidores. Liderados por capitais

¹⁹ Muitos consideram um marco, neste sentido, a publicação de Primavera Silenciosa de Rachel Carson, em 1962.

²⁰ Também merece destaque, neste sentido, a disseminação de veículos de comunicação de massa neste contexto histórico (Hobsbawm, 1995).

privados, muitas vezes pelas mesmas empresas, estas cadeias alimentares visam atender, por um lado, “nichos” de mercado para produtos de “qualidade” e, por outro, fornecer alimentos baratos a consumidores pobres.

Em relação à ideia de emergência de um regime *alimentar corporativo ambiental*, passou a ganhar força no debate acadêmico, em diferentes países, a tese da “convencionalização” (Friedmann, 2005, 2009; McMichael, 2005, 2013). Esta noção, como destacam Niederle e Almeida (2013: 25), “busca dar conta de um processo de apropriação dos valores e práticas agroecológicos, reduzindo-os a procedimentos de manejo dos agroecossistemas (a agricultura orgânica) que podem ser conduzidos em moldes muito similares àqueles encontrado na agricultura convencional”. Ao mesmo tempo, no âmbito da IFOAM²¹, a tese da “convencionalização” passou a ser mobilizada em relação a experiências produtivas que “adotam práticas que não respeitam os princípios da agricultura orgânica”, como destacam Abreu et al (2012: 149).

Além dos desdobramento no âmbito produtivo, “com a participação crescente de empresas privadas na agricultura orgânica”, é preciso observar, que a “convencionalização” também transcorre “na proliferação de organismos certificadores, no reposicionamento dos mediadores políticos (inclusive com a entrada em cena de atores que, agora adeptos da ‘economia verde’, promovem aquilo que outrora julgavam ser mera ‘utopia camponesa’) e, principalmente, no aumento da participação das grandes redes varejistas na distribuição desses alimentos, antes concentrados em circuitos curtos locais e regionais” (Niederle e Almeida, 2013: 25).

A tese da “convencionalização” passou, a partir deste momento, a ser mobilizada como elemento explicativo em relação a processos analisados em diferentes países. Em diálogo com estas formulações, por exemplo, autores passaram a se referir “a uma trajetória de “convencionalização” da produção de alimentos orgânicos no Brasil em termos similares àquilo que já se presenciou em outros países”, como também destacam Niederle e Almeida (2013: 25).

Parece ser importante, no entanto, considerar a diversidade de contextos territoriais e institucionais analisados em relação à ideia de “convencionalização”. Em relação ao contexto brasileiro, como salientam Niederle e Almeida (2016), deve-se observar os processos de centralização e descentralização do aparato regulatório e a diversidade nos arranjos de certificação, como também a participação de diferentes atores

²¹ Federação Internacional dos Movimentos da Agricultura Orgânica – IFOAM, fundada em 1972.

em arenas institucionalizadas e a (des)concentração da questão fundiária, entre outras questões. Este conjunto de fatores, ao que tudo indica, podem influenciar diretamente o grau de autonomia ou “convencionalização” em processos de transição, o que precisa ser aprofundado em relação a diferentes contextos empíricos, como destacam os autores.

A Teoria dos Regimes Alimentares traz, sem dúvidas, importantes contribuições ao afirmar a necessidade de uma visão histórica e centrada sobre os efeitos sistêmicos nas mudanças das configurações agroalimentares, como também ao enfatizar a importância do exame das relações de poder entre forças sociais implicadas nestes processos²². Esta abordagem, no entanto, parece dedicar pouca atenção às práticas dos atores e suas transformações, além de ser fundamental levar na devida conta as peculiaridades dos processos analisados em diferentes contextos. Estudos com base empírica em recortes espaciais específicos, ao que tudo indica, podem auxiliar no sentido de se aprofundar reflexões em torno destas questões, o que tem sido destacado no período mais recente, inclusive, por formuladores da Teoria dos Regimes Alimentares (Friedmann, 2017).

Ao mesmo tempo, a partir da Perspectiva Orientada aos Atores (POA) pesquisadores(as) têm buscado construir um novo olhar sobre os processos de transição sócio-técnica na agricultura. A Perspectiva Orientada aos Atores (POA) foi elaborada como uma crítica às concepções predominantes sobre os processos de transformação na agricultura, que privilegiavam a interpretação de aspectos macrossociais e o efeito de forças estruturais, compreendidos como determinantes para a análise da conduta dos atores sociais. Como observam formuladores da POA, este viés pode ser observado tanto na versão liberal na teoria da modernização, quanto nas perspectivas desenvolvidas a partir do marxismo em sua vertente estruturalista, em que os atores apareciam como fantoches nas mãos de macro-estruturas. Neste sentido, a POA propõe que se busque apreender os indivíduos e grupos sociais como ‘sujeitos ativos’ na construção dos processos sociais em que estão envolvidos (Long, 2007; Ploeg, 1990; Ploeg, 2008).

Em diálogo com estas formulações, passou a ganhar destaque a proposta de se estabelecer interfaces com a Perspectiva Multinível para analisar transições sócio-técnicas na agricultura, considerando que as mesmas resultam de interações em três níveis: paisagem, regime e nichos. Segundo esta abordagem, as inovações de nicho e mudanças na paisagem sociotécnica criam pressões, gerando efeitos de desestabilização sobre o

²² Lamine et al (2015) destacam, neste sentido, as contribuições da Teoria dos Regimes Alimentares para a abordagem dos *sistemas agri-alimentares territoriais*.

regime dominante e abertura de janelas de oportunidades para que as inovações de nicho possam emergir.

Estes referenciais têm sido propostos por um conjunto de estudiosos com o objetivo de construir novas perspectivas analíticas para o exame dos processos de desenvolvimento rural no âmbito do programa ETUDE²³, ao qual estão vinculados pesquisadores de diferentes países, especialmente do contexto europeu. Estes pesquisadores consideram que, embora o regime alimentar dominante represente forças hegemônicas, formas desafiantes de produção, circulação e consumo alimentar podem existir, emergir e resistir, sendo marginalizadas ou encorajadas dentro de arenas específicas de disputa (Wikerke e Ploeg, 2004; Ploeg, 2008; Marsden e Ploeg, 2008; Ploeg, Schneider e Ye, 2015). Estas dinâmicas inovadoras de desenvolvimento rural são concebidas, assim, enquanto “sementes e brotos da transição”, que, ao menos potencialmente, se expressam como forças contra tendentes.

A produção de novidades em nichos específicos é destacada por estes autores como central nos possíveis rompimentos com o regime sociotécnico dominante. Nichos representam, principalmente, o nível local dos processos de inovação, em que novas tecnologias ou práticas sociotécnicas podem ser desenvolvidas sem estarem expostas à todas as pressões do regime, ou seja, com certo grau de ‘isolamento’. Os pesquisadores envolvidos neste trabalho coletivo observam que historicamente nichos têm sido criados deliberadamente e apoiados por arranjos institucionais específicos.

O nicho se constitui, assim, em espaço privilegiado onde podem ser criadas novidades²⁴, sendo um nível de análise privilegiado nesta perspectiva. O regime caracteriza-se pela existência de regras específicas e compartilhadas, produtos estabilizados e tecnologias amplamente aceitas, com práticas de uso, protocolos, técnicas, normas e regulações. A paisagem sociotécnica, por sua vez, representa o contexto externo dos fatores que influenciam regimes e nichos, interferindo nos processos de transição, facilitando ou restringindo ações, apesar de ser largamente independente e autônoma (Moors et al, 2004; Marques, 2009).

²³ Enlarging the Understanding of rural Development in Europe. Desde meados da década de 2000 a proposta interdisciplinar de análise do programa ETUDE envolveu um conjunto de estudiosos de diferentes países que desenvolveram pesquisas em um amplo universo de experiências de desenvolvimento rural, contextualizadas, centralmente, em países europeus.

²⁴ Importante observar que as novidades, segundo autores desta perspectiva, não necessariamente se constituem em algo ‘novo’, podendo ser melhorias em práticas e processos já existente ou podendo já existir ao nível do nicho por algum tempo, sem que sejam notadas ou aceitas ao nível do regime.

Pesquisadores propõem, neste sentido, uma distinção entre “inovação” e “produção de novidades” em agricultura, destacando o potencial destas no sentido de romper com as relações de força e poder impulsionadas pelo regime sociotécnico dominante (Wikerke e Ploeg, 2004; Marsden e Ploeg, 2008). Oostindie e Broekhuizen (2008) destacam que as “inovações” estão vinculadas à conhecimentos codificados e desterritorializados, derivados de mundos externos a esfera produtiva, sendo resultado de processos de aprendizagem especializados e padronizados, ancorados, essencialmente, no conhecimento científico. Os processos de “produção de novidades”, por outro lado, são altamente localizados e vinculados ao conhecimento artesanal, tendo por base, principalmente, os conhecimentos de agricultores²⁵.

Esta abordagem de análise tem exercido expressiva influência tanto nos debates internacionais sobre as transformações agroalimentares como também no Brasil, onde tem influenciado um amplo conjunto de pesquisas (Marques, 2009; Oliveira, 2014; Gazolla, 2012; Cotrim, 2013). Merece destaque, neste sentido, o projeto de pesquisa “Sementes e brotos da transição: inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil”, que envolveu um expressivo número de pesquisadores, com análises sobre novos processos e dinâmicas de desenvolvimento rural que têm emergido nas regiões Sul e Nordeste do país²⁶. A hipótese norteadora, como apontam os coordenadores da pesquisa, “é que as sementes e brotos formam a base de um novo modo de organização produtiva e sociotécnica”. Desta forma, elas poderiam ser entendidas enquanto dispositivos e estratégias “que os agricultores estão construindo para fazer as coisas de um modo diferente e, assim, criar e desenvolver estratégias que representam ‘luta por autonomia’” (Schneider et al, 2014: 8). As pesquisas focam, neste sentido, nas “alternativas e novidades que têm sido criadas e construídas pelos agricultores para superar os limites e as contradições daqueles que se ‘modernizam’ ou que ficaram de fora deste processo” (Schneider et al, 2014: 10), como destacam os coordenadores do projeto²⁷. Com base

²⁵ Os autores consideram, no entanto, que esta distinção deve ser tomada como um esforço de teorização, tendo em vista que, nos processos de desenvolvimento rural, inovações e produção de novidades podem interagir em um conjunto amplo e variado de formas, ocorrendo tanto processos de contextualização, internalização ou territorialização (de inovações para produção de novidades); como de standartização, externalização e globalização (de produção de novidades para inovações) (Oostindie e Broekhuizen, 2008: 70). Desta forma, consideram que, embora existam diferenças entre novidades e inovações, tendo em vista suas distintas trajetórias e diferenças em termos substantivos, é necessário reconhecer que ambas também podem ser complementares.

²⁶ Importante salientar que este projeto de pesquisa, desenvolvido entre os anos de 2009 e 2010, também estabeleceu interfaces com diversos trabalhos de doutorado desenvolvido ao longo destes anos.

²⁷ Os autores salientam que o esforço coletivo de pesquisa empreendido tem este foco e “não trata da crítica ao modelo hegemônico de agricultura e produção de alimentos” (Schneider et al, 2014: 10).

nestas formulações analíticas os pesquisadores buscam examinar e descrever as potencialidades destes processos emergentes, em nível de nicho, em relação ao regime sociotécnico dominante.

Os estudos desenvolvidos com base nestas interfaces entre a POA e a Perspectiva Multinível nos mostram que a construção dos processos de transição para agriculturas ambientalmente sustentáveis pressupõe a mobilização de recursos situados em diversos níveis do sistema sociotécnico, que devem ser tratados em conjunto e demandam ações coordenadas²⁸. Esta abordagem tem o mérito de não restringir a compreensão deste sistema como um sistema de atores e de levar em conta a realidade e diversidade de regras, normas e dispositivos que orientam e coordenam as ações e percepções dos atores (Lamine, 2017). Rotinas cognitivas, crenças, competências, arranjos institucionais, regulamentações e contratos, como destacam autores desta abordagem, coordenam e orientam as atividades de atores envolvidos, criando certa estabilidade no sistema. A escala do nicho desponta, assim, como central para o rompimento com esta estabilidade.

Entretanto, embora estas formulações tenham a capacidade de evidenciar tensões intrínsecas aos processos de inovação sociotécnica, sua aplicação ao campo de estudos das transições agroecológicas suscita alguns questionamentos. Podemos observar, neste sentido, certa unilateralidade em um movimento que emerge de baixo para cima, da escala local do nicho aos outros níveis. Ao mesmo tempo, parece haver uma segmentação um tanto artificial entre a escala macro e a escala micro, incorrendo em uma tendência um tanto reducionista e dual entre regime e nicho. Se, como o próprio termo da transição sugere, são de fundamental importância as inflexões neste caminho, é necessário que se aplique uma abordagem analítica em relação ao território, que não só identifique as estruturas e normas que constroem a transição, mas também como as distintas iniciativas que emergem territorialmente interagem na construção de um campo de possíveis mudanças. Por fim, podemos observar a primazia no tocante às questões sociotécnicas, que pode vir a restringir a leitura dos processos de transição em relação à

²⁸ Moors et al. (2004) e Roep e Wiskerke (2004) destacam, neste sentido, as potencialidades das formulações sobre *gestão estratégica de nicho* enquanto ferramenta que pode auxiliar na construção e potencialização de nichos de produção de novidades na agricultura. Para transformar o regime, como destacam estes autores, não é suficiente produzir novidades, mas também geri-las e maneja-las de forma que seja possível minimizar as contradições e tensões entre nicho e regime. A abordagem de *gestão estratégica de nicho* é destacada, assim, enquanto possibilidade para que sejam explorados novos caminhos de experimentação, paralelos aos ambientes estabelecidos de pesquisa e que contenham estratégias de ativa inclusão de atores envolvidos com estas iniciativas: produtores, usuários, pesquisadores, gestores de políticas públicas, entre outros. Esta ideia também foi trabalhada, em relação a pesquisa no contexto brasileiro, por Marques (2009).

trama complexa e multidimensional em que se desdobram, muitas vezes com a participação de um amplo conjunto de atores para além da dimensão produtiva.

No contexto brasileiro autores também têm articulado, no período mais recente, estas contribuições, com destaque para as formulações do professor Jan Douwe van der Ploeg, com aportes do enfoque agroecológico, que foi ganhando crescente expressão no país a partir de fins da década de 1980. No processo de tradução do enfoque agroecológico no Brasil merecem destaque as contribuições de Miguel Altieri, da Universidade de Berkeley, Califórnia, e Stephen Gliessman, da Universidade de Santa Cruz, também na Califórnia.

A tradução do livro de Altieri, “Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa”, em 1989, pode ser considerada “um marco na passagem de uma concepção centrada na difusão de práticas tecnológicas específicas (...) para uma abordagem que tomava o agroecossistema como unidade de análise e intervenção” (Schmitt, 2009: 180)²⁹. O pesquisador ganhou expressão ao estudar sistemas tradicionais de cultivo, principalmente de indígenas e camponeses, e propor técnicas que permitam conciliar atividade agrícola com a manutenção das características naturais e ecológicas do ambiente, levando em consideração também os componentes sociais e econômicos. Da mesma forma, Stephen Gliessman exerceu grande influência no Brasil e em outras partes do mundo, ao sistematizar estudos de interação entre agronomia e ecologia (Gliessman, 2000). A partir destas influências, como salientam Wezel et al (2009: 508) em relação ao Brasil: “a agroecologia também passou a ser considerada uma disciplina científica, com base em uma adaptação da interpretação formulada nos Estados Unidos, que salienta a integração de dimensões sociais”.

Ao mesmo tempo, é necessário reconhecer a importante influência que diferentes pesquisadores das Américas Central e Latina e da Espanha exerceram em relação ao enfoque agroecológico no país. Como exemplos, entre tantos outros, podemos destacar Victor Toledo da Universidade Autônoma do México, e Eduardo Sevilla Guzmán, da Universidade de Córdoba na Espanha. Estas influências trouxeram grandes contribuições ao enfoque agroecológico no país, especialmente no tocante as interseções entre

²⁹ Os referenciais agroecológicos, como destaca Luzzi (2007: 65), “se adequavam perfeitamente às propostas defendidas pela Rede PTA e proporcionavam grande avanço ao debate”. No mesmo ano a coordenação do projeto PTA/FASE promoveu um curso de agroecologia ministrado por Miguel Altieri, com a participação de representantes de ONGs de todo Brasil.

agroecologia e campesinato (Guzman e Molina, 2005) e a importância dos conhecimentos tradicionais (Toledo e Barrera-Bassols, 2005).

Em diálogo com estas formulações, também merecem destaque os esforços envidados nos últimos anos com a proposta de uma Agroecologia Política, definida como “um campo de estudos dedicado à análise e ao desenho de marcos institucionais adequados para que a Agroecologia seja efetivamente incorporada como referência de ações públicas voltadas à promoção do desenvolvimento rural” (Petersen, 2013: 70). Passa a tornar-se fundamental, neste sentido, ampliar a unidade de análise que ao longo dos anos foi privilegiada neste campo de estudos, os agroecossistemas, com destaque para as unidades produtivas.

Como aponta González de Molina (2012: 10), até muito recentemente a agroecologia foi pensada a partir de seus vínculos com “os marcos sociais próprios do agricultor: a unidade de produção agrícola e a comunidade local (...). não tendo se dotado ainda de instrumentos de análise e critérios para elaborar estratégias estatais e regionais, em que os aspectos políticos e institucionais desempenham um papel chave e necessariamente devem ser priorizados objetivos e buscar alianças com outros atores e organizações sociais”. O autor considera, neste sentido, que “a busca por sustentabilidade dos sistemas agrários requer de uma Agroecologia Política que se converta em uma nova forma de organizar os agroecossistemas e o metabolismo agrário em seu conjunto” (Ibidem, 2012: 11).

Em relação a este debate, a perspectiva de análise que buscamos ensaiar ao longo da tese, em interface com a abordagem dos *sistemas agri-alimentares territoriais*, também pode, ao que tudo indica, trazer algumas contribuições. Ao propor uma leitura pragmática e sistêmica dos processos de transição agroecológica territorialmente situados, esta abordagem analítica parece ter o potencial de auxiliar nos esforços que buscam refletir acerca das possibilidades para se avançar nos processos territorializados de transição, através da articulação entre atores com capacidade de ação em diferentes dimensões que configuram estes sistemas. Merece destaque, neste sentido, a ênfase dada a leitura do conjunto de atores que interagem no âmbito dos *sistemas agri-alimentares territoriais*, como também as hipóteses territoriais no tocante aos processos de transição agroecológica destes sistemas.

Nos últimos anos merecem destaque também as discussões sobre ampliação de escala e disseminação da agroecologia. Neste sentido, destacam-se os trabalhos desenvolvidos em torno do projeto *Massificación de la Agroecología*, em que desde 2014

um conjunto de pesquisadores têm envidado importantes esforços com vistas a analisar as possibilidades de disseminação e ampliação de escala de processos de transição agroecológica. A partir de pesquisas diferentes países, este esforço coletivo tem avançado na compreensão de “fatores chave” capazes de promover a ampliação de escala e disseminação de processos de transição agroecológica. Em diálogo com trabalhos que já vinham focando nesta questão, a exemplo de Gonsalves (2001) e Parmentier (2014), que destacaram o papel de organizações não governamentais, de agências de desenvolvimento e políticas públicas para promoção da agroecologia, os pesquisadores têm buscado observar outros fatores e arranjos que contribuem neste sentido. Em trabalhos mais recentes, autores ressaltam a importância de se observar que os processos de escalonamento da agroecologia envolvem tanta expansão “vertical” quanto “horizontal” (Rosset e Altieri, 2017).

Importantes esforços de síntese das pesquisas desenvolvidas por estes pesquisadores foram apresentados no artigo de Cacho et al (2018) e na coletânea de textos organizada por Ferguson et al (2019). A partir de pesquisas empíricas realizadas em diferentes partes do mundo, os autores buscam avançar na identificação de “fatores chave” para que os processos de transição se disseminem e ganhem escala, visando entender aspectos multidimensionais e não-lineares que permitiram e impulsionaram a expansão da agroecologia nos diferentes casos analisados. Oito “fatores chave” são destacados pelos pesquisadores, em torno dos quais têm avançado em suas discussões: (1) reconhecimento de uma crise que motiva a busca de alternativas, especialmente no âmbito produtivo e/ou de abastecimento alimentar; (2) organização social, com destaque para o papel de movimentos sociais, sindicatos, associações; (3) processos de aprendizagem construtivistas, em que salientam a importância da valorização de conhecimentos tradicionais e metodologias eficazes para socialização de novidades; (4) existência de práticas agroecológicas eficazes enquanto alternativas sociotécnicas, capazes de promover a substituição de insumos e o redesenho de agroecossistemas (que observam ser atingido em um número reduzido de casos); (5) discursos mobilizadores, viabilizando a politização de problemáticas, a exemplo dos efeitos negativos de processos impulsionados pela chamada Revolução Verde; (6) aliados externos, com destaque para governo, mídia, academia, instituições religiosas, entre outros; (7) mercados favoráveis, especialmente “alternativos”, como feiras, redes de consumidores e mercados institucionais; (8) políticas favoráveis, com a incorporação de um enfoque agroecológico em instrumentos públicos ou privados.

A partir da sistematização de estudos de caso em diferentes países os autores observam estes oito “fatores chave” no escalonamento de processos de transição agroecológico, em relação aos quais buscam avaliar sua importância relativa em cada caso e elucidar as complexas relações entre os mesmos. Desta forma, objetivam contribuir com os debates acerca de estratégias para impulsionar transformações agroecológicas, tanto no sentido de sua formulação quanto avaliação (Cacho et al, 2018; Ferguson et al, 2019).

A abordagem analítica que buscamos operar na presente pesquisa tenta apreender de uma forma um tanto diferenciada a ideia de “fatores chave”, partindo de uma leitura mais relacional e sociohistórica em relação aos mesmos. Neste sentido, consideramos ser de fundamental importância frisar os diálogos possíveis com estes esforços de refletir acerca dos processos de ampliação de escala e disseminação da agroecologia, mas que em nosso caso de estudo visamos olhar não só para os processos desencadeados a partir destes referenciais, incorporando ao escrutínio analítico a diversidade de processos de ambientalização da agricultura.

Ademais, consideramos que a postura analítica que orienta este trabalho possa oferecer pistas para se avançar em relação a alguns impasses observados no tocante as formulações advindas da Teoria dos Regimes Alimentares e das transições sócio-técnicas. Em uma apreensão crítica das contribuições destas formulações teóricas, que têm marcado as discussões sobre transição ecológica em agricultura e alimentação em diferentes partes do mundo nas últimas décadas, a abordagem de análise com a qual dialogamos propõe, a partir da Teoria dos Regimes Alimentares, ressaltar a necessidade de se historicizar os objetos de pesquisa, como também levar em consideração as relações de força e poder nestes processos históricos e, em diálogo com a Perspectiva Multinível, destacar as interdependências e os mecanismos de coordenação de sistemas sociotécnicos complexos e multiescalares (Lamine, 2017).

Como iremos observar na última seção deste capítulo, em interface com a abordagem dos *sistemas agri-alimentares territoriais*, visa-se analisar a diversidade de iniciativas de transição que ao longo do tempo se expressam no recorte espacial analisado, examinando, em uma perspectiva relacional, as interdependências, interações e conflitos entre estas experiências, sejam elas de cunho mais “alternativo”, “convencional” ou “híbrido”. Além disso, a abordagem propõe englobar ao escrutínio analítico não somente os atores locais das cadeias de produção, transformação e distribuição, mas também os envolvidos com os setores de assistência técnica e extensão rural, pesquisa, políticas

públicas territoriais ou territorializadas, consumidores e suas práticas, além da sociedade civil.

Busca-se, desta forma, ensaiar um olhar diferenciado em relação aos processos de transição ecológica em agricultura e alimentação, observando a diversidade de práticas, concepções e arranjos no contexto analisado, como também as relações de força e poder em que contextualmente estes processos se desdobram. Parece ser possível, assim, oferecer uma leitura diversa em relação as formulações que, por um lado, destacam o papel contratendente destas iniciativas, ou, com base em teorias de cunho mais macro, consideram que as mesmas se limitam no sentido de impulsionar um processo de “esverdeamento”, sem grandes efeitos sobre o regime dominante (Lamine et al, 2015).

O esforço analítico que buscamos operar também se inspira, neste sentido, nas proposições de Goodman et al (2012), que aventam como possibilidade seguir um percurso analítico entre estas duas posições, adotando uma visão reflexiva que permita certo distanciamento crítico em relação a ambas. Para navegar através destas posições dicotômicas, como destacam estes autores, é necessário analisar os atores envolvidos com as iniciativas de transição localmente situadas, a exemplo de consumidores e produtores, como atores sociais “imperfeitos”, que se situam em algum lugar em meio a estes polos. Esta postura permite à Goodman et al (2012) reconhecerem que, se por um lado, as lutas de ativistas alimentares não conseguiram atingir muitos de seus objetivos em sua plenitude, por outro, em alguns casos e em alguns lugares, as *redes alimentares alternativas* conseguiram esculpir posições relativamente independentes do sistema alimentar predominante.

Todavia, antes de aprofundar o debate em relação as formulações teórico-metodológicas que inspiram o presente trabalho, apresentaremos uma breve sistematização das discussões sobre *transição agroecológica*, *agroecologia* e *agricultura orgânica* no contexto brasileiro, com base teses de doutorado produzidas no país em relação a estas temáticas nos últimos anos.

1.2 – Transição agroecológica, agroecologia e agricultura orgânica em teses de doutorado no Brasil

No primeiro semestre de 2018 realizamos um levantamento no *Catálogo de Teses e Dissertações* da CAPES³⁰ acerca de teses registradas nas *grandes áreas do conhecimento* das *Ciências Humanas e Multidisciplinares* sob os termos: *transição*

³⁰ <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

agroecológica, agroecologia e agricultura orgânica. Identificamos, em um primeiro momento, 798 teses relacionadas ao termo agricultura orgânica; 91 com agroecologia e 44 na busca com a terminologia transição agroecológica. Posteriormente, confrontamos as teses levantadas e excluimos as repetições, trabalhos que estavam registrados em dois ou nos três termos de busca, como também eliminando do conjunto de estudos a serem examinados aqueles que tangenciavam a temática ou não tinham relação com a mesma³¹. Foram deixados de lado, ainda, trabalhos com base empírica em outros países.

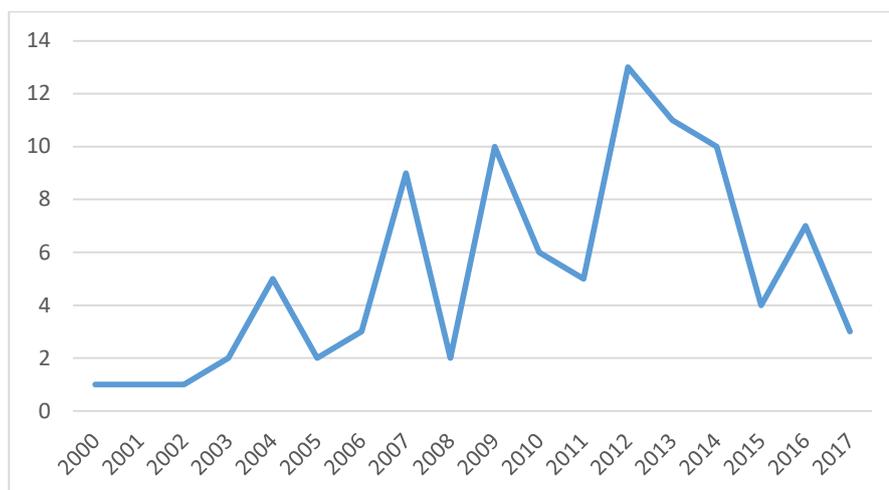
Após esta primeira seleção, ficamos com um total de 126 teses para serem analisadas. Nesta etapa realizamos uma leitura transversal dos estudos, buscando sistematizar: centros de pesquisa em que os trabalhos haviam sido realizados; orientadores; objetivos; local em que foi realizado o estudo empírico que serviu de base à pesquisa; métodos e referenciais teóricos; além dos principais resultados. Neste momento, excluimos mais 31 teses de nosso quadro de análise, por observar que as mesmas apenas tangenciavam a temas sob os quais haviam sido registradas. A sistematização realizada tomou como base, assim, 95 teses de doutorado.

Em relação a estes estudos podemos observar que, apesar de variações anuais, foi crescente o número de teses cadastradas sob os três termos no catálogo da CAPES a partir do ano 2000, especialmente no interregno 2000 a 2012, com pequena redução no período posterior³², como podemos observar no gráfico abaixo:

³¹ A exclusão de teses que não abordavam diretamente ou não tinham relação com os temas pesquisados foi realizada a partir da avaliação de seus resumos e objetivos, sendo excluídas aquelas que não mencionavam os termos: agricultura alternativa, transição agroecológica, agroecologia, agricultura ou produção orgânica, agricultores ecologistas e transição ecológica (ou variações destas terminologias).

³² Esta redução também é influenciada pelo prazo para revisões e cadastramento de teses na plataforma CAPES.

Gráfico 1 – Ano de conclusão das teses relacionadas aos termos agricultura orgânica; agroecologia e transição agroecológica



Fonte: Elaboração do autor. Base de dados Plataforma CAPES.

Em princípios da década de 2000 prevalecia o registro de estudos sob o termo *agricultura orgânica* no catálogo da CAPES, sendo mobilizado, na maioria das vezes, concomitantemente a noção de *agroecologia* ao longo dos textos. A partir de meados desta década passa a crescer o número de estudos registrados nos termos *agroecologia* e/ou *transição agroecológica* e ganham destaque distinções entre estes termos passam a ganhar destaque. Podemos observar, neste sentido, que a literatura brasileira analisada acompanha o quadro mais geral da literatura internacional³³. Ao analisarem as publicações relacionadas aos termos agricultura orgânica e agroecologia no *Web of Sciences*, entre os anos de 1975 e 2011, Abreu et al (2012: 147) também observam ter ocorrido um rápido crescimento no número de publicações relacionadas à *agroecologia* a partir de 2004³⁴.

De forma semelhante ao observado em pesquisas desenvolvidas em outros países, a noção de *agricultura orgânica* nos estudos aqui sistematizados é mobilizada, centralmente, em relação a um conjunto de práticas agrícolas ambientalmente sustentáveis, capazes de viabilizar a produção de alimentos sem uso de agrotóxicos e fertilizantes industrializados. Esta compreensão, ao que tudo indica, pode estar

³³ Em relação a literatura brasileira, esta variação também pode estar relacionada com o processo de institucionalização destas terminologias, onde o termo *agricultura orgânica* passou a ser mobilizado ainda na década de 1990, nas discussões sobre certificação de conformidade, e as terminologias *agroecologia* e *transição agroecológica* passaram a ser incorporadas em instrumentos de ação pública, de forma mais consistente, a partir de meados da década de 2000 (Schmitt et al, 2017).

³⁴ Estes autores observam, no entanto, que “apesar desse crescimento recente (na literatura internacional), o *corpus* ainda é limitado em agroecologia (cerca de 370 referências) em comparação com agricultura orgânica (pelo menos 15 vezes maior)” (Abreu et al, 2012: 147).

relacionada a uma das vertentes que deu origem a agricultura orgânica, com início no campo da ciência agrônoma voltada ao estudo do solo, definindo-se como “sistema geral de gestão agrícola e de produção de alimentos que combina as melhores práticas ambientais e um elevado nível de biodiversidade” (Abreu et al, 2012: 145). Importante observar que, em alguns casos, os trabalhos aqui analisados remetem a ideia de agricultura orgânica como técnicas produtivas e agroecologia como um conjunto de preceitos mais amplos, envolvendo questões sociais, econômicas e outras dimensões do sistema agroalimentar.

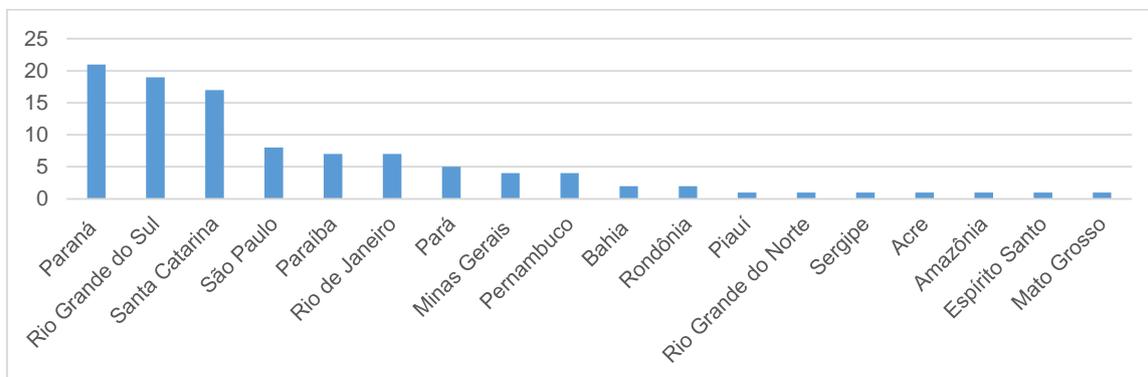
Teses passaram a examinar, neste sentido, diferenças entre experiências em agricultura de base ecológica que se articulam em torno das noções de *agricultura orgânica* e *agroecologia*, salientando, em relação às primeiras, processos centrados na substituição de insumos e em que mercados diferenciados possuíam importância central, enquanto as experiências agroecológicas buscam articular estas questões a críticas mais amplas acerca da configuração do sistema agroalimentar industrial. No processo de institucionalização de diferentes arranjos para certificação orgânica no Brasil, em que o Sistema Participativo de Garantia (SPG) passou a ser reconhecido pela legislação, a partir de 2007, estudos sobre redes de agricultura de base ecológica historicamente vinculadas ao movimento agroecológico e formadas predominantemente por agricultores familiares também passaram a salientar as articulações que estas redes estabeleciam entre certificação orgânica e um conjunto mais amplo de reflexões críticas ao sistema agroalimentar dominante³⁵.

Já o termo *agroecologia* aparece na literatura brasileira com distintas apreensões, com destaque para sua vinculação a movimentos sociais, práticas agrícolas sustentáveis e enquanto disciplina científica. Além disso, estudos aqui sistematizados reforçam articulações entre *agroecologia* e modos de vida de segmentos sociais específicos, especialmente de camponeses e comunidades tradicionais, como também compreendem que este termo passou a embasar um enfoque de desenvolvimento e políticas públicas. Merece destaque, ainda, a compreensão das experiências agroecológicas enquanto alternativas e/ou contratendentes ao regime agroalimentar industrial predominante.

³⁵ Também podemos observar, neste sentido, que frequentemente os processos de certificação por auditoria de terceira parte são relacionados a noção de *agricultura orgânica*, enquanto os arranjos de certificação de forma participativa a experiências agroecológicas.

Em relação aos espaços em que estes estudos desenvolveram pesquisas de base empírica, podemos observar que os estados da Região Sul do país foram preponderantes, conforme podemos observar no gráfico abaixo:

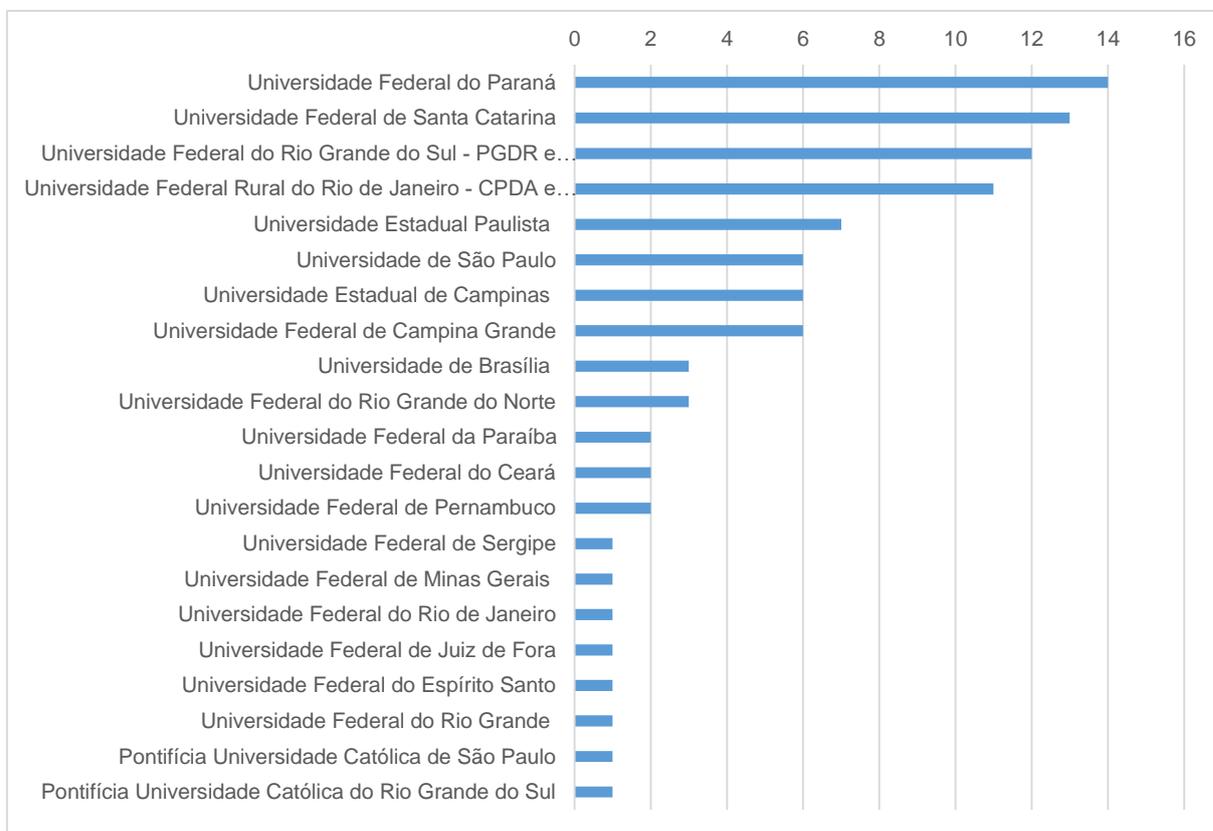
Gráfico 2 – Unidade da Federação em que pesquisas empíricas foram realizadas.



Fonte: Elaboração do autor. Base de dados Plataforma CAPES.

Esta concentração de trabalhos com pesquisas de base empírica nos estados da Região Sul do país pode ter sido, em parte, influenciada pela localização das universidades em que os estudos foram elaborados, em que também se destacam as três universidades federais localizadas nas capitais dos estados da Região Sul do país, como podemos observar no Gráfico 3:

Gráfico 3 – Universidades em que as teses foram produzidas.



Fonte: Elaboração do autor. Base de dados Plataforma CAPES.

Consideramos que esta concentração de estudos em universidades da Região Sul do país e com base empírica na mesma pode sinalizar, por um lado, a consolidação de programas de pós-graduação que trabalham com a temática. Importante observar, no entanto, que esta questão também pode indicar que em outras regiões do país diferentes terminologias foram sendo mobilizadas de maneira mais expressiva, a exemplo de extrativismo e desenvolvimento sustentável. Esta questão só poderá ser melhor compreendida com o aprofundamento da análise referente a pesquisas acadêmicas que discutam questões próximas a estes temas em diferentes regiões do país e o exame de termos que estes estudos mobilizam.

Esta concentração de trabalhos acadêmicos, tanto em universidades quanto em relação ao contexto empírico de pesquisa no Sul do país, também é observada por Aventurier et al (2015: 59). Ao analisarem 4240 trabalhos publicados nos anais dos Congressos Brasileiros de Agroecologia e eventos paralelos organizados pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) os autores salientam que “a produção é dominada por autores da pesquisa provenientes de instituições dedicadas e universidades com maior número nos estados do Sul do país” (Ibidem: 46).

Em um esforço de sistematização dos 95 trabalhos analisados, optamos por subdividi-los em sete grupos temáticos, com base nas problemáticas que norteiam as pesquisas: i) *construção do conhecimento agroecológico e mediação social* (26 teses); ii) *institucionalização de referenciais de sustentabilidade, agroecologia e agricultura orgânica* (26 teses); iii) *avaliação de sustentabilidade* (15 teses); iv) *desenvolvimento e território* (14 teses); v) *movimentos sociais* (7 teses); vi) *mercados* (4 teses) e vii) *percepções de agricultores sobre questões alimentares e ambientais* (3 teses). Importante salientar que esta classificação não foi proposta pelos próprios autores e que muitos trabalhos abordam questões que poderiam ser enquadradas em dois ou mais grupos temáticos.

Na temática *institucionalização de referenciais de sustentabilidade, agroecologia e agricultura orgânica*, reunimos um conjunto de estudos que analisam a institucionalização destes referenciais tanto em políticas públicas de desenvolvimento rural, de proteção ao meio ambiente e de segurança alimentar e nutricional, como também nas diretrizes adotadas por instituições de ensino e pesquisa. Estas questões foram o foco

de análise de um expressivo número de estudos analisados (26 teses - 27,3% do total)³⁶. Importante observar que as teses que dedicam especial atenção a esta temática foram produzidas, em sua maioria, no período mais recente, principalmente a partir de 2010³⁷.

Oito trabalhos focam na análise de processos de implementação de instrumentos de política pública em diferentes contextos³⁸. Em relação aos referenciais teórico-metodológicos mobilizados nestes estudos, merecem destaque a noção de sustentabilidade e o enfoque da agroecologia, salientadas pelos autores como sendo de suma importância na articulação de diferentes dimensões de análise (ambiental, social, econômica, entre outras). Estes trabalhos também são recorrentemente marcados por propostas metodológicas de avaliação de instrumentos de política pública, muitas vezes com o objetivo de que os programas e ações analisados possam ser replicados em outros contextos, buscando também fornecer subsídios para o acompanhamento e aprimoramento futuro das políticas examinadas³⁹.

Na temática *institucionalização* também incluímos três teses que analisam como os referenciais da agroecologia foram introduzidos em arenas de discussão e formulação de políticas públicas e em órgãos estatais vinculados à temática do desenvolvimento rural (Bosetti, 2013; Luzzi, 2007⁴⁰), além de trabalhos que analisam as interações entre os campos da pesquisa acadêmica e políticas públicas (Paulino, 2017).

Doze trabalhos analisam a institucionalização destes referenciais, principalmente da agroecologia, em instituições de ensino e pesquisa (Novaes, 2010; Corrêa, 2014; Filho, 2014; Freitas, 2007; Jacob, 2011; Lindemann, 2010; Oliveira, 2013; Peneireiro, 2013; Pereira, 2015; Zart, 2012; Frossard, 2014; Oitaven, 2014). Estes estudos analisam experiências realizadas no ensino fundamental, médio e, principalmente, nos níveis

³⁶ Além destes estudos, muitos trabalhos classificados em outros grupos temáticos também abordam os processos de implementação de determinadas políticas públicas nos contextos analisados, destarte este não ser o objeto central dos estudos.

³⁷ Das 26 teses aqui classificadas, 20 foram produzidas a partir deste período.

³⁸ Os instrumentos de ação pública analisados nestes estudos foram: Programa de Aquisição de Alimentos (2 teses); Programa de Assistência Técnica, Extensão Social e Ambiental à Reforma Agrária (1 tese); Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (1 tese); Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais (1 tese); políticas públicas voltadas à comunidades quilombolas (1 tese); políticas públicas de desenvolvimento sustentável em ambientes de montanha (1 tese); políticas públicas ambientais de âmbito estadual no Paraná (1 tese) (Costa, 2011; Araújo, 2009; Capellesso, 2016; Abdala, 2007; Ghizelini, 2010; Leme, 2007; Netto, 2013; Silva, 2014).

³⁹ Observa-se, neste sentido, ser recorrente uma postura mais normativa nestes estudos, com indicações acerca de como poderiam ser aperfeiçoados os instrumentos de ação pública analisados.

⁴⁰ Luzzi (2007) analisa o surgimento e desdobramentos da incorporação do enfoque agroecológico na agenda de diferentes atores sociais rurais, com base na experiência da Rede PTA/FASE; Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAs), movimentos sociais rurais, especialmente o movimento sindical rural e o MST; além de instituições do Estado, principalmente a Política Nacional de ATER e o Marco Referencial da EMBRAPA.

técnico e superior⁴¹. Estes trabalhos têm como foco de discussão os processos e arranjos⁴² que viabilizaram a institucionalização dos referenciais de sustentabilidade, agroecologia e agricultura orgânica em instituições de ensino, como também os resultados alcançados⁴³.

Neste grupo temático observamos, ainda, três estudos que se dedicam à análise da institucionalização de marcos regulatórios relacionados à agricultura orgânica no país (Fonseca, 2005; Radomsky, 2010; Isaguirre-Torres, 2012). As três teses focam no debate acerca do processo de implementação dos Sistemas Participativos de Garantia (SPGs), tendo por base empírica redes de agricultura de base ecológica que tiveram um papel de destaque nas discussões nacionais que viabilizaram a institucionalização deste formato de certificação (Rede Ecovida e da Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro - ABIO)⁴⁴.

Outra temática que passou a ganhar expressiva atenção entre os estudos analisados foi *construção do conhecimento e mediação social* (26 teses – 27,3% do total)⁴⁵. Reunimos, nesta categoria, uma série de trabalhos que examinam processos de construção do conhecimento em experiências de agricultura de base ecológica, tendo como foco de análise concepções e arranjos socioprodutivos de agricultores e suas transformações ao longo do tempo, além das ações de atores vinculados a organizações de assessoria a estes agricultores e as interações entre agricultores e extensionistas rurais.

Destarte a grande diversidade de referenciais teórico-metodológicos mobilizados nestes estudos, podemos observar que algumas abordagens e problemáticas são bastante

⁴¹ Em paralelo a institucionalização no ensino formal, alguns estudos também analisam como a temática da agroecologia passou a ser incorporada em ações de educação popular promovidas por camponeses, a exemplo de Pereira (2015).

⁴² Em relação aos arranjos político-institucionais que viabilizaram a incorporação de referenciais da agroecologia em instituições de ensino, diversos trabalhos salientam a importância que os movimentos sociais tiveram nos casos analisados.

⁴³ O expressivo número de teses que analisam o processo de institucionalização do enfoque agroecológico em experiências de ensino também parece estar diretamente vinculado a importância que esta questão ganhou em diferentes instrumentos de política pública. Esta questão pode ser observada, por exemplo, na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, que em seus primeiros anos de implementação, entre 2004 e 2008, destinou expressivo volume de recursos ao fomento à pesquisa e extensão universitária de acordo com os princípios agroecológicos, por meio de ações em parceria com instituições de ensino e pesquisa, como também através de convênios com o CNPq (Caporal, 2008).

⁴⁴ Os trabalhos de Radomsky (2010) Isaguirre-Torres (2012) focam na análise dos processos de certificação participativa em núcleos da Rede Ecovida. Fonseca (2005) realiza uma revisão dos sistemas de certificação de diferentes países, mobilizando as discussões realizadas no âmbito da ABIO para realização de sua tese, como também o acompanhamento realizado no âmbito do Grupo de Agricultura Orgânica (GAO), do qual a pesquisadora participou ativamente enquanto associada da ABIO, conforme observaremos ao longo da tese.

⁴⁵ Juntamente com a temática *institucionalização*, também com 26 estudos, estes temas são preponderantes, sendo foco de análise de 54,6% do total de estudos sistematizados.

recorrentes. Merece destaque, neste sentido, a ênfase em relação a importância dos agricultores nos processos de construção e disseminação do conhecimento agroecológico. Além dos referenciais de Paulo Freire, podemos observar que esta discussão é influenciada pelos aportes teóricos de diferentes autores, com destaque para Miguel Altieri, Victor Toledo, Sevilla-Guzmán e González de Molina.

Nestas discussões merece destaque, ainda, a influência da Perspectiva Orientada aos Atores, especialmente das formulações do pesquisador Jan Douwe van der Ploeg, da Universidade de Wageningen (Holanda), e dos esforços coletivos em articular elementos desta abordagem analítica com a Perspectiva Multinível, desenvolvidos no âmbito do projeto ETUDE⁴⁶ (7 teses são desenvolvidas com base direta nestes referenciais). Os estudos que dialogam com estes referenciais focam, centralmente, na análise dos processos que viabilizam a construção de “conhecimentos territorializados”, através de “nichos de produção de novidades” e sua importância para a disseminação de experiências agroecológicas, em contraposição às dinâmicas de “inovação”, promovidas em arranjos com base no conhecimento científico⁴⁷.

No grupo temático *avaliação de sustentabilidade* reunimos 15 teses que se propõem a avaliar os níveis de sustentabilidade de experiências em agricultura de base ecológica, tomando como referência diferentes unidades de análise (unidades de produção, bacias hidrográficas, redes de agricultura de base ecológica, regiões, entre outras). Um traço comum destes trabalhos consiste na formulação de metodologias e ferramentas de avaliação, envolvendo, inclusive, a proposição de múltiplos indicadores que visam examinar diferentes dimensões da sustentabilidade: ambiental, social, econômica, institucional, entre outras.

Os referenciais teórico-metodológicos mobilizados nestes estudos são diversos, com aportes de disciplinas bastante distintas, articulando tanto metodologias quantitativas como qualitativas. Quatro teses adotam a agroecologia como referencial teórico

⁴⁶ Enlarging the Understanding of rural Development in Europe. Os resultados deste projeto foram apresentados nos livros: *Unfolding webs: the dynamics of regional rural development*⁵ (Ploeg; Marsden, 2008) e *Networking the rural: the future of green regions in Europe*⁶ (Milone e Ventura, 2010).

⁴⁷ A influência destas formulações teóricas nos estudos brasileiros parece ter sido reforçada pelo intenso intercâmbio entre professores de programas de pós-graduação e pesquisadores da Universidade de Wageningen, onde diversos estudantes também realizaram estágios de doutorado. O projeto IPODE – “Sementes e brotos da transição”, realizado com a participação de um número expressivo de estudantes de doutorado com pesquisas empíricas nas regiões Nordeste e Sul do país e que foi embasado diretamente nos referenciais elaborados no âmbito do programa ETUDE, também merece destaque, neste sentido.

metodológico para a realização das pesquisas, salientando tratar-se de um referencial sistêmico capaz de articular múltiplas dimensões de análise⁴⁸.

Os estudos classificados neste núcleo temático também possuem, em sua maioria, um cunho bastante normativo, concluindo com sugestões de estratégias para a promoção da sustentabilidade, tanto nas áreas estudadas como de maneira mais ampla. Nesta direção, as conclusões dos trabalhos também destacam recorrentemente a pertinência dos esquemas de avaliação e indicadores utilizados, que poderiam ser aplicados para avaliar e embasar desenhos mais sustentáveis no âmbito de unidades produtivas, regiões, políticas públicas, etc⁴⁹.

Na temática *território e dinâmicas de desenvolvimento* reunimos 14 teses que mobilizam, a partir de distintas perspectivas, a noção de território e examinam dinâmicas de desenvolvimento rural em diferentes contextos. Com base nos objetos de estudo podemos subdividir estes trabalhos em dois grandes grupos: i) aqueles que analisam redes de agricultura de base ecológica com atuação em determinados territórios, tanto em contextos rurais (Brasileiro, 2012; Souza, 2015; Mafra, 2006; Neto, 2006; Eduardo, 2014; Finatto, 2015; Bertazzo, 2009; Bloise, 2013), quanto em experiências de agricultura urbana (Arruda, 2011; Almeida, 2016)⁵⁰; ii) outros que examinam a promoção de processos de desenvolvimento rural sustentável com base na agricultura familiar em determinado recorte espacial⁵¹ (Lima, 2016; Salamoni, 2000; Fonseca, 2012; Alves, 2009).

Todos trabalhos classificados nesta temática utilizam o termo território. A noção é discutida em maior profundidade nos estudos que mobilizam uma abordagem territorial enquanto referencial analítico, em que se destacam os trabalhos realizados no âmbito da geografia⁵². De maneira geral, os autores consideram território enquanto delimitação

⁴⁸ Destarte estes estudos se embasarem em uma ampla gama de autores, observa-se que em sua maioria as formulações norteadoras têm por base os trabalhos de Altieri e Gliessman.

⁴⁹ Esta questão também pode estar vinculada ao fato de grande parte dos autores possuírem um histórico de atuação profissional com as questões pesquisadas, muitas vezes sendo atores de desenvolvimento nas regiões em que realizam os estudos empíricos de suas teses.

⁵⁰ Tratam-se de trabalhos mais recentes (2011 e 2016), desenvolvidos com base em pesquisas empíricas nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Além destes dois trabalhos, a temática também foi abordada em outro estudo, classificado na temática construção do conhecimento, devido a sua problemática norteadora. O tema da agricultura urbana tem emergido no contexto mais recente no movimento agroecológico brasileiro. O último Encontro Nacional de Agroecologia, realizado em 2018 em Belo Horizonte, contou com uma tenda temática específica sobre esta temática.

⁵¹ Alencar et al (2015: 55) observam que “o termo desenvolvimento é o segundo termo mais utilizado (no conjunto de trabalhos analisados pelos autores) e nos remete, em primeiro lugar, à questão do desenvolvimento rural, mas também ao termo desenvolvimento sustentável e ao termo sustentabilidade”.

⁵² Mesmo entre aqueles que não mobilizam a noção de território enquanto referencial teórico, podemos observar que problemáticas discutidas em relação a ideia de desenvolvimento territorial são trabalhadas.

sócio espacial conformada historicamente a partir da interação entre elementos sociais, ambientais, econômicos, políticos, institucionais e culturais. Entretanto, as motivações para mobilizar essa noção e utilizá-la como chave de leitura são bastante distintas. Neste sentido, podemos observar três perspectivas predominantes em relação a ideia de território: i) enquanto recorte espacial que transcende as delimitações municipais (Finatto, 2015); ii) como abordagem capaz de viabilizar o delineamento de estratégias de desenvolvimento sustentável nos contextos analisados (Silveira, 2013; Souza, 2015; Lima, 2016; Silva, 2014)⁵³; iii) enquanto escala de análise que permite examinar as relações de força e poder entre diferentes dinâmicas de desenvolvimento que se enfrentam nos processos de territorialização (Neto, 2006; Brasileiro, 2012; Eduardo, 2014).

Entre os estudos que analisam experiências de agricultura de base ecológica, tanto em contextos rurais como urbanos, predominam pesquisas sobre redes específicas presentes nos territórios analisados⁵⁴. Em relação às experiências analisadas, todos os trabalhos destacam sua capacidade de promover processos mais sustentáveis, em diferentes âmbitos: ambiental, social, econômico, político, institucional, entre outros. Muitos estudos também destacam as experiências de agricultura de base ecológica como sendo capazes de promover processos de desenvolvimento sinérgicos aos fatores endógenos aos territórios que estão inseridas. Alguns trabalhos também salientam, neste sentido, a contraposição destas iniciativas e os entraves colocados por dinâmicas de desenvolvimento rural consideradas como “desterritorializantes”, a exemplo do agronegócio, recorrentemente apontadas como principal barreira para aos processos de transição agroecológica nos contextos analisados⁵⁵.

As três teses que focam na análise de processos de desenvolvimento rural com base na agricultura familiar, com estudos de base empírica em diferentes contextos,

Um exemplo, neste sentido, é o trabalho de Mafra (2006), que mobiliza a noção de “desenvolvimento local”, com ênfase nas relações de poder que se estruturam no contexto analisado. Entretanto, como estas questões e grande parte dos debates travados em torno da noção de “desenvolvimento local” foram, em grande parte, absorvidos pelas discussões sobre desenvolvimento territorial nos anos subsequentes, consideramos pertinente classificá-la neste grupo temático. Além disso, o estudo enfatiza que os atores analisados estavam crescentemente utilizando a terminologia “desenvolvimento territorial” ao invés de desenvolvimento local, o que compreende como parte do processo de institucionalização das políticas públicas com referência territorial, que estavam começando a ser implementadas a partir da criação da Secretária de Desenvolvimento Territorial – SDT/MDA em 2003.

⁵³ Em que recorrentemente são mobilizados diferentes conceitos nesta direção: “desenvolvimento territorial sustentável”, “desenvolvimento territorial endógeno”, “ecodesenvolvimento”.

⁵⁴ Somente três teses examinam diferentes iniciativas de transição agroecológica nos recortes espaciais analisados.

⁵⁵ Esta questão aparece, de forma mais significativa, nos trabalhos que mobilizam abordagens territoriais que enfatizam a necessidade de se analisar as relações de força e poder entre diferentes dinâmicas que disputam os territórios analisados (Neto, 2006; Brasileiro, 2012; Eduardo, 2014).

salientam a capacidade desta categoria em promover processos sustentáveis em múltiplas dimensões⁵⁶. Nestes trabalhos a agroecologia é recorrentemente apontada enquanto algo intrínseco ao modo de vida dos agricultores familiares tradicionais, ao qual também estaria relacionado um conjunto de práticas agrícolas. A ideia de desenvolvimento territorial sustentável é recorrentemente enfatizada, assim, em relação a promoção da agricultura familiar no território e dinâmicas relacionadas a este segmento social.

Pesquisas classificadas nesta temática também mobilizam a noção de redes na realização de seus estudos, a partir de diferentes referenciais⁵⁷, por vezes articulando essa noção às abordagens territoriais trabalhadas. Entre estes estudos podemos encontrar, ainda, trabalhos que enfatizam as diferenças entre distintas redes de agricultura de base ecológica, a exemplo de Finatto (2015), que analisa distinções entre redes que se articulam em torno das noções de “agroecologia” e “agricultura orgânica” no contexto de sua pesquisa empírica.

Em *movimentos sociais e agroecologia* agrupamos sete teses, que focam na análise de processos de incorporação de referenciais da agroecologia em movimentos sociais e o papel que assumiram a partir de então. Um traço comum nos estudos classificados neste núcleo temático é o envolvimento dos pesquisadores com os processos analisados, seja como integrantes diretos dos movimentos seja por estudarem os mesmos por um período expressivo de tempo⁵⁸.

Os processos de transição agroecológica viabilizados no contexto dos movimentos sociais são recorrentemente considerados pelos autores enquanto expressão de lutas contra-hegemônicas mais amplas. Nos debates teóricos que aparecem nestes estudos, merecem destaque discussões em relação às noções de campesinato e agroecologia. Neste sentido, podemos observar que recorrentemente as ideias de agroecologia e campesinato aparecem de forma articulada, destacando-se a sustentabilidade do modo de vida camponês em diferentes dimensões.

As questões de gênero também aparecem de maneira mais expressiva nestes estudos, sendo feminismo o foco de análise de três teses aqui classificadas. Estas pesquisas enfatizam as conexões entre feminismo e agroecologia em diferentes contextos de luta dinamizados por movimentos sociais. Os referenciais teóricos do feminismo são

⁵⁶ Social, ambiental, econômica, política, institucional, cultural, etc.

⁵⁷ Com destaque para as noções de “redes sócio-técnicas” e “territórios-rede”.

⁵⁸ Exemplo de pesquisadores que iniciaram seus trabalhos com determinado movimento social no período de iniciação científica de graduação.

aprofundados nestes estudos, oferecendo instigantes pistas para o aprofundamento em relação a este debate⁵⁹.

No núcleo temático *mercados* aglutinamos teses que tem como foco de análise processos de construção de mercados em experiências de agricultura de base ecológica. A maioria destas teses foi fortemente influenciada pelos referenciais da *nova sociologia econômica*, com destaque para as formulações de Granovetter, Polanyi, Callon e Wilkinson (Souza, 2012; Perez-Cassarino, 2012; Padilha, 2017). Destarte a classificação de apenas quatro trabalhos nesta temática específica, deve-se observar que diversos estudos de outros núcleos de discussão também pontuam considerações sobre a construção de mercados em experiências de agricultura de base ecológica, especialmente nas análises que se dedicam ao exame de trajetórias destas experiências em determinados territórios.

Os trabalhos deste grupo se destacam pela importância dada à análise dos atores vinculados a dimensão do consumo, analisando seu papel, práticas e percepções. Em relação aos mercados construídos em experiências de agricultura de base ecológica, os estudos enfatizam a importância de canais de comercialização que permitam interações diretas entre agricultores e consumidores, com destaque para a estruturação de feiras agroecológicas. As feiras são destacadas, neste sentido, enquanto configurações de mercado capazes de dinamizar a construção de comunidades de interconhecimento entre agricultores e consumidores e, assim, transcender uma lógica apenas comercial nestas interações.

Por fim, aglutinamos em um sétimo núcleo temático três teses que discutem *percepções de agricultores acerca de questões ambientais e alimentares*. Duas teses refletem sobre as concepções de natureza e riscos ambientais por parte dos agricultores (Abreu, 2002; Florti, 2003). Este debate foi fortemente marcado pelas influências de Giddens e Beck em relação a noção de *sociedade de risco*, como também pelos referenciais da Teoria Ator-Rede, com destaque para as formulações de Latour no sentido de se repensar as noções de sociedade e natureza. A terceira tese aqui classificada teve

⁵⁹ Este tema possui grande importância no movimento agroecológico brasileiro, sendo o Grupo de Trabalho de Gênero (depois transformado em GT Mulheres) um dos primeiros a ser constituído no âmbito da Articulação Nacional de Agroecologia. Ao mesmo tempo, é importante lembrar o protagonismo feminino em várias frentes de ação que foram de crucial importância para a institucionalização da agroecologia, a exemplo da Secretaria das Mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e da Marcha das Mulheres, central no processo que motivou a criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) em 2012.

como foco de análise as concepções e práticas alimentares de agricultores familiares (Ell, 2007)⁶⁰.

A partir da análise empreendida ao longo da seção parece ser possível observar algumas questões transversais nos estudos sistematizados, em relação as quais buscamos, em interface com a abordagem dos *sistemas agri-alimentares territoriais*, propor algumas contribuições a partir de uma leitura pragmática das transições agroecológicas territorialmente situadas. Merecem destaque, neste sentido, a leitura multidimensional em relação aos processos de transição agroecológica, se desdobrando em meio a redes de interdependência e sistemas de prescrição, como também relações de força e poder que contextualmente tensionam seus desdobramentos.

No conjunto de teses sistematizadas podemos observar que a dimensão produtiva ganhou um papel de destaque nas análises. Alguns trabalhos incorporam ao escrutínio analítico as redes de interdependência, como também nos estudos sobre construção de mercados podemos observar uma maior atenção a esfera da comercialização, mas significativamente as reflexões acerca dos aspectos socioprodutivos são priorizadas. Alencar et al (2015: 55 e 57) também observam, em relação ao conjunto de estudos que analisam, que a “produção agrícola” é uma dimensão central, tanto no contexto da agricultura familiar como da produção orgânica. Da mesma forma, em diferentes países esta ênfase em relação a dimensão produtiva parece se explicitar, como destaca González de Molina (2012: 10), no tocante aos debates em torno da agroecologia.

Em relação as pesquisas que analisam experiências em agricultura de base ecológica em determinado recorte espacial, podemos observar que normalmente focam em iniciativas específicas, articuladas, por exemplo, em torno do enfoque agroecológico. Além disso, recorrentemente as pesquisas aprofundam o exame de aspectos específicos, a exemplo dos arranjos de construção e disseminação de conhecimento, no tocante as experiências analisadas, sendo raros os estudos que buscam examinar o conjunto de experiências de transição agroecológica que se expressam nos contextos empíricos analisados e suas interações ao longo do tempo.

Podemos observar, ainda, que em muitos estudos as experiências em agricultura de base ecológica são destacadas enquanto alternativas e/ou contratendentes, seja ao regime sociotécnico predominante ou, até mesmo, em relação a sociedade capitalista. Esta

⁶⁰ Esta discussão também permeou diferentes trabalhos, em que merecem destaque os estudos sobre mercados institucionais no Brasil, classificados na temática institucionalização.

postura parece, por vezes, acabar reforçando certas dicotomias, a exemplo do que se considera “convencional” e “alternativo” nos contextos analisados.

Por fim, podemos observar três perspectivas predominantes em relação a ideia de território. Alguns trabalhos a tomam enquanto recorte espacial que permite transcender outras delimitações espaciais, especialmente municipal (Finatto, 2015). Outros propõem uma abordagem territorial no sentido de refletir acerca do delineamento de estratégias de desenvolvimento sustentável nos contextos analisados (Silveira, 2013; Souza, 2015; Lima, 2016; Silva, 2014). Por fim, alguns estudos tomam a noção de território para examinar as relações de força e poder entre diferentes perspectivas que se enfrentam nos processos de territorialização das experiências em agricultura de base ecológica (Neto, 2006; Brasileiro, 2012; Eduardo, 2014). Esta terceira perspectiva, combinada uma leitura multidimensional, parece poder oferecer instigantes contribuições, conforme discutiremos na última seção deste capítulo. Mas antes vamos analisar alguns debates predominantes nas discussões sobre transição agroecológica em diferentes países e suas interfaces com o contexto brasileiro, com vistas a melhor contextualizar nossa proposta de pesquisa.

1.3 – *Ecologia de projetos*: por uma leitura pragmática das transições agroecológicas territorialmente situadas

As lentes de análise mobilizadas no presente estudo buscam estabelecer um diálogo com a sociologia pragmática francesa no estudo dos processos de ambientalização da agricultura, referenciando-se, também, na abordagem dos *sistemas agri-alimentares territoriais* desenvolvida sobretudo por pesquisadores franceses (Lamine, 2012; Lamine et al, 2015; Lamine, 2017). Visamos contribuir, nesse sentido, com a proposição de uma leitura pragmática das transições agroecológicas territorialmente situadas, reforçando a importância de se abarcar a pluralidade de críticas e controvérsias que emergem em torno desses processos de mudança em um contexto social e ecológico específico, no caso desta pesquisa, a Região Serrana do Rio de Janeiro. Nesse esforço de reconstrução dessa trajetória de crítica e transformação dos modos de organização da agricultura no recorte territorial analisado, tomamos como fio condutor as práticas desenvolvidas por diferentes atores que buscaram, ao longo das últimas décadas, articular ações que perpassam diferentes níveis sistêmicos, visando dinamizar processos de transição agroecológica.

Em meados da década de 1980 passou a ganhar força o projeto de uma sociologia da crítica no contexto francês, propondo um rompimento epistemológico com a sociologia crítica de matriz bourdieusiana (Barthe et al, 2013). Em torno do Groupe de Sociologie Politique et Morale da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), fundado por Luc Boltanski, verifica-se a emergência de um enfoque sociológico diferenciado, “voltado não às formas de reprodução da estrutura, mas à competência crítica dos atores sociais ordinários para a resolução de situações conflituosas e problemas cotidianos” (Mello, 2019: 159). Merece destaque, nesse sentido, o trabalho de Boltanski e Thévenot (1991) sobre justificações, que pode ser considerado uma referência inspiradora dos esforços iniciais envidados nesta direção.

A estas formulações seminais somaram-se as contribuições de outros pesquisadores que, nesse mesmo período, também procuraram explorar os novos caminhos percorridos pelo pensamento sociológico francês, associados, de diferentes formas e graus de intensidade, à proposta de uma sociologia pragmática⁶¹. O exame de três décadas de trabalhos inspirados por um “estilo pragmático” demonstra como, destarte a grande diversidade e linhas de raciocínio próximas ou contrárias aos trabalhos pioneiros, autores têm obtido êxito tanto ao aprofundar temas já clássicos quanto ao propor novas temáticas (Barthe et al, 2013).

A partir de meados da década de 1990, começou a ganhar força uma “segunda onda” no pragmatismo francês, explicitando um duplo processo de convergência e confrontação envolvendo trabalhos de autores qualificados como “pragmatistas”. De um lado, como destaca Chateauraynaud (2016: 356), visou-se “estabelecer as regras do método dadas *a priori* e pensadas, antes de tudo, contra uma ‘sociologia crítica’”⁶². De outro, autores buscaram “se basear na longa tradição de estudos dos fenômenos coletivos, de construção de problemas públicos ou de lógicas de atividades situadas, defendendo um

⁶¹ Como apontam Barthe et al (2013: 85-86), “o rótulo ‘pragmática’, que retomamos aqui, não deve levar a pensar que o tipo de sociologia que ele designa se vê como herdeiro direto dos filósofos pragmáticos (...). Por um lado, essa sociologia não pretende ser uma proposta de ordem filosófica sobre o mundo social e físico, mas simplesmente uma sociologia: isso implica, sobretudo, que a investigação empírica, feita seguindo metodologias testadas das Ciências Sociais, nela desempenha um papel central e insubstituível. Por outro lado, se a influência do pragmatismo sobre ela é decisiva (muito particularmente por intermédio da tradição sociológica interacionista e goffmaniana, assim como da etnometodologia), suas fontes de inspiração também são variadas – certos sociólogos das provas buscam uma parcela considerável de sua reflexão na sociologia durkheimiana, na weberiana, na fenomenologia ou nos *science studies*”. Entre as mais proeminentes constelações desse universo que foi se formando desde os anos 1980 podemos citar a abordagem sociotécnica de Bruno Latour e Michel Callon, os trabalhos de Isaac Joseph, Louis Queré e Bernard Conein e a economia das convenções.

⁶² Vertente em que o autor destaca o trabalho de Barthe et al. (2013).

pluralismo metodológico que evita fixar um quadro excessivamente rígido em torno das lógicas de investigação”⁶³.

Apesar dos preceitos pragmatistas darem lugar a interpretações distintas, podemos observar pontos em comum entre autores próximos a essa abordagem. Em primeiro lugar, merece destaque uma reivindicação de empirismo, cuja radicalidade pode variar segundo o lugar dado à experiência e ao papel do pesquisador na elaboração de sua narrativa. Ao mesmo tempo, notamos a importância dada à ação, enfatizando-se a pluralidade de lógicas presentes nesse agir e a necessidade de apreendê-las de maneira situada. O mesmo também pode ser observado em relação à prioridade dada à investigação, “entendida como uma atividade coletiva de redefinição de problemas pelos públicos portadores de novos questionamentos, processo de redefinição no qual o pesquisador não tem lugar privilegiado”, pois “a problematização faz apelo a uma multiplicidade de formas de experiência e saberes, como se observa por meio da emergência contínua de controvérsias em torno do que é designado sob a etiqueta de ‘tecnociência’”, como observa Chateauraynaud (2016: 357).

Outro ponto comum entre pragmatistas é a proposta de abordar a pluralidade de críticas e/ou justificações em torno das controvérsias analisadas, examinando seus fundamentos práticos e efeitos sociais. Ao estimular a análise sistemática, a abordagem privilegia uma postura bem diferente da preconizada pela sociologia crítica bourdieusiana em relação aos discursos dos atores, buscando realizar um esforço reflexivo suplementar aos dos próprios atores, tanto no sentido de “captar a totalidade dos pontos de vista envolvidos na luta”, tratando-os de modo simétrico, “quanto assumir a tarefa de investigar os fundamentos práticos das operações de crítica e justificação realizadas e/ou seus efeitos sociais”, como destacam Barthe et al (2013: 98). Busca-se, desta forma, tentar trazer à tona valores, normatividades e dinâmicas de interação que operam em uma dada situação e em relação aos quais os atores envolvidos - e também os pesquisadores - podem não estar imediatamente conscientes. Trata-se de explicitar “as contradições práticas que geram o processo crítico estudado, ou ainda, os mecanismos sociais ou institucionais que limitam o desdobramento público e os efeitos sociais da crítica” (Ibidem: 99).

Estas máximas acabam convergindo na “principal linha de ruptura” promovida pelos pragmatistas em relação “as sociologias ditas clássicas”, relacionada às “formas de dominação” e “aos jogos de poder que elas alimentam”, como salienta Chateauraynaud

⁶³ Em que o autor aponta para as contribuições de Daniel Cefaï (2007, 2012) e suas próprias.

(2015: 5). O autor ressalta, nesse sentido, a importância da “valorização da pluralidade de estilos, de atividades situadas, de capacidades de investigação e deliberação, de formas de conhecimento imanentes aos dispositivos em ação” (Ibidem).

Entre as diferentes vertentes que emergem nesta “segunda onda” do pragmatismo francês, destacamos as formulações em torno da proposta de uma *pragmática das transformações*, em que ganham destaque pesquisas em torno das controvérsias relacionadas às questões socioambientais. Essa proposta, institucionalizada no âmbito do Grupo de Sociologia Pragmática e Reflexiva da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais⁶⁴, fundado e dirigido por Francis Chateauraynaud, se expressa de forma mais consistente a partir de fins da década de 1990. A partir desse momento, Chateauraynaud e colaboradores buscaram aprofundar uma “sociologia pragmática atenta às modalidades de ação e de interpretação que afrontam a questão da reversibilidade, aos pontos de bifurcação (*turning points*) ou às mudanças de configuração que afetam o jogo de atores compreendidos na longa duração” (Chateauraynaud, 2015: 3). Propõem-se, desta forma, como aponta Mello (2019: 164), acompanhar “problemas e controvérsias socioambientais desde seu nascimento, nas fases de vigilância e alerta, até sua normalização institucional”, Da mesma forma, Chateauraynaud passou a se interessar cada vez mais por uma releitura pragmática do poder, visando uma correção de rota em direção a uma pragmática das *relações de captura*. As formulações do autor visam contribuir, neste sentido, com as discussões acerca da “pluralidade de caminhos possíveis para apreender formas contemporâneas de crítica e engajamento ecológico” (Chateauraynaud, 2018: s/p).

Em diálogo com estas formulações, buscamos refletir acerca dos processos de transição agroecológica. Como aponta Lamine (2017: 207): “a questão da ecologização da agricultura é, como muitas temáticas ambientais, uma questão propriamente contemporânea: ela não emergiu na cena antes do momento em que começaram a ser denunciados os impactos de uma agricultura cada vez mais dependente de agrotóxicos e outros insumos industrializados”.⁶⁵ A partir do momento em que os impactos ambientais da agricultura se constituíram em “problema público” (Cefaï; Terzi, 2012), com recurso a retóricas de interesse geral e de bem comum, “os diversos modelos de agriculturas

⁶⁴ Em francês, *Groupe de Sociologie Pragmatique et Réflexive* da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* - EHESS).

⁶⁵ O que é frequentemente associado, como observa a autora, à publicação do livro *Primavera Silenciosa*, em 1962 (Lamine, 2017). No entanto, como aponta Lamine, é importante observar que mesmo no período áureo da modernização da agricultura, numerosos agricultores continuaram a praticar formas de agricultura orientadas por princípios ecológicos.

ecológicas que apareceram ao longo de décadas passaram a se posicionar” em relação às múltiplas controvérsias que começaram a emergir (Lamine, 2017: 207). Os debates públicos sobre o mal da vaca louca, crise da febre suína, agriculturas sustentáveis e alimentos saudáveis, testemunham a crescente importância que a questão ambiental passou a ganhar nas últimas décadas, como também a relevância que as questões relacionadas à saúde e à alimentação passaram a ter, em relação com a temática da agricultura (Ibidem: 11).

Nesse sentido, a abordagem dos *sistemas agri-alimentares territoriais* parece apontar instigantes pistas, ao propor que se analise como são socialmente trabalhadas as controvérsias contemporâneas em torno dos temas agricultura e alimentação, em sua conexão com contextos socioespaciais específicos.

O termo *agri-alimentar* é mobilizado, nesse sentido, com o objetivo de incorporar ao escrutínio analítico diferentes dimensões e escalas que tensionam os arranjos de produção, processamento e consumo de alimentos. Busca-se salientar, assim, que transformações em agricultura e alimentação impactam e dependem de mudanças que atravessam as múltiplas escalas e dimensões envolvidas na conformação desses sistemas, facilitando ou limitando processos de transição agroecológica (Lamine, 2012).

Como observam Lamine et al (2016), grande parte das abordagens que emergiram nos últimos anos com o objetivo de analisar transformações em agricultura e alimentação estão ancoradas em uma definição clássica da noção de sistema agroalimentar, que tende a englobar apenas os atores envolvidos nas cadeias de produção, distribuição e consumo. Além disso, a maioria dos estudos analisa as dimensões produtiva e de consumo de maneira separada, levando a uma certa segmentação no exame desses processos (Goodman et al, 2012; Bricas et al, 2013)

A noção *agri-alimentar* busca salientar que estes sistemas são compostos por diferentes atores envolvidos com a produção, transformação, distribuição e consumo, como também por diferentes agentes ligados às atividades de assistência técnica e extensão rural, pesquisa, organizações e movimentos da sociedade civil, políticas e sistemas públicos de regulação (envolvendo questões fitossanitárias, poluição, sementes, qualidade dos alimentos, entre outros) (Lamine, 2017: 114). Essa noção visa incluir os fatores sócio-materiais presentes nas diferentes redes, regulamentos e modos de ordenamento e coordenação, a partir dos quais *sistemas agri-alimentares* são configurados (Lamine, 2012; Lamine et al, 2016). Desta forma, pretende-se incorporar ao escrutínio analítico a diversidade de conexões e contradições presentes na configuração

desses sistemas, como também as interdependências entre agricultura e alimentação em suas trajetórias de mudança articuladas e conflitantes (Lamine et al, 2015; Bricas et al, 2013).

Em relação aos atores e iniciativas que buscam transformar as configurações dos *sistemas agri-alimentares territoriais*, esta perspectiva de análise propõe que se observe a diversidade presente no recorte territorial analisado. Em sintonia com as formulações da sociologia pragmática, visa-se incorporar ao escopo geral da análise um conjunto heterogêneo críticas e iniciativas que buscam transformar estes sistemas, sejam elas promovidas por atores mais “alternativos”, “convencionais” ou de maneira “híbrida” (Lamine et al, 2015). A abordagem proposta toma como objeto de análise, as interações que se estabelecem entre diferentes iniciativas de ambientalização da agricultura que emergem ao longo do tempo em um determinado recorte socio-espacial, observando sua capacidade de impulsionar mudanças e agir em diferentes dimensões e escalas envolvidas na estruturação dos *sistemas agri-alimentares territoriais* (Lamine et al, 2009; Bricas et al, 2013).

Importante observar que nos trabalhos que nos serviram de referência em nossa aproximação no estudo dessa abordagem (Lamine, 2012), como também em estudos produzidos no contexto brasileiro e que buscam dialogar com essa mesma perspectiva (Brandenburg et al, 2014), não é utilizada a noção de ambientalização, mas sim ecologização na agricultura. Consideramos, no entanto, que os contornos que a noção de processos de ambientalização foi ganhando no Brasil, fortemente influenciada pelo trabalho de Leite Lopes (2006), contribui, principalmente, por “designar tanto o processo de adoção de um discurso ambiental genérico por parte dos diferentes grupos sociais, como a incorporação concreta de justificativas ambientais para legitimar práticas” (Acselrad, 2010: 103). Desta forma, a noção também nos coloca de frente às disputas de legitimidade que “instauram-se, concomitantemente, na busca de caracterizar as diferentes práticas como ambientalmente benignas ou danosas” (Ibidem), em que podem emergir conflitos ou sinergias entre diferentes atores sociais que ambientalizam seus discursos e práticas.

A partir da noção de ambientalização também buscamos frisar a proposta deste trabalho no sentido de analisar não somente as iniciativas “alternativas” e considerá-las em oposição a um sistema “convencional”, “mas, principalmente de se interessar pela maneira como vão sendo modificadas as fronteiras entre isto que, segundo a época e atores, qualificamos respectivamente como ‘alternativo’ ou ‘convencional’” (Lamine,

2017: 13). Reforça-se, nesse sentido, que a própria divisão entre “alternativo” e “convencional” é relacional, tendo em vista que estas noções só se definem em sua alteridade, variando de acordo com os atores que às utilizam e em contextos distintos.

Desta forma, visamos, também, nos distanciar de formulações que partem de modelos pré-concebidos acerca de como devem se dar os processos de transição, que práticas e arranjos são mais importantes e eficazes, independentemente da situação. Em consonância com as proposições de Goodman et al (2012), poderíamos afirmar que nosso objetivo é compreender como os atores, com suas imperfeições e restrições contextuais, lidam com as contradições com que se deparam e são confrontados na construção de suas experiências, em processos social e ecologicamente situados, em que interagem variadas formas de poder.

Do ponto de vista metodológico, a abordagem dos *sistemas agri-alimentares territoriais* sugere que no recorte espacial de análise o(a) pesquisador(a) busque apreender a diversidade de processos de ambientalização da agricultura ali existentes, observando suas interações, limites e potencialidades no sentido de impulsionar a transformação desses sistemas e buscando compreender, também, que tipos de transformações estão sendo engendradas através dessas práticas de suas distintas formas de coordenação. Além disso, busca-se analisar as redes de interdependência e sistemas de prescrição, envolvendo atores que interagem no âmbito dos *sistemas agri-alimentares territoriais*.

Partimos também de uma abordagem sociohistórica da trajetória dos processos de ambientalização da agricultura, fortemente influenciada pela “pragmática das transformações” que buscamos operar. Busca-se entender, neste sentido, de que maneira as relações de poder que estruturam o *sistema agri-alimentar* em um dado território se fazem presentes nos campos de relações e horizontes de atuação dos diferentes agentes engajados nos processos de transição agroecológica. O desafio que se coloca, nesse sentido, como ressalta Chateauraynaud (2015), não é apenas tomar os processos analisados em seu conjunto, mas de também detalhar as operações realizadas pelos atores que tentam reorientar ou modificar seu ambiente de atuação e sua própria trajetória ao longo do tempo. Uma história pragmática busca romper, nesse sentido, com as grandes narrativas teleológicas, baseando-se “na maneira como os próprios atores experimentam as bifurcações históricas”.

A partir desta proposta de uma leitura com foco sociohistórico também consideramos importante discutir o uso da noção de *ecologia de projetos*. Essa ideia surge

a partir de uma proposta de releitura de formulações bastante distintas. A noção de ecologia é inspirada, por um lado, na ideia de ecologia organizacional (ou ecologia populacional das organizações), que a partir de suas origens em Hannan e Freeman (2005), que propõe estudar o conjunto de organizações com padrões semelhantes, ao invés de analisá-las de forma individualizada. Buscam compreender, neste sentido, os ciclos em que as empresas vão evoluindo relacionalmente ao ambiente em que estão inseridas, observando as condicionantes favoráveis para determinada população organizacional predominar em determinado ambiente e depois serem extintas e substituídas por outras.

Além disso, o uso deste termo é fortemente influenciado pelos desdobramentos dos debates em relação a intermediação institucionalizada no âmbito da sociedade civil no contexto latino-americano. Lavalle e von Bülow (2014: 128) propõem, neste sentido, a ideia de “ecologia organizacional ampliada”, que definem como “populações diversificadas de organizações da sociedade civil que criam formas organizacionais especializadas para lidar com sua interdependência dentro de ambientes compartilhados”.

Já a noção de projeto é influenciada diretamente pela formulação de Boltanski e Chiapello (2009), que concebem projeto enquanto oportunidade e pretexto para a conexão. Em torno de determinado projeto, reúne-se um conjunto diverso de pessoas, por um período maior ou menor de tempo, configurando-se como um “segmento de rede fortemente ativado” nesse interregno temporal, mas que possibilita a criação de laços mais duradouros, que podem permanecer adormecidos, mas, em maior ou menor medida, sempre estão disponíveis. Os projetos possibilitam, assim, como destacam Boltanski e Chiapello (2009: 135):

a produção e a acumulação num mundo que, se fosse puramente conexionalista, conheceria apenas fluxos, sem que coisa alguma pudesse estabilizar-se, acumular-se ou ganhar forma: tudo seria carregado pela corrente incessante dos contatos estabelecidos, que, em vista de sua capacidade de comunicar tudo com tudo, distribuem e dissolvem incessantemente aquilo que cai em suas malhas. O projeto é precisamente um amontoado de conexões ativas capazes de dar origem a formas, ou seja, dar existência a objetos e sujeitos, estabilizando e tomando irreversíveis os laços. Portanto, é um *bolsão de acumulação* temporário que, sendo criador de valor, dá fundamento à exigência de ampliar a rede, favorecendo conexões. (Boltanski e Chiapello, 2009: 135).

Propomos, nesse sentido, analisar os processos de transição agroecológica, no recorte espacial em questão, a partir da ideia de *ecologia de projetos*, que envolvem uma significativa heterogeneidade de atores e organizações, engajados projetos específicos que, ao longo do tempo, podem estabelecer relações sinérgicas ou mesmo entrar em

contradição. Esses distintos projetos vão desencadeando ações voltadas à ambientalização do *sistema agri-alimentar* em diferentes dimensões e tendo por base distintas interpretações, articulando múltiplos atores, em um processo que pode estabelecer sinergias e acúmulos de recursos e experiências, a serem mobilizados em projetos seguintes. Mesmo sem estabelecer relações diretas, muitas vezes estes projetos acabam criando sinergias ao longo dos anos, tendo em vista as ações que vão sendo desencadeadas por esses atores sociais e que produzem efeitos em diferentes dimensões do *sistema agri-alimentar*. Assim, ao longo dos anos, estes diferentes projetos vão formando uma base de sustentação, mais ou menos sólida, aos processos de transição agroecológica.

Lançamos, neste sentido, a hipótese de que os processos de transição agroecológica vão sendo impulsionados em determinado território por meio de uma *ecologia de projetos* que, ao longo do tempo, vão articulando diferentes níveis sistêmicos que podem, ao menos potencialmente, impulsioná-los em momentos futuros. Para isso consideramos ser de crucial importância lançar mão de uma lente sistêmica de análise e de uma leitura sociohistórica acerca desses processos.

Não se trata, de maneira alguma, de conceber esses projetos com base em uma perspectiva evolutiva, tendo em vista que, enquanto projetos (Boltanski e Chiapello, 2009), são sempre conexões que podem ou não ser reativadas. Além disso, estes distintos projetos podem entrar em contradição. Nessa direção, as noções de exclusão e adaptação, utilizadas pelos autores vinculados à ecologia organizacional contribuem para chamar atenção tanto para os desenvolvimentos não lineares que marcam a evolução desse tecido reticular de organizações e projetos como para o componente agonístico presente nessas interações.

A importância de se analisar as configurações agroalimentares e suas transformações a partir da escala dos territórios têm sido crescentemente destacada na literatura internacional (Friedmann, 2017), especialmente em trabalhos que tomam como foco sistemas alimentares urbanos ou regionais (Marsden e Sonino, 2012). Entretanto, como apontam Lamine et al (2016/sp), grande parte desses estudos centra-se “apenas nas alternativas de circuitos curtos isoladamente, sem analisar o conjunto de iniciativas em termos de mudanças mais ousadas nos sistemas agroalimentares”.

A perspectiva dos *sistemas agri-alimentares territoriais* distancia-se, neste sentido, das abordagens que partem da escala territorial para examinar os processos de transformação em agricultura e alimentação com foco em produtos específicos ou apenas em iniciativas consideradas “alternativas” (Lamine, 2017). O objetivo, aqui, é proceder a

uma análise sistêmica, dinâmica e diacrônica do conjunto de iniciativas de ambientalização da agricultura que emergiram, nas últimas décadas, na Região Serrana, examinando suas interações com base em uma perspectiva longitudinal. Para isto, torna-se de fundamental importância considerar as visões e argumentos acionados pelos diversos atores envolvidos nestes processos, como também a forma como essas diferentes visões são traduzidas em ações locais concretas.

Como podemos observar, a abrangência do território a ser analisado, segundo a perspectiva dos *sistemas agri-alimentares territoriais*, deve ser delimitada de forma dinâmica, concebendo-o enquanto espaço físico construído a partir de interações sociais, com fronteiras não sendo traçadas e estabelecidas ao longo do tempo (Lamine et al, 2015; Lamine, 2017). Nesse sentido, como aponta Lamine (2015: s/p), ainda que a condução de uma pesquisa empírica tendo como referência a noção de território solicite que fronteiras sejam estabelecidas, “as relações sociais (trocas, modos de coordenação, alianças, etc) que nele se estabelecem são determinantes para identificar o perímetro pertinente para a análise empírica, mais do que os limites administrativos”. A delimitação espacial do recorte empírico a ser analisado tem como referência as territorialidades estabelecidas, historicamente, pelas redes engajadas nesses processos de transição agroecológica.

Em certos casos, podem ser coerentes os limites administrativos e os territórios de vida e ação das pessoas, sejam elas agricultores ou outros atores do *sistema agri-alimentar*. No entanto, em muitas situações, estes territórios de ação podem ser diferentes e variar ao longo do tempo. Torna-se necessário, nesse sentido, antes fixar limites, lançar “hipóteses territoriais”, observando se é possível perceber, em processos coletivos, a construção de “projetos agri-alimentares territoriais” (Lamine, 2017).

Particularmente no contexto brasileiro, no entanto, consideramos ser relevante aprofundar a discussão no tocante às relações de força e poder que conformam os espaços em que os processos de transição agroecológica se desdobram. Nesse sentido, como aponta Schmitt (2012: 103), torna-se necessário observar que a conformação dos territórios a serem pesquisados resulta da confluência entre diferentes processos históricos de *des/re/territorialização*, não se definindo, assim, como unidades homogêneas, pois agregam “um conjunto heterogêneo de atores e materialidades (...) onde diversos atores estabelecem relações de força e tentam exercitar sua visão daquilo que é o local”.

Nos últimos anos, diversos autores passaram a dialogar com a noção de desenvolvimento territorial na análise de experiências em agricultura de base ecológica

no país, examinando seu potencial enquanto “possibilidade de mediação para a construção de novos projetos de desenvolvimento e a conquista de melhores condições de vida, com autonomia”, ao mobilizarem fatores endógenos aos territórios em que se inserem (Saquet e Sposito, 2008: 28). Em relação a esta perspectiva, nos propomos realizar certo deslocamento analítico, focando no exame das relações de força e poder presentes nas configurações territoriais em que as iniciativas de transição se inserem.

Este enfoque, ao que tudo indica, está vinculado a um processo mais amplo em relação à forma como o debate sobre territórios e territorialidades passou a ser incorporado nas discussões relacionadas ao desenvolvimento rural, tanto no âmbito acadêmico como na atuação dos gestores públicos e movimentos sociais. A partir de fins da década de 1990, a abordagem territorial disseminou-se com expressiva força no Brasil, em especial no campo das políticas públicas e dos estudos sobre desenvolvimento rural. De forma semelhante ao que ocorreu em outros países latino-americanos, os referenciais de desenvolvimento territorial em regiões rurais foram impulsionados pelas discussões que, a partir da década de 1970, passaram a ganhar cada vez mais expressão no contexto europeu (Favareto et al, 2015). Estudos realizados por pesquisadores brasileiros em diálogo com esta abordagem, em que merecem destaque os trabalhos de Veiga (1999) e Abramovay (2000), tiveram expressiva influência na criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2003. Esse processo motivou um conjunto de políticas públicas e pesquisas acadêmicas que buscaram incorporar um enfoque territorial em seu desenho e proposta de ação (Favareto, 2010). A concepção de desenvolvimento territorial presente tanto nessas ações públicas como nos debates acadêmicos foi fortemente marcada por um caráter normativo, tomando os territórios rurais “como unidades de planejamento e de aplicação de políticas e investimentos, o mais das vezes sem uma interpretação crítica das tendências e das estruturas constitutivas desses espaços” (Favareto et al, 2015: 33).

Com o objetivo de superar parte dos limites observados nos debates sobre desenvolvimento territorial, Favareto et al (2015: 38) propõem a noção de configurações territoriais enquanto ferramenta analítica nos estudos do desenvolvimento de regiões rurais ou interioranas, tendo em vista suas especificidades. Os autores entendem as configurações territoriais, neste sentido, como unidades espaciais que são:

a um só tempo estrutural e dinâmica (...) que envolve padrões de organização social e de constituição das formas de dominação e exercício da violência e, junto disso, os comportamentos sociais individuais que se constituem em consonância com esses padrões. Essa unidade é necessariamente processual porque os comportamentos não derivam da ordem social, nem o contrário. O

que ocorre é uma relação de causação recíproca que só pode ser apreendida quando se considera o movimento das contradições e das articulações entre as duas instâncias (Ibidem).

Ao propor a incorporação à análise das dinâmicas do desenvolvimento rural, de uma leitura acerca das forças sociais dominantes, e dos espaços de manobra construídos pelos distintos atores envolvidos nesses processos, a abordagem das configurações territoriais parece trazer importantes contribuições no sentido de superar leituras mais simplistas das relações que se estabelecem entre as trajetórias territoriais e os processos de transição agroecológica.

Consideramos que esta compreensão das configurações territoriais, como estruturas e normas sociais que vão se conformando ao longo de um percurso histórico, pode trazer importantes contribuições para refletir acerca dos processos de transição agroecológica em relação aos diferentes projetos de ambientalização da agricultura que se expressam no território, em contraponto a outras perspectivas de organização da agricultura e alimentação. É a partir das configurações territoriais em que estão inseridos que os atores buscam costurar coalizões, em articulação, muitas vezes, com processos, arenas e escalas que transcendem este espaço, com vistas a potencializar os processos de transição territorialmente situados.

Estas considerações parecem dialogar com as formulações oriundas de uma geografia crítica, informada por uma perspectiva relacional, com vistas a fornecer ferramentas heurísticas que nos auxiliem a examinar os processos dinâmicos a partir dos quais os territórios vão sendo configurados, com arquiteturas de poder específicas, em que fluxos e dinâmicas são contidos ou potencializados. Destacamos, nesse sentido, as contribuições de pesquisadores brasileiros que enfatizam a importância de se analisar os processos históricos e multiescalares através dos quais dinâmicas de *des/re/territorialização* se traduzem em territórios e territorialidades (Haesbaert, 2007, 2014).

Para refletir sobre os processos de *des/re/territorialização* nas sociedades contemporâneas, Haesbaert (2008; 2010; 2016) propõe resgatar as formulações de Michel Foucault em relação a noção de *meio*, ou seja, espaço que permite a ocorrência de fluxos, em que se processa a circulação. O *meio*, como salienta o autor, se destaca enquanto a principal marca espacial das sociedades biopolíticas, constituindo-se como o espaço em

que se dá a circulação, seja de fluxos naturais ou sociais (Haesbaert, 2011)⁶⁶. Em uma proposta de releitura destas formulações, Haesbaert (2008) reforça a compreensão de que nos processos de territorialização nas sociedades contemporâneas vigora o controle e/ou a contenção da mobilidade, dos fluxos em redes e, conseqüentemente, das conexões. O território passa, assim, “gradativamente, de um território mais ‘zonal’ ou de controle de áreas (lógica típica do Estado-nação) para um ‘território-rede’ ou de controle de redes (lógica típica das grandes empresas)” (Haesbaert, 2007: 28). O *meio* ou território acaba envolvendo, desta forma, uma nova configuração dos arranjos espaciais, em que o domínio sobre a circulação e estabelecimento de fluxos se constitui em elemento central, tanto no sentido de controlá-los quanto de estimulá-los (Haesbaert, 2016).

Falar em processos de territorialização e territórios-rede, moldados no e pelo movimento, implica reconhecermos a importância estratégica do espaço nas transformações contemporâneas. Ao mesmo tempo, estas formulações possuem profundas implicações políticas, tendo em vista que a possibilidade de ativar múltiplos territórios, simultaneamente, pode ser estrategicamente relevante. Como aponta Haesbaert (2007: 41): “toda ação que se pretenda efetivamente transformadora, hoje, necessita, obrigatoriamente, encarar esta questão: ou se trabalha com a multiplicidade de nossas territorializações ou não se alcançará a transformação que almejamos”.

Para refletir sobre os processos de territorialização na contemporaneidade, especialmente no contexto “pós-colonial” latino americano, Haesbaert (2009) propõe o exame de um conjunto de dinâmicas que ele identifica como dinâmicas de “contenção territorial”, noção que é de especial interesse para o presente estudo. A escolha do termo contenção, como aponta o autor (2009: 115), se deve a sua capacidade em exprimir o “caráter sempre parcial, provisório e paliativo dos ‘fechamentos’, ou melhor, do efeito-barragem que cria através das tentativas de contenção dos fluxos”. Ao mesmo tempo, a

⁶⁶ Em *Segurança, território e população* (2008: 26) Foucault define *meio* enquanto “o suporte e o elemento de circulação de uma ação”. O autor sugere, neste sentido, compreender o *meio* como “estrutura pragmática”, que resulta dos “dispositivos de segurança”. Em seus termos: “os dispositivos de segurança trabalham, criam, organizam, planejam um meio antes mesmo da noção ter sido formada e isolada. O meio vai ser, portanto, aquilo em que se faz a circulação. O meio é um conjunto de dados naturais, rios, pântanos, morros, é um conjunto de dados artificiais, aglomeração de indivíduos, aglomeração de casas, etc. O meio é certo número de efeitos, que são efeitos de massa que agem sobre todos os que aí residem. É um elemento dentro do qual se faz um encadeamento circular dos efeitos e das causas, já que o que é efeito, de um lado, vai se tornar causa, de outro” (Foucault, 2008: 28). O *meio* aparece, assim, “como um campo de intervenção em que (...) vai-se procurar atingir, precisamente, uma população. Ou seja, uma multiplicidade de indivíduos que são e só existem (...) ligados a materialidade dentro da qual existem” (Foucault, 2008: 28). Vê-se aí “a irrupção do problema da ‘naturalidade’ da espécie humana dentro de um meio artificial. E essa irrupção da naturalidade da espécie dentro da artificialidade política de uma relação de poder é, parece-me, algo fundamental” (Ibidem: 29).

ideia de contenção parece ter a vantagem de exprimir a restrição à proliferação de determinadas dinâmicas, o seu desaceleramento, mas que sempre deixa em aberto a possibilidade de que as mesmas venham a se recompor sob outros ritmos.

Importante salientar, no entanto, que a ideia de contenção com a qual trabalharemos no presente estudo acaba tomando um rumo um tanto distinto da forma como Haesbaert (2016) mobiliza essa noção em suas pesquisas, que envolvem diferentes contextos empíricos, com destaque para as periferias de metrópoles brasileiras. O autor analisa, principalmente, os efeitos dos muros e dispositivos de segurança que visam conter os fluxos de populações subalternizadas. Em nosso estudo, no entanto, a ideia de contenção será mobilizada de uma forma bastante ampla, visando abarcar as múltiplas maneiras através dos quais fluxos podem ser impedidos e/ou dificultados, seja por meio de restrições de ordem física ou por meio de dispositivos legais, indo até às contenções simbólicas que podem conter os processos de transição agroecológica em agricultura. Buscamos reconhecer, dessa forma, que mesmo sem ser intencional, ações em uma direção podem conter, comprometer e dificultar avanços em outra, como discutiremos em relação aos efeitos de contenção advindos dos processos de territorialização de arranjos construídos em torno da agricultura especializada na produção de hortaliças em sistema convencional no recorte espacial analisado.

As lentes de interpretação que propomos operar parecem, assim, poder auxiliar a “explorar como as pessoas e os grupos se esforçam para limitar as assimetrias de captura”, criando “condições de reversibilidade do processo” (Chateauraynaud, 2015: 8). Neste sentido, indo na direção das *relações de captura*, em que um dos recursos é a conquista do território de experiências, buscamos refletir, de maneira articulada, tanto sobre modos de resistência quanto acerca das formas de impotência no tocante as ações críticas desencadeadas por determinados atores.

Apesar do certo estranhamento que pode causar esta proposta um tanto heterodoxa, de colocar em diálogo uma perspectiva de análise inspirada na sociologia pragmática francesa e formulações de abordagens territoriais que destacam o exame das relações de força e poder na conformação dos processos socioespaciais, consideramos que esses diálogos podem contribuir com os esforços desenvolvidos no âmbito das sociologias das assimetrias de aderências em responder, como aponta Chateauraynaud (2015: 10), a um questionamento mais profundo da cartografia das redes: “como, para além da equivalência formal de elos, se fabricam centros de controle e qual é o grau de assimetria que eles podem desempenhar sem suscitar crítica?” O autor aponta essa

indagação como sendo um dos problemas centrais a serem debatidos no âmbito da sociologia pragmática francesa neste início de século XXI. Em sua proposta de trabalho futuro neste tópico, Chateauraynaud (2015) aponta a necessidade de se observar que as redes dependem da natureza do elo e sobretudo da interpretação que dele propõem os diferentes conectores, indicando que a natureza dos elos implica um outro plano de análise: o “meio”.

A partir desta contextualização das lentes de análise que serviram como referência na realização desta pesquisa, visamos destacar as possíveis contribuições de uma abordagem pragmática das transições agroecológicas territorialmente situadas.

Observações finais do capítulo

Neste capítulo buscamos contextualizar nossa proposta de pesquisa a partir de esforços envidados em duas direções: na primeira seção analisamos formulações teóricas que têm se destacado nos debates sobre processos de transição agroecológica em diferentes países, salientando suas repercussões no contexto brasileiro; na segunda apresentamos os resultados de uma revisão de teses de doutorado produzidas no Brasil e registradas no *Catálogo de Teses e Dissertações* da CAPES nas *grandes áreas do conhecimento das Ciências Humanas e Multidisciplinares* sob os termos *transição agroecológica, agroecologia e agricultura orgânica*.

A partir desta contextualização apresentamos, na terceira seção do capítulo, as possíveis contribuições de uma proposta de leitura pragmática das transições agroecológicas territorialmente situadas. Neste sentido, em diálogo com a perspectiva dos *sistemas agri-alimentares territoriais* propomos operar um olhar sistêmico, examinando como foram se desdobrando historicamente diferentes projetos de ambientalização da agricultura que se expressam no recorte territorial analisado. A partir da leitura sociohistórica que buscamos realizar, lançamos a proposta de uma *ecologia de projetos* para melhor apreender como estes projetos heterogêneos vão estabelecendo ao longo do tempo, em maior ou menor medida, sinergias que podem, ao menos potencialmente, fortalece-los. Ao mesmo tempo, a partir do diálogo com formulações oriundas da geografia que procuram pensar o território de maneira relacional, propomos analisar as relações de força e poder que historicamente vão o conformando, em meio a processos de *des/re/territorialização*, ressaltando as “contenções” enfrentadas e possibilidades que emergem para estes projetos de ambientalização da agricultura.

Capítulo 2

2 - MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: RELAÇÕES DE CAPTURA, REDES DE INTERDEPENDÊNCIA E SISTEMAS DE PRESCRIÇÃO EM TORNO DA PRODUÇÃO ESPECIALIZADA DE HORTALIÇAS EM SISTEMA CONVENCIONAL NA REGIÃO SERRANA FLUMIENSE

Introdução

O processo de modernização da agricultura é um instigante tema de pesquisa e tem sido abordado por inúmeros pesquisadores(as), a partir de diferentes perspectivas, há várias décadas. Ao mesmo tempo em que o efeito de incremento na produtividade física alcançado pela agricultura a partir de meados do século XX é exaltado por seus entusiastas e defensores, multiplicam-se estudos críticos que alegam que o paradigma da modernização já atingiu o seu limite intelectual e prático, com destaque para seus efeitos deletérios, sociais e ecológicos (Wikerke e Ploeg, 2004; Ploeg, 2008; Marsden e Ploeg, 2008). Em um excelente esforço de síntese desta literatura crítica, Petersen (2013: 81) destaca que “a *criação de desconexões* passa a ser um conceito-chave para que o *modus operandi* do paradigma da modernização agrícola seja compreendido”. Neste sentido, o autor salienta três tipos de *desconexões* associadas aos modos de organização da agricultura impulsionados pela modernização:

A primeira desconexão refere-se ao processo de inovação agrícola, atividade que passa a ser realizada de forma progressivamente *descontextualizada* dos locais em que seus artefatos tecnológicos são aplicados. Em um segundo plano, ocorre a *desterritorialização* da agricultura, que passa a ser cada vez mais governada por regras técnicas e econômicas exógenas. A terceira desconexão se dá com a ruptura nos processos de constituição histórica dos sistemas agrícolas: *o aqui e o agora* passam a ser estruturados a partir de projetos formulados sem nenhuma conectividade com o passado local e sem qualquer referência às perspectivas de futuro de seus agentes no médio ou longo prazo (Ibidem: 81).

A leitura sistêmica, histórica e territorial que a abordagem dos *sistemas agri-alimentares* instiga, parece oferecer pistas para repensar as trajetórias de modernização da agricultura em seus distintos contextos territoriais, observando como, ao mesmo tempo em que as várias desconexões acima mencionadas vão sendo produzidas, novas conexões vão sendo criadas, reconfigurando as arquiteturas de poder existentes nos territórios, a partir de sua interação com outras espacialidades. Trabalhamos, neste sentido, com a hipótese de que o processo histórico de modernização da agricultura promove uma reconfiguração nos *sistemas agri-alimentares territoriais*, impulsionado a emergência de novos atores e novas conexões, que envolvem redes de interdependência e sistemas de prescrição relacionados a estas interações mais amplas.

Para captar estas questões, propomos realizar uma leitura multidimensional da trajetória de modernização da agricultura, tendo como referência a noção de *sistema agri-alimentar territorial*. Propomos, desta forma, englobar à análise não somente os atores locais engajados nas redes de produção, transformação e distribuição de alimentos existentes no território, mas, também, agências públicas e privadas de assistência técnica e extensão rural, políticas públicas, conselhos e outros espaços de participação relacionados à agricultura e à alimentação, consumidores e a sociedade civil local. Além disso, buscamos atentar para as redes de interdependência e sistemas de prescrição entre atores conectados à produção, comercialização e consumo de alimentos, através de circuitos curtos ou longos (Lamine, 2017: 131).

No tocante à pesquisa empírica, este entendimento busca facilitar a identificação dos múltiplos atores que interagem no âmbito dos *sistemas agri-alimentares* em escala territorial, reconstituindo historicamente as transformações ocorridas nas relações de força e poder, considerando também a forma como valores são socialmente trabalhados no contexto analisado. Não se trata, neste sentido, de considerar estes sistemas como fechados em si, muito antes pelo contrário, a análise em relação aos diferentes atores que concretamente interagem em determinado território também visa auxiliar na compreensão das interações que estes estabelecem com redes de atores e arenas que transcendem o recorte espacial em questão.

No âmbito dos estudos sobre agricultura e alimentação, a noção de *sistema agri-alimentar* parece, assim, oferecer pistas teóricas e metodológicas no tocante a um ponto central presente nos debates pragmatistas neste início de século XXI: como operar uma releitura pragmática da questão do poder? Seguindo uma linha de interpretação que busca revelar a forma como se estruturam os jogos de poder “sob a forma de verdadeiros sistemas”, como ressalta Chateauraynaud (2015: 15), podemos observar “como dispositivos relativamente transparentes, no período inicial, podem evoluir em direção a mecanismos de captura”. Esta questão, ao que tudo indica, nos permite dar um passo além na análise de redes⁶⁷, em que podemos observar certa carência em relação aos “diferentes procedimentos pelos quais se elaboram as boas aderências, isto é, as aderências duráveis, permitindo ter controle sem dar a impressão de controlar, ou, inversamente, desfazê-las ou de contorná-las” (Ibidem: 1).

⁶⁷ Chateauraynaud (2015) está estabelecendo, aqui, um diálogo com as formulações em torno das redes sociais produzida, especialmente, no contexto francês.

Ao se debruçar sobre esta questão, Chateauraynaud (2015: 7) considera que “entre o regime legítimo e o poder tirânico há uma terceira figura”, que necessitamos “tornar plenamente inteligível: aquela da *relação de captura*”, em que, apesar da experiência de tensões e coerções, “os atores continuam a aderir ao funcionamento dos dispositivos e dos ambientes que os conectam”. Trata-se, de algum modo, de beneficiar-se da contribuição do “consequencialismo”, próprio a toda *démarche* pragmatista, ligando “os modos de afetar e de se sentir afetado a uma concepção do poder como produto contínuo de operações de captura em processos de resolução de problemas” (Ibidem: 6). Assim, ao buscar evidenciar as artes de captura e de possuir o outro, fundadas sobre elos móveis e difusos, parece ser possível avançar na construção de uma leitura “pragmática do poder”, como salienta o autor.

Duas questões se colocam no centro da análise no tocante às relações de captura: sua trajetória histórica e sua ancoragem na noção de experiência. Como frisa Chateauraynaud (2015: 2), “a captura elabora-se na duração, explorando os ângulos mortos do espaço público (...) desenvolvida nas zonas de transição entre o visível e o invisível”, mas só podendo ser apreendida em relação à “própria experiência de captura”. Já a noção de experiência é entendida como estando diretamente ligada ao conceito de “aderência”, “a fim de compreender as idas e vindas constantes entre representações (marcos de localização) e mundos sensíveis (dobras)” (Chateauraynaud, 2016: 374; Bessy e Chateauraynaud, 2014). Ganha destaque, assim, o ponto de vista pragmático que busca conferir um “verdadeiro estatuto epistêmico às experiências e aos diferentes procedimentos utilizados para ligá-las aos processos coletivos”, em que o desafio das relações de poder torna-se “aquele da captura dos indivíduos e grupos, do sentido construído acerca da natureza de suas experiências passadas, presentes e futuras” (Chateauraynaud, 2015: 1).

É necessário reconhecer, no entanto, que a sociologia das assimetrias de aderências deve, ainda, responder a um questionamento mais profundo em relação à cartografia das redes, analisando: “como, para além da equivalência formal de elos, são fabricados centros de controle e qual é o grau de assimetria que eles podem alcançar sem suscitar crítica?” (Ibidem: 10). Conforme já pontuado, Chateauraynaud (2015) sinaliza este tópico enquanto parte de uma agenda mais ampla de trabalhos futuros, destacando que as redes dependem da natureza dos elos e da interpretação que deles propõem os diferentes conectores, o que implica um outro plano de análise: o *meio*.

Em relação a esta questão, consideramos que a proposta formulada por Haesbaert (2008; 2010; 2016), em que propõe um repensar acerca das formulações de Michel Foucault sobre a noção de “meio”, tendo por objetivo refletir sobre os processos de *des/re/territorialização* nas sociedades contemporâneas, possa oferecer pistas relevantes no desenvolvimento deste trabalho. O território, ou “meio”, passa a ser compreendido, nestes termos, enquanto espaço que permite a estruturação de fluxos naturais ou sociais, em que se processa a circulação, conforme já destacamos no primeiro capítulo.

Compreende-se, neste sentido, que historicamente os processos de *des/re/territorialização* acabam se desdobrando em configuração territoriais que tensionam a circulação e o enraizamento dos fluxos, tanto no sentido de controlá-los, quanto de estimulá-los ou inibi-los. Esta abordagem pode auxiliar, ao que tudo indica, a melhor identificar os processos de “contenção territorial”, definidos como fechamentos de “caráter sempre parcial, provisório e paliativo”, mas que acabam tendo certo “efeito-barragem”, que emerge como resultado das tentativas de contenção dos fluxos (Haesbaert, 2007).

Seguindo os pressupostos adotados pela abordagem das configurações territoriais (Favareto et al, 2015), que salienta a importância de um olhar histórico para refletir acerca destes processos multifacetados de *des/re/territorialização*, propomos partir de uma análise longitudinal, utilizando diferentes chaves de leitura, na análise do processo de modernização da agricultura ocorrido, ao longo das últimas décadas, na Região Serrana Fluminense. Esta opção teórica e metodológica pode contribuir, ao que tudo indica, tanto no sentido de melhor compreender como a agricultura especializada na produção de hortaliças em sistema convencional foi, desde arranjos distintos, se configurando enquanto forma de organização predominante no *sistema agri-alimentar territorial* em questão, como também no tocante às dificuldades que este modelo de agricultura impõe aos processos de transição agroecológica. Entende-se, aqui, que é justamente na sua relação com o ambiente técnico-administrativo impulsionado pela modernização da agricultura que os processos de transição se constroem e se definem, como alternativos e/ou críticos.

Entendemos que a perspectiva de análise que buscamos empreender pode contribuir para ficarmos melhor posicionados no tocante as relações de força e poder em meio as quais vão se desdobrando os processos de transição. Como buscamos destacar ao longo deste capítulo, na Região Serrana o processo de modernização da agricultura acabou impulsionando a estruturação de uma agricultura especializada na produção de

hortaliças em sistema convencional, com redes de interdependência que envolvem distintos atores e sistemas de prescrição que passaram a ordenar novas práticas e concepções, tensionando a emergência de processos de transição agroecológica. A conformação de configurações territoriais marcadas pela agricultura especializada na produção de hortaliças em sistema convencional acabou influenciando significativamente o modo “como as coisas funcionam” em um dado espaço, impulsionando ações em determinadas direções e, assim, também restringindo a possibilidade de construção de outros caminhos, ao limitar a multiplicidade de práticas possíveis.

Importante observar que, ainda que a heterogeneidade de práticas e *estilos de agricultura* apareça como uma marca em processos ecológica e socialmente situados de modernização da agricultura (Ploeg, 2008), nosso estudo foca, centralmente, nas redes de interdependência e sistemas de prescrição criados a partir de meados do século XX, período em que se observa na região um movimento crescente de especialização na produção de hortaliças em sistema convencional. Entendemos, neste sentido, que o sistema convencional de hortaliças não se expressa em um único “estilo de agricultura”, mas sim como um ambiente técnico-administrativo em que pode haver vários estilos e várias traduções. Esse ambiente técnico-administrativo passou a ordenar as práticas, influenciando grande parte dos agricultores que vivem nas comunidades rurais na Região Serrana Fluminense.

Na primeira seção analisamos as relações existentes entre o sistema convencional de produção de hortaliças estabelecido na Região Serrana e um conjunto de transformações sociopolíticas ocorridas a partir de meados do século XX e que contribuíram para reconfigurar as conexões estabelecidas pela agricultura existente naquele território com outras espacialidades. A seção 2.2 busca compreender como as transformações socioprodutivas ocorridas nas unidades de agricultores foram impulsionando sua articulação a este sistema e contribuindo para a sua dinamização e enraizamento no território. Em seguida, aprofundamos a análise acerca dos arranjos de comercialização construídos em torno desta agricultura especializada na produção de hortaliças em sistema convencional, buscando reconstituir as redes de interdependência e sistemas de prescrição que fortalecem relações de captura nesta configuração. Por fim, buscamos observar como este processo se desdobrou em configurações territoriais específicas, que acabam colocando significativas contenções, tanto simbólicas quanto materiais, aos processos de transição agroecológica, especialmente em comunidades

rurais de Nova Friburgo e Teresópolis, em que se adensou de maneira mais consistente ao longo dos anos.

2.1 – Transformações no *sistema agri-alimentar territorial* e a especialização na produção de hortaliças em sistema convencional na Região Serrana Fluminense

Desde a ocupação do Rio de Janeiro por portugueses, em meados do século XVI, “quase toda a faixa montanhosa, por trás das serras da Estrêla e dos Órgãos⁶⁸, permanecia despovoada”, como aponta Lamego (1949: 196). Certamente, como aventa este autor, “os olhares dos antigos colonizadores da Baixada ergueram-se aos altos píncaros”, mas sempre os dissuadia “a floresta, a massa enorme de gigantescos vegetais” (Idem).

No século XVIII, este espaço passou a ser definitivamente ocupado por diferentes agentes ligados ao processo de colonização, processo marcado pela dificuldade de expansão da produção cafeeira nesta porção do espaço agrário fluminense. O mesmo clima frio e montanhoso, “centrífugo para os cafezais, inversamente agia como poderoso fator centrípeto para os adventícios de índole urbana” (Lamego, 1949: 199). Assim, nos três municípios “as atividades urbanas tenderam sempre a suplantar as da zona rural”, o que era “favorecido pela vizinhança da capital” (Ibidem: 234). De forma bastante peculiar, no processo de colonização ali ocorrido, a influência do campo “foi praticamente nula, subordinando-se ao contrário, à irradiação urbana” (Idem). Desta forma, no século XIX, as cidades de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo já se firmavam como espaço de descanso da elite política e econômica da então capital do país, ganhando o título de “corbelhas da serra”⁶⁹.

A partir de meados do século XX, no entanto, a agricultura ali existente começou a passar por significativas transformações, que levaram a produção de hortaliças em sistema convencional a se tornar predominante entre grande parte das famílias de agricultores. Estas transformações foram sendo impulsionadas por diversos fatores, em um contexto marcado por políticas desenvolvimentistas, através das quais, buscou-se impulsionar de maneira articulada um projeto territorialmente referenciado de “modernização conservadora”⁷⁰ da agricultura, industrialização e urbanização. No

⁶⁸ Onde posteriormente foram estruturados, entre outros, os municípios de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo.

⁶⁹ Além de “centros de repouso”, Petrópolis e Nova Friburgo passaram a se destacar como “o centro educativo de gerações de brasileiros com os seus famosos educandários” (Lamego, 1949: 235). Com o advento do século XX, também foram se expandindo parques industriais nos três municípios.

⁷⁰ Expressão utilizada por diversos estudiosos influenciados, sobretudo, pela economia política marxista, a partir do final da década de 1960.

contexto analisado, merecem destaque a crescente urbanização e industrialização da Região Metropolitana do estado; as melhorias na estrutura de estradas e redes de comunicação da Região Serrana; a criação de diferentes tipos de infraestruturas, visando dinamizar a logística de escoamento da produção agrícola; a expansão da rede de revendedores de agrotóxicos e fertilizantes industrializados nesses municípios; como também a implantação de políticas de desenvolvimento rural, especialmente nas áreas de assistência técnica e crédito. Ao longo deste processo, a Região Serrana Fluminense foi se tornando um dos polos mais importantes de produção agrícola no estado do Rio de Janeiro

O incentivo estatal à industrialização e o êxodo rural promovido pelo do processo de “modernização conservadora” da agricultura ocorrido em nível de país, motivaram uma significativa expansão urbana e crescimento populacional na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), especialmente a partir de meados do século XX. O crescimento populacional da Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi bastante expressivo a partir de meados do século XX, com destaque para o interregno entre as décadas de 1950 e 1990. Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), em 1940 viviam cerca de 1.764.141 mil pessoas na cidade do Rio de Janeiro. Em 1960 já eram 3.307.163, chegando a 5.473.909 na década de 1990. A população estimada pelo IBGE em 2020 é de 6.747.815⁷¹. Soma-se ainda, a este contingente populacional, o expressivo número de pessoas que residem nos municípios do entorno e que conformam a RMRJ, também conhecida como Grande Rio. Em 2020, o IBGE estimou que residiam nos 22 municípios pertencentes à RMRJ 13.131.590 habitantes, concentrando cerca de 75% da população do Estado e identificada como a segunda maior área metropolitana do Brasil e a terceira da América Latina.

Além disso, os municípios da Região Serrana fluminense passaram por um significativo processo de urbanização ao longo deste período, com destaque para Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis. Os centros urbanos destes municípios tiveram um expressivo crescimento, especialmente nas últimas três décadas, constituindo-se em cidades de médio porte. Atualmente, segundo estimativas do IBGE (2020), Petrópolis tem

⁷¹ Consulta: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/panorama>.

uma população de 306.678 habitantes⁷², Nova Friburgo 191.158 habitantes⁷³ e Teresópolis 184.240 habitantes⁷⁴.

Ao mesmo tempo em que elevava a demanda por alimentos, este processo restringia a possibilidade de manutenção da produção agrícola em áreas próximas à capital do estado, que ao longo da história haviam sido de suma importância para viabilizar seu abastecimento, com destaque para a Baixada Fluminense e Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro (Linhares, 1979; Lamego, 1949). As grandes fazendas instaladas na Baixada Fluminense desde o século XVIII, já se encontravam fracionadas no início do século XX, tendo se transformado em sítios e chácaras em que predominava a produção de frutas e hortaliças, destinadas, principalmente, ao atendimento da demanda da capital. Ainda na primeira metade do século XX, começaram a ser realizadas obras de drenagem na região, com o intuito de torná-la habitável e capaz de receber grandes levas de imigrantes que começavam a chegar ao Rio de Janeiro, oriundos principalmente da Região Nordeste do país. A disponibilidade de espaço para construção de residências, juntamente com a facilidade de transporte oferecida pelos laços de produção agrícola foram rapidamente sendo substituídos por novos loteamentos urbanos (Lamego, 1949).

As melhorias ocorridas nas vias de acesso, a partir da primeira metade do século XX, foram de suma importância para impulsionar esta articulação entre a produção agrícola da Região Serrana e o crescente mercado consumidor da Região Metropolitana do estado. Em 1928 foi inaugurada a rodovia que liga Petrópolis à cidade do Rio de Janeiro. Na década de 1950, as rodovias que interligam Teresópolis e Nova Friburgo à capital do estado foram objeto de melhorias. Em 1960 foi aperfeiçoado o acesso entre Nova Friburgo e Teresópolis, com a estabilização da estrada que corta as comunidades rurais, ligando os dois municípios, de forma a permitir que caminhões pudessem trafegar pela rodovia. Na década de 1970 este processo foi alavancado, ainda, com o asfaltamento desta mesma estrada (Assis e Grisel, 2012). As melhorias ocorridas na infraestrutura de transporte da Região Serrana Fluminense, a partir de meados do século XX, são destacadas por Grisel e Assis (2015) enquanto fator-chave capaz de explicar o desenvolvimento de uma agricultura, fortemente orientada ao mercado, nesses municípios.

⁷² Consulta: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/petropolis/panorama>.

⁷³ Consulta: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/nova-friburgo.html>.

⁷⁴ Consulta: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/teresopolis/panorama>.

A agilidade no transporte, resultante das melhorias introduzidas nas vias de acesso à região, também parecem ter influenciado os tipos de cultivos privilegiados pelos agricultores da Região Serrana Fluminense. Como aponta Renato Linhares de Assis⁷⁵, pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Treinamento para Agricultores da Embrapa (Embrapa NPTA), refletindo sobre a trajetória das comunidades rurais existentes nos municípios de Nova Friburgo e Teresópolis:

até 1960 você tinha um tempo de comercialização longo. No mínimo uns 5 dias para sair da roça até chegar no Rio de Janeiro. Então, era muita batata, cebola, cenoura, beterraba, principalmente de raízes e tubérculos. Quando abrem a Tere-Fri (estrada que interliga os dois municípios) é que começa a mudar (...). Que é aí que as folhosas chegam.

Um elemento central no sentido de alavancar este processo de transformação dos sistemas produtivos na Região Serrana Fluminense foi a criação das Centrais Estaduais de Abastecimento (CEASA), na década de 1970. Através destas estruturas, a ditadura civil-militar buscou dinamizar o abastecimento dos centros urbanos do país, cada vez mais populosos, fomentando a estruturação de regiões agrícolas especializadas em cultivos específicos, segundo a lógica da modernização da agricultura. Nesses locais, a produtividade dos sistemas de produção agrícola deveria ser ampliada com a adoção dos pacotes tecnológicos disseminados através da chamada Revolução Verde, desencadeando um processo que acabavam estimulando, ao mesmo tempo, um significativo êxodo rural no campo (Belik, 2000).

Em 1974 foi estruturada a CEASA Unidade Grande Rio, no bairro de Irajá, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Este espaço rapidamente passou a funcionar como entreposto, reunindo gêneros alimentícios advindos de diferentes regiões do estado e do país, articulando, ao mesmo tempo, as redes varejistas instaladas na Região Metropolitana do Estado, que viviam naquele período um movimento de expansão, além de comerciantes de feiras convencionais.

Em 1977 o governo da ditadura civil-militar implantou a CEASA Unidade Serrana, no Terceiro Distrito do município de Nova Friburgo, que rapidamente se consolidou como importante espaço para comercialização da produção agrícola oriunda de diferentes comunidades rurais da Região Serrana Fluminense, especialmente de Nova Friburgo, Teresópolis e Sumidouro, contribuindo para que o movimento de

⁷⁵ Renato Linhares de Assis tem desenvolvido pesquisas na Região Serrana Fluminense desde princípios da década de 1990, sendo importante referência nos debates sobre transição agroecológica em ambientes de montanha. A partir de meados da década de 2000 participou do processo que culminou na estruturação no Núcleo de Pesquisa e Treinamento para Agricultores da Embrapa (Embrapa NPTA), instalado no município de Nova Friburgo em 2007, como iremos discutir em mais detalhes no quinto capítulo desta tese.

especialização desses agricultores(as) na produção de hortaliças em sistema convencional fosse se tornando cada vez mais expressivo (Grisel e Assis, 2015; Musumeci, 1987).

No final da década de 1970 começou a funcionar, ainda, o Mercado do Produtor de Água Quente, nas margens da BR-116, em Teresópolis. Organizado por iniciativa de agricultores e atravessadores de produtos agrícolas⁷⁶, este mercado logo se constituiu em importante entreposto de comercialização possibilitando o escoamento de produtos oriundos de comunidades rurais de Teresópolis para a CEASA Unidade Grande Rio.

Este processo acabou influenciando muitas famílias de agricultores da Região Serrana Fluminense a se especializarem na produção de hortaliças em sistema convencional, em detrimento de outras culturas direcionadas ao mercado com as quais vinham trabalhando historicamente e dos gêneros voltados ao abastecimento familiar. Em contexto marcado por restrições no que diz respeito à expansão das áreas produtivas, características de uma agricultura de montanha (Aquino et al, 2018), a produção de hortaliças apresentava-se como um caminho capaz de viabilizar um maior e mais rápido retorno financeiro, em comparação com as culturas produzidas anteriormente. Como aponta o pesquisador da Embrapa NPTA, Renato Linhares de Assis, em relação a este processo entre agricultores de comunidades rurais localizadas entre Nova Friburgo e Teresópolis:

... você viabiliza um transporte mais rápido. Aí você começa a viabilizar uma produção de maior valor agregado (...). Por exemplo, a região aqui não tem nenhum problema de produzir batata, mas do ponto de vista de escala ela não compete com a batata que vem de Minas ou de Santa Catarina, que tem uma lógica de grande cultura. Batata, cebola, alho, o pessoal até consegue produzir aqui, sem problema nenhum, só não tem escala (...). Então muda, você vai entrando mais com produtos de maior valor agregado

Ao mesmo tempo em que representavam a possibilidade de maior retorno financeiro, as culturas que passaram a ser introduzidas na região e sua lógica de produção exigiam maiores investimentos, elevando os custos econômicos para os agricultores(as) viabilizarem suas atividades. Como iremos aprofundar na próxima seção deste capítulo. Esta questão encontra-se diretamente relacionada ao crescente uso de agrotóxicos e fertilizantes industrializados, necessários para viabilizar os novos cultivos e permitir a ampliação da escala dos sistemas produtivos manejados pelos agricultores(as).

A disseminação de novas culturas, com destaque para hortaliças, também motivou a expansão de estabelecimentos comerciais revendedores de insumos agrícolas, em sua

⁷⁶ Comerciantes que adquirem a produção agrícola e a transportam, em caminhões, até unidades da CEASA instaladas nas proximidades de grandes centros urbanos.

maioria instalados nas proximidades de espaços de comercialização da produção agrícola, a exemplo da unidade da CEASA em Nova Friburgo e no Mercado do Produtor em Teresópolis⁷⁷.

Desta forma, agricultores da região passaram acessar um conjunto de insumos, como adubos, herbicidas, inseticidas, fungicidas, sementes híbridas, entre outros, adotados, principalmente, com o objetivo de elevar a produtividade dos cultivos destinados à comercialização. A aquisição destes insumos, como apontam Grisel e Assis (2015), era facilitada pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), coordenado e financiado pelo governo federal.

O acesso ao crédito também foi sendo viabilizado através de unidades bancárias instaladas ao lado das estruturas da CEASA. Como lembra seu Hélio Muniz, presidente da Associação de Agricultores Familiares de Serra Nova, no Terceiro Distrito de Nova Friburgo, atualmente com 72 anos:

Quando o CEASA [Unidade Serrana] abriu, apareceu o Banerj. Ele financiou pra comprar motor, bomba, cano. O banco era ali no CEASA. Muita gente pegava empréstimo ali. Eu mesmo, um primo meu pegou empréstimo, comprou bomba, cano, depois não quis, aí eu peguei. Fiquei com a dívida dele, fiquei com um motor, aí depois troquei numa tobata, as bombas eu vendi, que eu irrigava na pressão

No processo de modernização da agricultura na Região Serrana Fluminense também tiveram um importante papel os agentes prestadores de serviços de assistência técnica e extensão rural, especialmente no sentido de promover a adoção dos pacotes tecnológicos internacionalmente difundidos pela Revolução Verde por esses agricultores. Ainda no início da década de 1960 foi instalado um escritório da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) em Nova Friburgo, sendo um dos primeiros no estado. Ao mesmo tempo, como lembra Guilherme Strauch⁷⁸, já na década de 1960 um casal de norte-americanos trabalhava no município, em um projeto financiado pela Fundação

⁷⁷ A importância de estar instalado nas cercanias dos espaços de comercialização pode ser observada pela trajetória de um dos maiores estabelecimentos comerciais do setor em Nova Friburgo. A Comercial Friburguense foi fundada em 1950, com uma loja no centro urbano da cidade. Em 1967 instalou uma filial ao lado do mercado de Barracão dos Mendes, que vivenciou um período de grande expansão e depois foi transferida para a CEASA Unidade Serrana.

⁷⁸ Agrônomo que trabalhou como extensionista da EMATER em Teresópolis entre 1989 e 2008. A partir de 2003 Guilherme também compôs o grupo de trabalho que elaborou a proposta da PNATER. Após 2008 veio residir em Niterói e assumiu o cargo de Gerente Técnico Estadual de Agroecologia, até sua extinção em 2016. Atualmente coordena a Câmara Técnica de Agricultura Orgânica e Agroecologia, do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável do Rio de Janeiro, além de ser membro do conselho fiscal da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e também da AS PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia.

Rockfeler, com o objetivo de promover a disseminação das chamadas “práticas agrícolas modernas”.

Isso motivou que os municípios da Região Serrana também recebessem os primeiros escritórios da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) no estado do Rio de Janeiro, a partir da criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), em 1974. De forma semelhante ao que ocorreu em grande parte do país, os técnicos dos escritórios municipais da EMATER passaram a atuar, centralmente, no sentido de promover a modernização da agricultura na região. Em que pese a existência, já naquele período, de alguns questionamentos à postura difusionista nos serviços de ATER, que passou a ganhar espaço entre diretores da EMBRATER a partir de fins da década de 1980 (Caporal, 1998), o foco de trabalho desses extensionistas na Região Serrana Fluminense parece ter estado centrado na agricultura convencional. Como aponta este agrônomo que tivemos a oportunidade de entrevistar, e que trabalhou no escritório da EMATER de Teresópolis: “no final dos anos 1980, a EMBRATER estava começando a levantar algumas questões. O formato do trabalho, a abordagem, questões de gênero (...). A própria tecnologia adaptada foi discutida, questionando pacotes. Mas o foco de trabalho dos técnicos era, sem dúvida, na agricultura convencional, que ali na Região Serrana é com alto uso de insumos químicos”.

Com o fechamento da EMBRATER em 1990 observa-se certa fragilização dos escritórios municipais da EMATER, ao menos em alguns estados. Importante observar, neste sentido, que a agricultura, especialmente familiar, é marcada por uma histórica exclusão da agenda de políticas públicas no estado do Rio de Janeiro, questão que iremos aprofundar no quinto capítulo da tese (Strauch e Palm, 2019). Desta forma, na Região Serrana Fluminense atores do setor privado foram assumindo um papel cada vez mais central em relação aos serviços de assistência técnica prestados aos agricultores.

A EMATER de Teresópolis, por exemplo, contava com oito técnicos em 1989, “o dobro que tem hoje”, como destacou Guilherme Strauch. Nosso interlocutor também chamou atenção para o movimento de expansão das lojas de insumos a partir deste período, que passam a assumir um papel importante nos serviços de assistência técnica:

As lojas foram crescendo ao longo dos anos e começaram a ter uma assistência própria, isso nos anos 1990, principalmente a partir da metade dos anos 1990. Antes não tinha isso, de técnicos ou agrônomos ligados às lojas. Elas cresceram muito neste período (...). No final dos anos 1990 e 2000 elas cresceram ainda mais, com vários técnicos indo a campo. E os agricultores recorrem, principalmente, a esta assistência técnica privada.

A partir da década de 1990 a difusão de tecnologias e práticas vinculadas a uma agricultura especializada na produção de hortaliças, em sistema convencional, foi crescentemente impulsionada por agentes vinculados aos estabelecimentos comerciais privados, especializados na comercialização de agrotóxicos, fertilizantes, entre outros insumos. Por meio de orientações técnicas de vendedores, de visitas técnicas às unidades dos agricultores, como também através de atividades coletivas, como dias de campo, promovidos pelos próprios estabelecimentos comerciais, ou em articulação com grandes empresas fabricantes de insumos e máquinas, estes agentes foram assumindo cada vez mais um papel central no tocante aos serviços de assistência técnica prestados aos agricultores.

Importante observar, ainda, que a partir desse período, a relação estabelecida entre estas lojas de insumos e as grandes empresas do setor de agroquímicos também foi se modificando. Como aponta Luiz Fernando, agrônomo que começou a trabalhar para um dos maiores estabelecimentos comerciais do setor no município de Nova Friburgo em meados da década de 1990, a partir deste período muitos técnicos passaram a realizar cursos promovidos por empresas de sementes e insumos. O entrevistado ressalta, nesse sentido, a crescente vinculação que passa a existir entre os revendedores de insumos instalados na Região Serrana Fluminense e empresas do setor de agroquímicos, especialmente de São Paulo.

No início dos anos 1990, o gerenciamento das unidades da CEASA foi transferido para os governos estaduais (Belik, 2000; Scarim e Lucci, 2009), comprometendo, em alguns casos, como ocorreu no Rio de Janeiro, a organização e estrutura operacional destas unidades. Este processo, ao que tudo indica, acabou abrindo maior espaço para que atores do setor privado assumissem um protagonismo ainda maior nos arranjos de comercialização construídos em torno da agricultura especializada na produção de hortaliças da Região Serrana Fluminense. Merece destaque, nesse sentido, a expansão da atuação de agentes privados para realizarem o escoamento da produção da Região Serrana diretamente para redes de supermercados a partir da década de 1990, especialmente as ações de *galpões* de beneficiamento e organização logística de escoamento desta produção diretamente para redes de supermercados, conforme iremos aprofundar na terceira seção do capítulo.

O processo de institucionalização social e política da categoria agricultura familiar, a partir da primeira metade da década de 1990, também parece ter contribuído para o fortalecimento de uma agricultura de base familiar especializada na produção de

hortaliças nessa região. A partir deste período, muitos agricultores passaram a acessar linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1995, visando dinamizar seus sistemas produtivos.

A partir desse período, narrativas em torno da importância da agricultura familiar, com destaque para seu papel estratégico no abastecimento alimentar interno, destacado em diferentes estudos e nos pronunciamentos de agentes públicos, passaram a ser crescentemente mobilizadas por lideranças de associações de agricultores na Região Serrana Fluminense. Nos discursos dessas lideranças podemos observar que algumas ponderações acerca da importância da agricultura familiar são bastante recorrentes: “quantas vezes a gente precisa de um médico, de um engenheiro? E quantas vezes a gente precisa do agricultor familiar? Pelo menos três vezes por dia, cada vez que a gente come. Porque é a agricultura familiar que alimenta este país. A agricultura familiar é responsável pela produção de 70% do que os brasileiros comem todos os dias”⁷⁹.

Este discurso é corroborado com dados acerca da importância da Região Serrana para o abastecimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e de outras regiões do estado. Os dados fornecidos pela EMATER e CEASA Grande Rio parecem ser emblemáticos. Segundo dados dos escritórios municipais da EMATER, em Nova Friburgo existiam 3.019 produtores rurais em 2017, com uma produção de 68.112,56 toneladas por ano e um faturamento anual de aproximadamente R\$ 124,9 milhões. Já em Teresópolis, o número de produtores neste período era de 5.618, totalizando uma produção de 174.408,50 toneladas anualmente, com um faturamento anual de cerca de R\$ 197,1 milhões. Em Nova Friburgo as principais produções eram couve-flor (21.300 toneladas), tomate (16.464 toneladas) e brócolis (11.512 toneladas). Já em Teresópolis se destacam as produções de alface (102.900 toneladas) e couve (17.900 toneladas).

Desta forma, os municípios da Região Serrana Fluminense assumem um papel relevante no campo do abastecimento, especialmente de hortaliças, no estado do Rio de Janeiro. Segundo dados da CEASA Unidade Grande Rio, em 2015⁸⁰, dentro do grupo das hortaliças, “o produto que mais se destacou (...) foi a couve-flor com 25.546,8 toneladas, sendo a maioria da oferta oriunda do estado do Rio de Janeiro, com a representação de

⁷⁹ Fala de liderança do Sindicato dos Agricultores Familiares de Nova Friburgo (SINDAF) em reunião do Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDMRS) do município em 2014. Fundado em 2011, o sindicato é vinculado a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). Sua organicidade parte da articulação das associações de agricultores das comunidades rurais do município.

⁸⁰ Este é o ano em que foi publicado o último Informativo Anual de Mercado da CEASA Rio de Janeiro.

99,6%, sendo a maior oferta do município de Nova Friburgo com 84,1% (CEASA, 2015: 6). Em terceiro lugar a alface se destaca, “com 5.872,4 toneladas, sendo a grande parte da oferta oriunda do estado do Rio de Janeiro com 99,6%, com destaque para o município de Teresópolis, que contribuiu com 80,7% do total do estado” (Ibidem).

Além da importância desses sistemas produtivos para o abastecimento da Região Metropolitana do estado, também é importante observar que a partir de 2006, com o asfaltamento da RJ-142, que interliga a Região Serrana à Região dos Lagos, esta porção do espaço fluminense passou também a se constituir em importante mercado consumidor, especialmente para a produção advinda dos municípios de Teresópolis e Nova Friburgo. Esta rodovia facilita, em muito, a conexão entre a Região Serrana e municípios populosos do estado, a exemplo de Macaé⁸¹ e Rio das Ostras⁸², que se expandiram com a implantação de empresas do setor petrolífero.

Também merece destaque o papel que estruturas de beneficiamento e distribuição da produção agrícola passaram a ter nos últimos anos, especialmente no município de Teresópolis. Estas unidades, localmente conhecidas como *galpões*, operadas por agentes privados, passaram a conectar a produção agrícola da região diretamente com redes varejistas localizadas em diferentes regiões do estado e mesmo do país, como veremos na sequência do texto.

2.2 – Transformações socioprodutivas: agricultura familiar especializada na produção de hortaliças em sistema convencional na Região Serrana Fluminense

Conforme já pontuado na seção anterior, um dos fatores que marcou a colonização portuguesa na Região Serrana Fluminense foi a dificuldade encontrada para expandir a produção cafeeira. A geografia acidentada, densidade das matas e baixas temperaturas dificultaram a produção de café em Petrópolis, Teresópolis e grande parte do município de Nova Friburgo. Esta questão, ao que tudo indica, marcou profundamente o rural, a estrutura fundiária e a produção agrícola nestes municípios até meados do século XX.

Em Petrópolis, como aponta Lamego (1949: 194), ainda no século XVIII, foram fundadas algumas fazendas com enormes áreas. No entanto, eram casos isolados, “onde a bacia do Piabanha, já mais próxima do Paraíba, rebata-se em arestas menos vivas e com

⁸¹ Com uma população estimada pelo IBGE, em 2020, de 261.501 habitantes. Consulta: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/macaee>.

⁸² Com uma população estimada pelo IBGE, em 2020, de 155.193 habitantes. Consulta: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-das-ostras/panorama>

mais suaves ondulações”. De maneira geral, os baixos índices de temperatura em seus invernos e a “orografia comumente caótica de grandes serras explicadas pela violência de peculiares fenômenos geológicos, com grandes escarpas e íngremes subidas, quase anulam as possibilidades de um plantio em massa” (Ibidem).

Da mesma forma, em Teresópolis “as elevadas altitudes eram impróprias aos cafezais” (Lamego, 1949: 199). Ao se transpor a Serra do Mar e adentrar o município, encontrava-se uma “grande fazenda (...) com magníficas plantações de frutas europeias e hortaliças que suprem a capital, estância para criação de cavalos e mulas e culturas de milho, feijão e batatas. Nesta propriedade construíram-se várias casas de campo (...) ocupadas pelas famílias do Rio nos meses quentes”. Nascia, desse modo, “a mais original das nossas cidades de veraneio”, mas que ainda “teria de fatalmente vegetar antes que os meios de transporte facilitassem a temível ascensão da Serra dos Órgãos” (Ibidem: 201)⁸³.

Em relação a Nova Friburgo, Lamego (1949: 228) considera “como prova segura das fracas possibilidades para grandes lavouras no município (...) conter ele 1.037 propriedades rurais registadas no censo de 1920”. Além disso, o autor destaca que “é de todos os municípios fluminenses o que mais conservou as suas matas, com 49% da sua área por elas ocupada”. No entanto, apesar do fraco desenvolvimento da agricultura em Nova Friburgo, até este período, Lamego (1949: 234) considerava ser “provável que, doravante, como nesse outro município (Petrópolis) e no de Teresópolis, favorecidos pela vizinhança da capital, uma crescente subdivisão da sua área campestre venha a processar-se, em chácaras cuja produção possa vir a pesar de maneira sensível na sua exportação, sobretudo por uma desenvolvida horticultura e por meio de granjas modernas (...) a par de suas indústrias e da floricultura, parece-nos este ser um dos mais visíveis caminhos para a multiplicação da economia”, asseverava o autor.

Como podemos observar, até meados do século XX conviviam nos municípios da Região Serrana Fluminense propriedades com expressivas áreas, ao lado de unidades produtivas familiares. As primeiras eram dinamizadas, em sua maioria, por famílias de meeiros, variando de 5 a 30 famílias por fazenda, que produziam em áreas de 40 a 60 hectares, recebendo, em média, 50% dos lucros líquidos da produção. Os agricultores que detinham a posse dessas terras, trabalhavam-nas, essencialmente, com mão de obra

⁸³ Como aponta Lamego (1949: 201): “tão grande se tornara a fama do arraial minúsculo por seus atrativos naturais que, sendo apenas um vilarejo, por lei de 21 de janeiro de 1890, é decretada a sua elevação a capital do Estado do Rio de Janeiro, ato esse que, entretanto, não se consumou pelas dificuldades de acesso mencionadas”.

familiar, sendo sua produção voltada, principalmente, para autoabastecimento familiar, sendo o excedente comercializado (Araújo e Mayer, 2003; Grisel e Assis, 2015).

Entre os poucos gêneros comercializados, merecem destaque tubérculos, a exemplo de batata-inglesa, batata-doce e inhame, entre outros cultivos, como chuchu e cenoura. A comercialização destas culturas demonstrava-se viável frente às estruturas de transporte, sendo carregados por meio de tropas de burro, pequenos caminhões e por trem, a partir dos centros urbanos. Além disso, as poucas fazendas com maiores áreas, que se localizavam, especialmente, em Petrópolis e Teresópolis, abasteciam com frutas os centros urbanos e a cidade do Rio de Janeiro. As produções eram viabilizadas, centralmente, por famílias de colonos.

No processo de colonização deste espaço, avesso tanto à grande produção cafeeira, como à maioria das culturas e práticas agrícolas europeias, a incorporação de sistemas e práticas produtivas desenvolvidos por descendentes de povos originários foi de crucial importância para viabilizar a agricultura. Merece destaque, neste sentido, a prática do *pousio*, central no sistema de agricultura tradicional praticado na região (Araújo e Mayer, 2003).

A prática do *pousio* consiste em deixar que a vegetação regenere em uma área delimitada da unidade produtiva durante um período, que pode variar entre quatro a 16 anos. Depois desta etapa de *descanso* do solo, a área é retomada para o plantio, sendo a vegetação cortada, com utilização, na grande maioria das vezes, de fogo controlado, no intuito de acelerar a degeneração do material orgânico sobressalente. Os agricultores que realizam essa prática destacam que a mesma é de suma importância, devido à grande quantidade de espécies arbóreas com espinho existentes na Mata Atlântica, o que dificulta o manejo se a queimada controlada não for utilizada. Com o uso da prática as famílias de agricultores iam ocupando, antigamente, sucessivas áreas dentro da unidade produtiva, sempre deixando áreas em descanso. O *pousio* com uso de fogo controlado, atualmente restrito em função da legislação ambiental, é de grande importância para regenerar a fertilidade do solo e eliminar pragas e doenças (Carneiro e Palm, 2015).

No entanto, a partir da primeira metade do século XX, acelerou-se o processo de parcelamento das unidades produtivas, comprometendo significativamente a prática do *pousio*. A subdivisão, especialmente das propriedades familiares, trouxe profundos impactos sobre os sistemas de produção existentes até então. Este parcelamento foi motivado, principalmente, pela fragmentação dos imóveis para que as terras pudessem ser repassadas aos herdeiros e pela venda de áreas desmembradas das propriedades. Em

Nova Friburgo, por exemplo, Grisel e Assis (2015) observam que o número de propriedades com menos de 20 ha triplicou entre 1950 e 1985.

No mesmo período, algumas das grandes fazendas também acabaram sendo desmembradas e adquiridas por famílias de agricultores. A fazenda Bonfim, no município de Petrópolis, caracteriza bem essa trajetória (Lourenço, 2010). No início da década de 1950 a família proprietária faliu e abandonou a fazenda, levando os empregados e seus descendentes a apropriarem-se das terras para assegurar sua subsistência.

Esse processo de parcelamento, na forma como ocorreu nos municípios de Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis, pode ser observado, em grande medida, através dos dados dos Censos Agropecuários de 1960 a 1980:

Tabela 1 – Número de estabelecimentos agrícolas por área em hectares (ha).

Número de estabelecimentos agrícolas por área em hectares (ha)								
Nova Friburgo								
Período	Total	Menos de 1 ha	1 a 5 ha	5 a 20 ha	20 a 50 ha	50 a 200 ha	200 a 1.000 ha	Mais de 1.000 ha
1960	2.136	64	417	928	474	223	27	2
1970	2.714	214	728	1.116	446	183	25	2
1980	2.577	99	740	1.096	432	187	21	0
Teresópolis								
1960	2.313	6	1.173	804	358	85	52	2
1970	1.752	35	970	462	192	77	15	1
1980	1.659	311	630	423	157	117	17	4
Petrópolis								
1960	843	78	214	255	111	102	52	6
1970	1.132	190	356	311	126	100	44	3
1980	2.060	619	813	354	133	101	35	5

Fonte: Calculado pelo autor a partir dos Censos Agropecuários IBGE (1960, 1970, 1980).

Nos anos subsequentes, o parcelamento de unidades produtivas foi sendo aprofundado, em muitos casos. Como podemos observar pela trajetória de famílias de agricultores da comunidade do Brejal em Petrópolis, as áreas familiares produtivas foram sendo parceladas nas décadas seguintes entre os filhos dos casais que haviam iniciado o processo de transição para uma agricultura de base ecológica. A unidade produtiva de uma família localizada no vale do Grotão, por exemplo, se desdobrou em quatro propriedades, atualmente todas sendo certificadas como orgânicas.

Esse processo de parcelamento das propriedades e consequente diminuição das áreas produtivas foi tensionando certas mudanças nos arranjos socioprodutivos,

comprometendo, por exemplo, a realização da prática do *pousio*⁸⁴. Importante observar que estas questões se somam à outras restrições já enfrentadas pelos agricultores em ambientes de montanha, a exemplo das áreas em declive.

As restrições enfrentadas pelos agricultores no que diz respeito à área disponível para a produção agrícola no interior das unidades produtivas também parece ter contribuído para a intensificação dos sistemas agrícolas, fazendo com que a opção pela produção de hortaliças se apresentasse como um caminho mais viável economicamente. A escolha em favor dos novos cultivos, ao que tudo indica, também passou a ser estimulada pela interligação dos municípios da Região Serrana com um sistema de abastecimento alimentar implantado em escala nacional, através das unidades da CEASA, fazendo com que a viabilidade econômica de determinados cultivos agrícolas tivesse que ser avaliada em função da concorrência que passa a se estabelecer com outras regiões produtoras.

O relato de seu Hélio Muniz, agricultor do Terceiro Distrito de Nova Friburgo atualmente com 72 anos, é elucidativo da complexidade que isto representava e como foram sendo trabalhadas estas questões no âmbito das famílias de agricultores:

A gente vendia em Barracão dos Mendes, vendia o que tinha ali. (...) Tinha comprador de frango, de cabrito. (...) A agricultura na época era mais, meu pai plantava batata-inglesa pra vender, cenoura era o forte, ervilha. E pra mudar custou bem. Plantava mais milho, pro gasto, feijão. Feijão, quando sobrava um pouco ele vendia, mas era principalmente pra casa. Era o nabo, que semeava e não gastava nada. Depois que saiu pra couve-flor, tomate. (...) Isso era lavoura diferente, que a gente achou que dava mais rápida, que dava mais dinheiro. O tomate foi difícil, porque o custo era muito grande. Custou meu pai se convencer. Ele começava fazendo conta. Aí, dizia que iria plantar, mas não plantava. Mas aí, teve um ano que a gente conseguiu plantar. Aí depois não parou mais, couve flor e tomate não parou mais de plantar. Feijão vagem, que chamava de vara, também começou aí (...). Tinha vizinho que já tinha começado a plantar, aí a coisa pegou. (...) A gente viu os vizinhos plantando, aí começou a plantar também.

Importante observar que nos três municípios esta especialização produtiva se deu em diferentes cultivos. Inicialmente predominava a produção de tubérculos e raízes, a exemplo de inhame, cenoura, batata inglesa e doce, além de grãos, como feijão, entre outros gêneros voltados para o autoabastecimento familiar. Em Nova Friburgo estes

⁸⁴ A restrição à prática do *pousio*, segundo agricultores da região, acabou impulsionando a utilização de fertilizantes industrializados e de agrotóxicos (Carneiro e Palm, 2015). Estimulou, também, o uso de camas de aviário trazidas de outras regiões do estado, utilizadas para adubação. Em algumas comunidades rurais, observamos ainda que a partir de 1990 as restrições à esta prática tradicional foram reforçadas com a implantação de novas unidades de conservação ambiental e a intensificação das ações de fiscalização ambientais, em que a inibição do uso do fogo controlado passou a ser motivo de um conjunto de embates entre agricultores e agentes fiscalizadores (Rego, 2007).

cultivos foram sendo crescentemente substituídos por “caixarias”: tomate, couve-flor, brócolis, abobrinha, além de folhosas, que se expandem no período mais recente. Os agricultores de Teresópolis foram se especializando, principalmente, na produção de folhosas, como alface, agrião, salsa e cebolinha, dentre outras. Em Petrópolis passou a se destacar a produção de chuchu e folhosas, especialmente alface. Além disso, em Nova Friburgo e Petrópolis, alguns agricultores foram se especializando na produção de flores, comercializadas via Mercado Municipal do Rio de Janeiro (CADEG).

Nas culturas em que passaram a se especializar, os agricultores da região foram alcançando níveis crescentes de produtividade. Como aponta o agricultor acima mencionado, ao comentar sobre o período em que já havia sido instalada a CEASA Unidade Serrana: “na época era mais couve, repolho, tomate. Mas não colhia muito, colhia pouco (...). Tomate também ninguém conseguia produzir muita coisa, se colhia 100 caixas por mil [pés de tomate] já era campeão (...). Aí foi aumento a produção, irrigar, pulverizar com motor e tudo”. A produção de tomate pode nos dar um panorama acerca desse movimento de elevação da produtividade. Atualmente a média de produção gira em torno de 300 a 400 caixas por mil pés plantados⁸⁵, três ou quatro vezes mais do que já seria o ápice de produção na década de 1970.

Além do crescente uso de insumos externos a propriedade, incluindo fertilizantes industrializados, agrotóxicos e esterco, estas elevações escalares de produção foram viabilizadas com a introdução de maquinários e novas variedades de sementes. Grisel e Assis (2012) também observam que a partir da década de 1970 passaram a se disseminar na região algumas máquinas agrícolas por intermédio das lojas de insumos instaladas. Os motores a diesel foram rapidamente incorporados pelos agricultores para a captação direta de água em rios e córregos, permitindo irrigar as lavouras ao longo de todo o ano. Anteriormente, os produtores dependiam de açudes a montante de suas lavouras para a irrigação, o que não era viável em todas as unidades produtivas. Na sua maioria, estas fontes de captação de água praticamente secavam no período de seca, entre julho e agosto.

Com o aumento no número de produtos cultivados anualmente a partir deste período, grande parte dos agricultores também passou a utilizar microtratores, com o objetivo de intensificar o manejo na área produtiva e assim viabilizar este aumento de escala de produção. O uso do microtrator permitia um expressivo ganho de tempo no momento de gradear a terra. Como apontam Grisel e Assis (2015: 43), a partir de

⁸⁵ Média segundo relatos de agricultores colhidos no trabalho como extensionista rural na região.

pesquisas realizadas no terceiro distrito de Nova Friburgo, na etapa de preparação do solo “a produtividade do trabalho foi multiplicada por 60” com a introdução do microtrator.

Na década de 1980, tratores de maior porte também passaram a ser utilizados na preparação do solo, empregando arados de disco e rotativas-encantadeiras, deixando os microtratores praticamente obsoletos para esta atividade e levando a um abandono quase que total da utilização de bois para lavração (Grisel e Assis, 2012). Os microtratores, que até hoje podem ser encontrados na grande maioria das propriedades, passaram a ser utilizados para puxar cargas, principalmente insumos e produtos para comercialização, como também para viabilizar a pulverização de agrotóxicos⁸⁶.

Muitos agricultores não tinham condições de adquirir tratores, mas isto não se tornou um impeditivo, pois, através de serviços prestados por aqueles que tinham condições de adquiri-los, os agricultores passaram a terceirizar esta atividade. O uso do trator, como apontam Grisel e Assis (2015), tornou a atividade de preparação do solo, que demandava muito tempo e mão de obra, bem mais rápida⁸⁷.

A partir da década de 1980, também foram crescentemente introduzidas novas variedades de sementes híbridas na região. Nas comunidades rurais do Terceiro Distrito de Nova Friburgo passaram a ser utilizadas novas variedades de sementes híbridas de brócolis, couve-flor, alface e abobrinha, permitindo a produção desses cultivos durante quase todo o ano (Grisel e Assis, 2015: 45). Como apontou o agricultor seu Hélio em relação a esta questão no Terceiro Distrito de Nova Friburgo: “isso de comprar semente, isso demorou um pouco, foi de (19)80 pra frente”, antes “toda semente que plantava era colhida aqui mesmo”.

A introdução destas novas sementes era motivada tanto pelo objetivo de elevar a produtividade das culturas como de ampliar o período de produção de determinados cultivos, permitindo que os mesmos fossem semeados e colhidos em meses em que isso seria inviável utilizando as sementes tradicionais. Ao mesmo tempo, demandas envolvendo as características dos cultivos e à qualidade dos produtos comercializados, que iam surgindo nesses arranjos de comercialização em que os agricultores foram se inserindo, também reforçavam esta necessidade de incorporar sementes de variedades

⁸⁶ Com seus motores utilizados como força motriz para este trabalho.

⁸⁷ A maneira de lavar o solo também foi profundamente redefinida com o trator. Enquanto os bois permitiam que se lavasse em curva de nível nas áreas de maior declive, os tratores só possibilitam que se lave a terra perpendicularmente, trazendo graves consequências, especialmente perdas de nutrientes e comprometimento do solo por erosão. Isso passou a tornar as áreas de maior inclinação muito mais frágeis frente a chuvas de maior intensidade, que são recorrentes na região, principalmente no verão.

específicas. Se, por um lado, estas novas sementes contribuíram para a elevação de produtividade, por outro, abriam espaço para intensificação de velhos ou surgimento de novos problemas fitossanitários, com variedades mais suscetíveis a pragas e doenças.

Na mesma época, alguns agricultores passaram a se especializar na produção de mudas para revender, investindo na construção de estufas específicas para esta atividade. Rapidamente, este arranjo com viveiristas, como são localmente chamados os produtores especializados nesta atividade, se consolidou, sendo de interesse de grande parte dos produtores externalizar esta atividade, pois isto os liberava de uma etapa que exigia um tempo de trabalho significativo. Este arranjo também permitiu reduzir os ciclos de cultivos em três ou quatro semanas, como destacam Grisel e Assis (2015).

Também são recorrentes as reclamações de agricultores especializados na produção de hortaliças acerca das constantes elevações dos gastos com agrotóxicos, cuja eficácia torna-se, segundo eles, cada vez mais reduzida, necessitando intensificar as pulverizações. Como aponta agricultor⁸⁸ residente em uma das comunidades rurais do Terceiro Distrito de Nova Friburgo:

Antes era mais tranquilo isso. Porque você não gastava quase nada. Por exemplo, no tomate, tu pulverizava ele duas vezes e tu já acabava com a pinta. Hoje não. Hoje você tem que prevenir, com um produto, e assim mesmo vem a pinta e entra. E aqueles velhos pesticidas, costumeiros que tu usava, isso não tá resolvendo mais. Eles dizem que é resistência (...). Sempre foi assim. Eles fabricam um produto, aquilo é uma paulada. Aí pega no mercado, todo mundo usa. Aí parece que aquilo é o produto que vai resolver, mas logo passa a não resolver mais nada.

O agricultor considera que este processo passou a se tornar mais explícito na região, principalmente, a partir da década de 1980:

Rapaz, em 1980 e pouco eu tive uma experiência. Em (19)86, quando o governo tabelou as coisas (...) Eu comprei uma caixa de X (nome do agrotóxico adquirido). O X, quando apareceu, até a 'canela do tomate' ele curava, e não existia 'remédio' para o tratamento não, deu, tu tinha que cortar. Até a 'canela' ele resolvia. Aí eu comprei uma caixa. Você usava só na necessidade. Aí fiquei com aquele X bastante tempo aqui sobrando. Depois, começou a aparecer embalagem diferente. Aí já fiquei meio cabreiro. Foi dito e feito. Ele não funcionou mais como funcionava. Não funcionou mais (...) Foi a primeira vez que parou de funcionar. Antes, rapaz, isso era uma paulada. Aparecia uma coisa, tu botava uma vez só e já resolvia. Depois não, começou a não resolver mais. Aí apareceu um tal de Y, muito bom também. Mas pergunta pra turma aí hoje, se ele funciona como ele funcionava.

⁸⁸ Como existe grande resistência por parte dos agricultores da região em falar sobre agrotóxicos, optamos por não identificar os nomes dos agricultores nas falas referentes ao tema.

Este momento também é identificado pelo agricultor como sendo marcante em relação à constante elevação nos preços destes insumos, influenciando uma constante elevação nos custos de produção:

Antes não era tão caro não. (...) Isso foi quando parou de tabelar. Tudo disparou de preço. Toda semana aumentava o preço. (...) Isso foi no governo Sarney [1985-1990] ainda. Porque, quando ele tabelou, ele não conseguiu segurar. Aí os juros, eram aqueles juros enormes, chegava a 3% ao dia. Aí ele não conseguiu segurar, abriu mão, e toda semana mudava de preço. (...) Aí disparou, X [nome do agrotóxico adquirido] e estes produto assim, Y, W (...) Aí danou tudo, começou a ficar cada vez mais caro.

Outro agricultor do Terceiro Distrito de Nova Friburgo, da comunidade de São Lourenço, exemplificou a percepção dos produtores em relação à contínua perda de eficácia dos agrotóxicos no controle de problemas fitossanitários a partir de sua experiência no ano de 2018:

Igual ano passado, tive problema na cebolinha aqui, de *riscadeira*. Aí, comprava bastante lá em Pedrinho, pra evitar a *riscadeira*. Mas o problema não teve jeito. Aí eu chamei o agrônomo aqui, ele olhou, mas o agrônomo, pra te falar a verdade, ele teve tempo para estudar, eu não tive, mas não sabe nada. Eu fiquei doido. Tudo que ele mandou eu botar eu botei ali. O resultado foi: eu falei não gasto mais um real, passei o trator em cima, acabei com tudo. Não consegui tirar nada. O agrônomo teve aqui umas três vez, era só remédio caro em cima de remédio caro, não adiantou nada. Teve uma semana, fui lá e pedi o que botar, aí ele me falou: 'isso aqui'. Aí eu botei, de segunda a segunda numa semana, todo dia. E botava de acordo. Ele falava, não bota esse com aquele, que vai cortar o efeito. E não consegui. Aí resolvi acabar com aquela lavoura. Dava mais de 12.000 molhos, perdi tudo.

Desta forma, os problemas fitossanitários e os limites percebidos em relação ao uso de agrotóxicos têm levado agricultores a questionar a viabilidade de suas atividades produtivas, devido aos crescentes custos financeiros e ineficácia no controle de pragas e doenças. Esta questão atinge agricultores de forma bastante distinta. Aqueles que possuem maior disponibilidade de área e são proprietários de suas unidades produtivas conseguem, na maioria das vezes, estabelecer arranjos produtivos que diminuem estes problemas, com práticas de rotação de culturas ou parando de produzir por certo período de tempo em espaços que apresentam maiores dificuldades do ponto de vista do controle fitossanitário. No outro extremo, agricultores arrendatários de pequenas áreas produtivas, além de terem seu retorno financeiro comprometido pelo arrendamento, são tensionados a produzir intensivamente nas diminutas parcelas e encontram maior dificuldade para realizarem as práticas acima citadas, tendo em vista a necessidade de implantar culturas que rendem maiores retornos financeiros, muitas vezes com repetições subsequentes.

Entre os problemas fitossanitários salientados por agricultores, em que o uso de agrotóxicos não tem mais surtido os efeitos esperados, destacam-se as culturas de maior expressão econômica em cada município⁸⁹. Na produção de crucíferas, como brócolis e couve-flor, destaca-se a doença denominada a *batata da couve*, ou hérnia das crucíferas. Na produção de alface a incidência de míldio tem se tornado cada vez mais intensa. A *mosca branca* se destaca entre os patógenos que atacam as produções de tomate e chuchu. Nas produções de salsa e cebolinha são recorrentes os problemas com a *ferrugem*⁹⁰.

O problema da *batata da couve* (hérnia nas crucíferas) é emblemático do que vem ocorrendo nestes casos. Segundo pesquisadores da UFRRJ e da Embrapa Agrobiologia, este problema é causado pela incidência de um protozoário. Como não existe nenhum tratamento específico indicado para a doença em questão, revendedores de insumos passaram a indicar como forma de controle um coquetel (chamado de “vacina para batata” entre os agricultores) com fungicidas, inseticidas e agentes que aceleram o enraizamento das plantas. A utilização desses insumos apresentou resultados positivos em alguns sistemas de cultivo durante os primeiros anos de aplicação, entretanto, a partir do quinto ano de aplicação têm se demonstrado pouco eficazes. Assim, o controle deste protozoário, que rapidamente tem se difundido nas áreas de cultivo, especialmente no município de Nova Friburgo, mostrou ser extremamente difícil no ‘sistema convencional’. Técnicos da Embrapa Agrobiologia e NPTA e também da PESAGRO têm sugerido um conjunto de práticas que podem auxiliar no controle deste problema fitossanitário, com utilização de cobertura morta, elevação no nível dos sulcos entre fileiras e insumos biológicos. Entretanto, a disseminação dessas práticas entre agricultores predominantemente articulados aos arranjos construídos em torno da ‘agricultura convencional’ é difícil e complexa, conforme iremos aprofundar nos capítulos subsequentes.

A crescente utilização de agrotóxicos fez com que essa temática se tornasse um tabu na Região Serrana Fluminense, com forte resistência por parte dos agricultores em

⁸⁹ Como podemos observar através dos dados disponibilizados pelos escritórios municipais da EMATER acerca da importância financeira das diferentes culturas em cada um dos municípios existe, ao que tudo indica, um certo nível de especialização territorial dessa produção. Em 2017 as três culturas com maior faturamento financeiro em Nova Friburgo eram as crucíferas, como a couve-flor (R\$ 30.016.670,00) e o brócolis (R\$25.676.750,00), além do tomate (R\$ 28.190.700,00). Em Teresópolis, a produção de alface desponta como a principal responsável pelo faturamento (R\$ 95.004.515,00). Em Petrópolis, culturas como chuchu (R\$ 1.000.200,00), salsa (R\$ 1.314.800,00), tomate (R\$ 1.326.970,00) e vagem (R\$ 1.069.950,00) apresentam-se como as de maior retorno econômico (Relatórios de Acompanhamento Agrícola Municipal – EMATER, 2017).

⁹⁰ Em relação às definições de pragas e doenças, optamos manter a conceituação dos agricultores da região analisada. Quando esta definição pode surtir outras dúvidas, que nos parece ser o caso da *batata da couve*, optamos em também recorrer a uma definição técnica.

falar sobre o assunto, especialmente em relação aos danos causados por esses produtos à saúde humana e ao ambiente. No entanto, são recorrentes os relatos acerca dos altos custos financeiros associados à aquisição destes insumos, sem entrar na precisão de números. No trabalho como extensionista rural, entre os anos de 2014 e 2016, inúmeros agricultores da região salientaram ser extremamente alto o gasto financeiro com os insumos necessários para viabilizar a produção dentro do sistema convencional, recusando-se, inclusive, a calculá-los: “se botar na ponta do lápis, todo mundo para”. “Na verdade, se for calcular, a gente trabalha para dar lucro pras lojas (de insumos)”.

Ao mesmo tempo, podemos observar que os agricultores que passaram a se especializar na produção de hortaliças em sistema convencional são tensionados a manterem um ritmo intensivo de trabalho, de forma a viabilizar economicamente suas atividades. Na região, são recorrentes as brincadeiras acerca da necessidade de “plantar de manhã e colher de tarde”, do contrário seria difícil se manterem. É possível observar a campo, e muitos agricultores também declaram trabalhar intensamente os sete dias da semana, com cargas horárias diárias bastante intensas. Como relatou orgulhosamente um agricultor residente em uma comunidade rural do Terceiro Distrito de Nova Friburgo: “eu, todo domingo, às vezes é duas horas da tarde e a gente tá sem almoço pra dar conta da carga, que o menino tem que estar com o caminhão pronto”.

Essa intensificação produtiva também parece ter contribuído para que muitas famílias de agricultores passassem a priorizar a produção voltada esse mercado especializado em hortaliças, em detrimento da produção de gêneros alimentícios para o consumo familiar. Este processo, ao que tudo indica, começou a se explicitar a partir da década de 1980. Como aponta Rosana, agricultora moradora da comunidade rural de Bonsucesso, em Teresópolis, “isso começou ainda nos anos (19)80. Eu lembro que a minha mãe sempre valorizou muito isso da gente produzir os alimentos para a família. Sempre manteve uma horta para isso, além de aipim, feijão e essas coisas. Mas, aos poucos, muitos vizinhos foram parando com isso”. Segundo relatos de outros agricultores da região, este processo parece ter se aprofundado ainda mais a partir de fins da década de 1990, devido à crescente redução da área das unidades produtivas e intensificação da produção especializada de hortaliças.

Com a utilização de todos os espaços da unidade produtiva e a crescente ocupação da força de trabalho feminina em atividades laborais voltadas para os circuitos mercantis já mencionados, as hortas caseiras para abastecimento familiar foram sendo crescentemente desestruturadas. Atualmente, em algumas comunidades, é difícil

encontrar estas hortas no espaço das unidades produtivas, especialmente naquelas localizadas entre o Terceiro Distrito de Nova Friburgo e Teresópolis. As áreas produtivas manejadas com base em tecnologias convencionais, circundam os espaços de moradia, dificultando a produção para o abastecimento familiar.

Em comunidades rurais de Teresópolis, por exemplo, município em que a zona rural foi fortemente atingida pela catástrofe climática de 2011⁹¹, atores vinculados à Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO) e Embrapa Agrobiologia executaram projeto financiado por banco do Canadá, intitulado Quintais Agroecológicos, que visou promover práticas de uma agricultura de base ecológica na estruturação de hortas para o consumo familiar, pois muitas famílias de agricultores passaram a enfrentar expressivas dificuldades para viabilizar sua alimentação pós catástrofe, como analisaremos no próximo capítulo.

Ao mesmo tempo, é possível observar uma crescente desconexão entre os espaços de moradia e de produção em muitas comunidades rurais em que a especialização na produção de hortaliças em sistema convencional foi se tornando predominante. Nesta trajetória de especialização produtiva também foram se formando alguns núcleos com concentração de residências, assemelhando-se a pequenas aglomerações urbanas, em que também foram se instalando supermercados, quitandas, lanchonetes e farmácias. Este processo, ao que tudo indica, também acaba fomentando mudanças nos hábitos alimentares, com o uso crescente, na alimentação, de gêneros industrializados e mesmo ultraprocessados. Importante observar, ainda, os recorrentes relatos de famílias de agricultores que não consomem as hortaliças produzidas em suas comunidades, mesmo aquelas especializadas no cultivo desses produtos.

A análise das transformações nos arranjos socioprodutivos de agricultores da região parece explicitar um conjunto de desconexões que foram emergindo ao longo deste processo. Eventuais questionamentos que poderiam surgir a partir de uma análise dessa trajetória, passando pela insegurança financeira devido aos elevados gastos com insumos, estendendo-se as intensas rotinas laborais, abarcando, também, um potencial comprometimento da segurança alimentar e nutricional das famílias, parecem ser contrabalançadas, no entanto, pela sensação de segurança suscitada pelas redes de interdependência nas quais estão inseridos e pelo acesso a ingressos monetários ao longo de todo o ano. Merecem destaque, neste sentido, as articulações entre diferentes atores

⁹¹ As áreas rurais de Nova Friburgo e Teresópolis foram fortemente atingidas pela catástrofe ambiental que assolou a Região Serrana Fluminense em 2011, com comunidades sendo inteiramente destruídas.

nos circuitos de comercialização, que parecem ter um papel importante no sentido de gerar certa sensação de confiança entre aqueles que se vinculam ao mesmo, conforme buscaremos aprofundar na seção subsequente.

2.3 – Circuitos de comercialização: redes de interdependência e sistemas de prescrição

Os circuitos de comercialização parecem ter tido um papel relevante no sentido de impulsionar a modernização da agricultura baseada na produção especializada de hortaliças entre grande parte dos agricultores da Região Serrana Fluminense. Como aponta Renato Linhares, pesquisador da Embrapa NPTA:

na década de 1970 você tinha toda uma política agrícola que incentivava isso, a exemplo do crédito fácil que facilitou isso daí [agricultura especializada na produção de hortaliças em sistema convencional]. Mas eu não acho que é o vendedor de insumos o determinante para a mudança, ele se oportunizou de uma mudança. Foram as relações comerciais estabelecidas com os intermediários, baseadas numa especialização produtiva, que foram impulsionando isso aqui [na Região Serrana Fluminense].

Parece ser possível afirmar, neste sentido, que ao mesmo tempo em que emergem como resultado do processo de modernização da agricultura, os circuitos de comercialização também influenciaram a especialização produtiva na região. Analisando interações entre agricultores e demais atores inseridos nestes circuitos, também parecem se explicitar relações de captura que foram se conformando, impulsionando a reprodução ao longo do tempo desses arranjos e impondo significativos entraves aos processos de transição agroecológica.

Os circuitos de comercialização construídos em torno das formas de agricultura que se tornaram hegemônicas na Região Serrana apresentam dinâmicas bastante distintas nos três municípios analisados. Neste sentido, com o objetivo de tentar captar, ao menos em parte, alguns traços predominantes de como se dão as interações nesses circuitos, analisaremos como foram se desdobrando em cada um dos três municípios em que aprofundamos a análise.

Petrópolis é o município mais próximo da Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro, ficando a cerca de 60 km da capital. Com as melhorias implementadas nas vias de acesso, ainda na primeira metade do século XX, a produção agrícola do município passou a ser crescentemente escoada para a RMRJ, processo expressivamente dinamizado com a estruturação da CEASA Unidade Grande Rio, em 1974. Esta articulação era

viabilizada tanto através de atores que passaram a se especializar na atividade de transporte e comercialização, conhecidos como atravessadores ou intermediários, como também por agricultores adquirindo pequenos caminhões com o objetivo de transportar sua produção e de vizinhos até a cidade do Rio de Janeiro.

As relações estabelecidas entre agricultores e atravessadores, especialmente no período inicial deste processo, eram marcadas, na maioria das vezes, por expressivas assimetrias. Como aponta Paulo Aguinaga em relação ao contexto de fins dos anos 1970, quando deu início a uma das experiências pioneiras voltadas a uma agricultura de base ecológica na Região Serrana Fluminense, na comunidade rural do Brejal em Petrópolis:

Eles [famílias de agricultores vizinhos a seu sítio] vendiam para o CEASA, e com intermediário, no pior sentido da palavra. Porque naquela época não tinham informações. Então, entregavam em confiança ao intermediário e ele voltava e dizia quanto tinha dado, muitas vezes falando que não vendeu e pronto. E eles não tinham outra opção. Este era o quadro geral no Brejal. E é claro que isto provocava no agricultor uma situação de pobreza, muita dificuldade econômica.

Este quadro, ao que tudo indica, reforçava a importância de realizarem diretamente o transporte de sua produção até a unidade da CEASA na cidade do Rio de Janeiro. Como relata seu José Nilton, agricultor da comunidade rural do Brejal, que passou a produzir sem uso de fertilizantes químico-sintéticos e agrotóxicos a partir de fins da década de 1980: “até (19)88/89 eu levava a minha produção e do pessoal daqui numa caminhonete que eu tinha. Toda semana descia. Na volta trazia adubo e essas coisa, que pegava lá e aqui em Pedro Rio”, outro distrito de Petrópolis.

A aquisição de caminhões de menor porte e caminhonetes passou a se constituir como uma estratégia para muitos agricultores do município pudessem assegurar a comercialização de sua produção, o que foi significativamente dinamizado com os financiamentos do PRONAF, a partir de meados da década de 1990. Atualmente esta logística de transporte até a unidade da CEASA Grande Rio e garantida pelos próprios agricultores tendo menor relevância a ação de atravessadores no município. Em pesquisa realizada em Petrópolis, Brignol (2012: 53-54) também observa que entre os agricultores convencionais do município predomina o escoamento da produção via CEASA Grande Rio em transporte próprio e, em bem menor número, em articulação com produtores vizinhos.

Este arranjo poderia ampliar, em princípio, as margens de manobra para a diversificação produtiva entre agricultores do município. A forma como é organizada a comercialização nas unidades do CEASA, no entanto, acaba restringindo esta

possibilidade, pois os produtos agrícolas são comercializados em diferentes seções. Isto acaba impulsionando a especialização em certos cultivos, reforçando o conjunto de tensionamentos colocados pela produção de hortaliças na forma como é desenvolvida na região atualmente

Em relação à viabilidade econômica, agricultores de Petrópolis articulados a este circuito de comercialização destacam que os preços praticados são regulados pela oferta e procura: “se tem muito os preços caem. Quando tem pouco, de algum produto, o preço melhora. Isso é assim, não tem jeito”. Entretanto, destacam como principal problema o crescente desequilíbrio entre os valores recebidos e os custos de produção, particularmente no que diz respeito aos insumos. Ao mesmo tempo em que estes não cessam de se elevar, os valores recebidos pela produção se mantêm relativamente os mesmos por décadas. A estratégia desenvolvida no sentido de enfrentar este dilema, é elevar a produtividade em suas áreas de produção “e torcer pra não ter nenhuma praga”, como destacam agricultores convencionais do município⁹².

Já em Teresópolis e Nova Friburgo foram se consolidando arranjos de comercialização com maior participação de *intermediários*, mas com conformações distintas nas comunidades rurais dos dois municípios.

Teresópolis fica a cerca de 90 km da cidade do Rio de Janeiro. Alguns de seus distritos rurais, no entanto, são ainda mais distantes. O distrito de Bonsucesso, por exemplo, localizado na estrada Tere-Fri, e que concentra um número expressivo de agricultores familiares com produção hortaliças em sistema convencional, fica a cerca de 120 km da CEASA Unidade Grande Rio.

Em fins da década de 1970 a articulação entre a produção agrícola do município e a Região Metropolitana do estado foi impulsionada com a construção do Mercado do Produtor de Água Quente, distrito de Teresópolis localizado às margens da BR-116. Este entreposto adquiriu especial relevância no escoamento da produção de agricultores que trabalham e vivem nas comunidades rurais do município próximas a rodovia BR 116, até a unidade da CEASA no Rio, mantendo sua importância até os dias de hoje. As relações entre agricultores e intermediários neste mercado são semelhantes às praticadas na CEASA Unidade Serrana, de Nova Friburgo, conforme analisaremos na sequência.

Entre os agricultores do município localizados em comunidades rurais próximas à rodovia que interliga Teresópolis e Friburgo, também foram ganhando cada vez maior

⁹² Registros do caderno de campo utilizado no trabalho como extensionista rural entre os anos de 2014 e 2016.

importância unidades de beneficiamento construídas por atravessadores e empresas especializadas no transporte da produção agrícola, localmente conhecidas como *galpões*. Inicialmente, diversos atravessadores de menor porte passaram a escoar esta produção, em caminhões próprios, até unidades de beneficiamento e embalagem de produtos instaladas na Região Metropolitana do estado. Com o passar dos anos, empreendimentos desse tipo, dedicados às atividades de recolhimento, higienização, embalagem e transporte da produção agrícola, foram sendo instalados em diferentes comunidades rurais do município. A partir da década de 2000, passou a ocorrer uma maior concentração desses *galpões*, com a implantação de unidades de maior porte, o que motivou expressivas alterações nesses fluxos de comercialização de comercialização.

Como pontuou seu Edmo, agricultor familiar da comunidade de Bonsucesso⁹³: “antes dos anos 2000 eram vários compradores menores”, depois uma empresa passou a concentrar esta comercialização e escoar diretamente para redes de supermercados localizadas em diferentes regiões do estado e, inclusive, do país. No início da década de 2000:

Ele [o proprietário da maior empresa de beneficiamento implantada na região] montou uma estrutura enorme em Bonsucesso, comprou 40 caminhões furgão baú. Aí ele pegou esses caras que faziam as entregas pra eles e tirou todo mundo e centralizou para ele. Ele deu até uma mexida na região. Por exemplo, o pessoal, os caras que vendiam pneu, vendiam caminhão, movimentavam as lojas daqui, desde material de construção, porque entregava e ganhavam dinheiro. Ele simplesmente secou todo mundo. Teve gente que parou e foi trabalhar para ele de empregado, de motorista para ele. Alguns conseguiram montar alguma entreguinha separada, mas teve gente que teve que parar de vez, a maioria parou. E ele derrubou o preço, porque o preço dele é lá em baixo. Porque, imagina, ele desce com 60 caminhões de carga por dia. Imagina, tinham vários negociando preço. De repente, ele centralizou e falou: ‘eu vou pagar tanto’. Aí mudou todo o mercado. Se ele tinha 10% antes, agora ele domina 80% deste mercado.

No entanto, a partir da década de 2010, como observou este mesmo agricultor: “deu uma melhorada. Que apareceu vários grandes”, citando outras quatro empresas que foram implantadas em comunidades rurais próximas e passaram a realizar o mesmo processo de recolhimento da produção, beneficiamento e comercialização via redes de supermercado.

Neste sistema de comercialização de folhosas, a mercadoria é recolhida diretamente na unidade dos agricultores, em pequenas caminhonetes, que realizam o

⁹³ Edmo trabalha com agrião em sistema convencional a mais de 30 anos. No entanto, instigado pelo filho, recém graduado em biologia, iniciou experiência de produção sem uso de agrotóxicos em 2011 em área arrendada especificamente para realizar este experimento.

transporte até os *galpões*. Após higienizada e embalada, a produção é escoada em caminhões maiores até as redes de supermercado.

Importante observar que estas caminhonetes são adaptadas para recolher, diretamente nas unidades produtivas, diferentes tipos de hortaliça, sendo que os agentes de mercado subdividem este trabalho segundo as localidades onde residem os agricultores que operam nesse circuito, o que lhes permite organizar melhor as cargas nos veículos. O *modus operandi* adotado pelos atravessadores acaba tensionando os agricultores no sentido de uma especialização produtiva centrada em determinados cultivos, com grupos de agricultores que só produzem alface, ou agrião, ou couve, ou cebolinha, e assim por diante. Essa simplificação dos sistemas produtivos no que diz respeito à diversidade de espécies cultivadas é reforçada, ainda, em função da cobrança desses intermediários no sentido de que os agricultores mantenham um certo volume de entrega, não sendo viável para os produtores manterem-se vinculados a esse mercado ofertando uma grande diversidade de produtos em pequena quantidade, o que tornaria mais onerosos os custos de transporte.

Desta forma, os agricultores articulados a esse circuito de comercialização foram sendo crescentemente impulsionados a especializar sua produção, a exemplo do agricultor citado acima, que trabalha “só com agrião, direto mesmo, tem 18 anos”, entregando cerca de 300 molhos três vezes por semana, “o ano todo”.

Este mesmo agricultor também salienta as exigências em relação aos padrões de qualidade vigentes nesse circuito de comercialização:

Se você não caprichar na mercadoria, você não tem cliente. Ainda mais nesta região aqui, que é disputada. Se a mercadoria não for de qualidade, o cara... Por exemplo, se ele pega mercadoria de nós três, se a minha tá boa ele aumenta o meu pedido e diminui o de vocês, mas se a minha tiver fraca, ele diminui o meu pedido e pega mais de vocês. Então, se a gente não manter o padrão, você não mantém o freguês

Como podemos observar, as formas de funcionamento desse mercado acabam tendo um papel central no ordenamento de padrões de qualidade em relação aos produtos agrícolas, sendo que esse poder parece ter sido crescentemente reforçado ao longo do tempo. No período mais recente, uma das empresas também passou a adquirir semanalmente uma carga de *brócolis-americano* proveniente Região Sul do país, “lá encontraram o padrão (de qualidade) que exigiam”. Isto tem motivado a diminuição da produção desta cultura entre agricultores do município, além de servir como um elemento capaz de tensionar a qualidade e preços praticados em outros cultivos.

Ao mesmo tempo, a incorporação de novas tecnologias de conservação de alimentos, permitiu que parte dessas empresas passassem a fornecer para redes varejistas que atuam em outros estados, ou mesmo em escala nacional.

Estes tensionamentos na direção de uma especialização produtiva, que tivemos a oportunidade de acompanhar durante nosso trabalho como extensionista rural, dificultam em muito a incorporação de práticas e tecnologias de base ecológica pelos agricultores. Exemplo emblemático pode ser observado entre agricultores da comunidade rural de Sebastiana, em Teresópolis, que produzem principalmente folhosas. A produção intensiva com predominância de um cultivo tem feito com que determinados problemas fitossanitários se tornem cada vez mais graves, com destaque para a infestação por míldio que é bastante comum na produção de alface. As práticas recomendadas para diminuir esta infestação, sem uso de agrotóxicos, seriam, principalmente, rotação de culturas e adubação verde com cobertura morta. Entretanto, quando propúnhamos a introdução destas práticas aos agricultores assessorados no âmbito do projeto ATER Serrana, os mesmos salientavam que seria muito difícil incorporar estas formas de manejo aos seus arranjos socioprodutivos, tendo em vista que, dispendo de áreas reduzidas, necessitavam manter a produção ao longo de todo ano para se viabilizarem economicamente. Além disso, os atravessadores com os quais trabalhavam, priorizavam a aquisição somente de determinados produtos. Este problema se tornava ainda mais grave devido ao fato de grande parte desses agricultores serem arrendatários de suas áreas de produção, tendo compromisso de arcarem com os custos de arrendamento. Para eles era praticamente inviável paralisar a utilização de qualquer área de produção.

Entre os municípios pesquisados, Nova Friburgo é o mais distante da Região Metropolitana, ficando a 140 km da cidade do Rio de Janeiro. Ainda na primeira metade do século XX, a comercialização de produtos agrícolas do município foi se consolidando através de um mercado informal construído na comunidade de Barracão dos Mendes, Terceiro Distrito de Nova Friburgo. Conforme relata o agricultor Hélio Muniz, neste entreposto era comercializada uma grande diversidade de produtos:

De primeiro a gente vendia em Barracão dos Mendes, era tudo ali. (...) vendia o que tinha ali (...). Se tivesse pouco, tu vendia bem, mas se tivesse muito tu nem achava pra quem vender. Com o tempo foi melhorando. Tinha um comprador do Rio que comprava aqui, ele pegava tudo, só não tomate. Mas tinha comprador que só pegava uma coisa, como um português que só pegava batata. Tinha comprador de frango, de cabrito.

Com o passar dos anos o volume comercializado foi crescendo e redefinindo-se a maneira de escoar a produção das unidades produtivas, como salienta o entrevistado:

no Barracão dos Mendes era uma luta, carga pra lá com carro de boi, em lombo de mula. Daqui ia tudo de carro de boi e mula. Salinas, São Lourenço, tudo. Lá passava pros caminhões (...) no fim dos Barracão já começou a parar. Aí começou com pick up. Eu mesmo tinha uma pick up, aí puxava pra mim e pros outros até o mercado. Aí já foi aumentando a produção. No Barracão a coisa já foi aumentando muito. Pra tu ter uma ideia, a estrada (que segue em direção a Teresópolis) toda passava pelo Barracão, mas foi aumentando tanto o movimento que fizeram aquela rodovia [Tere-Fri] por fora, pro ônibus não precisar passar no meio do mercado.

Este processo também influenciava determinados cultivos serem viáveis ou não neste arranjo de comercialização, como destaca pesquisador da Embrapa NPTA:

até a década de 1970 você tinha esse espaço lá em Barracão dos Mendes que a produção ia em lombo de burro e pequenas caminhonetes (...). Nesse local centralizava a comercialização, até final da década de 1960, para vir para [a cidade de] Nova Friburgo e depois descer de trem. Depois passou a descer de caminhão. Mas a realidade da produção, no Terceiro Distrito, até essa época, era muita caixaria, porque você tinha um tempo de comercialização longo. No mínimo uns 5 dias para sair da roça até chegar no Rio de Janeiro.

Assim, os principais produtos comercializados pelos agricultores das comunidades rurais do município, até este período, eram raízes e tubérculos. Com as melhorias nas vias de acesso e, principalmente, com a instalação da CEASA Unidade Serrana na comunidade de Conquista, ao lado de Barracão dos Mendes, em 1977, o escoamento da produção agrícola de Nova Friburgo para a Região Metropolitana do estado foi expressivamente ampliado, impulsionando significativas transformações tanto na composição do mix de produtos ofertado pelos agricultores aos atravessadores como na conformação de seus sistemas produtivos.

Com a implantação da CEASA Unidade Serrana ocorreu, também, um aumento significativo tanto no número de compradores como no volume comercializado. Já na primeira metade da década de 1980, quase metade de toda a produção agrícola de Nova Friburgo era comercializada neste local (Musumeci, 1984). No início da década de 1990, o volume de hortaliças transacionadas nesse espaço chegou a ser estimado em 60.000 toneladas/ano (Grisel e Assis, 2015). Entretanto, com a estadualização da CEASA e sua fragilização, ao longo dos anos 1990, estes volumes foram se reduzindo paulatinamente, levando a uma quase paralização das operações de compra e venda nesta unidade⁹⁴.

⁹⁴ Somente a partir de meados da década de 2010 a unidade passou a ser revitalizada, com o apoio da rede de associações de agricultores do município.

Esta fragilização das CEASA também parece estar vinculada a expressiva expansão das redes de supermercados observada no Brasil, principalmente, a partir da década de 1990, momento em que grandes grupos econômicos internacionais fortalecem suas ações no setor (Costa, 2005). A partir deste período alguns atravessadores passam a estabelecer relações diretas com redes de supermercados, principalmente no município de Teresópolis, em que observamos a ampliação de *galpões*, como veremos na sequência. Importante observar, no entanto, que este processo acaba se desdobrando em relações ainda menos regularizadas entre atravessadores e agricultores, possibilitando que algumas assimetrias fossem fortalecidas.

O esvaziamento da CEASA em Nova Friburgo fortaleceu a ação de *atravessadores* adquirindo a produção diretamente nas unidades produtivas de agricultores. Alguns atravessadores, conforme relatou o agricultor da comunidade de Serra Velha, já vinham trabalhando neste formato desde meados da década de 1970: “isso começou na couve flor. Um comprador bom de couve viu que era melhor pegar na roça, que ela não batia tanto. Aí pegou. Isso começou em 70 e poucos”.

O predomínio da produção de hortaliças, perecíveis e de difícil armazenamento, juntamente com um número restrito de *atravessadores*, recrudesciu, a partir de meados da década de 1990, assimetrias nas relações destes com agricultores, diminuindo as margens de manobra para negociação (Lopes, 1998). Este processo, ao que tudo indica, também acabou fortalecendo ainda mais a especialização produtiva, pois os *intermediários* trabalham com um número restrito de produtos e as cargas dos caminhões sempre são compostas por um conjunto selecionado de cultivos, com pouca diversidade, de acordo com as seções da CEASA Unidade Grande Rio em que serão comercializadas.

Foi somente a partir de meados da década de 2010 que a venda de hortaliças na CEASA Unidade Serrana voltou a ganhar força, com mudanças na direção da unidade e expressivo apoio da rede de associações de agricultores do município. Ao ser questionado sobre as mudanças decorrentes da revitalização da unidade a partir deste período, Leumir, agricultor familiar da comunidade de São Loureço e presidente da associação da localidade, pontuou que “ali tu pode botar um tanto de cada coisa”. Esse mesmo entrevistado destaca, no entanto, que os arranjos de comercialização na produção de hortaliças em sistema convencional acabam dificultando a diversificação produtiva:

Se tiver vários produtos, só se for feira. Neste tipo de coisa aqui não tem como (...). Por exemplo hoje, se a cebola tá me dando certo, tá dando lucro e eu tô conseguindo colher, pra que eu vou mexer com outra coisa? Já tá no ritmo. Aí, por exemplo hoje, aqui na nossa região, tá tendo muito alface americano, couve-flor e brócolis, que hoje é top. Tu tira um e já bota o outro, no mesmo

lugar, porque tem mais pessoal que pega. Por exemplo o [agricultor vizinho] aqui, ele tá colhendo e não tá precisando ir no CEASA para vender, tem três pessoa comprando com ele aqui. E se ele levar couve-flor no CEASA, ele vai encalhar com ela, e aqui ele vende bem.

Como podemos observar, mesmo com a retomada das atividades na CEASA Unidade Serrana, as relações estabelecidas com *atravessadores*, que adquirem a produção diretamente nas unidades produtivas, continuaram tendo um papel importante no município. Atrelado a isto, também percebemos que a partir dos anos 2000 os arranjos de comercialização em torno dos *galpões*, que recolhem, beneficiam e comercializam a produção, muitas vezes diretamente com redes de supermercados, a exemplo do que foi observado em Teresópolis, também se expandiram no Terceiro Distrito de Nova Friburgo.

Nosso entrevistado destaca, ainda, a necessidade de garantir certo volume de produção de determinado cultivo, para poder participar desse circuito organizado em torno dos *galpões*:

eu não consigo botar [diretamente nos *galpões*], porque já apanham com outros. Eles já apanham com aqueles certos. Aí eles acham que o outro vai botar e não vai manter. Aí eu só consigo botar cebola [cebolinha], e o [agricultor vizinho] bota o cheiro [verde] pro galpão. Mas eles não apanham o molho comigo. É só do [vizinho], ele não consegue botar a quantidade que eles querem, aí ele apanha um pouco de cheiro com um, de cebola com outro, para manter. Se não botar naquela quantia, eles não pegam (...) se tu estiver colocando, tu tem que manter aquele mínimo. Isso é tipo uma corrente, eles apanham com o produtor e aquilo eles vendem

Os modos de organização incorporados a esse mercado influenciam, também, os padrões de qualidade a serem alcançados pela produção de hortaliças, além de ter um papel importante de ordenamento. Podemos observar, nesse sentido, que, por suas características estéticas, algumas variedades foram sendo privilegiadas pelos agricultores em detrimento de sua viabilidade no âmbito produtivo. O exemplo de variedades de couve-flor com flores mais claras, que foram crescentemente sendo introduzidas nas produções do município de Nova Friburgo, é sintomático. Agricultores relatam que este padrão de qualidade foi sendo crescentemente demandado por *atravessadores*, devido a sua melhor aceitação entre consumidores. No entanto, estas variedades de couve-flor mais claras são significativamente mais suscetíveis a problemas fitossanitários, na interpretação dos agricultores da região.

Sendo resultado de valores socialmente compartilhados, envolvendo múltiplos atores, estes padrões de qualidade acabam influenciando diretamente as práticas e a organização socioprodutiva, impulsionando a especialização em determinadas variedades e tipos de cultivos.

Ao mesmo tempo, os agricultores são constantemente tensionados pela crescente disparidade entre valores recebidos pela produção e os custos com insumos, o que faz com que tenham que aumentar constantemente a área cultivada (quando isso é possível) e a produtividade dos cultivos, para poder se viabilizar economicamente:

Quando começou o Real, em 1994, eu vendi [molho de] salsa a R\$ 1,00, e hoje se tu sair aqui, a salsa é R\$ 0,50. Isso há mais de 25 anos. Então, caiu o preço. E a couve mineira nós vendia de R\$ 0,25 a R\$ 0,30. E hoje, tá R\$ 0,30 ainda. Quando ficou quente, até chegou a dar um dinheiro, chegou a R\$ 0,80, mas no que esfriou já voltou para R\$ 0,30. Mas o adubo, que era R\$ 12,00 a R\$ 15,00, hoje o mesmo adubo é R\$ 120,00. Isso é tudo comprado em dólar, mas nós não tem nada em dólar.

Conforme observou Valderinha, agricultora da comunidade de Três Picos que, junto com sua filha, produziu orgânicos entre 2012 e 2015, mas depois voltou a produzir hortaliças em sistema convencional devido às dificuldades enfrentadas na comercialização da produção orgânica: “no orgânico tu vende qualidade, do outro tu precisa ter é quantidade”.

Valderinha ressalta como fator determinante para que parassem de produzir orgânicos e retornassem ao sistema convencional a existência de um arranjo de comercialização que viabiliza o escoamento diretamente na unidade produtiva, sem toda a demanda de trabalho que os circuitos de comercialização em agricultura orgânica em que estavam inseridos exigiam:

hoje a gente vende aqui na roça. Igual eu falo, por exemplo essa salsa, o menino pega aqui. Couve-flor, que eu plantei lá, outro menino pega aqui também. Assim, eu trabalhava direto na lavoura orgânica, mas quando chegava o dia da feira, três dias da semana, eu tinha que levantar as três horas da manhã, para ir pro centro de Friburgo. Eu e minha filha (...). Se tivesse mercado assim, eu voltaria a plantar orgânico.

Como podemos observar, em torno dos circuitos convencionais de comercialização de hortaliças foram se estruturando redes de interdependência entre diferentes atores que acabam facilitando a manutenção deste modelo, que também envolve sistemas de prescrição regidos por normas e valores, associados a arranjos sócio materiais específicos. Estes arranjos de comercialização, orientados por uma lógica voltada à especialização e ampliação da escala dos sistemas produtivos, acabam se afirmando como uma estratégia de participação no mercado, à medida em que possibilitam que esses agricultores se envolvam quase que exclusivamente com as atividades ligadas à produção. Nesses circuitos convencionais, os agricultores ficam dispensados de se envolver com o amplo conjunto de tarefas, para além da produção, que ficam sob a responsabilidade dos produtores nos esquemas de comercialização direta.

Estes circuitos de comercialização, ao que tudo indica, foram de fundamental importância para a territorialização da agricultura especializada na produção de hortaliças em sistema convencional, ajudando a explicar o grau de densidade que esta foi ganhando nas comunidades rurais e municípios analisados, conforme buscaremos aprofundar na seção subsequente.

Antes, no entanto, consideramos importante salientar que nos últimos anos alguns atores relevantes nos circuitos de comercialização de hortaliças também têm incorporado, ao menos no plano discursivo, preocupações em relação às temáticas saúde e meio ambiente.

Empresas especializadas na comercialização de hortaliças produzidas em sistema convencional têm crescentemente destacado o fato de terem unidades de beneficiamento na Região Serrana e isto viabilizar fornecerem alimentos “frescos”: com “verduras que venham diretamente de suas produções”, “permitindo o atendimento aos clientes com produtos sempre frescos e de alta qualidade”, conforme explicitam em suas campanhas publicitárias. Termos como “natural”, “saúdável”, “meio ambiente” e “sustentável”, passam a ser recorrentemente enfatizados nas narrativas destas empresas⁹⁵.

Este processo pode expressar uma simples incorporação discursiva destas intenções, em contradição com as práticas dos atores, em um processo clássico de “endogeneização” da crítica social, nos termos propostos por Boltanski e Chiapello (2009). No entanto, também podemos observar que parte destas empresas têm passado, mesmo que de maneira bastante restrita, a incorporar linhas específicas de comercialização de hortaliças orgânicas⁹⁶.

2.4 – Especialização na produção de hortaliças em sistema convencional: configurações territoriais e “contenções” aos processos de transição

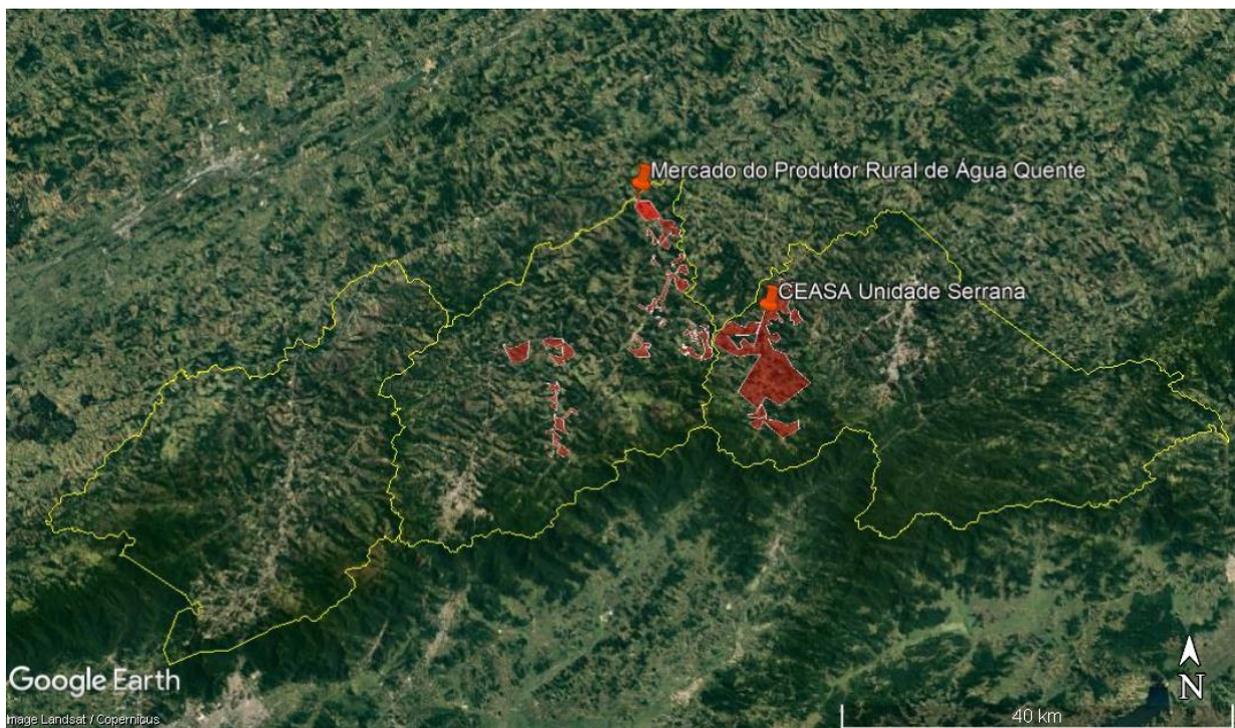
As práticas e arranjos impulsionados a partir do processo de modernização da agricultura motivaram a produção de hortaliças em sistema convencional se tornar uma das atividades predominantes entre grande parte dos agricultores familiares da Região Serrana Fluminense. No mapa apresentado na sequência buscamos ilustrar os espaços em

⁹⁵ Ver, neste sentido: <http://gruposjfc.com.br/a-empresa/>; <http://www.processadoravegetable.com.br/quem-somos>; <https://www.hortifruti.com.br/projetos-especiais/janelas-do-campo/alexandre-barbosa/>.

⁹⁶ Uma das maiores empresas do setor, instalada em Teresópolis, criou a três anos uma linha específica de hortaliças orgânicos e atualmente, como destacou responsável pelo setor, adquire a produção de três agricultores do município, sendo uma das áreas em que pretendem ampliar suas atividades nos próximos anos.

que este modelo de agricultura foi se concentrando. Este mapa foi produzido a partir de observações a campo e identificação de áreas com produção convencional em imagens aéreas. Fomos marcando de marrom todas as áreas com produção convencional. Importante observar que nos três municípios existem várias áreas com este tipo de produção, no entanto, quando ampliamos a imagem, com vistas a proporcionar um panorama com os três municípios na imagem, as áreas com menor concentração desta produção acabam não sendo mais visualizadas. Destacamos, assim, que as áreas que estão marcadas no mapa demonstram os espaços significativa concentração de produção convencional, localizadas principalmente na extensão territorial entre os municípios de Nova Friburgo e Teresópolis, em que também observamos a existência dos principais espaços de comercialização da produção convencional.

Figura 3 – Mapa com áreas com produção em sistema convencional



Fonte: produzido pelo autor a partir de observações de campo e identificação de áreas com produção convencional em imagens aéreas

Conforme observado, o mapa acima destaca as áreas com significativa concentração contígua de agricultores que produzem em sistema convencional. Ao mesmo tempo, este mapa também permite ter uma dimensão do significativo espaço com áreas não agricultáveis na Região Serrana Fluminense, devido, especialmente, às áreas de preservação ambiental com alto declive.

Esta configuração territorial parece resultar da culminância de diferentes fatores, sendo influenciada pela topografia, com áreas de baixada mais planas existentes nessa porção do território da Região Serrana situada entre Teresópolis e Nova Friburgo, característica já assinalada por Lamego em meados do século XX (1949)⁹⁷, a criação de uma rede de lojas de insumos e arranjos para tradução de políticas públicas no sentido de promover este modo de organização⁹⁸. Entre e em interação com estes fatores, no entanto, os circuitos de comercialização parecem ter tido um papel de destaque no sentido de dinamizar a modernização da agricultura em algumas das comunidades rurais no espaço analisado, conforme observado na seção anterior e salientado no mapa acima.

Na Região Serrana do Rio de Janeiro, a exemplo do que ocorre em outros espaços marcados pela agricultura de montanha (Aquino et al, 2018), as áreas produtivas foram se estendendo, principalmente, nos vales. Como podemos observar nas imagens abaixo, de comunidades rurais do Terceiro Distrito de Nova Friburgo e de Teresópolis, em que predomina a agricultura especializada na produção de hortaliças, os vales são mais densamente ocupados, havendo uma interligação entre áreas cultivadas por diferentes agricultores, como se fossem áreas produtivas contíguas.

⁹⁷ O autor considerava que o desenvolvimento da agricultura se daria, principalmente, na “zona serrana que vai de Teresópolis a Nova Friburgo”, devido a sua geografia apresentar “trechos de maior estabilidade” (Lamego, 1949: 234).

⁹⁸ Com técnicos especializados na elaboração de projetos de infraestrutura e custeio do PRONAF e rotinas de trabalho com estes projetos em unidades bancárias instaladas na região.

Figura 4 - Comunidade rural Baixada de Salinas - Terceiro Distrito de Nova Friburgo



Fonte: Registro fotográfico realizado ao longo do trabalho de campo.

Figura 5 - Comunidade rural Lúcius/Bonsucesso – Teresópolis



Fonte: Registro fotográfico realizado ao longo do trabalho de campo.

Esta configuração territorial acaba colocando diversos entraves aos processos de transição agroecológica, muitas vezes contendo sua emergência e disseminação em escala territorial. O uso de caldas e outros insumos biológicos, por exemplo, pode ser comprometido pela utilização de agrotóxicos por agricultores vizinhos. Como aponta uma agricultora da comunidade de Teresópolis, que iniciou seu processo de transição para a

agricultura orgânica a partir de 2011: “vizinhos me perguntam se não podem usar algumas coisas que eu uso. Por exemplo o Bokashi⁹⁹, que eu faço aqui, o (agricultor vizinho) queria começar a usar, mas olha a área dele ali, fica no meio dos outros irmãos, é difícil, porque todos sulfatam [utilizam agrotóxicos] direto”.

Figura 6 - Comunidade rural Vieira – Teresópolis-RJ



Fonte: Registro fotográfico realizado ao longo do trabalho de campo.

As limitações inerentes às unidades produtivas – considerando não apenas sua área total, mas também a área cultivável - fazem com que a estruturação de barreiras visando proteger os cultivos ecologicamente manejados das derivas de agrotóxicos provenientes das explorações agrícolas vizinhas, não seja viável para os agricultores inseridos nestas comunidades rurais. Como aponta outra entrevistada, uma veterinária

⁹⁹ O Bokashi é uma mistura balanceada de matérias orgânicas de origem vegetal e/ou animal, submetidas a processo de fermentação controlada. É uma técnica tradicional japonesa, trazida e adaptada no Brasil a partir do final da década de 80 por imigrantes japoneses. A ação mais importante do Bokashi é introduzir microrganismos benéficos no solo, que desencadeiam um processo de fermentação na biomassa disponível, proporcionando rapidamente condições favoráveis à multiplicação e atuação da microbiota benéfica, como fungos, bactérias, actinomicetos, micorrizas e fixadores de nitrogênio, que fazem parte do processo complexo da nutrição vegetal equilibrada e da construção da sanidade das plantas e do próprio solo (Siqueira e Siqueira, 2013).

que em 2011 decidiu residir em sítio de veraneio da família, localizado na comunidade de São Lourenço, em Nova Friburgo, e deu início a produção certificada como orgânica: “eu aqui estou isolada, tudo com mata ao redor. Minha área é grande. Mas como o pessoal aí em baixo poderiam fazer isso? É difícil. A maioria tem a produção colada com a de vizinhos. Se for fazer uma barreira acaba usando a área toda de produção e, muitas vezes, nem assim cumpriria com as exigências”.

Figura 7 - Comunidade de São Lourenço – Terceiro Distrito de Nova Friburgo



Fonte: Registro fotográfico realizado ao longo do trabalho de campo.

Ao mesmo tempo, os pequenos córregos que atravessam os vales são compartilhados por inúmeros agricultores, sendo fundamentais para irrigação, tanto para aqueles que tem acesso direto a essas fontes, quanto para aqueles produtores que se utilizam dessa água, em função de acordos estabelecidos com seus vizinhos. Ao passar por diversas propriedades com produção em sistema convencional, a possibilidade de contaminação desses corpos d’água por agrotóxicos e outros fertilizantes industrializados não pode ser desconsiderada, ainda mais se levarmos em conta a escassez de barreiras naturais entre as plantações e estes córregos:

Figura 8 - Comunidade rural de Sebastiana – Teresópolis



Fonte: Registro fotográfico realizado ao longo do trabalho de campo.

Importante observar que uma parte expressiva dos agricultores familiares da Região Serrana estão inseridos nestas comunidades rurais, em que a produção de hortaliças em sistema convencional é predominante.

Segundo dados dos escritórios municipais da EMATER, em 2017 Nova Friburgo contava com cerca de 3.019 produtores rurais, Teresópolis com 5.618 e Petrópolis com 1.104. Pelos valores estimados em relação à produção agrícola nos três municípios, podemos observar o destaque em relação à produção de hortaliças em sistema convencional. Em 2017, as três culturas com maior faturamento por parte dos agricultores de Nova Friburgo eram as crucíferas, como a couve-flor (R\$ 30.016.670,00) e o brócolis (R\$25.676.750,00), além do tomate (R\$ 28.190.700,00). Em Teresópolis, a produção de alface desponta como a principal responsável pelo faturamento (R\$ 95.004.515,00). Em Petrópolis, as culturas do chuchu (R\$ 1.000.200,00), salsa (R\$ 1.314.800,00), tomate (R\$ 1.326.970,00) e vagem (R\$ 1.069.950,00) apresentam-se como as hortaliças com

principal retorno econômico (Relatórios de Acompanhamento Agrícola Municipal – EMATER, 2017).

A proximidade existente entre áreas produtivas, o compartilhamento de recursos hídricos para irrigação e a inexistência de fontes que possam ser totalmente livres de risco de contaminação por agrotóxicos tornam-se importantes limitadores para que agricultores inseridos nestas comunidades rurais possam se engajar em processos de transição para uma agricultura de base ecológica, particularmente no caso da agricultura orgânica, considerando as normas que regulamentam esse tipo de agricultura. Como veremos no próximo capítulo, mesmo que os agricultores quisessem optar por esta estratégia, teriam que enfrentar dificuldades objetivas importantes relacionadas à transição.

Parece ser possível afirmar, nesse sentido, que o processo de modernização da agricultura acabou se desdobrando em configurações territoriais que, ao mesmo tempo que impulsionam fluxos em determinada direção, limitam outras possibilidades, com destaque para as significativas “contenções” impostas aos processos de transição agroecológica, conforme buscaremos aprofundar nos capítulos subsequentes.

Observações finais do capítulo

Neste capítulo buscamos analisar como o processo de modernização da agricultura acabou promovendo uma nova configuração no *sistema agri-alimentar territorial* na Região Serrana Fluminense. Observamos, neste sentido, que juntamente com as *desconexões* geradas por este processo, especialmente no âmbito produtivo, também foram sendo impulsionadas novas conexões em torno da agricultura especializada na produção de hortaliças em sistema convencional, envolvendo articulações para além do território e a mobilização de múltiplos atores. Esta questão, ao que tudo indica, foi de fundamental importância para que este modelo fosse adotado por grande parte dos agricultores.

A partir da leitura sistêmica que buscamos construir no capítulo, observamos que ações desencadeadas em diferentes dimensões, a exemplo da comercialização e serviços de assistência técnica, foram se desdobrando na constituição de redes de interdependência e sistemas de prescrição que acabam, em grande medida, circunscendo as possibilidades de ação dos atores. A articulação a este sistema parece impulsionar, assim, certo sentimento de que é muito difícil mudar as coisas, tendo em vista que estas mudanças dependem e afetariam um conjunto de atores que aí interagem.

Ao mesmo tempo, observamos que juntamente com a leitura pragmática das interações face a face, é necessário observar a nova arquitetura de poder que se desdobra do processo de territorialização deste ambiente técnico-administrativo. Pois, a emergência desta nova configuração do *sistema agri-alimentar territorial* articula o espaço analisado com a outras arenas de disputa, envolvendo certa redefinição na escala de ação em que estes atores interagem, a partir das novas conexões criadas com atores que muitas vezes transcendem os limites espaciais do recorte territorial em questão¹⁰⁰.

A configuração do *sistema agri-alimentar* que foi emergindo como predominante no contexto analisado acaba, assim, colocando um conjunto de contensões, tanto simbólico quanto materiais, aos processos de transição agroecológica, conforme buscaremos aprofundar nos capítulos subsequentes.

¹⁰⁰ Merece destaque, neste sentido, o papel que a Região Serrana Fluminense passou a ter para o abastecimento alimentar da Região Metropolitana do Rio de Janeiro a partir de meados do século XX. Além disso, este processo acaba estabelecendo conexões espacialmente muito mais longas, a exemplo das interações com indústrias de insumos agroquímicos.

Capítulo 3

3 - TRAJETÓRIAS DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA TERRITORIALMENTE SITUADAS: UM OLHAR A PARTIR DOS ATORES ENVOLVIDOS COM EXPERIÊNCIAS SOCIOPRODUTIVAS NA REGIÃO SERRANA FLUMINENSE

Introdução

Neste capítulo analisaremos a trajetória de experiências socioprodutivas que buscaram, a partir de referenciais da *agricultura alternativa* (natural, biológica, ecológica) e, nos anos mais recentes, da agricultura orgânica, incorporar preocupações ambientais na agricultura na Região Serrana Fluminense. Nosso foco de análise são os atores vinculados a essas iniciativas e seus desdobramentos em diferentes configurações territoriais.

Compreendemos que estas experiências de ambientalização da agricultura podem ser pensadas enquanto projetos individuais ou familiares. Visamos apreender, neste sentido, seus desdobramentos frente as restrições contextuais com as quais foram interagindo, circunscrevendo determinadas possibilidades, como também impondo limites e entraves a estas iniciativas¹⁰¹. A partir da ideia de *ecologia de projetos*, buscamos refletir acerca de como estes projetos individuais e familiares foram estabelecendo, em maior ou menor medida, interações ao longo do tempo, formando um tecido social vivo que pode fortalecer os processos de transição agroecológica. Como iremos observar ao longo do capítulo, a institucionalização da agricultura orgânica aparece como um ponto de inflexão na trajetória dos processos de ambientalização da agricultura ocorridos historicamente na Região Serrana Fluminense.

Em diálogo com a abordagem dos *sistemas agri-alimentares territoriais*, propomos operar um duplo deslocamento analítico em relação às abordagens das transições sociotécnicas e à problemática já clássica na sociologia do desenvolvimento sobre “porquê agricultores adotam ou não determinadas práticas ou inovações” (Lamine, 2017: 24). Mais do que explicar por que os agricultores adotam ou não uma determinada tecnologia, buscamos explorar *como* se desdobram essas trajetórias de transformação das práticas produtivas, de forma a incorporar preocupações ambientais. Por outro, visamos

¹⁰¹ Importante registrar que esta postura analítica também se inspira na proposta de Goodman et al (2012) em relação à importância de se compreender como os atores, com suas imperfeições e restrições contextuais, lidam com as contradições com que são confrontados nos processos de transição agroecológica, tendo que lidar com correlações de força e relações de poder existentes em seus territórios de ação.

construir uma leitura *multidimensional* destas transformações, atenta ao fato de que os processos de transição não envolvem somente escolhas e objetos técnicos, mas também concepções e práticas distintas, formas de organização do trabalho, projetos de vida, entre outros elementos.

Intentamos apreender, desta forma, as características processuais dessas trajetórias, observando como foram se desenrolando. Ao analisar atores envolvidos com estas experiências socioprodutivas buscamos refletir acerca de suas variadas trajetórias, se estes projetos foram realizados em passagens repentinas ou de mais longo prazo, a partir de atores que não tinham nenhum envolvimento com agricultura e que deram início a suas atividades já buscando incorporar questões ambientais ou agricultores vinculados a outros modos de organização e que, em determinado momento, iniciaram sua transição. Estas questões, como buscamos aprofundar ao longo do texto, se desdobram em especificidades no tocante a fatores que podem limitar ou potencializar estas experiências.

Também buscamos observar o conjunto de “contenções” enfrentadas nos processos de transição territorialmente situados. Ao adotar uma abordagem que busca levar em consideração as relações de força e poder que historicamente vão conformando o território em questão, visamos contribuir com os esforços analíticos que têm buscado repensar a questão das motivações em relação aos processos de transição agroecológica, observando como diferentes fatores dinamizam (ou dificultam) produtores a iniciarem suas experiências. Procuramos considerar as relações simbólicas e materiais em que os agricultores estão inseridos e que sustentam essas motivações, não sendo nosso foco os motivos manifestos ou declarados destes atores. Nossa proposta é refletir acerca destas motivações como parte do emaranhado de elementos que nos auxiliam a compreender *como e porquê* as práticas e arranjos associados as agriculturas de base ecológica são disseminados (ou não), constituindo-se enquanto uma escolha socialmente possível entre agricultores.

Estas considerações nos remetem à necessidade de refletir acerca das peculiaridades dos territórios analisados, especialmente no tocante às configurações do *sistema agri-alimentar territorial* e as possibilidades de sua transformação. Em relação à Região Serrana Fluminense, por exemplo, é preciso observar a predominância da agricultura especializada na produção de hortaliças em sistema convencional em grande parte das comunidades rurais.

Neste sentido, também consideramos ser de suma importância problematizar outras espacialidades em relação aos processos de transição, em que a noção de

comunidade rural, ao que tudo indica, deve merecer atenção especial no âmbito dos estudos sobre agricultura. Certamente o rural não pode mais ser identificado enquanto espaço de coesão social e comunidade de interconhecimento, como foi pensado nos estudos clássicos da sociologia rural. No entanto, estes espaços parecem guardar certa singularidade, com o compartilhamento de normas e valores característicos das sociedades camponesas, instigando uma noção revisitada de comunidade rural, que deve levar em conta “a diversidade de perfis sociais que se expressam nesses espaços, mesmo que suas práticas, valores e normas compartilhados, orientem de maneira menos explícita suas formas de viver e produzir” (Lamine, 2017: 139).

Cabe destacar, por fim, que a análise realizada neste capítulo também acaba nos colocando diante de questões instigantes em relação as interações que se estabelecem entre o “rural” e o “urbano”¹⁰² e suas transformações na contemporaneidade. Como aponta Lamine (2017:12), os processos de transição para uma agricultura de base ecológica poderiam ser vistos “como uma imposição de consumidores e cidadãos ricos, ou de novos agricultores de origem urbana, que buscam orientar e normatizar formas de agricultura desejáveis para sua qualidade de vida”. Nestes termos, caberia questionar, se a emergência da questão alimentar, vinculada com as temáticas da sustentabilidade e da saúde, “seria o avatar de um empreendimento secular de dominação urbana sobre o campo (...) ou se faz parte de uma reação concreta e sustentável às tensões do sistema alimentar capitalista globalizado” (Ibidem: 12).

3.1 – Atores urbanos¹⁰³ e a emergência das experiências pioneiras

As primeiras experiências socioprodutivas que buscaram incorporar preocupações ambientais na agricultura da Região Serrana Fluminense emergiram, principalmente, a partir da ação de atores com origem urbana, com destaque para jovens de classe média da cidade do Rio de Janeiro. Desde fins da década de 1970 esses atores começaram a estruturar unidades de produção em diferentes comunidades rurais, dando início a um

¹⁰² Deixamos estes termos entre aspas com o objetivo de salientar a compreensão de que não se tratam de delimitações socioespaciais em que fronteiras possam ser claramente estabelecidas, mas sim enquanto referências que podem auxiliar para se refletir acerca de suas complexas interseções.

¹⁰³ Destarte a larga trajetória de discussões envolvendo a noção de “neo-ruais” na Região Serrana Fluminense (Giuliani, 1990), optamos partir de uma definição das origens destes atores e observar sua diversidade de trajetórias. Consideramos que o conceito de “neo-rurais” poderia dificultar, em alguma medida, a análise desta ampla heterogeneidade de atores e trajetórias.

processo de experimentação de práticas de ambientalização na agricultura, a partir de diferentes referenciais.

Na década de 1970, a especialização na produção de hortaliças já vinha se consolidando entre os agricultores da região, ordenando práticas, normas e valores e agenciando distintos atores. Com poucas e raras exceções, motivadas principalmente por casos de intoxicação com agrotóxicos¹⁰⁴, agricultores residentes nas comunidades rurais da Região Serrana foram se articulando, com diferentes graus de intensidade, a arranjos técnico-produtivos e de comercialização organizados em torno deste modelo.

Ao mesmo tempo, entre segmentos da classe média urbana carioca, vinham ganhando maior expressão debates sobre, de um lado, os alimentos ecológicos e, de outro, os agrotóxicos e sua relação com a poluição ambiental. Ao folhear as páginas do *Jornal do Brasil* deste período, com expressiva circulação entre esta parcela da população, observamos que a temática da alimentação ganhava relevância, principalmente, em duas direções: elevações constantes nos preços dos alimentos e preocupações em relação ao crescente uso de agrotóxicos. Tanto em editoriais quanto em cartas escritas pelos leitores, estas questões apareciam com certa frequência no jornal¹⁰⁵, seja por meio de denúncias ou através de reportagens e textos dirigidos à redação, que apresentavam a “agricultura orgânica”, “agricultura biológica”, “agroecologia” e “agricultura natural”¹⁰⁶ como potenciais soluções aos problemas de contaminação ambiental e dos alimentos¹⁰⁷.

A partir do *Jornal do Brasil* também foi organizado, em 1979, o movimento “por uma comida sem veneno”, que atraiu centenas de moradores da cidade do Rio de Janeiro. Essa iniciativa, como apontavam seus idealizadores, era “fruto da conscientização das populações para os problemas ecológicos, ambientais, agrícolas e sanitários que os meios de comunicação, a comunidade científica, alguns setores do Governo, os organismos internacionais e agora a Igreja Católica vêm desenvolvendo com ênfase crescente” (*Jornal*

¹⁰⁴ Em nossa pesquisa de campo observamos dois casos nesta direção, em uma família de agricultores da comunidade do Brejal, em Petrópolis, e outro no distrito de São Pedro da Serra, em Nova Friburgo, sendo que ambos os casos de intoxicação ocorreram na década de 1970.

¹⁰⁵ O mesmo também pode ser observado em relação a outros canais de comunicação de grande circulação no país nesse mesmo período. Em 1978 a emissora de televisão Globo produziu um programa intitulado *Sal, Azeite e Veneno: o que há de errado com nossa salada* (Globo Repórter), que denunciava os altos índices de contaminação por agrotóxicos. Nos dias subsequentes a esta reportagem, as vendas de hortaliças em grandes centros chegaram a cair, segundo reportagem do *Jornal do Brasil*, cerca de 50% nas grandes cidades. (*Jornal do Brasil*, 15/02/1979: 10).

¹⁰⁶ Estas três terminologias aparecem em diferentes reportagens e cartas de leitores publicadas no jornal ao longo destes anos.

¹⁰⁷ Como exemplo, neste sentido, podem ser observadas diversas menções a José Lutzenberger e as ações desencadeadas na Região Sul do país.

do Brasil, 21 de março de 1979: 10). Ainda em 1979, o movimento deu origem à Cooperativa Mista de Produtores e Consumidores de Ideias, Produtos e Soluções Naturais (Coonatura), que foi de fundamental importância para o desenvolvimento das experiências socioprodutivas que emergiram em Petrópolis, como veremos na sequência.

Ao mesmo tempo, nos meios acadêmicos, passavam a ganhar algum espaço críticas à chamada Revolução Verde, acompanhadas de propostas em favor de uma “agricultura alternativa”. No contexto do Rio de Janeiro, merece destaque a organização de um grupo de estudantes na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), que passou a promover discussões sobre os efeitos negativos do processo de modernização da agricultura, além de cursos abordando diferentes perspectivas em “agricultura ecológica”, a partir da segunda metade da década de 1970, dando origem ao Grupo de Agricultura Ecológica (GAE) (Felippe, 2017).

Esse ambiente, ao que tudo indica, foi de grande importância para impulsionar a emergência das primeiras experiências que buscaram incorporar preocupações ambientais ao desenho dos sistemas agrícolas na Região Serrana Fluminense. Atores envolvidos com essas experiências recorrentemente destacam que a busca por um novo “estilo de vida” e a vontade de “produzir alimentos sem agrotóxicos” foram fatores fundamentais para o surgimento dessas iniciativas. Em relação ao novo “estilo de vida”, ressaltam, além da produção de alimentos sem agrotóxicos, os objetivos de se conectar com a “natureza”, de interagir com um “modo de vida rural” ou de experimentar a vida “na roça”. Como aponta Roberto Selig, que após ter concluído sua graduação em agronomia na UFRRJ em princípios da década de 1980 iniciou, junto com sua esposa, uma experiência de produção ecológica em uma comunidade rural de Teresópolis: “eu sempre tive uma coisa com a natureza muito forte, de estar na natureza (...) E a gente queria uma vida de roça (...) se aproximar da comunidade mesmo”. Em alguns casos, como aponta Cristina Ribeiro, que no início da década de 1980 foi residir com a família em um sítio em Nova Friburgo, era uma decisão “bem hiponga mesmo”, que visava “produzir o alimento da família”, em primeiro lugar, pois não queria “ter uma família que coma essas porcarias por aí”.

Grande parte dos atores envolvidos com estas iniciativas pioneiras contava com auxílio financeiro familiar ou possuía outras fontes de renda. Como aponta a entrevistada acima, que ao longo dos anos 1980 também teve um papel de destaque na criação da Associação de Produtores Biológicos do Rio de Janeiro (ABIO): “ninguém dependia

daquilo para viver (...) era mais filosófico, para forçar uma transformação”¹⁰⁸. Importante destacar, ainda, que em sua ampla maioria eram jovens com idade entre 20 e 30 anos.

Essa realidade financeira, ao que tudo indica, foi extremamente importante para viabilizar as experiências desenvolvidas na região. Em trabalho produzido sobre estes produtores na primeira metade da década de 1990, Assis et al (1995) salientam que os “fatores que determinam a adoção da agricultura orgânica são predominantemente de natureza ideológica”, o que, na compreensão dos pesquisadores, os motivava a manterem sua produção, apesar das dificuldades econômicas.

As interações estabelecidas entre estas experiências ou projetos pioneiros e os demais agricultores residentes nas comunidades rurais em que os pioneiros da agricultura alternativa se inseriram foram bastante distintas, como observaremos nas seções subsequentes. Um aspecto central, neste sentido, parece ter sido a importância e densidade que a produção especializada de hortaliças em sistema convencional foi ganhando nessas comunidades e frente a qual essas experiências buscavam se afirmar como “alternativas”.

3.2 – O Movimento por uma agricultura sem veneno e a disseminação de uma agricultura natural entre agricultores do Brejal

Em 1979, Paulo Aguinaga, jovem pertencente a uma família de classe média da zona sul da cidade do Rio de Janeiro, alugou um sítio na localidade de Cachoeirinha, um dos vales da comunidade rural do Brejal, em Petrópolis. Após ter estudado um ano de agronomia na UFRRJ e participado do GAE, Paulo iniciou sua experiência de produção com base nas referências acumuladas no período de graduação¹⁰⁹; na experiência em Agricultura Biodinâmica desenvolvida em um sítio em Nova Friburgo¹¹⁰ e nos constantes

¹⁰⁸ Em relação a sua trajetória pessoal a entrevistada aponta: “eu que dependia, mas tinha um marido (professor universitário) que bancava a *aventura agrícola*, como ele falava depois que a gente se separou... (risos)”.

¹⁰⁹ Merece destaque na trajetória desse agricultor o contato com o já mencionado grupo de estudantes que, a partir de fins da década de 1970, passou a se reunir no campus da UFRRJ para discutir a temática “agricultura alternativa”, sendo este grupo precursor do GAE. Paulo participou dessas discussões e salientou que esse grupo foi um dos poucos espaços em que pode ter acesso à escassa literatura sobre o tema existente na época.

¹¹⁰ Este sítio pertencia a João Ávila, que o jovem conheceu em uma das reuniões promovidas pelo grupo de estudantes da UFRRJ. João havia retornado recentemente da Alemanha, onde havia aprofundado seus conhecimentos em Agricultura Biodinâmica e foi convidado pelo grupo de estudantes para realizar uma palestra na Rural. Na sequência dos diálogos, João o convidou para residir em seu sítio. Esta experiência, iniciada em 1978, desdobrou-se na estruturação de uma pequena feira na cidade de Nova Friburgo, mas que teve curta duração. Em fins de 1978, o jovem retornou à cidade do Rio de Janeiro, mas, conforme salientou em entrevista concedida para esta pesquisa, a experiência acumulada nesse período, essencialmente os conhecimentos em Agricultura Biodinâmica e em cooperativismo, marcaram toda a sua trajetória: “estas referências começaram a formar minhas diretrizes, era aquele *estilo de vida* que eu queria”.

diálogos com agricultores vizinhos do sítio alugado em Petrópolis. Paulo destaca a abertura para trocas com agricultores vizinhos, por não ter chegado com um “projeto pronto” de como iria realizar sua experiência socioprodutiva:

uma das coisas que eu considero importantes hoje é que quando eu cheguei lá eu não cheguei com um projeto pronto, (...) da cidade para o campo, já definido que eu faria assim e assim e isso era o melhor. Eu cheguei completamente aberto e foi uma mistura bem interessante do saber dele, deles, mas principalmente dele, com o saber que eu vinha de livros e leituras. Na verdade, [o agricultor vizinho] já fazia muito de agricultura orgânica sem saber, porque ele tinha tido um problema de intoxicação por veneno em uma parreira de chuchu, chegou a desmaiar, isso antes de eu ir para lá, e ele mesmo tinha parado de usar [agrotóxicos]. Todos os vizinhos usavam, mas ele, por conta da saúde, por este problema que teve, parou. Então, a gente conversava muito sobre o que o pai dele fazia. A gente conversava muito. (...). Aí era: ‘poxa, o que o senhor acha de a gente fazer assim? Uma vez eu li que isso deveria ser assim...’

Durante o primeiro ano, Paulo se manteve “no sítio produzindo, com um estilo de vida muito simples, sem quase nenhuma renda, mas também não gastava nada”, como destaca. A partir de 1980 começou a escoar sua produção para a Coonatura, da qual também foi um dos sócios-fundadores em 1979. O circuito de comercialização construído em torno da Coonatura, ao que tudo indica, foi de fundamental importância para a viabilização desta experiência e também para a sua disseminação entre agricultores do Brejal nas décadas de 1980 e 1990.

Como aponta Paulo, inicialmente começaram a escoar para os sócios consumidores da Coonatura, na cidade do Rio de Janeiro, sua produção e produtos cultivados pela família de agricultores vizinha do sítio pioneiro em *agricultura alternativa* na comunidade do Brejal:

O [agricultor vizinho] tinha lá o chuchu dele, a banana, eu sabia que era orgânica, estava ali todo dia. Aí perguntava se ele não queria que eu levasse o chuchu dele junto, se ele queria que eu levasse uns dez quilos. Ele falava para eu levar. O que eu pagava para ele pelos dez quilos, era o valor de dez caixas que ele vendia pro CEASA. Aí ele: ‘que bom esse negócio de cooperativa, esse negócio de Coonatura’.

Ainda na primeira metade da década de 1980, esta articulação com a Coonatura também começou a atrair outras agricultoras residentes na comunidade rural do Brejal, que passaram a escoar parte da produção, sem agrotóxicos, que mantinham visando garantir a alimentação da família. Como aponta Maria, que ainda na primeira metade da década de 1980 passou a produzir *alimentos naturais* junto com sua mãe:

a gente era vizinho aqui [da experiência pioneira]. Aí começaram a pegar umas couves aqui da minha mãe, que tinha *cultivo natural*. Aí eles começaram a pegar e levar para o mercado. Isso no início de 1980 (...). Era uma hortazinha caseira, com esterco de coelho, que ela criava (...). E naquela época não precisava de certificado, era uma coisa produzida em sistema *natural*, era uma horta natural. Aí começou a pegar umas couves dela. Eu também comecei a

plantar chicória. E na base lá, meu pai não plantava, plantava para cá, que é longe (...). A minha mãe continuou com a horta dela até o final da Coonatura (...). Aí minhas irmãs começaram a plantar. Minhas primas também. Começou a reunir um grupo de gente. Começou mais com as mulheres. Depois é que veio os maridos das mulheres. Foi mais com as mulheres quase dez anos. Depois também foram entrando os filhos das mulheres na produção.

Este processo, ao que tudo indica, também impulsionou certa redefinição no tocante às relações familiares. Como destaca Paulo Aguinaga: “aí aconteceu uma coisa muito interessante. As mulheres começaram a produzir, a receber, ter seu dinheiro. Naquela estrutura patriarcal, começaram a ter um dinheiro próprio, compravam vestido, maquiagem, ajudavam na casa”¹¹¹.

Importante observar que esse processo foi sendo dinamizado, nesses anos iniciais, em torno da noção de alimento e agricultura *natural*, o que se reflete no próprio nome adotado pela cooperativa. Essa noção aparece recorrentemente nas falas de entrevistados em relação a esse período e também pode ser encontrada nos boletins produzidos pela Coonatura ao longo destes anos.

Nas visitas semanais às unidades produtivas destas agricultoras, para buscar a produção a ser escoada para o entreposto da Coonatura, Paulo Aguinaga também realizava algumas orientações técnicas: “eu olhava a produção, descia tomava um café, conversava. (...) Eu prestava aquela assistência técnica informal: ‘a cebolinha pode melhorar, faz assim’. E comecei também a trazer sementes e botar outras variedades, que elas não conheciam. (...) Que no Brejal só plantava alface e chuchu, não conhecia mais nada. E a horta para consumo próprio era salsa, cebolinha e couve, basicamente”.

A partir de fins da década de 1980 ocorreu outra mudança significativa no processo de disseminação destas experiências de “agricultura natural” na comunidade rural do Brejal. Neste período, a renda monetária das mulheres que produziam nas hortas e vendiam para a Coonatura passou, em muitos casos, a superar a de seus maridos. Assim, como podemos observar na fala da agricultora recuperada acima, muitos homens também iniciaram processos de transição em suas áreas de produção. Como aponta Paulo:

¹¹¹ Esta questão, também observada por diferentes pesquisadores (Petersen e Almeida, 2006; Siliprandi, 2015), reforça a ideia de que os debates sobre gênero não se limitam a um aspecto ético em relação aos processos de transição ecológica (por si só já de fundamental importância), tendo em vista o potencial das mulheres no sentido de se constituírem como atores centrais no rompimento com a estrutura patriarcal frequentemente reforçada pelos modos de organização impulsionados pela ‘agricultura convencional’. Cacho et al (2018: 21) também observam que, apesar de nas cinco experiências que analisam em diferentes países só terem encontrado evidências em relação à importância do papel de mulheres na disseminação de experiências agroecológicas no movimento Campesino a Campesino na América Central, acreditam que esta questão de gênero seja de fundamental importância neste sentido.

“Chegou um ponto em que a renda das mulheres estava maior que a dos homens. Aí pintou uma tensão. Mas aí foi o pragmatismo que acabou vencendo”.

A possibilidade de aumentar a renda monetária obtida pelas famílias foi, ao que tudo indica, de grande importância para que esses agricultores passassem a reestruturar seus sistemas produtivos. Como lembra José Nilton, agricultor da comunidade que iniciou processo de transição em 1988, referindo-se às vendas para a Coonatura: “colhia três ou quatro caixas de verdura e já fazia o que eu conseguia com um caminhão de carga pro CEASA”. A agricultora Maria, que começou a produzir alimentos naturais junto com a mãe no início de 1980, lembra da avaliação que seu pai fazia nesse período, comparando os produtos escoados via Coonatura e a produção comercializada através da CEASA:

meu pai falou assim, que ele estava só com uma parreira de chuchu aqui: ‘quer saber de uma coisa, esse teu carrinho de mão que você desce aí vale mais que meu caminhão cheio de chuchu’ [comercializado através dos arranjos construídos em torno das unidades da CEASA]. E valia mesmo. Se eu descesse com uns 70 molhos de cenoura, eu venderia e traria pelo menos uns 100 reais. Enquanto o caminhão dele, as vezes com 100 caixas, não dava os 100 reais. Aí ele disse, continua e vê se você converte teus irmãos. Aí meus irmãos viam meu movimento, viam que eu fazia meu dinheirinho, melhor que o deles. Aí consegui conquistar meus irmãos, sobrinhos.

O processo de transição experienciado por esses agricultores, que tinham uma trajetória marcada pela produção em sistema convencional, apresentava outras complicações. Como destaca Paulo Aguinaga: “um produtor me chamava e falava que naquela área não tinha nada (considerando o uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos), mas olhava e tinha lá um resquício de ureia. Aí perguntava se não tinha nada de adubo químico, e (ele) falava que tinha colocado há uns 20 dias. Aí eu falava que não pode e tal”. Para superar este impasse, foi de fundamental importância o fato de muitas propriedades terem áreas sem produção, permitindo que fossem orientados: “para começar em uma área parada”.

Importante observar que estes processos de transição se deram, centralmente, sem que ocorressem grandes alterações em relação às culturas produzidas. Antes de começar a vender sua produção para a Coonatura, estes agricultores já produziam, principalmente, hortaliças e tubérculos e isso não se alterou, fundamentalmente. A principal mudança parece ter ocorrido no sentido de uma maior diversificação produtiva. Essa linha de continuidade parece ter contribuído para minimizar os problemas da transição, no que diz respeito aos aspectos produtivos, como ressaltam os entrevistados que participaram deste processo.

As orientações técnicas oferecidas aos agricultores do Brejal vinculados à Coonatura continuaram sendo, até meados dos anos 1990, fornecidas, principalmente, por Paulo Aguinaga, idealizador da primeira experiência na comunidade em 1979. Como o mesmo aponta: “a minha assistência era dentro do que eu conhecia, do meu conhecimento prático. Aquela coisa que eu te disse, entre a academia e o saber popular (...). isso me ajudou na hora que eu fui lidar com esta outra realidade”, no processo de transição em áreas produtivas dinamizadas pelos agricultores. A partir da segunda metade de 1990, a Coonatura também passou a contratar técnicos recém-formado em agronomia na UFRRJ, que passaram a residir no Brejal e prestar assistência aos agricultores cooperados. Estes técnicos, como lembram agricultores, também foram importantes no sentido de impulsionar seus arranjos produtivos a partir desse período.

Em fins da década de 1990 estavam articuladas à Coonatura mais de 20 famílias de agricultores da comunidade rural do Brejal, concentradas, em grande medida, em alguns dos vales que conformam a comunidade, como podemos observar no mapa abaixo:

Figura 9 - Experiências socioprodutivas em agricultura de base ecológica na comunidade rural do Brejal entre 1979 e 1998.



Fonte: Mapa produzido pelo autor, com base em entrevistas e sistematização de Planos de Manejo¹¹².

¹¹² Produzimos este mapa a partir de entrevistas e observações a campo, como também com base nos Planos de Manejo Planos de Manejo dos produtores orgânicos associados à ABIO, referentes aos anos de 2017 e 2018.

No entanto, o processo de institucionalização da agricultura orgânica, a partir de fins da década de 1990, e de entrada de novos atores no setor, especialmente redes de supermercados que atuavam na cidade do Rio de Janeiro, passou a tensionar fortemente o arranjo organizado em torno da Coonatura, levando ao fechamento da cooperativa em fins da década de 2000. A partir desse período, agricultores vinculados à cooperativa passaram a buscar outros canais de comercialização, conforme aprofundaremos nas seções subsequentes do capítulo. Antes, porém, analisaremos as experiências que foram sendo estruturadas em comunidades rurais de Nova Friburgo e Teresópolis entre o início dos anos 1980 e fins da década de 1990.

3.3 A difícil disseminação de uma *agricultura alternativa* em comunidades rurais de Nova Friburgo e Teresópolis

Em lugares em que a agricultura convencional especializada na produção de hortaliças foi se adensando de maneira mais consistente, com destaque para as comunidades rurais situadas nos municípios de Nova Friburgo e Teresópolis, observamos que as experiências que buscaram incorporar preocupações ambientais em agricultura, desde o início dos anos 1980, esbarraram em maiores dificuldades na sua consolidação. Até os anos 2000 estiveram à frente destas experiências, predominantemente, atores com origem urbana.

Nas décadas de 1980 e 1990, os atores envolvidos nessas experiências utilizavam como referências técnicas livros acadêmicos e, principalmente, cartilhas e manuais em agricultura “natural” e “tecnologias alternativas”. Livros como *O Manejo Ecológico do Solo*, de Ana Primavesi, e *Manifesto Ecológico Brasileiro: O Fim do Futuro?*¹¹³, de José Lutzenberger¹¹⁴, eram bastante conhecidos, como observamos nas entrevistas. Entretanto, as principais referências eram cartilhas e manuais, com destaque para *Unidade da vida: manual de agricultura natural*, de Edson Hiroshi e para um conjunto de fichas sobre tecnologias alternativas, publicadas pela Rede PTA naquele período. Em relação a essas fichas, como destaca Cristina Ribeiro, que iniciou em 1982 sua experiência em Nova

¹¹³ Lançado em 1976 e que logo se tornou uma das obras mais conhecidas do autor.

¹¹⁴ Algumas pessoas que fizeram parte do movimento ambientalista que emerge no contexto carioca neste período e participaram das iniciativas em agricultura de base ecológica desenvolvidas no estado chegam a se referir à José Lutzenberger pelo apelido carinhoso de Lutz, pela intimidade que passaram a ter em relação a suas obras e ações na região Sul do país (Bloise, 2013: 18).

Friburgo: “se usava muito aquilo. Eu usava todas elas. E era assim, procurando a receita e tentando aplicar”.

Importante observar, nesse sentido, que os atores engajados nestas experiências possuíam, em sua grande maioria, formação acadêmica em diferentes áreas. Como apontam Assis et al (1995), a partir de pesquisa realizada na primeira metade da década de 1990 com associados da ABIO - organização a qual estava associada a grande maioria dos idealizadores das experiências em agricultura alternativa desenvolvidas em Nova Friburgo e Teresópolis, - 73% dos mesmos possuíam curso superior (9% possuindo mestrado e outros 9% tendo cursado doutorado), 13% tinham 2º grau completo ou incompleto e 13% formação em nível primário, completa ou incompleta. Além disso, os pesquisadores observam que os atores envolvidos nessas iniciativas nesse período possuíam, em sua grande maioria, outras fontes de renda monetária.

Até meados da década de 1980, as iniciativas de produção alternativa implementadas em Nova Friburgo e Teresópolis encontravam-se relativamente difusas e isoladas, com poucas interações entre seus idealizadores. Foi no II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA) que atores passaram a se articular de maneira mais orgânica. Como aponta Cristina Ribeiro, que participou ativamente deste processo: “nós nos encontramos no EBAA, a gente se conheceu lá. Até ali eu estava no sítio isolada. Totalmente isolada. E os outros também”.

No II EBAA, realizado em 1984 no município de Petrópolis, os protagonistas dessas experiências combinaram realizar uma reunião em Nova Friburgo, com vistas a discutir como poderiam fortalecer suas iniciativas. Nesta reunião, realizada no início de 1985, definiram como estratégia a criação de uma feira no centro da cidade de Nova Friburgo, motivo pelo qual acabaram criando a Associação de Agricultores Biológicos do Rio de Janeiro (ABIO).

Entre associados da ABIO podemos observar que foram recorrentes as discussões envolvendo questões técnico-produtivas, motivando a elaboração do Manual Técnico de Produção da ABIO, aprovado em assembleia em julho de 1987. Este manual, construído em grande parte por pesquisadores das ciências agrárias associados à entidade, passou a referenciar as averiguações das propriedades de sócios e candidatos a “sócio agricultor”, realizadas por membros da Comissão de Orientação e Controle e demais sócios que estivessem interessados em participar da visita.

O Manual descreve um conjunto de práticas agrícolas, classificadas como: “indicadas, de uso restrito ou de uso proibido”. Dependendo do modo como utilizavam

essas práticas, as propriedades eram diferenciadas entre “orgânica” ou “em transição para a orgânica”. Conforme especificado no manual “a passagem de uma propriedade em transição para efetivamente orgânica dar-se-á após a carência de um ano sem o emprego ‘de forma regular’ de práticas de uso restrito”. O documento aponta como conceitos norteadores dos processos de transição: agricultura biológica, orgânica e ecológica. Importante observar que a averiguação efetuada pela ABIO tinha como foco conjunto da propriedade, não somente parcelas da unidade produtiva.

As normas que a ABIO buscava implantar nesse período chegaram a inviabilizar, a vinculação à entidade de alguns produtores interessados. Como lembra Maria Fernanda, diretamente envolvida na implantação de uma experiência de produção ecológica em Nova Friburgo: “eu cheguei aqui em 1987 e participei de uma reunião da ABIO (...). Eu lembro bem que eles estavam discutindo normas e eu não fui aceita, porque eu tinha um confinamento de bois (...). Na visão desta entrevistada, que posteriormente se tornou associada da ABIO, tratava-se de uma exigência meio forçada”, considerando os acúmulos técnicos existentes naquele período no que diz respeito ao manejo ecológico dos sistemas produtivos e o tipo de confinamento que mantinha em sua unidade produtiva.

Ao mesmo tempo, as questões técnico-produtivos eram amplamente discutidas pelos associados da ABIO. Em todos os espaços em que os mesmos se encontravam, esse era um ponto de debate, tanto nas feiras, como nas reuniões da associação, visitas de averiguação e assim por diante. Como apontam os entrevistados, muitas eram as dificuldades enfrentadas para viabilizar a produção nesse período. Conforme destacado pela produtora Maria Fernanda, em princípios da década de 1990 recebeu um grupo de estudantes da UFRRJ com o professor da UFRRJ Raul de Lucena Duarte Ribeiro, vinculado à ABIO desde sua fundação. Maria Fernanda questionou o que fazer em relação a plantação de seis mil metros quadrados de repolho, que estava sendo fortemente atacada por lagartas, recebendo a orientação: “calma! Isso é porque o solo ainda não está estabilizado”.

Estas questões, como lembra outro associado da ABIO, que a partir de meados da década de 1980 estruturou unidade de produção ecológica em uma comunidade rural de Teresópolis: “naquele tempo a produção era em muito pequena escala, com produtividade baixa”. Um pesquisador da Embrapa que passou a interagir mais diretamente com os associados da ABIO desde fins da década de 1980, também destaca, em relação a este período, que estas experiências em agricultura de base ecológica, “num primeiro

momento, foram muito na base da tentativa e erro. E conseguiam manter isso porque tinham um respaldo (financeiro) por traz”.

As características estéticas dos produtos também geravam certo estranhamento entre os agricultores vinculados a produção de hortaliças em sistema convencional. Como lembra Cristina Ribeiro, que esteve à frente da direção da ABIO durante esse período, no início da década de 1990, a associação mantinha um caminhão para realizar o transporte da produção dos sócios até um box que a entidade havia conseguido na Cobal na cidade do Rio de Janeiro. O motorista contratado para realizar o transporte, oriundo de uma comunidade rural de Teresópolis, recorrentemente fazia brincadeiras em relação ao tamanho dos produtos comercializados: “ele chamava o nosso repolho de couve de Bruxelas. Com aquele mar de produção convencional ali em Teresópolis, ele via uns repolhinhos deste tamanho e chamava de couve de Bruxelas (risos). Devia ficar espantado, como tinha gente que comprava”.

As dificuldades enfrentadas no sentido de viabilizar um arranjo de comercialização capaz de se colocar como alternativa econômica viável para os agricultores engajados nessas iniciativas foi, ao que tudo indica, foi o principal limitante para sua disseminação nas comunidades rurais entre os anos 1980 e 1990. Ao longo desse período, os atores vinculados à ABIO tentaram viabilizar o escoamento de seus produtos através de diferentes arranjos¹¹⁵, tendo como público-alvo uma militância ecológica, especialmente crítica ao uso de agrotóxicos. Entretanto, a dispersão espacial desses produtores, localizados em diferentes comunidades rurais, e o progressivo adensamento da configuração territorial especializada na produção de hortaliças com base em tecnologias convencionais, parece ter limitado significativamente as possibilidades de estruturação de arranjos de comercialização alternativos, que aos olhos dos agricultores residentes nas comunidades da Região Serrana, não pareciam muito viáveis.

A capacidade de disseminação dessas experiências acabou, assim, sendo significativamente limitada durante esse período, restringindo-se a um número reduzido de agricultores, quase todos de origem urbana. Na primeira metade da década de 1990 estavam articulados à ABIO dois sítios de produção ecológica em Teresópolis, três em Nova Friburgo e um em Petrópolis (Assis et al, 1996)¹¹⁶.

¹¹⁵ Em que merecem destaque a feira estruturada em Nova Friburgo a partir de 1985 e o entreposto da Cobal do Humaitá entre 1988 e 1992.

¹¹⁶ Se refere a Paulo Aguinaga que estruturou a primeira experiência em agricultura de base ecológica na comunidade rural do Brejal. Importante observar que a partir de meados da década de 1990 a ABIO também passou a certificar os agricultores familiares da comunidade rural do Brejal articulados à Coonatura. A

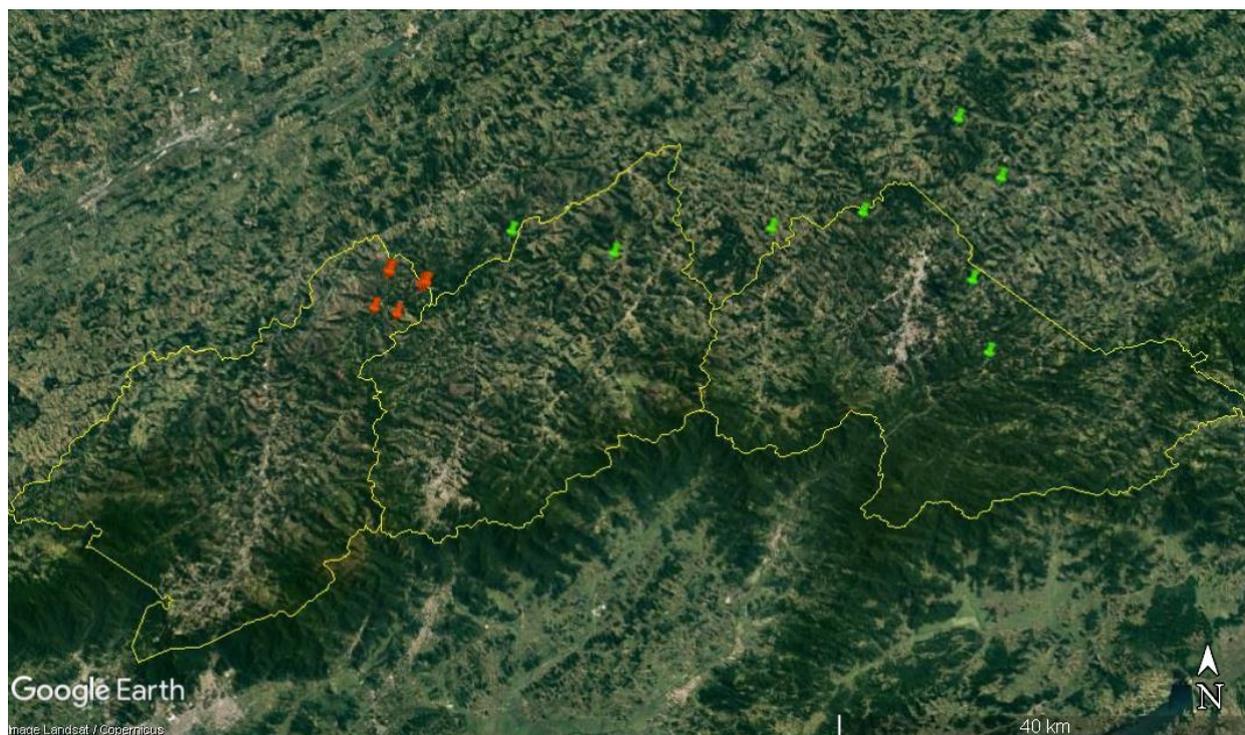
A existência, naquele momento, de um número reduzido de “produtores alternativos”, cujo perfil se diferenciava, em muito, das famílias agricultoras que habitavam as comunidades rurais da Região Serrana, também acabava reforçando a ideia de que as experiências em agricultura de base ecológica não eram economicamente viáveis. Como aponta uma de nossas entrevistadas, que no início da década de 1990 fornecia o maior volume de produção vendido no box da Cobal coordenado pela ABIO¹¹⁷, um agricultor familiar vizinho ao seu sítio (em Nova Friburgo) considerava que as iniciativas de produção em agricultura de base ecológica só eram viáveis para jovens que não dependiam financeiramente da atividade.

A dificuldade em disseminar e adensar as experiências em agricultura de base ecológica nesses dois municípios parece se explicitar na distribuição espacial das mesmas até este período. No mapa apresentado na sequência, identificamos a localização das experiências socioprodutivas na Região Serrana entre 1979 e 1995, em laranja as experiências articuladas à Coonatura, em Petrópolis, e em verde aquelas articuladas à ABIO. A localização destas experiências foi possível a partir de entrevistas e observações a campo, como também com base nos Planos de Manejo Planos de Manejo dos produtores orgânicos associados à ABIO, referentes aos anos de 2017 e 2018.

ABIO realizava apenas a certificação dos mesmos, sendo sua comercialização articulada a cooperativa e seu quadro de sócios consumidores na cidade do Rio de Janeiro.

¹¹⁷ Esse dado foi coletado através da pesquisa realizada em documentos relativos aos controles de produção comercializados no box, encontrados no arquivo pessoal da entrevistada e no acervo da ABIO.

Figura 10 - Experiências socioprodutivas em agricultura de base ecológica que emergiram na Região Serrana Fluminense entre 1979 e 1995.



Fonte: Mapa produzido pelo autor, com base nas entrevistas e sistematização de Planos de Manejo de agricultores orgânicos certificados pela ABIO.

Em 1998 existiam quatro produtores orgânicos em Nova Friburgo e seis em Teresópolis (Siqueira, 2017), inseridos em diferentes comunidades rurais. Em Petrópolis, como analisado na seção anterior, os 20 agricultores orgânicos do município estavam concentrados na comunidade do Brejal.

A partir de meados da década de 1990, a ABIO passou a centrar suas atividades no processo de certificação de produtores em agricultura orgânica, só voltando a atuar diretamente na articulação de canais de comercialização de seus associados a partir de 2010, com a criação do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO), conforme observaremos na sequência do texto e, principalmente, nos dois capítulos subsequentes.

Com o processo de institucionalização da agricultura orgânica, a partir de meados da década de 1990, podemos observar algumas mudanças na configuração das experiências em agricultura de base ecológica implantadas em comunidades rurais de Nova Friburgo e Teresópolis. Merecem destaque, nesse sentido, a ampliação da escala de produção das iniciativas implantadas anteriormente, como também emergência de novas unidades produtivas gerenciadas atores de origem urbana, conforme analisaremos na seção subsequente.

3.4 – Institucionalização da agricultura orgânica e arranjos de certificação

Ainda na primeira metade da década de 1990, organismos certificadores nacionais e internacionais começaram a cobrar a criação de marcos regulatórios para a agricultura orgânica no Brasil. Como destaca Fonseca (2005), desde as primeiras experiências de exportação de produtos orgânicos, principalmente para a Europa, em fins dos anos 1980, organismos certificadores brasileiros e europeus passaram a pressionar o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) no sentido de formalizar uma legislação em relação aos produtos orgânicos do país. Assim, em 1994, o Ministério criou uma comissão especial para propor normas de certificação, dando início à longa trajetória de formulação de uma legislação específica no país.

Em 1999 foi publicada a Instrução Normativa 07, que estabeleceu normas de produção, tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e certificação de qualidade para os produtos orgânicos no país. Essa regulamentação, no entanto, atendeu principalmente demandas de alguns segmentos sociais envolvidos com a temática, levando à consolidação de sistemas de certificação de terceira parte, sob a responsabilidade de organismos privados. Isso motivou outros segmentos engajados na promoção de uma agricultura de base ecológica, em suas diferentes expressões (agricultura ecológica, agroecologia, entre outras), sobretudo as organizações que assessoria técnica que atuavam em contextos de predominância de agricultores familiares, como a ABIO e a Rede Ecovida, a se articularem para participar das discussões sobre a legislação ao longo da década de 2000. Importantes avanços foram alcançados com a promulgação da Lei nº 10.831 em 2003.

Uma situação de maior estabilidade institucional só foi efetivamente alcançada, no entanto, com a publicação do Decreto nº 6.323, que entrou em vigor em 2007, estabelecendo regras mais precisas, em especial no que tange à criação do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISOrg). O principal mérito desse dispositivo legal foi regulamentar a existência de diferentes mecanismos de avaliação da conformidade: i) aquele tradicionalmente utilizado em todo o mundo, baseado em auditoria externa; ii) os Sistemas Participativos de Garantia (SPG), em que o controle é exercido por entidade jurídica credenciada junto ao MAPA (Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica - OPAC) contemplando, nos processos de monitoramento e avaliação de conformidade, a participação direta de produtores,

comerciantes, transportadores, armazenadores, consumidores e técnicos, e iii) as Organizações de Controle Social (OCS), quando esse processo ocorre por meio de venda direta aos consumidores, e em que organizações assumem uma responsabilidade junto ao mapa em relação à produção desses agricultores(as).

A institucionalização da agricultura orgânica no Brasil, como destacam Niederle e Almeida (2013: 23), se desdobra em um processo multifacetado, com causas e implicações traduzidas diversamente em contextos sócio-espaciais específicos, mas que, de maneira geral:

reflete três mudanças principais: o reconhecimento inédito dos sistemas de produção de base ecológica no âmbito do Estado e, portanto, o direcionamento de políticas públicas específicas para o segmento; a entrada em cena de novos atores em diferentes elos das redes de produção, comercialização e assessoria; e uma reformulação substancial do arranjo normativo, com a criação de novos mecanismos de controle e a ampliação da ação dos organismos certificadores.

Esse processo de profunda reestruturação institucional desempenhou, entre outros fatores, um significativo papel no crescimento da agricultura orgânica no Brasil a partir de meados da década de 1990.

No âmbito da ABIO, as discussões sobre marcos regulatórios em agricultura orgânica passaram a ganhar maior expressão ainda na primeira metade da década de 1990, quando a ABIO passou a atuar como organismo certificador, tanto de produtores já associados à entidade em Nova Friburgo e Teresópolis, quanto de agricultores do Brejal. Este processo teve início com a estruturação da Feira da Glória, criada através da parceria estabelecida entre a ABIO e Coonatura, em 1993.

A partir desse momento, a trajetória das experiências socioprodutivas que buscavam incorporar preocupações ambientais ao manejo dos sistemas produtivos na Região Serrana, passa a convergir em torno de um referencial técnico-produtivo mais diretamente associado à agricultura orgânica. Esse processo foi, ao que tudo indica, fortemente motivado pelos circuitos de comercialização em que estes produtores foram predominantemente se inserindo ao longo dos anos, nos quais a certificação passou a se constituir em elemento de grande relevância, questão que iremos aprofundar no próximo capítulo.

A ABIO começou, ainda na década de 1990, a realizar a certificar os produtores associados por meio de auditoria. Para realizar as visitas de certificação, a associação passou a contratar técnicos recém-formados em ciências agrárias na UFRRJ (Fonseca, 2005). Nas visitas de averiguação esses técnicos também passaram a fornecer orientações técnicas, conforme observaram alguns dos agricultores entrevistados.

Importante observar que a regulamentação da agricultura orgânica no país acarretou significativas mudanças nas regras a serem observadas no processo de certificação das unidades produtivas por entidades como a ABIO, seguindo o conjunto de normas da legislação vigente. Essas regras acabaram trazendo algumas complicações à gestão dos processos de transição para a agricultura orgânica, especialmente para agricultores inseridos em espaços territoriais fortemente marcados pela presença de sistemas de produção agrícolas manejados com base em tecnologias convencionais.

A partir de 2002, representantes da ABIO passaram a participar ativamente do Grupo de Agricultura Orgânica (GAO), tensionando pela incorporação na legislação de outros formatos de certificação. Este processo foi crucial para o reconhecimento, pela legislação brasileira, do Sistema Participativo de Garantia (SPG) e das Organizações de Controle Social (OCS), para além do tradicional sistema por auditoria institucionalizado em outros países e previsto, também, pelas regras da IFOAM.

Ainda em 2007, a ABIO decidiu, por meio de assembleia geral, que a certificação de produtores associados passaria a ser realizada através de sistema participativo, sendo reconhecida pelo MAPA como um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) em 2010. A partir desse momento, os processos de certificação passaram a se estruturar através de grupos de SPG, aos quais passaram a estar vinculados os produtores associados.

A criação desses coletivos de certificação parece ter contribuído para fortalecer a organização dos produtores, contribuindo também para o intercâmbio e disseminação de conhecimentos. Como aponta Ana Paula Pegorer de Siqueira, coordenadora técnica da ABIO neste contexto, antes da criação dos grupos de SPG: “ninguém conhecia um o sítio do outro. Porque quem ia nos sítios era o técnico”, realizar visitas de averiguação. Com a instituição do SPG: “a gente começa a discutir os acordos de funcionamento dos grupos, (...) nunca ninguém tinha discutido coletivamente. E aí as pessoas passam a conhecer um o sítio do outro e trocar informação. Não existia isso antes. O SPG proporcionou isso (...) se juntar todo mês, falar da produção, se visitar, se conhecer, vai dando liga. Vira um coletivo mesmo”.

Os grupos de SPG parecem ter possibilitado, nesse sentido, a emergência de importantes sinergias emergissem, fomentando processos de experimentação cujos resultados passaram a ser socializados e disseminados, fortalecendo processos interativos de produção de conhecimentos. É importante observar, no entanto, que existem algumas diferenças entre os grupos de SPG vinculados à ABIO. O grupo formado em torno da

Associação Agroecológica de Teresópolis (AAT), por exemplo, ganhou destaque nas entrevistas como um arranjo virtuoso no que diz respeito à construção de conhecimentos. Um agricultor desse município que iniciou seu processo de transição para a agricultura orgânica em 2011 e a partir desse período começou a fazer parte da AAT, salienta a importância do grupo de SPG em sua trajetória: “isso aqui é importante para a gente. A gente troca uma ideia com os outros. A gente vai visitar a propriedade do outro, vê como está fazendo, pega uma ideia”.

Apesar dos importantes avanços conseguidos com os grupos de SPG, por vezes, os intercâmbios entre agricultores acabam se limitando aos produtores que participam de um mesmo coletivo de certificação. Produtores orgânicos de diferentes grupos e municípios acabam não interagindo, o que poderia fortalecer de maneira significativa suas experiências. Em entrevista com uma produtora de Nova Friburgo, interessada em adquirir caldas biológicas, por exemplo, observamos que a mesma não conhecia outro agricultor certificado pela ABIO que produz e comercializa esses insumos, instalado no município de Teresópolis, em uma comunidade rural relativamente próxima ao sítio dessa produtora. Importante observar, nesse sentido, que a ABIO está buscando viabilizar a implantação de núcleos regionais, visando, justamente, fortalecer o intercâmbio entre agricultores de diferentes grupos de SPG. Como aponta Cristina Ribeiro, atual a diretora executiva da ABIO, através dos núcleos regionais a organização pretende que: “os grupos (de SPG) se integrem e troquem entre eles”. No momento de realização da pesquisa, a implantação desses grupos estava sendo planejada pela organização. Como destacou a entrevistada: “a gente fez um grupo de trabalho para pensar os núcleos”.

A certificação via grupos de SPG parece ter contribuído para que agricultores familiares se certificassem, tendo em vista os custos financeiros serem significativamente menores do que nos processos de certificação por auditoria.

Quase todos os produtores orgânicos presentes na Região Serrana são certificados através dos grupos de SPG articulados pela ABIO. Estão inscritos no Cadastro Nacional de Produção Orgânica 101 produtores no município de Petrópolis, sendo 92 certificados pela ABIO; em Teresópolis são 69 produtores orgânicos, sendo 68 certificados pela associação; em Nova Friburgo são 15 produtores, sendo 10 certificados pela ABIO (Cadastro Nacional de Produção Orgânica – CNPO/MAPA, 2018).

A relevância da certificação por OPAC no estado do Rio de Janeiro e também é salientada em outros estudos. No entender de pesquisadores da Embrapa, que destacam a importância da certificação por sistema participativo no estado fluminense e na Região

Sul país, esse fenômeno estaria associado ao fato de serem: “locais pioneiros na organização de entidades não governamentais de apoio à agricultura orgânica, como a Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (Abio) no Rio de Janeiro e a Rede Ecovida de Agroecologia na região Sul” (Vilela et al, 2019: 13).

A importância que a agricultura orgânica certificada foi ganhando na Região Serrana Fluminense, se colocando como principal caminho a ser percorrido na construção de uma agricultura orgânica, também parece ter colocado alguns entraves aos processos de transição, especialmente entre agricultores inseridos em espaços marcados pela presença da produção de hortaliças em sistema convencional, como veremos nas seções subsequentes do presente capítulo. Esta questão parece se explicitar quando analisamos a disseminação da agricultura orgânica na escala dos municípios. Em Nova Friburgo, os produtores certificados como orgânicos perfazem 0,82%¹¹⁸ do total de agricultores do município; em Teresópolis esse percentual é de 1,99%, já em Petrópolis somam 13,18% do total de agricultores existente nessa unidade administrativa¹¹⁹.

Já as experiências de cunho empresarial, que passaram a emergir na Região Serrana Fluminense a partir do processo de institucionalização da agricultura orgânica, acabaram optando, em sua maioria, pela certificação por auditoria sob a responsabilidade de instituições de terceira parte, conforme analisaremos na próxima seção.

3.5 – A emergência de iniciativas de cunho *empresarial*

A partir de meados da década de 1990, algumas das experiências socioprodutivas de ambientalização na agricultura implantadas na Região Serrana Fluminense passaram a ampliar significativamente sua escala de produção. Foram sendo construídos, em torno dessas iniciativas, novos circuitos de comercialização, com estrutura logística própria, unidades de processamento e equipes de funcionários contratados para executar o novo conjunto de atividades incorporadas ao longo desse processo de ampliação. Além disso, estas iniciativas foram se tornando, em maior ou menor medida, intermediadoras de produtos orgânicos, seja de produtores dos municípios onde estão instaladas ou de outras regiões do país.

¹¹⁸ Cálculo a partir dos dados do Cadastro Nacional de Agricultura Orgânica (CNPO/MAPA, 2018).

¹¹⁹ Importante destacar que, com 101 produtores orgânicos registrados, Petrópolis também concentra 13,9% do total de agricultores orgânicos no Estado do Rio de Janeiro.

Experiência emblemática, nesse sentido, parece ser do Sítio Cultivar, construído pelo casal Jovelina Fonseca e Luiz Paulo, que começaram a produzir em Nova Friburgo no início da década de 1990, logo após se aposentarem¹²⁰. Como aponta Jovelina:

Na década de 1980 apareceu em um dos encartes do Jornal do Brasil o pessoal vendendo orgânico. Eu, como dona de casa urbana sem nenhum antepassado rural, naquele momento, a Carolina tinha acabado de nascer também, eu acordei para a vida (...). Morando no Rio (...). Acordei para a gravidade que era a situação da produção de alimentos. E teve uma novela depois, em que o tema apareceu (...). Isso tudo me sensibilizou muito, que eu queria muito morar na área rural (...). Nas férias a gente sempre ia para áreas rurais e começamos a ter este envolvimento. Aí queríamos ter como uma segunda opção na vida vir morar na área rural (...). Aí, eu queria mexer com hortaliças ou animal de pequeno porte.

No ano de 1987 a família adquiriu uma propriedade rural em Nova Friburgo, onde decidiu residir depois que o casal se aposentou, em 1991, apesar das dificuldades associadas a essa opção: “não tinha luz, não tinha nada. Mas nos encantamos com o lugar. Mesmo sabendo da dificuldade que seria”. Para dar início às atividades de produção passaram a contratar mão-de-obra local. Em um primeiro momento os produtos eram escoados por meio de atravessadores vinculados à agricultura convencional: “nisso, um menino, vizinho, veio trabalhar aqui. Tínhamos uns quatro [funcionários] aqui, da vizinhança. Plantamos batata doce aqui. A gente vendia pro convencional mesmo, pois não tinha certificação”.

O foco dessas experiências no início, como podemos observar no caso acima citado, parece ter sido, essencialmente, a produção de alimentos saudáveis para a família e a opção por uma vida no campo. O mesmo também pode ser percebido em relação ao Sítio do Moinho, iniciativa instalada no distrito de Itaipava, em Petrópolis, que a partir de 1990 foi ampliando significativamente sua produção. Em 1989 os proprietários adquiriram um sítio, com o objetivo de prover alimentos (principalmente hortaliças e tubérculos) sem agrotóxicos para a família.

Já a ampliação dessas iniciativas ao longo da década de 1990 foi motivada, entre outros fatores, pela possibilidade de construir novos arranjos de comercialização, especialmente a partir da criação de seções específicas para produtos orgânicos em redes de supermercados e de lojas especializadas neste setor na cidade do Rio de Janeiro. A experiência de Jovelina e Luiz Paulo também é bastante ilustrativa neste sentido.

Em 1997, Jovelina Fonseca buscou, juntamente com Cristina Ribeiro, sócia fundadora da ABIO, um canal para escoar sua produção por meio da rede varejista Zona

¹²⁰ Como professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e funcionária do IBGE.

Sul. Esse canal de comercialização, no entanto, durou apenas alguns meses. Assim, nesse mesmo ano, Jovelina passou a comercializar sua produção através das redes de supermercados da cidade de Nova Friburgo, expandindo a iniciativa e passando a atender lojas especializadas em produtos naturais, restaurantes e entregas de cestas no município nos anos posteriores. Ainda em 1997, as produtoras passaram a articulação com as redes de supermercado do Rio de Janeiro para o proprietário do Sítio do Moinho, que não só assumiu esse circuito de comercialização com a rede Zona Sul como expandiu sua atuação para outras redes varejistas, com destaque para as redes Extra/Pão de Açúcar.

A possibilidade de comercializar com redes de supermercados também parece ter impulsionado a expansão da Fazenda Vale das Palmeiras, iniciativa implantada por Marcos Palmeira, ator vinculado à Rede Globo de televisão. Em 1997 Marcos Palmeira adquiriu uma unidade de produção agrícola de 200 hectares localizada na comunidade rural de Sebastiana, em Teresópolis e iniciou sua experiência em agricultura orgânica.

A área dessas propriedades é significativamente maior do que a superfície média das unidades produtivas da região, o que viabiliza a manutenção de espaços de conservação ambiental, de crucial importância na minimização dos riscos de contaminação de pessoas, animais e plantas associados às derivas de agrotóxicos pulverizados nos sistemas de cultivo localizados em seu entorno. O Sítio Cultivar, instalado no município de Nova Friburgo, por exemplo, produz hortaliças em seis hectares, circundados por mais de 40 hectares de reserva ambiental. A experiência desenvolvida por Marcos Palmeiras, no município de Teresópolis, foi implantada em uma área de 200 hectares, sendo que apenas um décimo da unidade produtiva é utilizada para a produção agropecuária.

Ao darem início a essas experiências, seus idealizadores passaram a aprofundar pesquisas autodidatas sobre agricultura orgânica. Importante observar, neste sentido, que a partir de meados da década de 1990 a temática agricultura orgânica passou a ganhar maior visibilidade pública, com periódicos de grande circulação, como Globo Rural e Manchete Rural, veiculando reportagens e linhas editoriais específicas sobre o assunto, em que eram abordadas diversas questões técnico produtivas. Como aponta Jovelina Fonseca do Sítio Cultivar: “eu costumo dizer que a minha literatura toda foi calcada no Globo Rural e Manchete Rural”¹²¹. Além disso, ressalta em sua fala a realização de cursos

¹²¹ Em relação aos aspectos técnicos.

e o acesso a livros e outros materiais informativos repassados por conhecidos e por seu cunhado, engenheiro agrônomo.

Além disso, atores vinculados a essas experiências passaram a realizar cursos, estabelecendo parcerias com centros de pesquisa¹²² e, em alguns casos, começaram a contratar assessoria técnica especializada para ampliar sua capacidade produtiva. Merece destaque, nesse sentido, a contratação da empresa especializada em assistência técnica e desenvolvimento sustentável Agrissuisse, contratada para prestar assessoria a diferentes iniciativas. A experiência instalada no distrito de Itaipava, por exemplo, passou a contratar os serviços da Agrissuisse a partir de 1991, estruturando equipe técnica própria a partir deste contato em fins da década de 1990.

Ao mesmo tempo, essas iniciativas se diferenciam pela contratação de serviços de certificadoras. Os empreendedores instalados em Petrópolis e Teresópolis, passaram a contratar os serviços do IBD Certificações a partir de fins da década de 1990. A experiência de Nova Friburgo passou a ser certificada, em paralelo a certificação da ABIO, pelo Instituto Nacional de Tecnologia (INT) a partir de 2011.

Os idealizadores destas iniciativas também parecem ter tido certo protagonismo na busca por novas técnicas e insumos que pudessem ser utilizados na agricultura orgânica, por vezes adquirindo estes produtos de empresas localizadas em diferentes regiões do país e testando sua utilização no contexto da Região Serrana Fluminense.

Importante observar que, a partir da década de 2000, essas experiências, além de ampliar significativamente sua escala de produção, também passaram a montar estrutura de logística própria, como também unidades de processamento e beneficiamento da produção. A implantação dessas agroindústrias teve como desdobramento a contratação de equipes de funcionários. A iniciativa Jovelina e Luiz Paulo em Nova Friburgo, por exemplo, possui, além da produção primária, uma unidade de processamento para higienização e embalagem de hortaliças, bem como uma estrutura de beneficiamento da produção ovos orgânicos. Além da mão de obra da família, é contratada uma equipe de cinco funcionários que trabalha na produção, beneficiamento e logística de comercialização. Já a iniciativa do Sítio do Moinho em Petrópolis implantou, em 2004, uma panificadora, também certificada como orgânica, que passou a funcionar em paralelo à produção de hortaliças. Atualmente, este empreendimento congrega uma estrutura que inclui sete hectares de produção, com hortas e estufas orgânicas, uma panificadora e lojas

¹²² Atores de algumas das iniciativas chegaram, neste sentido, realizarem cursos de pós-graduação em centros de pesquisa em agricultura orgânica.

de produtos orgânicos estabelecidas na cidade do Rio de Janeiro. Os processos de produção, beneficiamento e comercialização são desenvolvidos através de uma equipe que envolve mais de 70 pessoas, contando com veículos refrigerados e câmaras frias que auxiliam na logística.

No processo de ampliação estas experiências também passaram a se constituir legalmente enquanto empresas, questão que iremos aprofundar no capítulo seguinte.

Em função da sua expansão, muitas vezes essas iniciativas são percebidas pelos atores envolvidos com a agricultura orgânica na Região Serrana Fluminense como sendo de caráter empresarial. Parece ser necessário, no entanto, relativizar o uso deste termo no tocante a essas iniciativas, pensando as mesmas a partir da sua inserção na *ecologia de projetos* de ambientalização da agricultura na Região Serrana. Como aponta a protagonista engajada na consolidação de uma dessas iniciativas: “a imagem que passa é que somos enormes! Nem pensar. Isso é porque aparecemos muito na televisão”.

Importante pontuar que algumas dessas experiências passaram também a comercializar a produção de outros agricultores orgânicos. Merecem destaque, nesse sentido, as iniciativas do Sítio Cultivar e do Sítio do Moinho, que a partir dos anos 2000 passaram a se constituir em importante arranjo de comercialização para os agricultores orgânicos existentes nos municípios em que estão inseridos. Além disso, a Fazenda Vale das Palmeiras e o Sítio do Moinho passaram a se tornar intermediários de produtos orgânicos de diferentes partes do país, comercializando-os no contexto do Rio de Janeiro.

3.6 – Petrópolis: capital estadual da agricultura orgânica

As reportagens divulgadas em canais de comunicação de grande circulação, a partir do processo de institucionalização da agricultura orgânica, também parecem ter dado maior visibilidade para essa temática entre agricultores da Região Serrana. Como lembra Paulo Aguinaga, idealizador da primeira experiência em agricultura de base ecológica no município de Petrópolis, nesse período passaram a ser recorrentes comentários de agricultores vizinhos de que: “esse negócio de agricultura orgânica vai começar a dar dinheiro”.

Com a crise vivenciada no âmbito da Coonatura, desde fins da década de 1990 e ao longo da década de 2000, agricultores orgânicos articulados à cooperativa passaram a buscar outros canais de comercialização da produção oriunda de sistemas produtivos de base ecológica, em que merecem destaque a articulação com o Sítio do Moinho. Este

processo, ao que tudo indica, impulsionou a inserção de um número maior de produtores na agricultura orgânica. Em 1998 existiam 20 famílias de agricultores orgânicos em Petrópolis, chegando a 37 famílias em 2010 (Siqueira, 2017).

Foi a partir de 2010, no entanto, que o contingente de agricultores orgânicos em Petrópolis foi se elevando de forma significativa. Entre 2010 e 2018, o número de produtores orgânicos do município passou de 37 para 101. Esta expansão parece ter sido impulsionada, principalmente, pela implementação do sistema participativo de certificação no âmbito da ABIO e pela estruturação do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO).

A partir de 2010, a ABIO passou a realizar a certificação de seus associados por meio do Sistema Participativo de Garantia (SPG), como já observamos anteriormente. No mesmo período foi criado o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO), com a instalação de novas feiras orgânicas na cidade do Rio de Janeiro a partir de 2010. Estes dois processos, especialmente a criação do CCFO, parece ter sido de grande importância para impulsionar a expansão no número de agricultores orgânicos em Petrópolis. Desde sua criação, o CCFO passou a se constituir como o principal arranjo de comercialização para produtores orgânicos do município.

Os agricultores orgânicos de Petrópolis participam das feiras do CCFO, predominantemente, através de grupos de comercialização. Essas estratégias de caráter associativo estão bastante presentes entre os agricultores da comunidade do Brejal, articulados, na sua grande maioria, a três coletivos de comercialização, que também se organizam enquanto grupos de SPG. Esses arranjos coletivos de comercialização são essenciais para viabilizar a participação dos agricultores nas feiras do CCFO e demais canais de comercialização situados na Região Metropolitana, pois permitem uma significativa redução nos custos de logística. Exemplo emblemático, nesse sentido, pode ser observado em torno da empresa GP Orgânicos, que articula mais de trinta famílias de agricultores do Brejal enquanto grupo de SPG, responsabilizando-se, também pelo escoamento da produção desses agricultores, nos espaços de comercialização articulados através do CCFO.

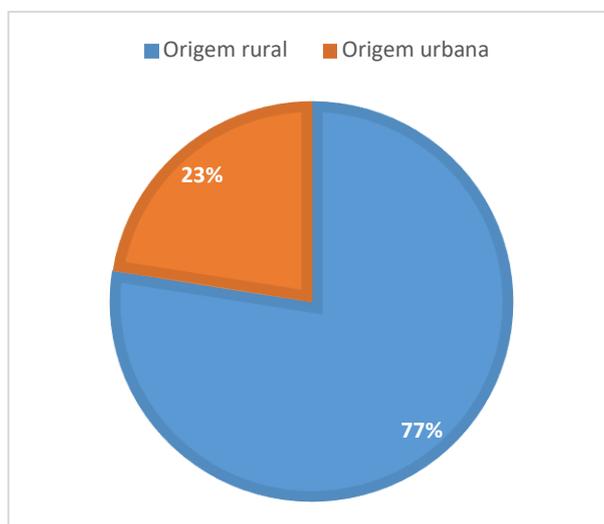
A trajetória de Maria, uma agricultora orgânica residente na comunidade do Brejal, que começou a produzir alimentos naturais junto com sua mãe, ainda no início da década de 1980, parece explicitar a importância do CCFO e dos coletivos de comercialização para a ampliação no número de produtores orgânicos na comunidade no período mais recente: “meus irmãos viam meu movimento, viam que eu fazia meu

dinheirinho, melhor que o deles. Aí consegui conquistar meus irmãos, conquistei meu sobrinho, agora todo sítio é orgânico. Eles já começaram com o GP Orgânico, em 2010 e 2011”¹²³.

A criação do CCFO, ao que tudo indica, fortaleceu uma compreensão de que a agricultura orgânica podia se constituir como uma alternativa econômica viável entre agricultores de Petrópolis, especialmente na comunidade do Brejal. A possibilidade de observar a trajetória de familiares e vizinhos na transição para uma agricultura orgânica parece ter motivado algumas famílias de agricultores a percorrerem um caminho semelhante nos últimos anos.

A maioria dos produtores orgânicos de Petrópolis tinha origem na agricultura familiar, realizando processos de transição a partir de sua articulação com a Coonatura. A expansão do número de produtores orgânicos no município no período mais recente reforçou esse perfil, como podemos observar a partir da sistematização de dados contidos nos Planos de Manejo dos produtores orgânicos do município associados à ABIO, referentes aos anos de 2017 e 2018, como também materiais da pesquisa de campo, conforme apresentado nos gráficos abaixo:

Gráfico 4 - Origem dos atores envolvidos com experiências socioprodutivas em agricultura orgânica no município de Petrópolis.

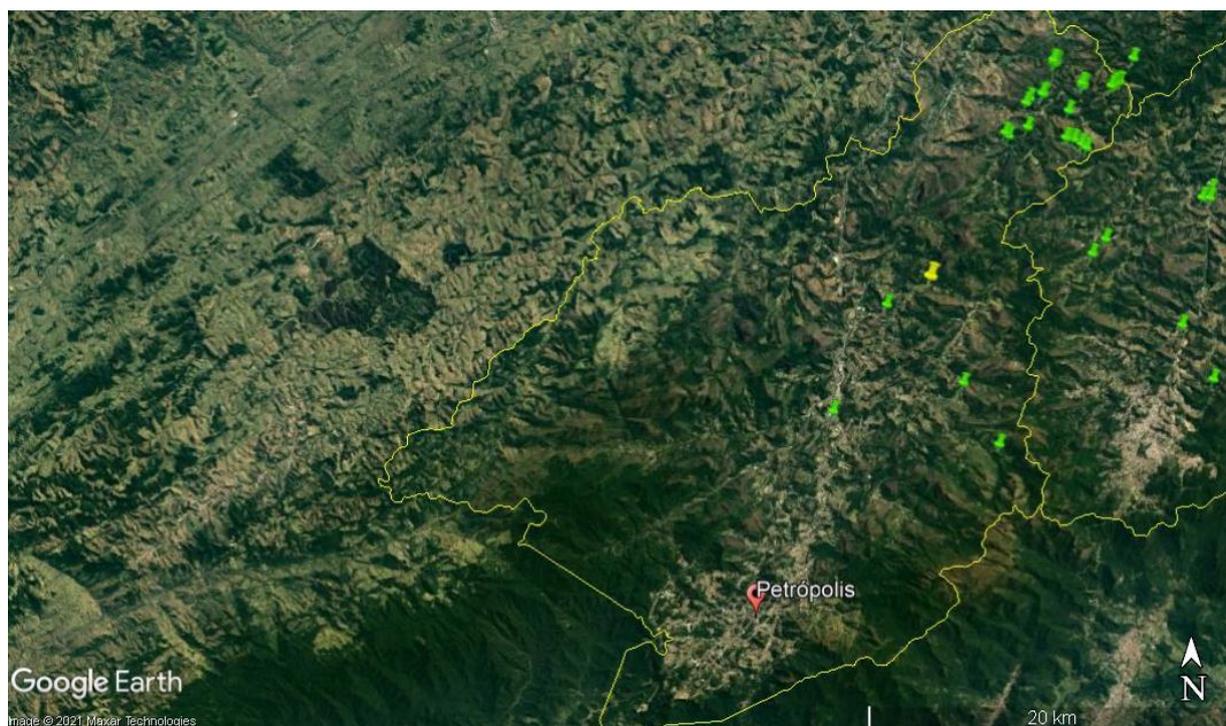


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de entrevistas e Planos de Manejo de agricultores orgânicos associados à ABIO.

¹²³ Trata-se, nesse caso, de um sítio familiar subdividido entre quatro irmãos.

Ao mesmo tempo, podemos observar que a expansão no número de agricultores orgânicos em Petrópolis se deu, principalmente, entre agricultores familiares de diferentes localidades da comunidade do Brejal¹²⁴. Como fica explícito no mapa abaixo, ao longo dos anos foram sendo estruturadas experiências de produção em outras comunidades rurais do município, mas sua expansão se deu predominantemente entre agricultores do Brejal.

Figura 11 - Experiências socioprodutivas em agricultura orgânica em Petrópolis em 2018.



Fonte: Mapa produzido pelo autor a partir de observações de campo e sistematização de Planos de Manejo de agricultores orgânicos associados à ABIO.

Esta espacialização das experiências em agricultura orgânica no município de Petrópolis, com significativo adensamento na comunidade rural do Brejal, especialmente em alguns vales, parece ter contribuído para a emergência de uma configuração territorial que acaba facilitando processos de transição. Em alguns vales da comunidade todas as unidades produtivas são orgânicas, a exemplo de Cachoeirinha e Grotão. Como podemos observar nas fotografias abaixo, produzidas ao longo do trabalho de campo, a inexistência de produção convencional no entorno e a manutenção de áreas de proteção ambiental¹²⁵

¹²⁴ A comunidade rural do Brejal se subdivide em diferentes vales.

¹²⁵ Em sua maioria Áreas de Proteção Ambiental (APP) devido a estarem em encostas e por sua altitude.

acabam conformando uma paisagem bem diversa dos espaços em que a agricultura de hortaliças em sistema convencional foi se concentrando, como iremos analisar nas próximas seções.

Figura 12 - Unidade de produção orgânica na localidade de Cachoeirinha, comunidade do Brejal – Petrópolis.



Fonte: Registro fotográfico realizado ao longo do trabalho de campo.

Figura 13 - Unidade de produção orgânica na localidade de Cachoeirinha, comunidade do Brejal – Petrópolis.



Fonte: Registro fotográfico realizado ao longo do trabalho de campo.

Figura 14 - Unidade de produção orgânicas na localidade do Grotão, comunidade do Brejal - Petrópolis.



Fonte: Registro fotográfico realizado ao longo do trabalho de campo.

Figura 15 - Localidade do Grotão, comunidade do Brejal – Petrópolis.



Fonte: Registro fotográfico realizado ao longo do trabalho de campo.

Importante observar que em torno das unidades produtivas destas duas localidades existe uma expressiva área de conservação ambiental, propiciada, principalmente, pelas Áreas de Preservação Permanente, especialmente de topos de morro. O mesmo também pode ser observado em outras localidades e vales do Brejal.

Esta configuração territorial, com expressivo adensamento de unidades de produção em agricultura orgânica, ao que tudo indica, parece ter sido importante para sua disseminação entre agricultores do Brejal, por diversos fatores, tanto simbólicos quanto materiais. Isto favorece, por exemplo, trocas entre agricultores da comunidade sobre seus arranjos produtivos, o que é potencializado pelas relações familiares e de amizade, que marcam estas comunidades de interconhecimento. Ao mesmo tempo, esta configuração acaba tendo um papel importante no tocante a garantia de que as áreas produtivas não serão contaminadas por produções convencionais, como também facilita o acesso a fontes hídricas para irrigação sem risco de contaminação por agrotóxicos e fertilizantes industrializados.

O crescimento no número de produtores orgânicos em Petrópolis, especialmente a partir de 2010, motivou seu reconhecimento como Capital Estadual dos Produtos Orgânicos, com a promulgação da Lei 8.118 de 2018. Atualmente 13,18% do total de agricultores de Petrópolis são certificados como orgânicos, correspondendo a 13,9%¹²⁶ do total de agricultores orgânicos no Estado do Rio de Janeiro.

Já nos municípios de Nova Friburgo e Teresópolis observamos que, apesar do crescimento nos últimos anos, diversos fatores comprometeram a disseminação da agricultura orgânica, levando a uma expansão muito mais tímida do que a observada em Petrópolis, conforme analisaremos na seção subsequente.

3.7 – “Contenções” a expansão da agricultura orgânica em comunidades rurais de Nova Friburgo e Teresópolis

A partir de fins da década de 1990 outros atores de origem urbana, principalmente da Região Metropolitana do estado, passaram a estruturar novas unidades de produção em agricultura orgânica em comunidades rurais de Nova Friburgo e Teresópolis. Estas experiências foram sendo instaladas predominantemente em áreas isoladas nas comunidades em que a agricultura especializada na produção de hortaliças em sistema convencional é predominante ou em comunidades rurais em que este modelo de agricultura não havia se expandido. Para estas experiências, como destacou agrônomo que em fins da década de 1990 começou a produzir em comunidade rural próxima a Nova Friburgo: “sítio isolado é o que há”.

Importante observar que, em alguns casos, estas experiências também foram estruturadas em propriedades arrendadas. A condição de arrendatário parece impor um conjunto de restrições aos processos de transição agroecológica, especialmente no tocante às práticas de manejo de solo, que exigem trabalhos de longo prazo. Como destaca jovem produtor orgânico, que iniciou sua experiência em área arrendada coletivamente na década de 2000 no município de Teresópolis, a implantação de sistemas agroflorestais e o uso de adubação verde, por exemplo, demandam expressivos esforços de trabalho e tempo para gerarem resultados, o que fica comprometido em unidade produtiva arrendada.

Nas entrevistas com atores vinculados a estas experiências podemos observar que a agricultura orgânica passou a ser cogitada enquanto alternativa econômica e

¹²⁶ Cálculo a partir dos dados do Cadastro Nacional de Agricultura Orgânica (CNPO/MAPA, 2018).

profissional, com a qual buscaram articular outros anseios, como: “realizar um trabalho sustentável”, ou “um outro estilo de vida”. Se envolver com uma atividade “sustentável” e viver “outro estilo de vida”, “na roça” e “em contato com a natureza”, são alguns dos fatores que parecem ter motivado as trajetórias de atores destas experiências em agricultura orgânica que passaram a emergir a partir de fins da década de 1990.

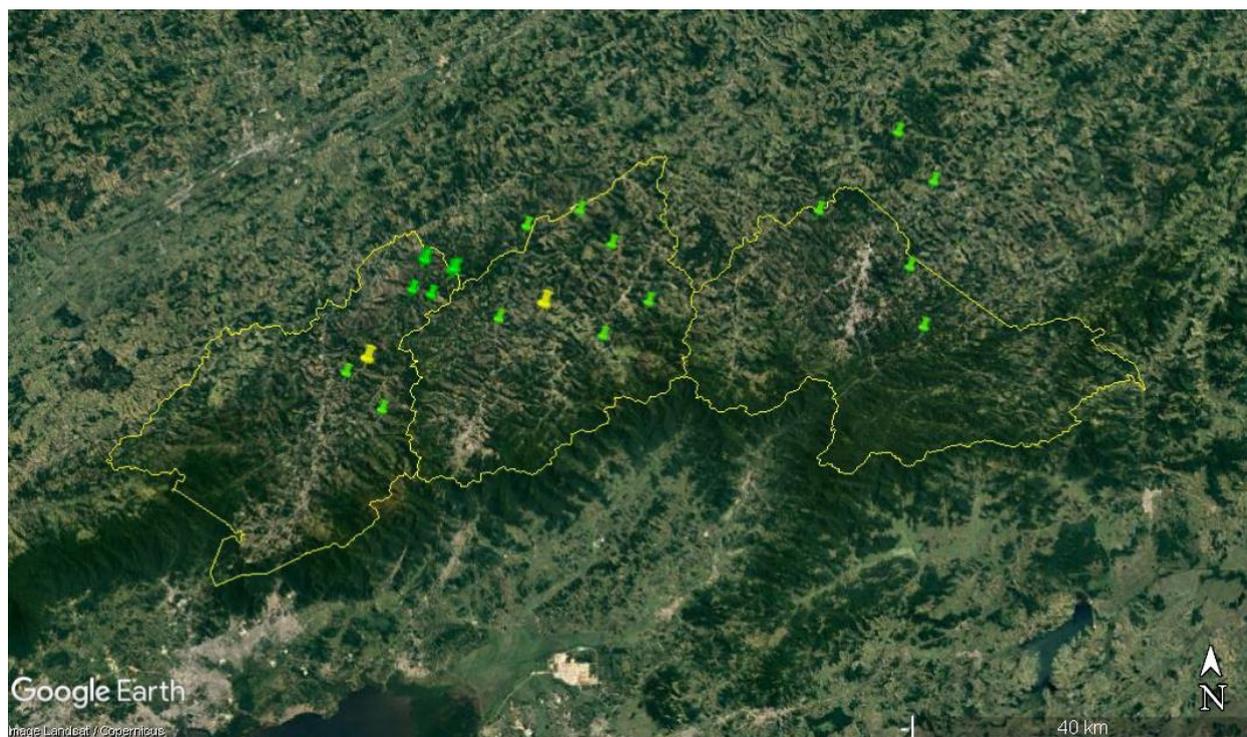
Atores destas iniciativas foram mobilizando referenciais diversos para viabilizar suas experiências produtivas, com destaque para a realização de cursos e pesquisas bibliográficas, por vezes estabelecendo interações com organizações de pesquisa agropecuária. Parte destes atores também foi mobilizando conhecimentos de suas áreas de formação acadêmica e experiências profissionais pregressas para dinamizar suas iniciativas em agricultura orgânica¹²⁷.

A chegada destes atores contribuiu para manter e ampliar as experiências em agricultura de base ecológica em diferentes comunidades rurais dos municípios de Nova Friburgo e Teresópolis. Entre fins da década de 1990 e 2010 o número de produtores certificados como orgânicos passou de 04 para 07 em Nova Friburgo e em Teresópolis de 06 em fins da década de 1990 para 16 em 2010 (Siqueira, 2017).

A certificação destas produções era realizada quase que exclusivamente pela ABIO, as quais identificamos com ícone verde no mapa apresentado em seguida. Neste contexto duas experiências instaladas na região eram certificadas por empresas, as quais identificamos com ícone amarelo no mapa, localizadas em Teresópolis e Petrópolis. Estes diferentes formatos de certificação serão melhor analisados na sequência do texto. Mesmo com o aumento no número de agricultores orgânicos ao longo deste período, podemos observar que estas experiências estavam localizadas de forma relativamente semelhante ao observado em meados da década de 1990:

¹²⁷ A partir da experiência na área de Tecnologia da Informação, por exemplo, um dos atores entrevistados passou a dinamizar uma plataforma digital para a comercialização de seus produtos, com a realização de entregas domiciliares na Região dos Lagos. Conhecimentos na área de biologia também foram salientados por duas entrevistadas como sendo importantes na viabilização de unidades de beneficiamento da produção que passaram a estruturar nos anos 2000.

Figura 16 - Experiências socioprodutivas em agricultura orgânica na Região Serrana Fluminense em 2010.



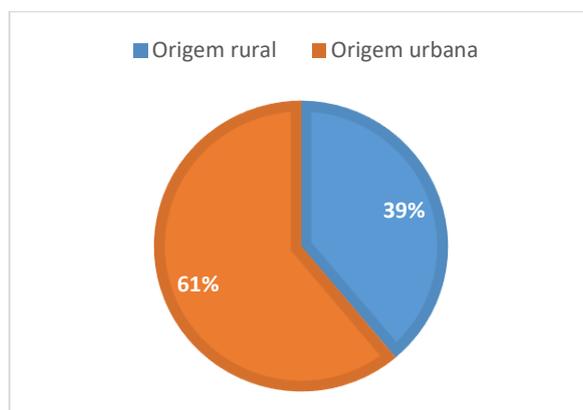
Fonte: Mapa elaborado pelo autor a partir de observações de campo, entrevistas e sistematização de Planos de Manejo de agricultores orgânicos associados à ABIO.

É a partir de 2010 que percebemos um aumento mais significativo no número de produtores orgânicos na Região Serrana. Atualmente estão inscritos no Cadastro Nacional de Produção Orgânica 101 produtores no município de Petrópolis, 69 em Teresópolis e 15 em Nova Friburgo (Cadastro Nacional de Produção Orgânica – MAPA, 2018).

Em Nova Friburgo e Teresópolis podemos observar que este aumento no número de produtores também envolveu atores com origem na agricultura familiar, que passaram a realizar processos de transição para a agricultura orgânica. Isto acarretou em certa alteração no perfil predominante entre produtores orgânicos nas comunidades rurais destes municípios, como pode ser observado a partir da sistematização de dados de 101 Planos de Manejo de produtores orgânicos destes municípios, referentes aos anos de 2017 e 2018, como também materiais da pesquisa de campo.

Como podemos observar, em Teresópolis 39% dos produtores orgânicos, atualmente, tem suas origens na agricultura familiar:

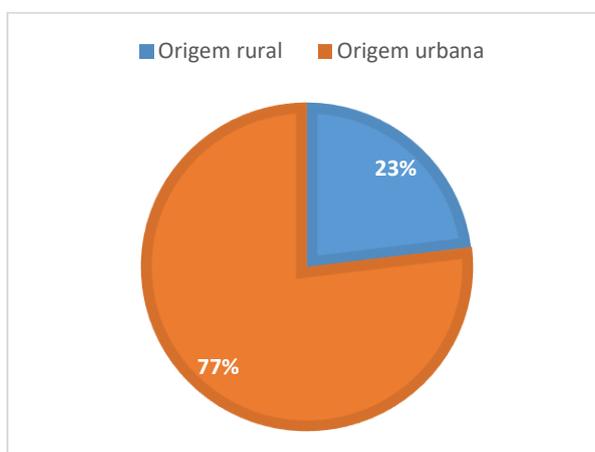
Gráfico 5 – Origem produtores orgânicos Teresópolis.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de entrevistas e Planos de Manejo de agricultores orgânicos associados à ABIO.

Já em Nova Friburgo, atores com esta origem perfazem 23% do total de produtores:

Gráfico 6 – Origem produtores orgânicos Nova Friburgo.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de entrevistas e Planos de Manejo de agricultores orgânicos associados à ABIO.

As trajetórias de atores que realizaram processos de transição em suas unidades produtivas no período mais recente são emblemáticas de diferentes fatores que impulsionam esta passagem para a agricultura orgânica. Merecem destaque, neste sentido, preocupações com o uso de insumos industrializados e os casos de intoxicação com agrotóxicos.

Como aponta Rogério Sampaio, agricultor de Teresópolis que paralisou suas atividades em agricultura convencional a partir de 2010:

Eu parei com a roça em 2010, um pouco antes da tragédia. Eu não estava me sentindo muito bem. Eu enchia caminhão, descia duas ou três vezes por semana para o CEASA. (...) Mas mexendo com veneno e essas coisas assim, eu estava com o olho ruim, botava colírio duas vezes por dia. Eu fiquei tão ruim, tão estressado, que eu bebi trinta comprimidos de uma vez só, de calmante. Eu fiquei trinta dias em coma no hospital. Eu fiquei tão ruim, tão estressado, com veneno no sangue (...). Aí eu tomei esses comprimidos, que eu queria descansar. Eu quase morri.

Ainda em 2011 Rogério recebeu a visita de um amigo¹²⁸ que havia trabalhado em unidade de produção orgânica e que lhe propôs começar a produzir orgânicos em sociedade. Ao visitar a feira orgânica da AAT o agricultor se motivou a reativar sua produção agrícola, implantando experiência em agricultura orgânica a partir de 2012:

Aí o rapaz veio lá em casa e veio falar pra mim de produzir orgânico. Aí eu falei para ele: não sei rapaz, acho que isso de orgânico não dá muito certo não. Que isso aí, mesmo plantando convencional a lavoura é difícil de sair, como com o orgânico vai dar certo. Não tem como não. Aí ele me convenceu a vir ver aqui a feira [da AAT]. Aí eu vim. Tinha só duas ou três barraquinhas ali. Fiquei manjando e falei: isso não tem muito futuro não. Se vendendo um caminhão de carga tá difícil, vendendo meio dúzia de coisa não dá certo. Mas a vantagem era a saúde que eu ia pegar, que eu tava mudando de vida. E aí eu mudei (...). Eu pensei que ia ser difícil, mas não foi nada. Eu já tinha o esquema da lavoura (...). Depois eu aprendi a fazer o Bokashi, as caldas, composto¹²⁹. Aí foi assim. Foi dando certo, foi aparecendo freguês [na feira], no final está melhor do que no convencional. Porque, acaba gastando menos dinheiro, com veneno e adubo. Sem contar com a nossa saúde. E outra coisa, trazendo a saúde para o povo, que trazer saúde para os outros também é muito bom.

Atualmente este é um dos agricultores com maior volume de produção comercializado na feira da AAT, além de estar inserido em outros arranjos articulados a partir da associação, que iremos analisar no capítulo subsequente.

João Gallo, outro agricultor de Teresópolis, da comunidade de Vieira, também destaca as preocupações com o uso de agrotóxicos e fertilizantes industrializados, especialmente em relação aos filhos, entre os fatores que motivaram o processo de transição na unidade produtiva familiar a partir de 2011:

tinha [dois filhos] pequenos e a gente trazia eles junto para a lavoura junto com a gente. Eu e a [esposa] só tínhamos nós para trabalhar, não tinha com quem deixar (...). Eles pequenos e a gente trazia sempre com aquela preocupação, eles sempre queriam mexer na terra, mesmo de dentro do cercadinho, mas enfiava a mão na terra, enchia a boca de terra, de mato, e a gente usava veneno, produto químico, aí ficava com aquela preocupação, com as crianças no meio disso aí.

¹²⁸ Inicialmente este produtor passou a produzir em sociedade com nosso entrevistado, mas devido a problemas de alcoolismo, acabou se afastando das atividades produtivas.

¹²⁹ Insumos e práticas que passou a conhecer a partir das interações no âmbito do grupo de SPG articulado em torno da AAT.

A trajetória da família de Gallo foi fortemente marcada pela catástrofe ambiental que assolou a Região Serrana Fluminense em 2011, especialmente as comunidades rurais de Nova Friburgo e Teresópolis¹³⁰. Ao perderem toda estrutura produtiva na catástrofe climática, consideraram a possibilidade de reestruturá-la em outras bases, dando início ao seu processo de transição:

a gente começou a fazer esta transição foi logo depois da tragédia. Após a tragédia a nossa lavoura e as coisas que a gente tinha foi tudo por água abaixo, literalmente. Então, perdemos o material de irrigação, a lavoura que tinha, todas as coisas que a gente tinha (...) Aí a gente falou, a gente vai ter que começar do zero, vai ter que começar com tudo novamente, porque não tem nada. O pouco que restou morreu por falta da água, que a nossa água vinha da nascente, o motor que tinha para bombear e encanamento foi tudo embora, até água para beber a gente ficou mais de um mês sem, só com uma mangueira do vizinho aqui de cima. Aí a gente falou: já que a gente vai ter que começar tudo de novo, vamos começar diferente.

Na trajetória da família Gallo, como também na de Rogério, também podemos observar o peso das redes de interdependência em que estão inseridos os agricultores articulados a agricultura especializada na produção de hortaliças em sistema convencional em suas escolhas produtivas. Foi ao perder toda estrutura produtiva ou paralisar completamente a produção que estes agricultores consideraram a possibilidade de realizarem processos de transição.

Entre atores com origem na agricultura familiar podemos observar que os primeiros anos foram os mais difíceis nestas trajetórias de transição, especialmente o período de carência com uso de agrotóxicos e fertilizantes industrializados. Como aponta João Gallo:

neste período a gente teve um ano, para fazer a descontaminação da área, aquele período de carência que tem para a gente começar. Esse período aí que foi o mais difícil. Isso foi em 2012 a 2013. Depois que passou esse período que a gente passou para a associação [passando a comercializar nas feiras da Associação Agroecológica de Teresópolis]. Esse período de um ano que foi o grande problema.

Para contornar esta dificuldade os agricultores vão montando diferentes estratégias, conforme aprofundaremos na sequência do texto.

Outro fator que parece marcar estas trajetórias de transição para a agricultura orgânica foi a construção de redes com múltiplos atores que foram apoiando estes processos. Como podemos observar em relação a família de João Gallo, ainda em 2011 começaram a participar do projeto desenvolvido por atores vinculados à ABIO e Embrapa Agrobiologia, executado com financiamento de banco canadense, e que visou promover

¹³⁰ As áreas rurais de Nova Friburgo e Teresópolis foram fortemente atingidas pela catástrofe ambiental que assolou a Região Serrana Fluminense em 2011, com comunidades sendo inteiramente destruídas.

a reestruturação de hortas para o consumo familiar com práticas sustentáveis. Em Vieira, como na maioria das comunidades rurais em que predomina a agricultura especializada na produção de hortaliças em sistema convencional, a produção para auto abastecimento foi sendo paulatinamente abandonada pela maioria das famílias de agricultores. Assim, no contexto da catástrofe climática, muitos agricultores vinham encontrando dificuldades para viabilizar a alimentação de suas famílias¹³¹. Como aponta João Gallo:

o que se constatou naquela época? Que os agricultores aqui da Região Serrana estavam precisando serem alimentados. Que ninguém mais tinha aquela horta, o hábito de plantar um feijão, uma cebola, um alho, então não tinha mais da horta mesmo pro próprio sustento. Aí fizeram um projeto para este banco canadense, [atores da ABIO e Embrapa] e mais algumas pessoas, e trouxeram esse projeto para a gente. Aí a gente foi conversando com eles e tal.

Juntamente com a participação neste projeto a família foi estabelecendo um conjunto amplo de articulações, fundamentais em sua trajetória de transição:

conhecemos o pessoal dos quintais agroecológicos [nome do projeto financiado pelo banco canadense], que trouxe uma ajuda para os agricultores em termos de produção mesmo, de ensinar (...) conhecemos esse pessoal, através deles também fomos visitar lá na Embrapa a Fazendinha Agroecológica, o pessoal da Pesagro também, aquela turma toda (...). Eu também tinha sido contratado pelo SEBRAE e pela FAERJ para ajudar nos subprojetos do Rio Rural [Emergencial], aí fui contratado para trabalhar com o pessoal da EMATER. Aí, andando, participando de uma coisa e outra, fomos indo (...). Aí depois viemos a conhecer depois o pessoal aqui da Associação Agroecológica de Teresópolis.

O projeto financiado pelo banco canadense também parece apontar para a importância de ações que visam disseminar práticas sustentáveis específicas para impulsionar processos de transição em contextos marcados pela produção de hortaliças em sistema convencional. Como ressalta Léa, outra agricultora da comunidade de Vieira que iniciou processo de transição a partir de 2011: “eu fui aprendendo várias coisas no curso, que até hoje eu uso, por exemplo as caldas, o Bokashi”.

As novas experiências em agricultura orgânica que emergiram em Nova Friburgo e Teresópolis a partir de 2010 também parecem ter sido significativamente impulsionadas pela viabilização do formato de certificação via SPG, articulado pela ABIO a partir de

¹³¹ Importante observar, neste sentido, que a masculinização das atividades produtivas promovida no processo de modernização da agricultura, que no contexto de análise empírica pode ser observado pela desestruturação de hortas caseiras e a incorporação de mulheres nas atividades laborais voltadas para os arranjos construídos em torno da ‘agricultura convencional’, ao que tudo indica, faz com que o avanço dos processos de transição ecológica se torne ainda mais complexos. Além de comprometer a segurança alimentar das famílias de agricultores, conforme ficou claro no contexto do evento climático de 2011 na Região Serrana Fluminense, este processo parece dificultar ações que busquem instigar experiências de transição, a partir dos quais podem ser dinamizados processos de transição para outros espaços da unidade produtiva e redefinidas relações de gênero no âmbito da família de agricultores, como observamos no caso de agricultores familiares da comunidade do Brejal em Petrópolis.

2010 como vimos acima, além da construção e expansão de novos arranjos de comercialização, em que merecem destaque as feiras do CCFO e AAT.

A construção de espaços de comercialização direta parece ter sido de fundamental importância no processo de ampliação do número de produtores orgânicos em Nova Friburgo e Teresópolis no período mais recente. Merecem destaque, neste sentido, a criação das feiras no âmbito da Associação Agroecológica de Teresópolis (AAT) e do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO). O CCFO se destaca como principal arranjo de comercialização entre produtores orgânicos de Nova Friburgo, enquanto em Teresópolis as feiras da AAT são o principal arranjo de comercialização, conforme iremos aprofundar no capítulo subsequente.

O esforço adicional necessário para participação nas feiras, no entanto, pode acabar comprometendo a permanência de agricultores na produção orgânica. Participar destes canais de comercialização direta exige um conjunto de atividades que em momentos podem ser inviáveis. Exemplo, neste sentido, é o de Valderinha, agricultora que parou de produzir orgânicos em 2015. Em 2012, produzindo junto com a filha, certificaram sua produção como orgânica e passaram a comercializá-la na feira realizada em Nova Friburgo. No entanto, produzir e organizar a produção em um veículo, passar o dia na feira para comercializar, são demandas que dificultaram a manutenção na agricultura orgânica. Em 2015 a filha desta agricultora, formada como técnica no IBELGA e impulsionadora da experiência em agricultura orgânica, começou a trabalhar em outra atividade, tendo que se desligar da produção. Sua mãe, não tendo carteira de habilitação e não podendo transportar a produção até a feira, encerrou a produção orgânica e voltou a produzir em sistema convencional. Entretanto, como aponta esta agricultora: “eu gostava de produzir orgânico. Se tivesse alguém que pegasse aqui na propriedade, eu continuaria...”.

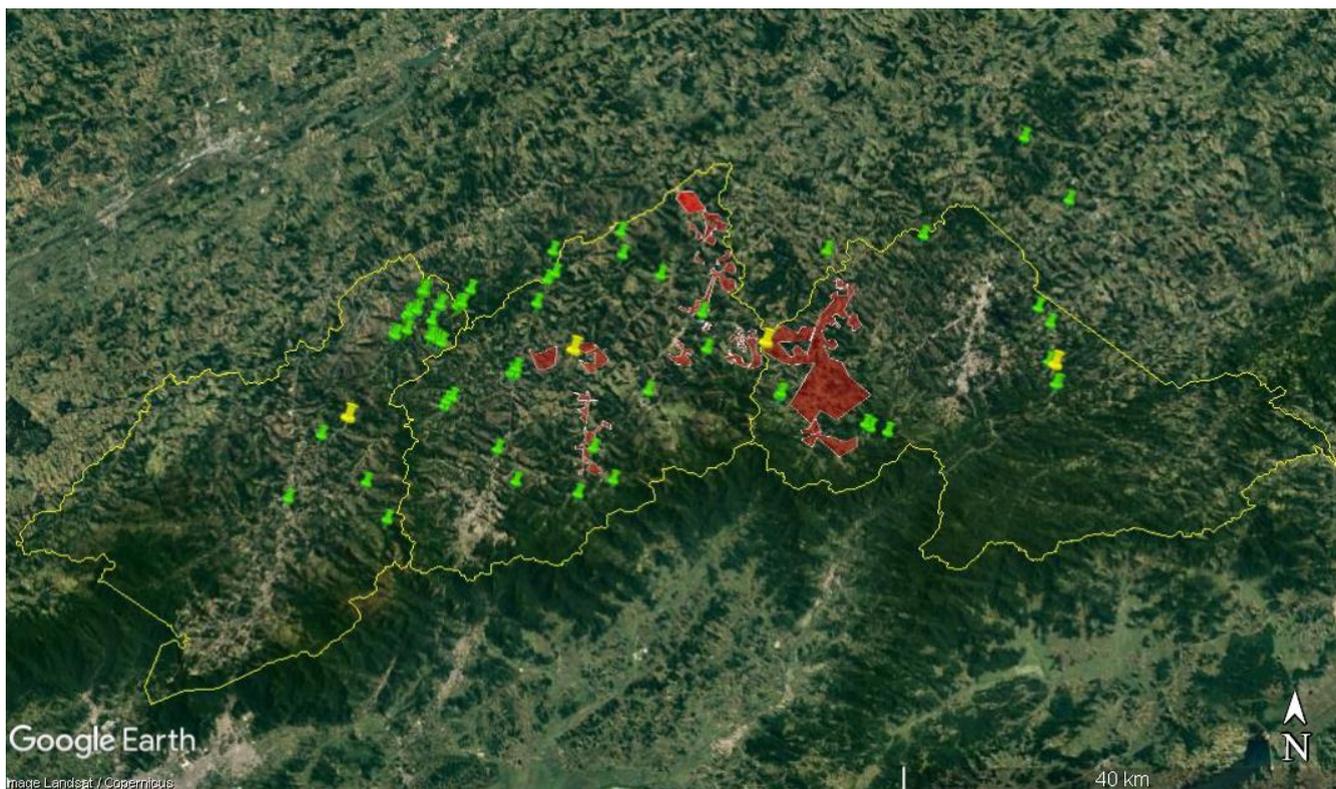
Nestas configurações territoriais marcadas pela produção de hortaliças em sistema convencional podemos observar um conjunto de limitantes, tanto simbólicos quanto materiais, que acabam contendo a disseminação da agricultura orgânica. Apesar do significativo aumento no número de agricultores orgânicos nos últimos anos, estes são apenas 0,82%¹³² do total de agricultores em Nova Friburgo, em Teresópolis são 1,99%.

Estas contenções parecem se explicitar quando observamos a localização das experiências em agricultura de base ecológica que foram emergindo na Região Serrana.

¹³² Cálculo a partir dos dados do Cadastro Nacional de Agricultura Orgânica (CNPO/MAPA, 2018).

Como podemos observar no mapa abaixo, em que sinalizamos as áreas de produção convencional em vermelho e as experiências em agricultura de base ecológica com ícones verdes, nos três municípios estas experiências foram se concentrando, principalmente, as margens dos espaços em que a agricultura especializada na produção de hortaliças em sistema convencional foi se adensando ao longo dos anos:

Figura 17 - Experiências socioprodutivas em agricultura de base ecológica e áreas com produção em sistema convencional em Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados colhidos a campo e da sistematização de 101 Planos de Manejo de produtores orgânicos associados à ABIO.

Pela localização destas experiências também podemos observar que unidades de conservação ambiental e a manutenção de Áreas de Preservação Permanente, especialmente de topos de morro, foram de crucial importância. Estes espaços, ao que tudo indica, auxiliaram a viabilizar barreiras em relação às áreas de produção que utilizam de agrotóxicos e fertilizantes industrializados para as unidades produtivas em agricultura orgânica, além de facilitar o acesso a fontes hídricas para irrigação sem contaminação por estes insumos, em que merece destaque as intoxicações por agrotóxicos.

Em comunidades rurais de Nova Friburgo e Teresópolis muitos produtores orgânicos destacam os problemas enfrentados por estarem inseridos em configurações

territoriais em que predominam produções agrícolas com significativo uso de agrotóxicos e fertilizantes industrializados. Esta questão dificulta, por exemplo, estabelecer barreiras de contenção em relação a estas produções é bastante significativa, ainda mais em um contexto marcado pela agricultura de montanha (Aquino, Neto e Assis, 2018)¹³³ com restrições de área produtiva e alto valor financeiro das propriedades rurais.

Podemos observar estas dificuldades na trajetória da família de João Gallo. Inseridos em meio a produções com uso expressivo de agrotóxicos e fertilizantes industrializados, tornava-se necessário a estruturação de barreiras para poderem certificar sua produção como orgânica. Se estruturassem estas barreiras na área de produção, no entanto, sobraria apenas uma área muito reduzida para produzir, como podemos observar nas imagens abaixo:

Figura 18 - Contenções à transição, unidade produtiva da família Gallo.



Fonte: Registro fotográfico realizado ao longo do trabalho de campo.

¹³³ Em que a produção agrícola só é possível em vales e, assim, grande parte das áreas produtivas acabam sendo concomitantes. Em relação às especificidades de uma “agricultura de montanha” na Região Serrana Fluminense, ver Aquino, Neto e Assis (2018).

Figura 19 - Contenções à transição, unidade produtiva da família Gallo.



Fonte: Registro fotográfico realizado ao longo do trabalho de campo.

Para contornar esta situação, a família Gallo passou a focar, principalmente, na produção de insumos biológicos e mudas orgânicas, que conseguem realizar em pequena área atrás de sua residência e isolada das produções convencionais. As mudas e insumos comercializam na feira da ATT e para outros produtores orgânicos da região¹³⁴:

¹³⁴ Importante observar, neste sentido, a parceria estabelecida entre este produtor com pesquisadores da Embrapa Agrobiologia e Pesagro na estruturação de unidade de produção de mudas, caldas e outros insumos biológicos.

Figura 20 - Produção de insumos biológicos família Gallo.



Fonte: Registro fotográfico realizado ao longo do trabalho de campo.

A dificuldade em construir barreiras de contenção, como também para garantir fontes hídricas de irrigação sem risco de contaminação, acabou contendo processos de transição entre outros agricultores inseridos em comunidades rurais de Nova Friburgo e Teresópolis. Duas famílias de agricultores do município de Nova Friburgo, por exemplo, que buscaram realizar processos de transição para a agricultura orgânica na década de 2010, acabaram desistindo devido a estas dificuldades, tendo em vista que as barreiras iriam ocupar toda sua área produtiva.

O período inicial de carência, sem uso de agrotóxicos e fertilizantes industrializados nas áreas produtivas, conforme exigido pela legislação, também acarreta algumas dificuldades nos processos de transição entre agricultores familiares. Como podemos observar na trajetória da família de Vieira, ao mesmo tempo em que não podiam acessar mercados que exigem a certificação, a exemplo das feiras da AAT e CCFO, também não conseguiam manter um volume de produção necessário para se manter nos arranjos de comercialização construídos em torno da produção de hortaliças em sistema convencional. Desta forma, a família destaca que o primeiro ano “foi o mais difícil”. Para

enfrentar as dificuldades deste período, foi de suma importância a possibilidade de trabalhar em outras atividades¹³⁵ e a existência de um canal de comercialização que garantia preços diferenciados por produtos de agricultores em transição¹³⁶.

Outra estratégia para superar as dificuldades do período inicial foi o arrendamento de áreas com produção desativada há alguns anos. Edmo, outro agricultor de Teresópolis, que em 2019 iniciou experiência de produção sem uso de agrotóxicos e fertilizantes industrializados, após mais de trinta anos especializado na produção de agrião em sistema convencional, arrendou área isolada na comunidade de Vieira para viabilizar esta iniciativa. Como Edmo aponta, no espaço onde produz agrião esta experiência seria inviável, devido a contiguidade com outras produções em sistema convencional. Assim, arrendou área isolada por mata em todos os lados para viabilizar esta experiência:

Figura 21 - Experiência socioproductiva sem uso de agrotóxicos e adubos industrializados, realizada por agricultor familiar da comunidade rural de Vieira, Teresópolis.



Fonte: Registro fotográfico realizado ao longo do trabalho de campo.

¹³⁵ Este agricultor também é formado como técnico agrícola e, em 2012, trabalhou elaborando projetos para o Programa Rio Rural Emergencial, executado pela Emater do município.

¹³⁶ A partir de 2012 o agricultor passou a escoar parte de sua produção para uma feira realizada semanalmente na Baixada Fluminense, a qual é organizada por um grupo de jovens da Igreja Batista, que buscam a produção nas propriedades de agricultores que estão realizando processos de transição, pagando preços diferenciados pelos mesmos. Atualmente o primo do agricultor entrevistado também está iniciando o processo de transição de sua propriedade para a agricultura orgânica, sendo este seu principal canal de comercialização.

Além deste conjunto de contenções mais objetivas, podemos observar que se impõe importantes limitantes simbólicas aos processos de transição agroecológica nestes espaços. Como aponta Valderinha, que havia passado a produzir orgânicos a partir de 2012 junto com a filha, existe uma diferenciação importante em relação as lógicas produtivas: “na (agricultura) orgânica você tem que ter qualidade, na outra (convencional) é a quantidade”. Esta questão, como observa, acaba causando certa estranheza entre agricultores articulados predominantemente a arranjos construídos em torno da agricultura especializada na produção de hortaliças em sistema convencional. Como a viabilidade de sua atividade está diretamente vinculada as constantes ampliações de escala em culturas específicas, estes agricultores recorrentemente enfatizam a compreensão de que reduzir o volume de produção, ou mesmo diversificá-la, tornaria sua atividade economicamente inviável: “se tu enchendo caminhões de carga já tá difícil, imagina se ficar só nestes pingados aí”¹³⁷.

Observações finais do capítulo

A análise empreendida ao longo do capítulo parece ressaltar a importância das diferentes configurações territoriais, especialmente na escala das comunidades rurais, com que foram interagindo as experiências socioprodutivas que buscaram incorporar preocupações com a questão ambiental na agricultura no recorte espacial analisado. Estas configurações influenciaram de maneira significativa as trajetórias e desdobramentos destas experiências de ambientalização, tanto no sentido de dinamizá-las quanto de conter seu desenvolvimento e disseminação.

Em comunidades rurais em que agricultura especializada na produção de hortaliças em sistema convencional foi se adensando ao longo do tempo, observamos que um conjunto de “contenções” se colocam diante destas experiências. Esta questão parece ter influenciado sua concentração, principalmente, às margens dos espaços em que aquele modelo havia se adensado de maneira mais consistente.

Entre atores com origem urbana estas “contenções” não parecem ter tido um papel tão determinante, principalmente pela escolha das áreas produtivas já levarem em consideração estes tensionamentos, buscando espaços isolados, que permitissem minimizar os riscos de contaminação advindos de produções convencionais. No entanto,

¹³⁷ Registro de fala de agricultor do terceiro distrito de Nova Friburgo durante o trabalho como extensionista rural em 2015.

entre atores com origem na agricultura familiar e com unidades de produção já estabelecidas, estas “contenções” parecem ter dificultado significativamente processos de transição em suas unidades produtivas.

Estas “contenções” parecem ter sido reforçadas, ainda, pela importância que a certificação em agricultura orgânica foi ganhando a partir de meados dos anos 1990 no contexto analisado. O conjunto de normas e regras de certificação, especialmente em relação ao isolamento de áreas com produção convencional, parecem ter colocado importantes barreiras para os processos de transição.

Esta questão, ao que tudo indica, aponta para a influência da configuração fundiária na Região Serrana Fluminense em relação aos processos de ambientalização da agricultura. Desde meados do século XX observamos que foi se aprofundando o parcelamento das unidades produtivas, contribuindo para que as áreas localizadas nos vales fossem completamente ocupadas pelas produções agrícolas. Para a grande maioria dos agricultores com unidades produtivas em comunidades rurais em que predomina a produção de hortaliças em sistema convencional, torna-se inviável a certificação em agricultura orgânica, seja pelos limites de área para a construção de barreiras físicas que possam evitar a contaminação por agrotóxicos, seja pela dificuldade em garantir fontes de irrigação sem risco de contaminação. Sem alterar esta configuração fundiária, um dos poucos caminhos possíveis para se avançar nos processos de ambientalização da agricultura, ao que tudo indica, é a introdução pontual de práticas e tecnologias ambientalmente mais sustentáveis nos arranjos socioprodutivos convencionais, mas que também apresenta diversas dificuldades, como observaremos no quinto capítulo da tese.

As primeiras experiências de ambientalização da agricultura emergiram na Região Serrana a partir da ação de atores com origem urbana, principalmente jovens de classe média da cidade do Rio de Janeiro, que passaram a estruturar unidades de produção em diferentes comunidades rurais desde fins da década de 1970. Estes atores foram porta vozes das críticas ao processo de modernização da agricultura neste contexto, especialmente no tocante ao elevado uso de agrotóxicos. Além disso, ao viabilizarem produções incorporando preocupações ambientais, tiveram um papel relevante com as experimentações socioprotutivas que foram realizando, adaptando práticas capazes de viabilizar estas experiências. Estes atores parecem ter exercido, ainda, um papel de fundamental importância na articulação de ações em diferentes dimensões do *sistema agri-alimentar*, com destaque para a construção de canais de comercialização e

certificação em agricultura orgânica, que foram cruciais para dinamizar processos de transição entre agricultores familiares.

Na trajetória de agricultores que conseguiram viabilizar processos de transição de suas unidades produtivas familiares, percebemos que nos anos iniciais enfrentaram as maiores dificuldades, especialmente pelo período de carência sem uso de agrotóxicos e fertilizantes industrializados nas áreas produtivas inviabilizar o acesso a mercados diferenciados e comprometer sua permanência nos canais de comercialização em que estavam inseridos anteriormente.

Nestas diferentes trajetórias de ambientalização da agricultura podemos observar que se mesclam às questões sociotécnicas um amplo conjunto de fatores, a exemplo de modo ou estilo de vida, escolhas profissionais, casos de intoxicação por agrotóxicos, preocupações com saúde, interesse econômico, entre outros. Estas trajetórias parecem ser melhor compreendidas, desta forma, em relação a trama complexa e multidimensional em meio a qual vão se desdobrando e estabelecendo conexões ao longo do tempo.

O estudo também parece corroborar com a ideia de que a disseminação e ampliação de escala dos processos de transição agroecológica não se desdobram em uma dinâmica linear de transferência de práticas e conhecimentos sociotécnicos para um número maior de agricultores, tendo em vista a complexidade envolvida nas interações entre atores, regras e instituições em configurações territoriais específicas.

Consideramos que as trajetórias das experiências analisadas podem ser melhor apreendidas enquanto projetos individuais e/ou familiares que, ao buscarem, com base em diferentes perspectivas, incorporar preocupações ambientais na agricultura, vão formando um tecido social vivo que ao longo do tempo, ao menos potencialmente, pode fortalecer os processos de transição agroecológica territorialmente situados. Esta questão parece se tornar ainda mais explícita em relação as estruturas organizacionais que foram sendo criadas em torno destas experiências socioprodutivas, configurando-se em projetos coletivos que buscaram fortalecer estas iniciativas, conforme analisaremos no capítulo subsequente.

Capítulo 4

4 - FORTALECENDO PROCESSOS DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: UMA *ECOLOGIA DE PROJETOS* COLETIVOS

Introdução

Neste capítulo visamos aprofundar o exame iniciado nas partes anteriores do texto acerca das experiências socioprodutivas que buscaram, a partir de referenciais da *agricultura alternativa* (natural, biológica, ecológica) e, nas últimas décadas, agricultura orgânica, incorporar preocupações ambientais ao manejo dos sistemas de produção agrícola na Região Serrana Fluminense. Elegemos, aqui, como foco de análise, as estruturas organizacionais construídas em torno dessas iniciativas. Partimos da ideia de que estas organizações podem ser apreendidas enquanto projetos coletivos a partir dos quais atores envolvidos em processos de transição agroecológica buscaram desencadear e articular ações multilocalizadas, perpassando diferentes dimensões e escalas do *sistema agri-alimentar*.

No contexto analisado, observamos que desde o surgimento das experiências pioneiras, ainda no início da década de 1980, foram sendo estruturadas organizações com diferentes formatos, incluindo associações, cooperativas, empresas e grupos informais. Através dessas estruturas organizacionais, os atores engajados nesses projetos de transição agroecológica buscaram fortalecer suas experiências, colocando em prática diferentes estratégias, visando disseminar essas iniciativas socioprodutivas e ampliar seu alcance.

Em torno destes projetos coletivos é possível identificar diferentes perspectivas em relação à ambientalização da agricultura. A coexistência, em um mesmo momento, de uma diversidade de enfoques sociotécnicos e visões de futuro, é acompanhada, também, por transformações no que diz respeito aos princípios e valores que orientaram cada uma dessas experiências ao longo do tempo. Ao longo das últimas décadas - e a medida em que o ambiente onde essas iniciativas estavam inseridas ia se transformando - foram emergindo contradições que motivaram alguns “ajustes finos” em relação a princípios e valores defendidos pelos fundadores dessas organizações. As referências que nortearam, inicialmente, esses pioneiros, sofreram transformações, a partir da interação com os novos atores e projetos que iam sendo agregados ao campo de relações construído em torno dessas experiências, a medida em que elas se desdobravam ao longo do tempo. Buscamos aprofundar, neste sentido, nossa análise em relação a pluralidade de críticas e regimes de

ação e justificção que se expressam entorno destes projetos coletivo (Boltanski e Thévenot, 2007).

Ao mesmo tempo, podemos observar a emergência, na trajetória dessas organizações, de diferentes visões sobre “ampliação de escala” e “disseminação de experiências”, alimentando um debate permeado por contradições e controvérsias. Esses diferentes coletivos acabam lançando mão de estratégias diversas em sua atuação na Região Serrana, com organizações articulando diferentes territórios de ação ou territórios-rede visando potencializar suas iniciativas.

A análise da trajetória destas organizações parece, assim, colocar-se como um caminho instigante para aprofundar a discussão acerca das distintas formas através das quais esses atores buscam fortalecer suas iniciativas, explicitando a heterogeneidade de caminhos trilhados pelos processos de transição agroecológica nesta porção do território fluminense. Ao longo do capítulo, buscamos observar de que forma os diferentes atores vinculados às organizações analisadas buscaram articular ações no âmbito da produção, distribuição e consumo, e também em outras dimensões do *sistema agri-alimentar*, com o objetivo de fortalecer processos de transição agroecológica em seus contextos de atuação. Buscamos pôr à prova, nesse sentido, a hipótese de que esses processos vão se desdobrando a partir de uma *ecologia de projetos*, envolvendo uma significativa diversidade de atores e perspectivas de futuro, que ao longo do tempo podem vir a estabelecer, em maior ou menor medida, sinergias e mecanismos de coordenação e, eventualmente, antagonismos.

4.1 – Coonatura: cooperativismo entre consumidores e produtores de *alimentos naturais*

Uma das primeiras iniciativas que impulsionou experiências em agricultura de base ecológica na Região Serrana Fluminense teve origem na ação de consumidores que viviam na cidade do Rio de Janeiro. Em 12 de janeiro de 1979 foi publicada, no Jornal do Brasil, uma carta enviada por casal da Zona Sul da cidade, intitulada “comida sem veneno”. Os autores iniciavam destacando que: “os preços estão caros e a comida morta ou contaminada”. Assim, como “não parece mesmo haver qualquer solução oficial à vista”, apresentavam a proposta de “criar uma espécie de cooperativa que distribua, para quem se interesse, hortaliças (para começar) produzidas sem inseticidas nem outras químicas por quem tenha fazenda, sítio ou mesmo terreno grande em casa” (Jornal do

Brasil, 12/01/1979: 5). Em resposta, conforme noticiado em 15 de fevereiro de 1979, receberam um número expressivo de cartas.

Em 09 de março de 1979 o jornal publicou uma nota convite para o primeiro encontro presencial de interessados em participar da iniciativa, com o título que o movimento passou a assumir a partir de então: “por uma comida sem veneno”. Este encontro, realizado no Parque Lage, no bairro Jardim Botânico, contou com a participação de “de quase 300 leitores”, que “conversaram sobre como dar prosseguimento à ideia de se criar uma cooperativa de produtores e consumidores de *alimentos naturais*, cultivados sem adubos químicos nem praguicidas” (Jornal do Brasil, 21 de março de 1979, pg 10).

No encontro foi fundada a Cooperativa Mista de Produtores e Consumidores de Ideias, Produtos e Soluções Naturais (Coonatura). Apesar dos esforços por viabilizar uma produção “em curto espaço de tempo”, conforme pretendiam seus idealizadores, ao longo do primeiro ano de funcionamento as ações da cooperativa se restringiram à organização de grupos de discussão sobre “alimentos naturais” e “agricultura alternativa”, não conseguindo viabilizar ações de produção para abastecer os consumidores cooperados.

Paulo Aguinaga, um dos fundadores da cooperativa, também de origem da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, havia alugado um sítio na comunidade rural do Brejal, em Petrópolis, no início de 1979. Quando a Coonatura conseguiu estruturar um entreposto de comercialização, em 1980, a experiência contava com “uma produção pequena, mas que já justificava descer para o Rio”, como destaca Paulo. Ao mesmo tempo, salienta, o grande interesse dos consumidores por alimentos sem agrotóxicos: “não tinha, se eu levasse dez molhos de rabanete rachados, vendia os dez”.

A primeira sede e entreposto de comercialização da cooperativa foi instalada em um prédio no bairro de Copacabana, dando início à articulação entre consumidores do Rio de Janeiro, em sua maioria da Zona Sul da cidade, e produtores da comunidade rural do Brejal, em Petrópolis. Além da produção própria, o idealizador da experiência pioneira residente no Brejal, passou a escoar para a cooperativa a produção de uma família de agricultores vizinha ao seu sítio, que a partir de um caso de intoxicação por agrotóxicos havia parado de utilizar esses produtos.

Conforme já descrito anteriormente, ao longo da década de 1980 esse arranjo de comercialização também passou a interessar agricultoras de outros sítios vizinhos, principalmente, pelos valores praticados. Em suas hortas, voltadas para a alimentação familiar e instaladas em áreas relativamente afastadas das áreas de produção manejadas através de práticas convencionais, não eram utilizados fertilizantes químico-sintéticos ou

agrotóxicos. Como destaca Maria, uma das agricultoras que, juntamente com sua mãe, se inseriu no arranjo construído em torno da Coonatura a partir do início da década de 1980:

ela [mãe] tinha a horta dela, isenta destas coisas [agrotóxicos], e naquela época não precisava de certificado, era uma coisa produzida em sistema *natural*, era uma horta natural. Aí começou a pegar umas couves dela. Eu também comecei a plantar chicória. E na base lá, meu pai não plantava, plantava para cá, que é longe. E aí a gente começou a gostar da ideia, de plantar sem veneno. Eu falei para a minha mãe, isso é uma coisa muito importante, porque veneno não é uma coisa legal. Mas também não entendia muito, achava que veneno seria necessário, naquela época, há 40 anos. Aí a gente começou a entender que era um produto *natural*.

Na primeira metade da década de 1980, estavam articulados à Coonatura cerca de cinco agricultoras, além da experiência pioneira desenvolvidas por Paulo Aguinaga na comunidade do Brejal e da família de agricultores vizinha ao sítio.

Até esse momento as unidades produtivas vinculadas à cooperativa estavam localizadas em dois vales existentes na comunidade do Brejal, Cachoeirinha e Grotão, próximas ao sítio de Paulo Aguinaga. Em 1985 surgiu a oportunidade de arrendar uma fazenda, localizada no vale dos Albertos, outra localidade do Brejal. Na Fazenda Pedras Altas já residia uma família de agricultores, que produzia hortaliças em sistema convencional e iniciou seu processo de transição. Outras pessoas vinculadas à experiência pioneira, principalmente jovens de sítios vizinhos, também foram residir e trabalhar na fazenda. Constituiu-se, desta forma, o Núcleo Rural da Coonatura, com a cooperativa arcando com investimentos em infraestrutura e promovendo mutirões com a participação de sócios consumidores nas áreas produtivas.

A partir de fins da década de 1980, outros agricultores do Brejal, principalmente os maridos das agricultoras que haviam começado a produzir para a cooperativa no período anterior, passaram a se interessar pelo arranjo construído em torno da Coonatura. A renda financeira das mulheres que produziam em suas hortas e comercializavam sua produção através da cooperativa, passou, em muitos casos, a superar renda auferida pelos maridos, o que contribuiu para que eles se interessassem em dar início à transição para agricultura em base ecológica.

Nesse período, a Coonatura também foi criando novos entrepostos de comercialização na cidade do Rio de Janeiro. Neste movimento de expansão, como destaca um dirigente da cooperativa naquela época, buscavam se diferenciar da lógica de ação das redes de supermercados, estruturando entrepostos em diferentes bairros da cidade: “a gente tinha claro que não queria se transformar em um supermercado, (...) e a gente fez uma opção de crescer descentralizado (...) ao invés de a gente crescer só em um

local”. Na segunda metade dos anos 1980, a cooperativa alugou uma casa no bairro de Botafogo e desativou o entreposto em Copacabana. Em 1992 assumiu um espaço de comercialização na unidade da Cobal, no bairro do Humaitá, dando continuidade à uma iniciativa empreendida pela Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO), a partir do final da década de 1980. Em 1993 a Coonatura estruturou, ainda, em conjunto com a ABIO, uma feira de produtos ecológicos no bairro da Glória. Na segunda metade da década de 1990, foram criados, também, núcleos menores da Coonatura em diferentes bairros da cidade do Rio de Janeiro.

Com esta expansão, a cooperativa também aumentou o volume de compras de produtos ecológicos provenientes de outras regiões do país, visando disponibilizá-los para seus associados. Merece destaque, nesse sentido, as relações estabelecidas com a Associação dos Agricultores Ecologistas de Ipê e Antônio Prado-RS (AECIA). Como aponta Paulo Aguinaga, que também era dirigente da cooperativa neste período: “a gente comprava caminhão fechado do Sul, da AECIA, de frutas, sucos, batatas, entre outras coisas. Quem começou a comprar os produtos da AECIA fomos nós. Eu fui ao Sul e conversei lá com o pessoal da AECIA, a gente pegava caminhão de carga e trazia”. Essas interações comerciais envolviam, também, uma dimensão não mercantil, na medida em que impulsionavam trocas de experiências com iniciativas desenvolvidas em outras regiões. As interações com a AECIA, por exemplo, foram de fundamental importância no processo de formação da Feira da Glória.

Para viabilizar esse movimento de expansão que vinha ocorrendo no arranjo construído em torno da Coonatura ao longo desses anos, a cooperativa também ampliou significativamente sua estrutura de transporte e logística. No início dos anos 1990 adquiriu um caminhão para escoar a produção dos agricultores do Brejal até a cidade do Rio de Janeiro e, em meados da década, adquiriu mais um caminhão, passando a realizar, em muitas semanas, duas ou três viagens. A casa situada no bairro de Botafogo, que além de entreposto era utilizada como depósito, não foi mais suficiente. Desta forma, os cooperados alugaram um galpão no bairro de São Cristóvão para, a partir dele, realizar a distribuição para os entrepostos localizados em diferentes bairros do Rio de Janeiro.

Ao longo desse processo, também foram sendo articulados novos agentes para contribuir na assessoria técnica aos agricultores vinculados à Coonatura. Até meados da década de 1990, os agricultores recebiam orientações técnicas, essencialmente, Paulo Aguinaga, sobretudo durante as visitas semanais que tinham por objetivo recolher a produção. A partir da formação da Feira da Glória, a ABIO também passou a atuar como

certificadora da produção de agricultores vinculados à cooperativa, contratando técnicos recém-formados em cursos de ciências agrárias da UFRRJ, que em sua maioria já próximos ao movimento construído em torno das agriculturas de base ecológica, em suas diferentes vertentes. Na segunda metade de 1990, a Coonatura também contratou um desses técnicos, que foi residir na comunidade do Brejal. Esse agrônomo se manteve na cooperativa até o início dos anos 2000. Na primeira metade de 2000 foi contratado outro agrônomo recém-formado na UFRRJ, que também passou a residir na comunidade e prestou assistência aos cooperados até meados desta mesma década.

Em fins da década de 1990, estavam articuladas à Coonatura quase 30 famílias de agricultores, localizados em diferentes vales do Brejal, e cerca de 2.100 associados consumidores na cidade do Rio de Janeiro, especialmente da Zona Sul da cidade, que adquiriam estes produtos nos entrepostos da cooperativa distribuídos em diferentes bairros da cidade.

Ao longo deste processo de “desenvolvimento da cooperativa”, como destaca Paulo Aguinaga: “a gente sempre foi muito radical nos preceitos do cooperativismo (...) a gente via o crescimento, mas queria manter a dimensão humana”. Em relação aos agricultores: “a remuneração era significativa, porque a gente já estava aplicando aquele espírito cooperativista, autêntico, (...) não visava o lucro (...). O que recebia lá, pagava aqui”. Ao mesmo tempo, na relação com os sócios consumidores, mantinham uma postura bastante rígida: “a gente tinha várias críticas ao crescimento desordenado, várias pessoas se associavam só para comprar alimentos mais baratos, mas não tinham essa ideologia”. Para evitar este perfil entre novos sócios: “a pessoa tinha que passar por uma reunião, assistia uma palestra sobre a Coonatura, o que era o cooperativismo, quais os deveres, se ela queria mesmo. Isso tudo era um filtro para evitar associações que a gente não queria”.

Ao mesmo tempo, a direção da cooperativa buscava fortalecer interações diferenciadas entre produtores e consumidores. Eram realizadas, nesse sentido, mutirões e visitas de intercâmbio entre sócios consumidores e agricultores do Brejal. No boletim trimestral da Coonatura também eram recorrentes as reportagens sobre os agricultores que viviam nesse Núcleo Rural, resgatando em suas trajetórias e destacando a importância do canal de comercialização propiciado pela cooperativa para sua viabilidade econômica.

A iniciativa visava, dessa forma, fortalecer laços e relações de confiança entre produtores e consumidores, como também a percepção de que esse arranjo de comercialização permitia a construção de relações diferenciadas. Como aponta a

agricultura Maria, que a partir de inícios da década de 1980 passou a produzir para a Coonatura:

é diferente de você encher um caminhão e mandar para o CEASA, que você nem sabe o que acontece, quem compra. A gente começou a ver os compradores, a importância que eles davam para os produtos orgânicos, e isso animou a gente pra caramba (...). As vezes vinham alguns amigos lá da Zona Sul do Rio de Janeiro, ficava final de semana aí, ficava feriado, olhavam a roça. Meu pai tinha um latão destes, cheio de banana, rodeava, ficava todo mundo ali.

Como podemos observar, ao longo dos anos, a Coonatura foi se consolidando como um importante arranjo alternativo de comercialização, visando articular produtores da Região Serrana e consumidores de “alimentos naturais” na cidade do Rio de Janeiro. Um diferencial dessa iniciativa em relação as outras que foram emergindo ao longo dos anos na Região Serrana Fluminense é o papel protagonista assumido pelos consumidores.

Ao longo da década de 2000, no entanto, a Coonatura passou a enfrentar dificuldades para se manter. A ampliação de escala nas operações dinamizadas pela cooperativa, ao que tudo indica, parece ter impulsionado significativas complicações para sua viabilização a partir deste período. Como aponta Paulo Aguinaga: “primeiro, nós, o grupo [diretor], não estávamos capacitados gerencialmente, comercialmente, empresarialmente para gerir um negócio daquele tamanho. A gente estava com mais de 2000 associados consumidores. Estava com um volume enorme de compras. (...). O custo de manter estes vários entrepostos (em diferentes bairros da cidade do Rio de Janeiro) se demonstraram bem mais onerosos”.

Além disso, a expansão do mercado de produtos orgânicos na cidade do Rio de Janeiro, impulsionada pela crescente institucionalização desse setor a partir de fins da década de 1990, como analisaremos na sequência, dificultou a manutenção do arranjo de comercialização construído pela cooperativa. Conseguir se manter, pelo menos nos primeiros tempos, como o principal canal de acesso a alimentos ecológicos para um número crescente número de consumidores que demandavam esses produtos, especialmente entre a classe média da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, parece ter sido de grande importância para a expansão da Coonatura. No entanto, a entrada de novos atores no mercado de produtos orgânicos passou a dificultar o funcionamento desse circuito, como aponta o entrevistado acima mencionado: “o movimento orgânico veio crescendo e a gente não tinha mais a exclusividade, o monopólio do mercado. Muitas lojas começaram a oferecer o orgânico” na cidade do Rio de Janeiro.

Desta forma, ao longo da década de 2000, a situação econômica e administrativa da cooperativa foi ficando bastante difícil. Como destaca nosso entrevistado: “a coisa foi

piorando, até que chegou um momento que a gente estava cheio de dívidas e falou: ‘não dá mais’”. Esse processo culminou no encerramento das atividades da cooperativa em 2008.

Como veremos na sequência do texto, a partir deste período, agricultores articulados à Coonatura passaram a interagir com diferentes circuitos de comercialização, buscando dar continuidade a sua trajetória na agricultura orgânica.

4.2 – ABIO: produtores biológicos e a estratégia de *forçar uma transformação com a construção de arranjos alternativos de comercialização*

A ABIO foi fundada em 1985, por um conjunto de atores que haviam estruturado experiências de produção em agricultura de base ecológica em comunidades rurais de Nova Friburgo, Teresópolis e municípios vizinhos, com destaque para jovens de origem urbana¹³⁸. Através dessas experiências, como destacam os próprios atores, entrevistados nessa pesquisa, buscavam “forçar uma transformação” em meio em um espaço marcado “com aquele mar de produção convencional”¹³⁹.

Ao se aproximarem no II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA), realizado em 1984 em Petrópolis, esses diferentes agentes consideraram que seria extremamente importante construir estratégias conjuntas para fortalecer suas experiências. Assim, em reunião realizada em 1985, decidiram criar uma feira no município de Nova Friburgo. Um dos participantes da reunião tinha articulações com a gestão municipal e conseguiu viabilizar a liberação de uma das ruas centrais da cidade para realização da feira. Ao liberar o espaço para a realização da feira, no entanto, a prefeitura demandou a indicação de uma pessoa jurídica responsável, a partir do que decidiram criar a ABIO.

Sócios-fundadores da ABIO destacam a militância “radical” contra o uso de agrotóxicos nesse período. Como lembra Cristina Ribeiro, uma das dirigentes da associação: “a gente entrava em todas as brigas: ‘ah, que não, que o agrotóxico e que...’

¹³⁸ Além de jovens oriundos da Região Metropolitana do Estado, a fundação da associação contou com a participação de um pesquisador da Embrapa Agrobiologia, que era de Bom Jardim, município vizinho de Nova Friburgo, e mantinha um sítio de produção em seu município de origem. Também participou de sua criação um dos professores de agronomia da UFRRJ, que no início da década de 1980 havia estruturado um sítio de produção ecológica na região. Além desses pesquisadores vinculados às ciências agrárias, a iniciativa contou com a participação de um professor de química da UFF.

¹³⁹ Trechos da entrevista realizada com Cristina Ribeiro, que participou das ações voltadas à construção de uma agricultura alternativa desenvolvidas em comunidades rurais de Nova Friburgo, em princípios da década de 1980.

(...) a gente esbravejava muito. A gente era terrorista, em tudo que era lugar”. Esse discurso também está presente nos boletins informativos que a associação passou a veicular, em que críticas aos agrotóxicos e ao modelo agrícola impulsionado pela chamada Revolução Verde eram temas centrais.

A temática “agrotóxicos” parecia ser impulsionada no âmbito da associação, principalmente, por suas vinculações às questões ambientais e de saúde, incorporando também uma série de críticas aos efeitos sociais do modelo impulsionado pela Revolução Verde. Conforme destacado na ata de fundação a ABIO, a associação foi formada “para trabalhar por uma agricultura que se baseie em métodos alternativos de produção e que não admita o uso de insumos químicos e práticas que possam representar riscos à saúde, poluição e agressão ambiental ou desequilíbrio de ordem social”. Importante observar a importância dos vínculos entre alimentação e saúde estabelecidos no âmbito da associação, salientados no próprio nome atribuído à feira constituída em Nova Friburgo, em 1985: “Feirinha da Saúde”.

A participação de pesquisadores também parece ter motivado o aprofundamento de questões técnico-produtivas no âmbito da ABIO. Ainda em meados da década de 1980, foi elaborado o Manual Técnico de Produção da associação, inspirado nas normas da IFOAM¹⁴⁰. Esse Manual foi aprovado em assembleia em julho de 1987 e passou a referenciar as visitas técnicas efetuadas nas propriedades de sócios e candidatos a sócio-agricultor, pelos membros da Comissão de Orientação e Controle. Cabe observar que essas visitas poderiam contar, também, com a participação dos demais associados interessados nesse acompanhamento.

O documento destaca um conjunto de normas relacionadas aos princípios da agricultura “biológica”, “ecológica” e “orgânica”. Seus autores salientam, no entanto, que esses termos não seriam especificados no Manual, mas sim em cursos de formação e demais publicações. Merece destaque, nesse sentido, que a partir da criação da ABIO passou a ser produzido um boletim informativo, de publicação semestral, no qual estas e outras temáticas eram abordadas.

O Manual descreve as práticas a serem utilizadas nas propriedades como: “indicadas”, “de uso restrito” ou “de uso proibido”. Com base na observação destas práticas as propriedades eram classificadas como “orgânica” ou “em transição para a orgânica”. Conforme especificado no Manual:

¹⁴⁰ Federação Internacional dos Movimentos da Agricultura Orgânica – IFOAM, fundada em 1972.

Uma propriedade é dita orgânica se está admitida a no mínimo um ano [na Abio] e somente se utiliza de práticas recomendadas por este Manual Técnico de Produção. Uma propriedade é dita em transição para a orgânica se ainda não completou um ano de admissão na Abio, ou se, não utilizando práticas de uso proibido, emprega ‘de forma regular’ práticas de uso restrito que ainda são necessárias para o desempenho funcional da propriedade, em áreas determinadas e com conhecimento da associação. A passagem de uma propriedade em transição para efetivamente orgânica dar-se-á após a carência de um ano sem o emprego ‘de forma regular’ de práticas de uso restrito, levando-se em consideração a data de admissão. Para efeito de orientação, pesquisa e estatística por parte da Abio, as propriedades que utilizarem práticas de uso restrito deverão enviar à associação todas as informações sobre os fatos que motivaram seu uso. Uma propriedade é sumariamente desclassificada se desrespeitar as especificações deste Manual Técnico de Produção.

Ainda segundo o Manual, para divulgação e comercialização de seus produtos, os agricultores poderiam utilizar o selo da associação se a propriedade estivesse “admitida na ABIO há pelo menos dois meses e está compatibilizada com os critérios deste Manual, mediante aprovação da Comissão de Orientação e Controle”.

Um dos objetivos centrais com a criação da ABIO foi construir arranjos de comercialização, considerados como sendo uma estratégia central para impulsionar experiências em agricultura de base ecológica. Como aponta Cristina Ribeiro, uma das sócias fundadoras e diretora da ABIO ao longo desses anos, “nosso objetivo era forçar uma transformação”, em que a criação de canais de comercialização que pudessem viabilizar economicamente os agricultores era considerada prioridade: “a ABIO tinha muita clareza: a gente não vai espalhar a agricultura orgânica se quem optar pela agricultura orgânica morrer de fome. Isso não vai se disseminar. Então, nós precisamos viabilizar esse pessoal. E pra viabilizar ele tem que vender, porque ele vive disso”.

Um primeiro passo nessa direção foi dado ainda em 1985, com a criação da “Feirinha da Saúde”, realizada semanalmente no centro da cidade de Nova Friburgo, e que foi o motivo de criação da própria ABIO, como salientado acima. Além desta feira, nos primeiros anos, membros da associação também articularam, em diálogo com os diretores da unidade da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) do bairro do Humaitá, na cidade do Rio de Janeiro, um box para a comercialização da produção de associados, que passou a funcionar a partir de 1988. Este entreposto logo se tornou o principal espaço de comercialização para associados da ABIO.

O transporte para a cidade do Rio de Janeiro passou a ser realizado, ainda nos primeiros anos, através de um caminhão, que a ABIO adquiriu com recursos financeiros

captados com a cooperação internacional, junto a MISEREOR¹⁴¹. Rapidamente, o entreposto na Cobal passou a atrair um número expressivo de consumidores, ampliando-se de maneira significativa nos primeiros anos da década de 1990, especialmente no contexto de preparação da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92. Como recordam alguns dos produtores associados, antes do funcionário abrir as portas de ferro do local já era possível ver inúmeras pessoas que aguardavam do lado de fora¹⁴².

No entanto, a logística necessária para viabilizar o escoamento da produção até o entreposto da Cobal, que a partir de fins de 1980 se constituiu no principal canal de comercialização para produtores sócios da ABIO, apresentava inúmeras dificuldades, sendo motivo de inúmeras discussões entre associados. Como lembra Roberto Selig, um dos sócios da ABIO, que havia estruturado experiência em agricultura de base ecológica em comunidade rural de Teresópolis no início da década de 1980, e passou a coordenar a organização do transporte para o entreposto da Cobal: “pegar a produção nos sítios dos associados e levar até a Cobal exigia um trabalho imenso”, pois as unidades produtivas estavam localizados em comunidades rurais distantes, em diferentes municípios, demandando um dia de trabalho para fazer essa operação. Entrevistados também relatam que a comercialização dos produtos era motivo de inúmeras intrigas e confrontos entre associados, principalmente em relação à parte da produção que não conseguiam comercializar. Além disso, no início da década de 1990, o espaço cedido pela administração da Cobal teve que ser adquirido pela ABIO, o que acarretou custos financeiros que geraram graves atritos entre associados.

Assim, em fins de 1992, a ABIO resolveu desativar o entreposto na Cobal, passando-o para a Coonatura. Com a desativação desse entreposto, a associação parou de se envolver diretamente com as atividades de comercialização. Como aponta uma das diretoras da associação: “depois que a gente saiu da Cobal, a gente não queria se responsabilizar por ponto de venda, (...) a gente decidiu que não se envolveria diretamente”.

A ABIO passou, então, a ter uma ação mais voltada a certificação em agricultura orgânica para seus associados. Em 1993 a associação formou, juntamente com a

¹⁴¹ A partir de contato estabelecido com esta organização pelo pesquisador da UFRRJ que participava da ABIO.

¹⁴² O contexto de realização da Eco 1992 é lembrado por associados como sendo o período de ápice desta demanda.

Coonatura, a Feira da Glória, na cidade do Rio de Janeiro, que passou a se constituir em um dos entrepostos da cooperativa, sendo a ABIO certificadora dos produtores.

A partir desse período produtores associados à ABIO buscaram estruturar outros canais para comercialização de sua produção, especialmente a partir da abertura de novos mercados impulsionados pela institucionalização da agricultura orgânica. Enquanto associação, a ABIO só voltou a atuar diretamente na articulação de arranjos de comercialização de seus associados em 2010, com a criação do Circuito Carioca de Feiras Orgânica (CCFO).

Como destacam Assis et al (1996), em relação aos produtores associados à ABIO, apenas 24% de sua produção era escoada através dos canais de comercialização construídos pela associação, o restante era viabilizado através de vendas diretas a consumidores e restaurantes. A dificuldade em comercializar, no entanto, não inviabilizava as unidades produtivas dos associados, tendo em vista que “somente 27% não possuíam outra fonte de renda e, dos 73% restantes, 64%” tinham na agricultura uma “fonte secundária” (Assis et al, 1996).

4.3 – Associações, empresas e a estratégia de disseminar a agricultura orgânica a partir de novos arranjos de comercialização

O processo de institucionalização da agricultura orgânica impulsionou significativas transformações nas experiências em agricultura de base ecológica que, ao longo dos anos, foram emergindo na Região Serrana Fluminense. Conforme já salientado, o surgimento de novos canais para a aquisição desses alimentos na cidade do Rio de Janeiro influenciou o encerramento das atividades da Coonatura. Por outro lado, atores vinculados a essas experiências buscaram impulsionar suas iniciativas através da construção de arranjos de comercialização, possibilidade que foi se abrindo com a entrada de novos atores no setor no final dos anos 1990.

Em 1997, duas sócias da ABIO, que possuíam unidades produtivas em diferentes comunidades rurais de Nova Friburgo, tentaram estruturar um canal de comercialização em parceria com uma das unidades da rede varejista Zona Sul, instalada na cidade do Rio de Janeiro. Essa experiência, no entanto, durou apenas alguns meses. Ainda no primeiro mês, a sócia fundadora da ABIO desistiu¹⁴³. A outra produtora, Jovelina, também acabou

¹⁴³ Após esta experiência, a produtora desativou seu sítio e voltou a residir na cidade do Rio de Janeiro, tendo um papel central no processo de construção do CCFO nos anos 2010, como veremos na sequência.

desistindo, entendendo que conciliar a demanda de entregas no Rio de Janeiro e as atividades produtivas era inviável naquele momento. Dessa forma, Jovelina passou a comercializar sua produção através de outros canais e redes de supermercados localizados em Nova Friburgo, conforme analisaremos mais à frente.

Em fins da década de 1990, um agrônomo da EMATER com atuação no município de São José do Vale do Rio Preto, que há anos vinha desenvolvendo um trabalho com vistas a disseminar a agricultura orgânica no município, procurou Jovelina, com o objetivo de comercializar em conjunto a produção de agricultores do município. Nesse diálogo, observaram que a logística seria extremamente onerosa, sendo mais viável escoar diretamente a produção dos agricultores do município de São José para redes de supermercado da Região Metropolitana do Estado. Esta ideia instigou a formação da Associação Horta Orgânica, formalizada em 1999.

A partir desse momento, a Horta Orgânica passou a comercializar a produção de agricultores orgânicos de São José¹⁴⁴ e de Petrópolis, principalmente da comunidade do Brejal. Em fins da década de 1990, Paulo Aguinaga, idealizador da primeira experiência em agricultura de base ecológica do Brejal também havia estruturado a Bio Hortas, uma pequena empresa que buscava comercializar parte da produção de agricultores da comunidade com lojas especializadas em produtos naturais e restaurantes instalados na cidade do Rio de Janeiro. A empresa, no entanto, acabava comercializando apenas uma pequena parte da produção dos agricultores da comunidade. Sendo conhecido dos fundadores da Horta Orgânica¹⁴⁵, Paulo Aguinaga foi convidado para fazer parte da associação e fortalecer a articulação com os produtores da comunidade do Brejal.

A Horta Orgânica, como destacam seus fundadores, foi importante para estimular a disseminação da agricultura orgânica nos municípios de São José do Vale do Rio Preto e Petrópolis, especialmente da comunidade rural do Brejal. Esta iniciativa recolhia a produção nas unidades de agricultores associados, higienizava, embalava e rotulava estes produtos em sua sede, para depois escoar para redes de supermercado da cidade do Rio de Janeiro. Na primeira metade da década de 2000 estavam articulados à associação 67 famílias de agricultores, 48 do município de São José e 19 de Petrópolis (Felippe, 2017).

¹⁴⁴ Município vizinho à Petrópolis, que se emancipou em 1987, incorporando partes do território de Petrópolis e Teresópolis.

¹⁴⁵ Devido a terem feito parte do grupo de estudantes da UFRRJ que deu início ao GAE e manterem contato ao longo de todo estes anos.

No final da década de 1990 também foi criada a empresa Agrinatura, que se constituiu no setor de comercialização de produtos orgânicos da empresa de assistência técnica Agrosuisse. A Agrinatura visava adquirir a produção de agricultores orgânicos de Teresópolis, Nova Friburgo e localidades vizinhas, e comercializá-la através de redes varejistas instaladas na Região Metropolitana do Estado, conforme destacou um de nossos entrevistados, que esteve à frente dessa iniciativa e que havia instalado unidade de produção em agricultura de base ecológica em Teresópolis no início da década de 1980.

A construção desses arranjos de comercialização com os supermercados, passou a se constituir, assim, em estratégia para ampliar escala e disseminar experiências em agricultura de base ecológica na Região Serrana Fluminense. A construção destes novos canais de comercialização era ainda mais importante devido à crise vivenciada pela Coonatura e de encerramento das atividades de comercialização no âmbito da ABIO.

A partir de meados da década de 2000, no entanto, a comercialização com redes de supermercados da Região Metropolitana do Estado começou a apresentar sérios problemas. Nesse período, empresas de São Paulo passaram a comercializar produtos orgânicos com estas redes varejistas, praticando preços bem menores que os das iniciativas instaladas no Rio de Janeiro. Os produtos de São Paulo chegavam aos supermercados do Rio, por exemplo, pelo mesmo valor que a Horta Orgânica pagava aos agricultores associados, isso antes de realizarem a higienização, embalagem, transporte e distribuição da produção, como aponta Paulo Aguinaga¹⁴⁶. A entrada desses novos atores fortalecia, ainda mais, as pressões colocadas pelas redes varejistas, a exemplo do não pagamento aos produtos que restavam nas prateleiras e das exigências por preços promocionais.

Dessa forma, até fins da década de 2000, esses canais de comercialização com as redes varejistas situadas na Região Metropolitana do Estado foram encerrados. A empresa Agrinatura e a Associação Horta Orgânica encerraram suas atividades de comercialização. A empresa Bio Hortas se mantém até a atualidade, mas com volume reduzido de comercialização, através de lojas especializadas em produtos naturais e restaurantes instalados na cidade do Rio de Janeiro.

¹⁴⁶ Um técnico da Emater, que esteve diretamente envolvido com a experiência da Horta Orgânica nesse período, considera que as empresas de São Paulo podem ter realizado “*dumping*”, com o objetivo de inviabilizar as marcas das distribuidoras com sede no Rio de Janeiro, como também aponta em sua dissertação de mestrado (Felippe, 2017: 77).

Em Petrópolis, como aponta Paulo Aguinaga, pioneiro nas experiências em agricultura de base ecológica no município e que esteve à frente da articulação com a Associação Horta Orgânica, este processo levou a uma “séria crise financeira entre agricultores orgânicos (...) foi uma desilusão geral”. A já mencionada produtora orgânica de Nova Friburgo, Cristina Ribeiro, que esteve na direção da ABIO desde a década de 1980, considera que: “essa experiência com o supermercado foi horrorosa. Horrível! Acabou com a gente (...). Quebrou todo mundo!”. Ela se recorda que em fins da década de 1990 recebeu a visita de dois funcionários da Agrinatura, conhecidos seus, que a instigaram a plantar: “disseram: ‘não, você planta que nós vamos comprar’”. Isto a levou a ampliar sua produção: “aí eu plantei. Eu lembro de olhar pro meu sítio e estar tudo plantadinho”. No entanto, a comercialização com a Agrinatura não foi viabilizada, o que motivou encerrar sua atividade produtiva: “cadê que os caras apareceram para comprar. Aí eu falei assim: ‘acabou, não quero mais’. Eu perdi essa produção”.

Desta forma, atores envolvidos com estas iniciativas buscaram construir outros arranjos de comercialização, considerando que a articulação com redes de supermercados era inviável. A construção de feiras de comercialização direta passou a se constituir, para esses agentes, uma estratégia central a partir desse momento.

Outros produtores orgânicos da Região Serrana Fluminense, no entanto, ampliaram significativamente sua escala de produção a partir de sua inserção em arranjos de comercialização com redes de supermercados e lojas especializadas. Mesmo que a atuação nesse tipo de canal de comercialização não se inscreva entre os objetivos que instigaram a estruturação dessas experiências no período inicial, como destacam seus idealizadores¹⁴⁷, a proposta de ampliar a produção a partir desse período, juntamente com a implantação de unidades de beneficiamento e estrutura de distribuição próprias, além da contratação de equipes de trabalhadores, parece ter se afirmado a partir da reconfiguração no mercado de produtos orgânicos impulsionada pelo processo de institucionalização deste setor.

A partir de fins da década de 1990, os protagonistas dessas iniciativas começaram a estruturar empresas a partir de suas experiências em agricultura de base ecológica, construindo marcas próprias de produtos orgânicos. Uma das experiências que seguiu

¹⁴⁷ Os proprietários de duas destas iniciativas, por exemplo, salientam que a estruturação das mesmas, em fins da década de 1980, foi centralmente motivada pela ideia de garantirem uma alimentação saudável a suas famílias, sendo aventada a possibilidade de ampliarem sua produção a partir da construção de arranjos de comercialização com redes de supermercados.

essa trajetória foi a de Jovelina, que havia participado da construção do arranjo de comercialização com a rede varejista Zona Sul em 1997. Ao repassar esse contato comercial para outra experiência, instalada Petrópolis, Jovelina começou a comercializar sua produção com uma das redes de supermercado do município de Nova Friburgo, em que seu sítio estava instalado. Ao longo da década de 2000 essa iniciativa foi sendo ampliada, passando a envolver outros supermercados de Nova Friburgo, lojas especializadas em produtos naturais e restaurantes. No período mais recente também passou a entregar cestas domiciliares, além de se manter na feira organizada na cidade.

Atualmente Jovelina, antiga sócia da ABIO, considera que os arranjos de comercialização com redes de supermercado são de crucial importância para dinamizar a agricultura orgânica. Em comparação com a estratégia de criação de feiras: “eu sempre fui a favor do supermercado. Porque são menos pontos para entregar e é onde a dona de casa converge”.

A comercialização de alimentos orgânicos com redes de supermercados também parece ter sido importante na trajetória de outras experiências em agricultura de base ecológica que haviam sido criadas na Região Serrana Fluminense em anos anteriores e que ampliaram significativamente sua produção a partir de fins da década de 1990, processo em que também se organizaram enquanto empresas. Merecem destaque, neste sentido, as trajetórias do Sítio do Moinho, instalado em Petrópolis, e da Fazenda Vale das Palmeiras, em Teresópolis.

Até meados da década de 2000, estas duas iniciativas tiveram como principal canal de comercialização redes de supermercados instaladas na Região Metropolitana do Estado. A partir de meados desta década passaram a instalar lojas próprias na cidade do Rio de Janeiro, especializadas em produtos orgânicos. No período mais recente, também passaram a realizar entregas domiciliares para seus clientes, articulando a distribuição de produtos orgânicos de outras regiões do país.

Já o Sítio Cultivar, de Jovelina, após encerrar as transações com a rede de supermercados Zona Sul, ainda em fins da década de 1990, passou a articular o escoamento de sua produção com supermercados da cidade onde está instalado seu sítio, ampliando significativamente esse arranjo nos anos seguintes. Além da comercialização de sua produção com redes de supermercados do município, esta iniciativa foi se consolidando em um importante canal de comercialização para outros produtores orgânicos do município de Nova Friburgo.

Ao longo dos anos essas iniciativas foram afirmando marcas próprias no mercado de orgânicos, que parecem ter se constituído como uma importante mediação em suas interações com consumidores. Como pontua Jovelina, do Sítio Cultivar: “ao longo destes anos a gente foi afirmando uma marca. Aqui na cidade, hoje em dia, todo mundo conhece a gente, sabem da qualidade de nossos produtos. Então, os consumidores procuram o nosso selo, tem confiança, sabem o que estão comprando”.

Figura 22 - Produtos Sítio Cultivar, Sítio do Moinho e Vale das Palmeiras.



Fonte: Site das iniciativas Sítio Cultivar, Sítio do Moinho e Fazenda Vale das Palmeiras.

Em torno de suas marcas, essas iniciativas parecem ter buscado afirmar certos referenciais, em que parece se destacar a ideia de articular a produção de alimentos orgânicos de qualidade com preservação ambiental. Recorrentemente, as iniciativas mencionadas, apontam a qualidade e a preservação ambiental como parte de sua missão: “ser uma referência na produção de orgânicos, (...) qualidade de vida, eficiência e respeito ao ambiente”¹⁴⁸; “produzir, promover e comercializar produtos orgânicos, objetivando

¹⁴⁸ Visão Fazenda Vale das Palmeiras: <https://www.valedaspalmeiras.com.br/>

sempre um padrão de excelência”¹⁴⁹, “produzir alimentos orgânicos com excelente qualidade, preservando nossas águas e solos e trazendo mais vida para toda a sociedade”¹⁵⁰. Esse projeto, ao que tudo indica, encontra-se relacionada aos arranjos de comercialização em que estas iniciativas foram se articulando, em que a qualidade dos produtos parece ser um elemento fundamental nas interações entre os diferentes atores envolvidos.

Importante observar que essas iniciativas, que concebemos serem expressão de projetos de “empreendedorismo sustentável”, também foram se constituindo em importante canal de comercialização para outros produtores orgânicos. Merecem destaque, neste sentido, as iniciativas instaladas em Nova Friburgo e Petrópolis, que passaram a comercializar, através de suas marcas, parte da produção de outros produtores orgânicos. O Sítio do Moinho, por exemplo, passou a se constituir em importante canal para agricultores da comunidade do Brejal a partir de fins da década de 1990, contexto de crise da Coonatura. Alguns desses agricultores mantêm este canal de comercialização até a atualidade. O mesmo parece ter ocorrido com o Sítio Cultivar, pois em 2019 menos de 5% de sua produção era comercializada via feira do município. Entretanto, a participação na feira facilita a articulação com os demais agricultores orgânicos do município, dos quais adquire produtos para comercializar em outros canais. Importante observar, nesse sentido, que em entrevistas realizadas com agricultores orgânicos do município de Nova Friburgo, a importância desse arranjo de comercialização também foi destacada. A produtora Claudia, por exemplo, que passou a produzir orgânicos em propriedade da família no município em 2015, salienta este como sendo o segundo canal de comercialização mais importante para viabilizar sua iniciativa.

Os canais de comercialização em que as iniciativas aqui analisadas se inserem e a importância de produtos diferenciados, ao que tudo indica, também tem motivado um posicionamento crítico por parte de seus idealizadores em relação a outras formas de produção que tem buscado, de diferentes formas, imprimir a ideia de sustentabilidade em seus produtos. A inserção desses produtores-empresendedores da agricultura orgânica nas redes varejistas, disputando a atenção dos consumidores por produtos diferenciados, também tem gerado um movimento de crítica por parte de seus idealizadores em relação a outras formas de produção que não estão associadas diretamente à agricultura orgânica,

¹⁴⁹ Propósito Sítio do Moinho: <https://sitiodomoinho.com.br/o-sitio-do-moinho/o-sitio-do-moinho-produtos-organicos>

¹⁵⁰ Missão Sítio Cultivar: <https://sitiocultivar.com.br/sobre/>

mas buscam imprimir a ideia de sustentabilidade em seus produtos. A produção de hortaliças hidropônicas é emblemática nesse sentido, como observa Jovelina do Sítio Cultivar, que também destaca o papel que organismos certificadores reconhecidos podem ter em relação a estas diferentes formas de produção¹⁵¹. A preocupação em relação às confusões que podem surgir entre consumidores acerca do que representa um alimento ser rotulado como “orgânico”, “natural” ou “hidropônico”, ao que tudo indica, têm ganhado destaque em diferentes espaços, como podemos observar em artigo veiculado por site especializado na temática: “Não confunda: hidropônico não é orgânico”¹⁵².

A comercialização de orgânicos através redes de supermercados também passou a interessar empresas especializadas no período mais recente. Em 2016, uma das maiores empresas especializadas no beneficiamento e comercialização de hortaliças com redes de supermercados do estado e do país, instalada no município de Teresópolis, criou uma linha específica de orgânicos, atualmente trabalhando também com a produção de três agricultores orgânicos do município, atividade em que pretendem expandir sua atuação nos próximos anos, como destaca representante responsável pelo setor.

4.4 – ABIO: certificação participativa e Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO)

Após fechar o entreposto da Cobal, a ABIO ficou um longo período sem se envolver diretamente com a comercialização da produção de seus associados, só voltando a atuar nesse sentido a partir de 2010, com a criação do CCFO. Ainda na primeira metade da década de 1990, a associação passou a trabalhar na certificação da produção de seus associados. A atuação como certificadora levou a ABIO a aprofundar sua intervenção em diferentes arenas de debate relacionadas aos marcos regulatórios em agricultura orgânica, que passaram a ser implementados a partir da segunda metade da década de 1990.

Ao longo desses anos, a ABIO foi ampliando seu espaço de atuação como organismo certificador, incorporando associados de diferentes municípios do Rio de Janeiro. Em 1998 estavam articulados à associação 74 produtores, distribuídos em 12 municípios. Em 2010, já eram 137 produtores associados com atuação em 28 municípios do estado (Siqueira, 2017).

¹⁵¹ A produtora enfatiza seu descontentamento frente a intenção da certificadora IBD em criar uma linha de certificação específica para produtos produzidos através de hidroponia.

¹⁵² <http://planetaorganico.com.br/site/index.php/nao-confunda-hidroponico-nao-e-organico/>.

Do início da década de 1990 até 2010, a ABIO viabilizou a certificação de seus sócios através do formato de certificação por auditoria, com técnicos contratados realizando visitas de inspeção junto aos produtores. Após o reconhecimento do Sistema Participativo de Garantia (SPG) pela legislação brasileira, em 2007, a ABIO decidiu, por meio de assembleia, registrar-se como OPAC no MAPA. Em 2010, a associação recebeu seu credenciamento como OPAC e a certificação de seus associados passou a ser organizada a partir de grupos de SPG.

Sócios fundadores da ABIO ressaltam que desde o início da trajetória da associação, os sistemas de produção agrícola manejados pelos sócios eram averiguados por meio de sistema participativo. Esse formato de certificação foi alterado a partir das exigências impostas pelos marcos regulatórios relacionados à agricultura orgânica implantados no Brasil. A partir de 2002, alguns sócios da ABIO participaram ativamente das discussões em relação aos formatos de certificação reconhecidos pela legislação brasileira. Através da participação no Grupo de Agricultura Orgânica (GAO) contribuíram para que a legislação passasse a reconhecer o Sistema Participativo de Garantia.

A participação nos debates sobre marcos regulatórios em agricultura orgânica, especialmente a partir de 2002, parece ter motivado discussões no âmbito da ABIO acerca dos formatos de certificação e das perspectivas da organização em relação à agricultura orgânica. No início da década de 2000 esses debates culminaram na realização de um seminário sobre a temática, que embasou a construção de um novo Caderno de Normas Técnicas da ABIO, publicado em 2002. Nesse caderno é salientada a perspectiva da associação em relação a agricultura orgânica:

O que se busca é a autonomia do pequeno agricultor (...). Dessa forma, uma unidade produtiva certificada pela ABIO deverá necessariamente atender a critérios de justiça social que garantam que os frutos da atividade agrícola sejam compartilhados. (...) Sistemas produtivos econômica e ecologicamente sustentáveis, ao mesmo tempo que socialmente justos, são uma busca incessante e uma meta em constante revisão.

O sistema participativo de garantia, ao que tudo indica, também contribuiu para a significativa expansão no quadro de sócios da ABIO a partir de 2010 e incorporação de produtores de outros municípios do Rio de Janeiro. Em 2018, a ABIO já certificava 612 produtores associados, distribuídos em 64 municípios do estado (Cadastro Nacional de Produção Orgânica – MAPA, 2018).

Esse processo também impulsionou debates em relação à certificação em agricultura orgânica expressa no Caderno de Regulamentos Técnicos da Produção Orgânica, publicado pela ABIO em 2016. Este caderno foi construído devido às mudanças impulsionadas na estrutura da organização em função da criação do SPG, merecendo destaque as preocupações relacionadas ao controle social dos processos de certificação. Ao mesmo tempo, o documento expressa princípios e normas da associação, sendo emblemática a compreensão do que é a agricultura orgânica no âmbito da associação:

O princípio fundamental da agricultura orgânica é a oferta de alimentos saudáveis, produzidos sem o uso de produtos e práticas que possam contaminá-los e colocar em risco o meio ambiente e a saúde do produtor, do trabalhador e do consumidor. Mas a prática da agricultura orgânica exige mais do que trocar adubos químicos e agrotóxicos por produtos permitidos pela legislação. O produtor orgânico deve sempre se questionar se as suas práticas de produção e de comercialização estão contribuindo para o *desenvolvimento sustentável* da sua comunidade, da região onde vive e da sociedade como um todo. Desenvolvimento sustentável significa que: os recursos naturais são preservados para uso das gerações futuras; a produção gera resultados econômicos satisfatórios para todas as pessoas envolvidas; as pessoas envolvidas na produção e na comercialização têm qualidade de vida e bem estar; a cultura, o modo de vida e os conhecimentos dos agricultores, produtores e extrativistas são respeitados. (...) A agricultura orgânica não se refere apenas às relações entre os seres humanos e a natureza. Ela afeta também as relações entre os próprios seres humanos. Por isso, os produtores orgânicos estão comprometidos com o respeito aos direitos e com a construção de relações justas e dignas entre os membros das famílias [homens, mulheres, idosos, jovens e crianças] e com os trabalhadores. Todos os envolvidos na produção e na comercialização de orgânicos buscam não só o cumprimento da legislação trabalhista, como: o respeito à tradição, à cultura e à organização dos trabalhadores; um ambiente de trabalho seguro e saudável; a capacitação dos trabalhadores; a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores.

Juntamente com a mudança no formato de certificação, a expansão no número de produtores orgânicos associados à ABIO, especialmente na Região Serrana Fluminense, parece ter sido impulsionada com a criação do CCFO.

Em 2006, a ABIO promoveu um seminário visando discutir os entraves enfrentados pela agricultura orgânica em seu desenvolvimento no estado do Rio de Janeiro. Nesse evento foram apresentados os resultados de pesquisa executada pela associação em parceria com a Embrapa Agrobiologia, na qual foi entrevistada grande parte dos produtores associados. Os dados da pesquisa demonstravam que a comercialização se constituía na principal dificuldade para os produtores orgânicos. Como estratégia para superar esse entrave, os participantes consideraram que seria fundamental a criação de novas feiras de comercialização direta, entendendo que este havia sido o melhor arranjo de comercialização que haviam experienciado até então.

Esta decisão, ao que tudo indica, era fortemente influenciada pelas dificuldades enfrentadas por estes atores na comercialização com redes de supermercado, sendo que grande parte dos produtores associados à ABIO haviam participado desse tipo de iniciativa entre fins da década de 1990 e meados da década de 2000. Esta experiência parece ter fortalecido certa aversão a estes arranjos de comercialização entre associados da ABIO, que consideravam que as redes varejistas estabelecem dinâmicas que comprometem a evolução das experiências em agricultura de base ecológica. Como aponta Cristina Ribeiro, diretora da associação:

eles [redes de supermercados] têm uma lógica que é a lógica da agricultura convencional. Lógica do CEASA: ‘eu quero’. Mas não tem [devido a sazonalidade da produção orgânica]. (...)’ O produto convencional ele vai no CEASA e compra. Não importa o preço, não importa de onde veio, não importa a qualidade intrínseca, de conteúdo. E ele coloca lá e vende. E ele queria assim também. ‘Não, eu quero encomendar alface, tomate, chuchu e não sei o que’ Aí você: ‘tá, tá aqui’. Aí daqui a pouco você não leva alface roxa. ‘Cadê a alface roxa’. ‘Não tem’. E eles não entendiam isso. (...) e é tanta, mas tanta forma de expropriar o produtor, que ficava impossível. Aí obriga a colocar código de barra. Um tal de enxoval, que é uma leva de mercadoria que você tem que dar de graça. A perda era toda do agricultor [produtos que estragam na prateleira]. Você deu dez alfaces e só vendeu oito, menos dois.

Assim, ao final do seminário realizado em 2006, os participantes decidiram que: “a gente tem que voltar para a origem. Esse negócio de supermercado não deu certo (...) vamos correr atrás de feiras”. A partir deste período integrantes da direção da ABIO passaram a envidar esforços para viabilizar a criação de novas feiras orgânicas na cidade do Rio de Janeiro, onde identificavam a existência de um consistente mercado consumidor. Essa estratégia só foi viabilizada, no entanto, a partir de 2010, com a criação do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO).

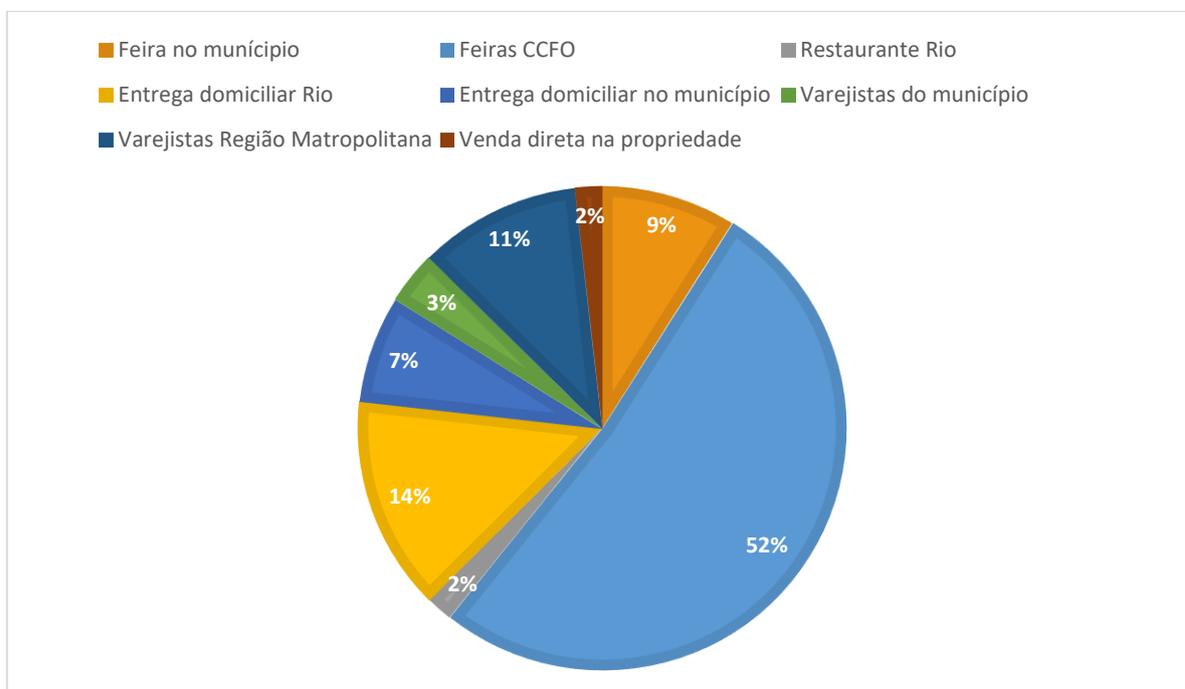
A estruturação de feiras orgânicas na cidade do Rio de Janeiro era inviabilizada por uma normativa municipal, que impedia a criação de novas feiras no município. Assim, através da participação nas discussões relacionadas aos marcos regulatórios de certificação orgânica no país, representantes da ABIO articularam com agentes do poder público municipal, especialmente a partir de relações estabelecidas com membros da Secretaria Especial de Desenvolvimento e Economia Solidária (SEDES), a construção do CCFO, conforme iremos aprofundar no Capítulo 5.

Inicialmente, a ABIO optou por começar com quatro feiras, todas em bairros da zona sul do Rio de Janeiro, em que consideravam já existir uma demanda mais expressiva por produtos orgânicos. Em 2013 o CCFO já contava com 10 feiras, sendo 8 na zona sul da cidade e 9 coordenadas pela ABIO. Os agricultores que comercializam nestas feiras,

como destaca Ferreira (2013: 86), eram: “provenientes, em sua maioria, dos municípios da Região Serrana do Estado”.

A criação do arranjo de comercialização em torno do CCFO, ao que tudo indica, foi de grande importância para o crescimento no número de produtores orgânicos na Região Serrana Fluminense, especialmente em Nova Friburgo e Petrópolis, como podemos observar pela sistematização de Planos de Manejo de produtores associados à ABIO, referentes aos anos de 2017 e 2018, e demais materiais coletados durante a pesquisa de campo. Entre os agricultores orgânicos de Petrópolis, 52% escoavam sua produção (toda ou em parte) através das feiras do CCFO:

Gráfico 7 - Canais de comercialização acessados por produtores orgânicos de Petrópolis.

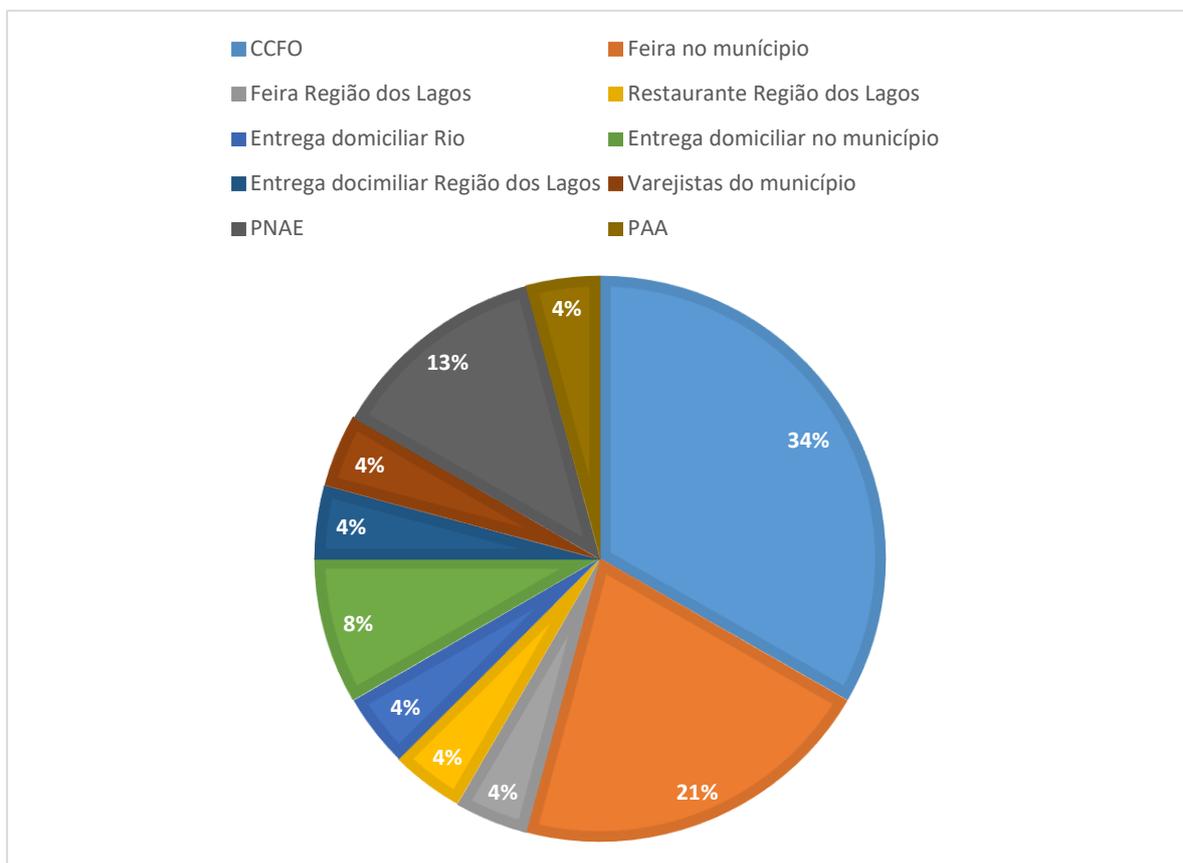


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de sistematização de Planos de Manejo de produtores associados à ABIO, referentes aos anos de 2017 e 2018, e materiais da pesquisa de campo.

Grande parte dos agricultores do município de Petrópolis passaram a se articular aos arranjos criados em torno do CCFO, a partir de grupos de comercialização que foram sendo formados, através dos quais escoam sua produção para a Região Metropolitana do Estado. Merece destaque, neste sentido, o coletivo formado em torno da empresa GP Orgânicos, estruturada no início de 2010 e que atualmente articula mais de trinta famílias de agricultores de diferentes localidades da comunidade do Brejal.

Em Nova Friburgo, podemos observar que 34% dos agricultores orgânicos do município escoam parte ou toda sua produção através das feiras do CCFO, sendo este o arranjo de comercialização mais importante entre produtores do município:

Gráfico 8 - Canais de comercialização acessados por produtores orgânicos de Nova Friburgo.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de sistematização de Planos de Manejo de produtores associados à ABIO, referentes aos anos de 2017 e 2018, e materiais da pesquisa de campo.

Em Nova Friburgo e Teresópolis, notamos que produtores orgânicos de origem urbana passaram a ter um papel de destaque na articulação de agricultores com arranjos de comercialização construídos em torno do CCFO. A exemplo da articulação realizada por um produtor que, em meados da década de 1990, estruturou um sítio em localidade próxima a Nova Friburgo. Em 2010, ele passou a fazer parte do CCFO e levar a produção de outros sete agricultores de localidades vizinhas, comercializando esta produção em suas bancas na feira do circuito. Para realizar esse trabalho, de organizar a produção, transportar e comercializar, o produtor cobra 40% do valor total dos demais agricultores,

repassando aos agricultores-fornecedores, um montante equivalente a 60% do valor obtido com as vendas.

Em Teresópolis, as feiras do CCFO são acessadas por um número menor de produtores, sendo esta articulação viabilizada, em grande parte, a partir das articulações entre produtores no âmbito da Associação Agroecológica, como veremos na seção subsequente.

Essas estratégias coletivas ancoradas em grupos de agricultores parecem ser de crucial importância no sentido de viabilizar a participação de um número mais amplo de agricultores da Região Serrana no arranjo de comercialização construído em torno do CCFO. A participação nas feiras realizadas na Região Metropolitana do estado envolve custos financeiros, especialmente para viabilizar o transporte, e significativa dedicação de tempo, tendo em vista as distâncias existentes entre espaços de produção e os locais de comercialização.

Participar das feiras na Região Metropolitana exige um significativo esforço e investimento de tempo e energia, como podemos observar pelo relato de Giovani Tartari, produtor orgânico do Terceiro Distrito de Nova Friburgo que, a partir de 2012, participa de duas feiras do CCFO. Dois dias por semana Giovani sai às duas horas da madrugada de sua unidade produtiva para comercializar produtos nas feiras na cidade do Rio de Janeiro. Em 2015 Tartari percebeu que trabalhar sete dias por semana não era seu objetivo quando deu início a sua experiência em agricultura de base ecológica no início da década de 1980: “eu percebi que não era aquele o estilo de vida que eu tinha escolhido quando vim para cá”. Para lidar com esta situação, passou a contratar dois funcionários temporários e tirar um dia de folga por semana.

Ao mesmo tempo, a distância existente entre as unidades produtivas dos agricultores e os espaços de comercialização poderia dificultar a construção de laços de confiança entre produtores e consumidores. Nesse sentido, tivemos a oportunidade de observar, ao longo da pesquisa, a construção de estratégias instigantes no âmbito de alguns grupos de agricultores que comercializam em feiras do CCFO. O GP Orgânicos, por exemplo, anualmente articula excursões de consumidores das feiras do CCFO às unidades produtivas de agricultores do Brejal, com vistas a fortalecer relações de confiança entre consumidores e produtores.

O crescimento no número de sócios da ABIO registrado nos últimos anos, impulsionado pela construção do CCFO, parece ter motivado a emergência de algumas controvérsias no âmbito da associação, especialmente no tocante às transformações

sociais e culturais que a organização pretende promover em articulação com os processos de transição socio-técnica. Como destaca uma das sócias fundadoras da ABIO, entre os idealizadores da associação “o interesse comercial era muito pouco. Tinha também. Mas depois, os que foram chegando, eu não sei te dizer até que ponto tinha um envolvimento com o movimento, com a ideologia e até que ponto era um interesse comercial”. Mesmo reconhecendo que estas “duas coisas se confundem um tanto”, a questão gera algum nível de preocupação entre parcela dos associados, que consideram que a ABIO não deve se restringir à organização de canais de comercialização de produtos diferenciados para segmentos da população com maior poder aquisitivo. Esses posicionamentos divergentes, que passaram a se explicitar no âmbito da associação nos últimos anos, parecem se expressar de diferentes formas.

Emblemáticas, nesse sentido, parecem ser as discussões em relação a espacialização e preços praticados nas feiras do CCFO, relativamente mais altos, atendendo a um público de classe média alta da zona sul da cidade do Rio de Janeiro, residente em bairros nobres da cidade. Nos últimos anos, associados têm expressado a opinião de que as feiras deveriam se restringir aos bairros em que já ocorrem, não se expandindo para outras áreas da cidade, enquanto outros entendem que as feiras deveriam buscar garantir acesso a alimentos orgânicos para pessoas de diferentes classes sociais. Essa questão chegou, inclusive, a se expressar no processo das eleições para direção da associação em 2017.

Destarte estas controvérsias, ao longo dos anos as feiras do CCFO têm se expandido, ao menos em parte, para bairros mais periféricos da cidade do Rio de Janeiro. Um exemplo importante, neste sentido, é o da Feira Orgânica de Olaria, que passou a funcionar a partir de 2014, sendo a primeira implantada no subúrbio carioca. Nessa feira podemos observar uma ação extremamente instigante no sentido de popularizar o acesso a alimentos orgânicos, especialmente a partir da ação de integrantes do Centro de Integração na Serra da Misericórdia (CEM), que participam da feira desde seu início.

Através de sua participação na Feira Orgânica de Olaria, o CEM tem buscado desenvolver ações para promover de “alimentação agroecológica” entre moradores do complexo de favelas da Penha, território em que atua. Com o objetivo de facilitar o acesso da população mais vulnerabilizada economicamente aos alimentos comercializados na feira, buscaram manter um valor diferenciado nos produtos: “inicialmente as verduras eram R\$ 2,00. Até a atualidade o valor da feira orgânica é diferenciado”, como salienta uma das idealizadoras e dirigente do CEM. Ao mesmo tempo, passaram a realizar um

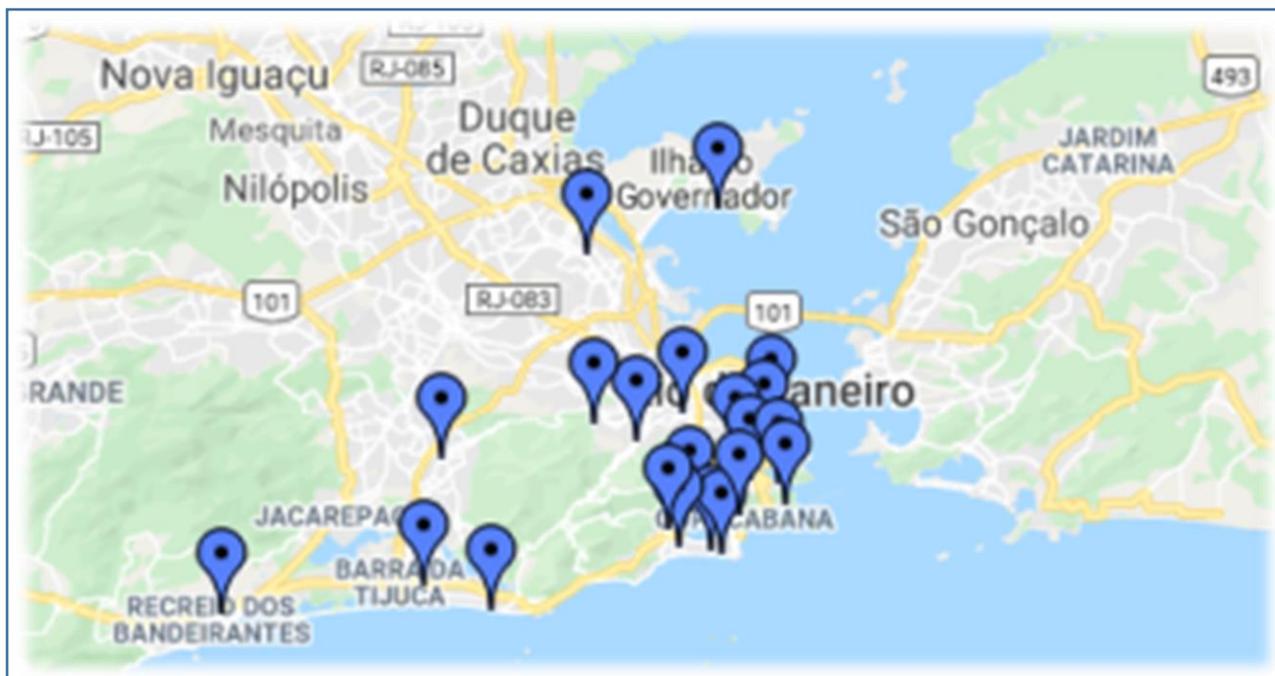
levantamento de preços em grandes redes de supermercados instaladas nessa região da cidade, salientando ao público que esses mesmos produtos estavam mais baratos na feira ou com o mesmo valor, através de tabelas comparativas divulgadas em cartazes e debatidas em rodas de conversa durante a feira.

Através da sua participação na gestão da Feira Orgânica de Olaria, para a qual foram convidados em 2015, integrantes do CEM também foram articulando com outros agricultores, com destaque para produtores orgânicos do Brejal, a doação de alimentos que restavam no final da feira, a serem destinados a famílias do Complexo da Penha, vulnerabilizadas economicamente e que não podiam adquiri-los. No processo de sensibilização de outros agricultores que participam da feira, salientavam a importância dessa ação para aproximar a comunidade da iniciativa. A partir desse momento, tem início a Xepa Orgânica, que “de xepa não tem nada, pois as verduras continuam com a mesma qualidade das comercializadas na feira”, como salientam integrantes de famílias que recebem as doações¹⁵³.

Atualmente, conforme podemos observar no mapa abaixo, mesmo que ainda esteja fortemente concentrado na zona sul do Rio de Janeiro, o CCFO é composto por 21 feiras distribuídas em diferentes bairros da cidade. Estão articulados às feiras do circuito mais de 200 produtores orgânicos, que atendem cerca de 5.000 famílias de consumidores. Segundo estimativas da ABIO, as feiras do CCFO movimentaram cerca de R\$ 10 milhões em 2018.

¹⁵³ A dirigente do CEM com quem tivemos a oportunidade de conversar destaca que esta ação teve início com a doação semanal de uma caixa de alimentos e, no período mais recente, estão sendo doadas entre três ou quatro caixas: “no início era só uma barraca que mandava, depois outras foram se animando e passaram a enviar verduras também. Na semana passada, recebemos uma caixa de banana e duas de verduras. Então, isso acontece até hoje”. A representante da entidade ressalta, ainda, que a “xepa orgânica foi muito positiva na questão de fortalecer os laços com a comunidade em relação à *comida de verdade*”.

Figura 23 - Mapa com localização das feiras do CCFO na cidade do Rio de Janeiro.



Fonte: <https://www.feirasorganicas.com.br/>

Além disso, a criação do circuito motivou um movimento que vem se estendendo por outras cidades da Região Metropolitana do estado, com a criação de feiras em outras cidades¹⁵⁴.

Como estratégia para enfrentar os tensionamentos em relação aos princípios que entidade busca cultivar, diretores da ABIO têm buscado estimular a organização de núcleos regionais, nos quais, dentre outras questões, pretendem estimular discussões acerca dessas questões¹⁵⁵. Com inspiração na experiência da Rede Ecovida, diretores da associação consideram que esses núcleos podem ter um papel extremamente importante. Como aponta a diretora executiva da associação, a estruturação dos núcleos tem por objetivo impulsionar maior “autonomia, mas com uma identidade. Não é um faz o que bem entende. É uma autonomia, descentralizar mesmo, mas com a cara da ABIO. É o que a gente pretende, temos que aprender lá com a Ecovida”.

Esse posicionamento também parece se expressar na definição de agricultura orgânica incorporada Caderno de Regulamentos Técnicos da Produção Orgânica, publicado pela ABIO em 2016, conforme observado anteriormente.

¹⁵⁴ Em Niterói, por exemplo, foram criadas mais duas feiras de produtos orgânicos, a partir de 2015.

¹⁵⁵ Estes núcleos, como aponta diretora executiva da ABIO, sempre constaram nos estatutos da associação, desde a sua fundação, mas nunca foram implementados.

Ao mesmo tempo, a dinâmica fomentada a partir da criação do CCFO e do Sistema Participativo de Garantia no âmbito da ABIO, parece ter sido de crucial importância para a expansão do número de agricultores orgânicos na Região Serrana Fluminense. Cerca de 92% dos produtores certificados como orgânicos pelo MAPA no município de Petrópolis estão articulados a esses arranjos de certificação e comercialização. Esse percentual alcança 99% dos produtores orgânicos existentes no município de Teresópolis e 67% de Nova Friburgo¹⁵⁶. Importante observar, ao mesmo tempo, que em articulação com essa dinâmica, outras iniciativas foram se constituindo, a exemplo da Associação Agroecológica de Teresópolis, que analisaremos na seção subsequente.

4.5 – Associação Agroecológica de Teresópolis: agroecologia e economia solidária em um arranjo de comercialização direta local

Em 2005 teve início a Feira Agroecológica no município de Teresópolis, formada por um grupo de produtores orgânicos, essencialmente de origem urbana, associados e certificados pela ABIO. Em 2007 a iniciativa foi oficializada, dando origem à Associação Agroecológica de Teresópolis (AAT). Desde então, as feiras promovidas pela AAT passaram a ocorrer semanalmente, nas quartas-feiras e sábados, em um espaço cedido pela prefeitura no centro da cidade.

A criação da Feira Agroecológica da AAT foi motivada, em grande medida, pelo objetivo de estruturar um arranjo de comercialização direta entre consumidores e agricultores orgânicos no próprio município. Um dos fundadores da AAT, Roberto Selig, relata que, a partir da estruturação do arranjo de comercialização construído pela ABIO no entreposto da Cobal e dos problemas que o mesmo envolveu¹⁵⁷, sentiu a necessidade de articular canais de comercialização no município em que residia e onde estava localizada sua unidade de produção: “eu vi que aquela coisa de descer pro Rio não dava certo. Tinha um custo financeiro e trabalho enormes. E quando eu resolvi sair do Rio para vir prá roça, não era essa a opção que eu tinha feito”. Ao longo da década de 1990 este mesmo produtor participou de diferentes iniciativas de comercialização em Teresópolis, gerenciando uma banca de produtos ecológicos junto com mais um produtor do município e participando de feiras convencionais, até que na primeira metade dos anos 2000 foi se

¹⁵⁶ Cálculo realizado com base nos dados do Cadastro Nacional de Produção Orgânica (CNPO/MAPA, 2018).

¹⁵⁷ A partir de fins da década de 1980 este produtor esteve à frente das ações de coleta da produção nas unidades produtivas de associados para levar até o entreposto.

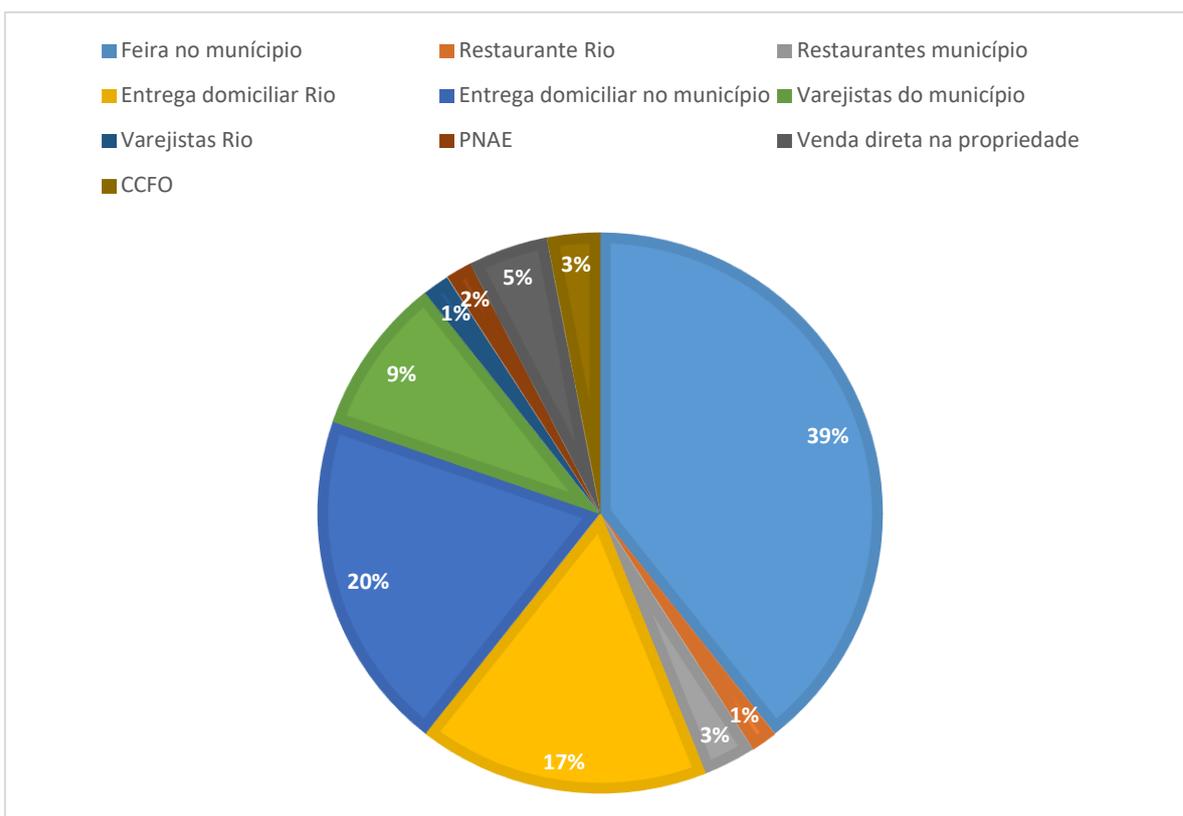
constituindo um grupo de pessoas interessadas na implantação de uma feira orgânica. Alguns desses atores haviam estruturado unidades de produção orgânica no município; outros desenvolviam experiências vinculadas a alimentação orgânica, a exemplo da confecção de sucos e pães. Resolveram, por esse motivo, dar início à feira.

Ao longo dos anos as feiras da AAT foram se consolidando, por diferentes fatores, na mais consistente iniciativa de comercialização direta entre produtores orgânicos e consumidores nos municípios da região analisada¹⁵⁸. Desde 2010, um número crescente de produtores passou a se articular à associação. Alguns eram de origem urbana; outros tinham uma trajetória vinculada à agricultura familiar existente no município.

Atualmente estão articulados à AAT mais de 30 produtores orgânicos de Teresópolis, sendo esta iniciativa um dos principais arranjos de comercialização para agricultores orgânicos do município, como podemos observar pela sistematização de Planos de Manejo de produtores associados à ABIO, referentes aos anos de 2017 e 2018, e demais informações coletadas ao longo da pesquisa de campo:

¹⁵⁸ A primeira feira de orgânicos em Nova Friburgo foi criada em 1985, conforme pontuado anteriormente. Ao longo dos anos esta iniciativa sofreu grandes oscilações, passando também por mudanças no que diz respeito ao seu local de realização. Alguns produtores orgânicos de Nova Friburgo passaram a vender seus produtos no Mercado Municipal, no centro da cidade, ao longo da década de 2000. Por um período, a feira parou de funcionar, mas em 2009 foi retomada. Após a tragédia ambiental ocorrida em 2011, a feira foi paralisada novamente, sendo retomada em 2012. Atualmente a feira é realizada semanalmente, com cerca de seis barracas de produtores, na Praça do Suspiro, no centro da cidade. Importante observar que o espaço das feiras também é tido por alguns produtores como de suma importância para o diálogo com os consumidores. Em meados da década de 2000 também foi implantada uma feira de orgânicos no município de Petrópolis (Fonseca, 2009). Em 2017 essa iniciativa foi expandida mantendo-se, até o momento atual, a feira de produtores orgânicos no centro da cidade. Entretanto, o que motivou um significativo avanço no número de produtores orgânicos em Petrópolis nos últimos anos foi a criação do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas.

Gráfico 9 - Canais de comercialização acessados por produtores orgânicos de Teresópolis.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de sistematização de Planos de Manejo de produtores associados à ABIO, referentes aos anos de 2017 e 2018, e materiais da pesquisa de campo.

Importante notar, ainda, que as feiras da AAT contribuem, também, para a articulação de outros canais de comercialização. Agricultores da associação que participam do CCFO também escoam parte da produção de outros associados. Importante observar, nesse sentido, que apesar de apenas 3% dos produtores vinculados a AAT participarem do CCFO, este circuito tem uma importância significativa entre seus associados. Além disso, desde 2018, agricultores associados também passaram a escoar parcela de sua produção para a alimentação escolar, participando de chamadas do PNAE. Nos últimos anos integrantes da AAT também passaram a escoar parte de sua produção através da venda de cestas de produtos orgânicos via internet, com entregas em domicílio em Teresópolis e municípios da Região Metropolitana. Integrantes da AAT têm, ainda, escoado parte de sua produção para restaurantes de Teresópolis e da cidade do Rio de Janeiro. Podemos observar, nesse sentido, que a AAT foi se consolidando em importante organização articuladora de diferentes arranjos de comercialização para seus associados, em que as feiras possuem um papel de crucial importância.

Importante observar que, através da AAT, seus associados buscam articular princípios da agroecologia e economia solidária, conforme salientado no estatuto da associação, que aponta que um de seus principais objetivos: “é incentivar e promover a agroecologia e a economia solidária” (Estatuto da AAT, 2007). Essa postura, ao que tudo indica, se expressa em diferentes espaços organizados pela associação, através de interações estabelecidas nas próprias feiras e das discussões desenvolvidas no âmbito do grupo de SPG da AAT.

Em sintonia com esses princípios, além de um espaço de comercialização, a feira da AAT busca se constituir como um espaço diferenciado de comercialização, articulando comercialização, manifestações culturais, palestras, entre outras formas de interação entre produtores e consumidores de alimentos orgânicos. Nesse sentido, produtores que participam da AAT salientam que um diferencial das feiras é a relação com os consumidores. Na compreensão desses produtores, as interações face a face permitem que as trocas extrapolem em muito a comercialização de alimentos, viabilizando relações de amizade e confiança. Como aponta um dos fundadores da feira: “é uma relação de amizade, de confiança, toda semana a gente se encontra ali e conversa, troca”. Nas feiras nos sábados são realizadas, ainda, apresentações culturais, buscando criar um ambiente de interação familiar com os participantes, o que faz com que a feira, como aponta produtor associado, seja: “uma extensão da nossa casa”.

Da mesma forma, a partir de 2010 a AAT passou a se constituir como um dos grupos vinculados ao SPG da ABIO, tendo sido apontada, por muitos de nossos interlocutores nessa pesquisa, especialmente por integrantes da direção da ABIO, como um dos exemplos mais relevantes. No grupo de SPG organizado em torno da AAT foi se afirmando uma instigante dinâmica em relação aos processos de construção do conhecimento, conforme ressaltado por diferentes atores. Nas reuniões quinzenais realizadas após as feiras de sábado, tivemos a oportunidade de perceber que os debates sobre questões técnico-produtivas acabam tendo um importante espaço, em que a proposta de articular o atendimento aos preceitos da legislação orgânica à ideologia agroecológica também é frequentemente salientada, seja no sentido de problematizar a transição do conjunto das atividades desenvolvidas por cada produtor, seja no sentido de valorizar conhecimentos tradicionais de atores com origem na agricultura familiar.

O arranjo construído em torno do SPG da AAT parece ter sido impulsionado a partir de uma nova nucleação envolvendo subgrupos de produtores, baseada na proximidade geográfica das comunidades rurais em que estão inseridos. Essa proposta

teve origem na troca de experiência com atores vinculados à Rede Ecovida, a partir da participação de dois associados da AAT no Encontro Nacional de Agroecologia (ENA)¹⁵⁹, realizado em Juazeiro em 2014. Esse processo, como aponta sócio fundador da AAT, estimulou: “uma dinâmica de trocas bem bacana, fortalecendo os intercâmbios e visitas entre produtores que estão mais próximos uns dos outros”.

Ao mesmo tempo, observamos que nas reuniões do grupo de SPG da AAT são recorrentes as discussões sobre a necessidade de se observar as normas da agricultura orgânica, exigidas pela legislação, mas, também, e principalmente, a “ideologia agroecológica”, concebida como um dos princípios dos associados. Nesse sentido, podemos observar nas reuniões da associação que a ideia de uma “ideologia agroecológica”, citada por parte dos membros, era associada, em termos mais concretos, à necessidade de se observar questões ambientais de forma mais ampla, a exemplo do uso desnecessário de madeiras em edificações ou uso de plástico em produções protegidas, como também frente à possibilidade de se doar cestas de produtos a pessoas que viessem a realizar funções para o grupo, com vistas a sensibilizar e aproximar estas pessoas da “causa”.

Associados da AAT também têm estabelecido importantes articulações com diferentes atores que acabam fortalecendo significativamente a iniciativa. Merecem destaque, nesse sentido, as interações com pesquisadores da Embrapa NPTA e da Embrapa Agrobiologia, como também da Pesagro. Através dessas articulações, por exemplo, um grupo de produtores conseguiu viabilizar assistência de pesquisadores da Embrapa Agroindústrias para adequar sua experiência de beneficiamento de mandioca.

Além disso, atores vinculados à associação também participam de diferentes arenas de discussão em âmbito municipal, que acabam fortalecendo expressivamente a iniciativa. Merece destaque, nesse sentido, a cadeira mantida pela entidade no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) de Teresópolis. A partir dessa participação, por exemplo, a associação fortaleceu uma série de articulações que lhe permitiu garantir a permanência em seu principal espaço de comercialização, concedido pela prefeitura e ameaçado nos anos de 2014 e 2016.

¹⁵⁹ A participação desses dois integrantes no encontro foi articulada através da equipe do projeto de ATER, executado pela Cooperativa CEDRO, que havia sido contratada pelo MDA para atender 900 famílias de agricultores na Região Serrana, conforme iremos abordar na sequência deste capítulo. Foram disponibilizadas duas vagas para integrantes da regional serrana da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro no ônibus que levaria a comitiva carioca para o IV ENA. Ao serem contatados pela direção executiva da AARJ, a equipe de ATER indicou e articulou os dois jovens da AAT, que tiveram interesse em participar do Encontro.

A expansão do número de associados nos últimos anos, no entanto, também tem motivado algumas preocupações entre associados da AAT, especialmente entre sócios fundadores. O receio de que a associação não passe a ser considerada apenas uma estratégia para viabilizar a certificação orgânica com menores custos ou simplesmente como um espaço para comercialização da produção, por novos agricultores que venham a se associar. Como apontam associados vinculados à direção da associação é preciso cultivar: “esta relação com a nossa causa, da agroecologia, da agricultura orgânica, da preocupação com as relações humanas”.

Observações finais do capítulo

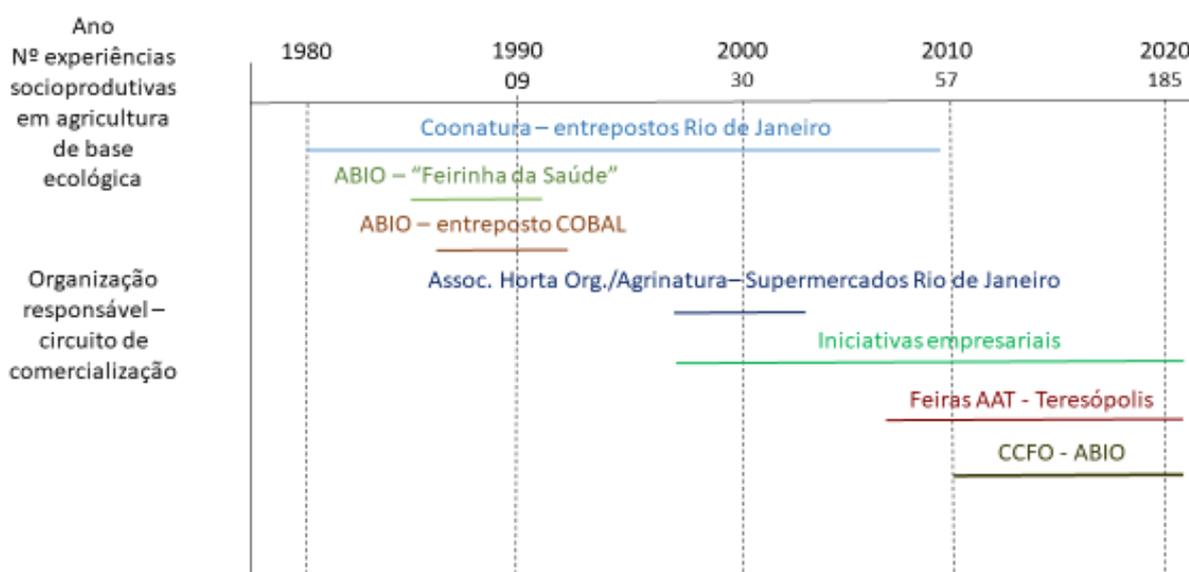
Neste capítulo analisamos a trajetória de organizações que, ao longo do tempo, foram sendo estruturadas por atores envolvidos com experiências socioprodutivas que buscaram incorporar preocupações ambientais na Região Serrana Fluminense. Essas organizações estão associadas a diferentes projetos coletivos através dos quais esses atores buscaram fortalecer processos de transição agroecológica, desencadeando e articulando, em maior ou menor medida, ações em diferentes dimensões do *sistema agri-alimentar*. Ao longo dessa trajetória é possível identificar a emergência de diferentes formatos organizativos incluindo: uma cooperativa de consumidores e produtores, associações de agricultores, empresas, grupos informais, uma OPAC (e os grupos de SPG) a ela associados, que tiveram um papel relevante para fortalecer as experiências socioprodutivas neste espaço.

Percebemos que estas organizações foram assumindo diferentes papéis com desdobramentos diversos ao longo do tempo. Algumas acabaram, por exemplo, se envolvendo com processos de construção do conhecimento e discussões sobre marcos regulatórios em agricultura orgânica, enquanto outras tiveram um foco de ação mais restrito, estando relacionados à atuação em canais de comercialização específicos.

As ações desenvolvidas por essas organizações em relação à construção de mercados foi, ao que tudo indica, de fundamental importância para assegurar a continuidade dos processos de transição agroecológica ao longo dos anos na Região Serrana Fluminense. Seja através de canais de comercialização “alternativos” ou em articulação com circuitos comerciais já existentes, estas ações foram de suma importância para que as experiências socioprodutivas pudessem avançar, superando vários desafios e vivenciando, sobretudo no período mais recente, um movimento de expansão. No gráfico

abaixo buscamos ilustrar a relevância da articulação a canais de comercialização, impulsionados por diferentes organizações, em relação as experiências socioprodutivas em agricultura de base ecológica:

Gráfico 10 - Experiências socioprodutivas em agricultura de base ecológica e canais de comercialização.



Fonte: Produzido pelo autor a partir de entrevistas, dados do CNPO/MAPA, sistematização de Planos de Manejo de agricultores orgânicos associados à ABIO e Siqueira (2017).

O papel estratégico que a comercialização assumiu no processo de ampliação e disseminação de experiências em agricultura de base ecológica na Região Serrana também parece ter motivado a emergência de um conjunto de tensões em relação às organizações analisadas. Merecem destaque, neste sentido, as contradições entre princípios que atores envolvidos com estas organizações, especialmente seus idealizadores, buscaram impulsionar com as mesmas e diferentes perspectivas que passaram a ganhar expressão em seu processo de ampliação. Importante observar, no entanto, que a ampliação destas organizações, especialmente no período mais recente, tem instigado diferentes estratégias com vistas a garantir um ajuste fino entre princípios defendidos pelas organizações e a atuação dos atores envolvidos com as mesmas.

Podemos observar, neste sentido, que atores articulados em torno destas diferentes estruturas organizacionais buscaram promover um conjunto de princípios distintos, em

maior ou menor medida, daqueles observados nos arranjos construídos em torno da produção especializada de hortaliças em sistema convencional, em que consideramos ser possível perceber diferentes regimes de ação e justificção. No âmbito da Coonatura, por exemplo, observamos um importante esforço no sentido de fortalecer princípios do cooperativismo nas interações entre consumidores da cidade do Rio de Janeiro e agricultores do Núcleo Rural da cooperativa, localizado na comunidade rural do Brejal. A proposta de impulsionar uma transformação a partir da expansão da agricultura de base ecológica defendida pela ABIO, também teve como foco a estruturação de arranjos de comercialização alternativos, em que a construção de feiras de comercialização direta acabou se constituindo como a principal estratégia, proposta que foi significativamente ampliada a partir da criação do CCFO. No âmbito da AAT foram sendo envidados significativos esforços no sentido de articular princípios de um enfoque da agroecologia e da economia solidária, em que o arranjo de comercialização construído a partir das feiras da associação parece ter um papel central.

Em relação aos canais de comercialização, também podemos observar que a relativa proximidade espacial com a segunda maior metrópole do país influenciou significativamente sua organização. Em sua maioria, foram construídos através das relações entre experiências socioprodutivas instaladas na Região Serrana Fluminense e consumidores da Região Metropolitana do estado, assumindo diferentes formas, a exemplo dos entrepostos construídos pela Coonatura e do conjunto das feiras implantadas no âmbito do CCFO. Principal exceção, nesse sentido, foram as feiras construídas em torno da AAT na cidade de Teresópolis, que foram se afirmando como a principal iniciativa nesta direção nos municípios da Região Serrana.

A importância que a comercialização foi assumindo no âmbito destas organizações também parece ter contribuído para que a certificação de produtos orgânicos se tornasse, a partir de meados da década de 1990, uma questão fundamental para atores envolvidos com essas iniciativas. Merece destaque, neste sentido, o papel que a ABIO foi assumindo, tanto em relação às experiências localizadas na Região Serrana como em outros espaços do estado. Desde a primeira metade da década de 1990 a ABIO passou a atuar como organismo certificador. A partir de 2010 também se constituiu em OPAC e passou a viabilizar a certificação participativa de seus associados, o que, ao que tudo indica, teve um papel importante na ampliação no número de agricultores orgânicos na Região Serrana Fluminense a partir desse período.

A expressiva maioria dos agricultores orgânicos deste espaço é certificada através de sistema participativo, estando articulados a grupos de SPG vinculados a ABIO. Conforme destacamos ao longo do texto, atualmente estão inscritos no Cadastro Nacional de Produção Orgânica 101 produtores no município de Petrópolis, sendo 92 certificados pela ABIO; em Teresópolis são 69 produtores orgânicos, sendo 68 certificados pela associação; em Nova Friburgo são 15 produtores, sendo 10 certificados pela ABIO (Cadastro Nacional de Produção Orgânica – MAPA, 2018). Importante lembrar, ainda, que desde a década de 1990 a associação também passou a certificar um número crescente de produtores em diferentes municípios do estado do Rio de Janeiro, o que foi se ampliando nos anos subsequentes, especialmente pós 2010.

Além disso, nos debates acerca da legislação de orgânicos realizados no país ao longo dos anos 2000, atores envolvidos com a ABIO tiveram uma importante participação no GAO e discussões que levaram ao reconhecimento do SPG enquanto um dos formatos reconhecidos para certificação no contexto brasileiro.

No tocante aos marcos regulatórios em agricultura orgânica, também parece se explicitar a importância de certo alinhamento entre os projetos desencadeados no recorte espacial analisado com processos mais amplos. Ao mesmo tempo em que a instituição de marcos regulatórios na agricultura orgânica parece ter influenciado uma profunda crise no âmbito da Coonatura, entre atores envolvidos com a ABIO este processo pôde ser capitalizado para fortalecer a associação. Também merecem destaque, neste sentido, as mudanças impulsionadas a partir da institucionalização da agricultura orgânica em relação as experiências e organizações analisadas.

Nosso estudo também parece explicitar a complexidade que os processos de ampliação de escala envolvem, sendo muito mais contingentes do que a ideia de expansão linear poderia sugerir. Como consideramos que a análise realizada no capítulo tenha salientado, apesar da importância e necessidade de se disseminar experiências em agricultura de base ecológica entre outros agricultores, ampliar sua ‘escala’ não se restringe a um processo natural de difusão horizontal, pois coloca em jogo políticas de escala, que são socialmente construídas e envolvem instituições, sistemas de conhecimento e formas de organização dos mercados.

Ao mesmo tempo, o estudo parece reforçar a importância de articulações entre atores com capacidade de ação em diferentes dimensões do *sistema agri-alimentar* e inserção em distintos territórios para fortalecer processos de transição agroecológica. Esta questão parece se explicitar, por exemplo, em relação às articulações estabelecidas com

pesquisadores e instituições de pesquisa através da ABIO, como também no tocante ao papel exercido por atores de origem urbana, que foram de fundamental importância na articulação de ações em diferentes dimensões do *sistema agri-alimentar*.

Consideramos, por fim, que a análise empreendida reforça a ideia de que é a partir de uma *ecologia de projetos* que os processos de transição vão sendo construídos ao longo do tempo em determinado território. Como podemos observar ao longo do presente capítulo, a partir de ações desencadeadas em diferentes dimensões e arenas estes projetos coletivos foram impulsionando os processos de transição agroecológica na Região Serrana, estabelecendo, em maior ou menor medida, sinergias que potencializaram a construção de tecido social vivo nesta direção.

Capítulo 5

5 - POLÍTICAS PÚBLICAS E TRANSIÇÕES AGROECOLÓGICAS A ESCALA DOS SISTEMAS AGRI-ALIMENTARES TERRITORIAIS

Introdução

Neste capítulo analisaremos os efeitos de diferentes políticas públicas em relação às configurações assumidas ao longo do tempo pelo *sistema agri-alimentar territorial* na Região Serrana Fluminense. Trataremos aqui, especificamente, de programas e ações públicas que buscaram promover, através de diferentes mecanismos, a ambientalização dos sistemas de produção agrícola. Propomos não analisar de forma individualizada cada um desses instrumentos de políticas públicas, mas sim de tentar compreender as interfaces que os mesmos estabelecem, em sua implementação, com os processos de transição agroecológica em curso no território.

Compreendemos que as políticas públicas analisadas podem ser apreendidas enquanto projetos institucionais, que, muitas vezes, estão vinculadas a outras arenas. Partimos de uma compreensão bastante ampla de políticas públicas, concebendo-as enquanto conjunto de ações desencadeados a partir do Estado e agentes vinculados às instituições estatais que, no caso brasileiro, envolvem os âmbitos federal, estadual e municipal, como também por organizações da sociedade civil, com o objetivo de atuar em temáticas específicas, na maioria das vezes atendendo a demandas de determinados setores. Merecem destaque, no contexto analisado, as ações desencadeadas em torno da agricultura orgânica e que visaram disseminar práticas e tecnologias ambientalmente sustentáveis, especialmente, entre agricultores articulados ao sistema convencional.

Em nossa análise também buscamos destacar um conjunto de questões no tocante ao estudo dos processos de implementação de políticas públicas, especialmente a partir da pesquisa de seus desdobramentos em recortes territoriais específicos. Visamos dialogar, neste sentido, tanto com um campo mais amplo de discussão acerca de políticas públicas no contexto brasileiro como com os estudos mais específicos acerca dos processos de implementação de políticas públicas que buscam fortalecer processos de transição agroecológica.

O campo de análise de políticas públicas constituiu-se em um período relativamente recente no Brasil¹⁶⁰, estabelecendo-se como uma subárea do conhecimento acadêmico apenas em fins da década de 1990 (Cortes, 2013: 45). Os primeiros estudos realizados no contexto brasileiro foram dirigidos “à análise das estruturas e instituições ou à caracterização dos processos de negociação das políticas setoriais específicas”, sendo marcados por uma natureza descritiva e carência de um embasamento teórico mais consistente (Frey, 2000: 214).

A observação de que o campo de análise de políticas públicas ainda era bastante incipiente no país, com uma institucionalização precária e grande fragmentação temática e organizacional (Melo, 1999), motivou um amplo conjunto de autores a se debruçarem sobre novas formulações teóricas e vertentes analíticas que vinham emergindo no contexto internacional, principalmente a partir da década de 1980, buscando avaliar suas possíveis contribuições e necessidades de reformulação para a análise de políticas públicas no contexto brasileiro (Frey, 2000; Faria, 2003; Souza, 2006; Flexor e Leite, 2007).

Neste processo, estudos dedicados à avaliação da produção científica brasileira também observaram a “quase inexistência de análises mais sistemáticas acerca dos processos de implementação” de políticas públicas (Faria, 2003: 22). Esta carência parece ser ainda mais alarmante ao se observar que, a partir da década de 1990, tanto no Brasil quanto na América Latina, houve um fortalecimento da “função avaliação” na gestão governamental, com a instrumentalização da pesquisa avaliativa em um ambiente marcado pela implantação de reformas de cunho gerencialista nos diferentes países do continente (Faria, 2005: 99).

Ao que tudo indica, foi privilegiada, no contexto latino-americano, uma visão mais canônica do processo de avaliação de políticas, considerada como uma atividade que corresponde à última etapa do ciclo de políticas públicas. Apesar desta concepção reconhecer, mesmo que implicitamente, o caráter inextricavelmente político da avaliação, observa-se que esta perspectiva de análise privilegia “um viés francamente normativo e/ou uma priorização dos aspectos mais técnicos da avaliação das políticas públicas, bem como uma ênfase em seu papel de instrumento gerencial” (Faria, 2005: 98).

¹⁶⁰ Se comparado com os Estados Unidos, em que essa área do conhecimento se estruturou como um campo de pesquisa e como uma disciplina acadêmica, já no início da década de 1950. No contexto europeu este campo de pesquisas passou a ganhar força a partir dos anos 1970 (Cortes, 2013).

Desta forma, autores destacam a compreensão de que a “omissão no tratamento analítico das questões associadas ao processo de avaliação das políticas públicas e de seu uso”, conforme identificado no caso da ciência política e sociologia brasileiras, também pode significar “o esvaziamento da possibilidade de se analisar de forma cabal a política da avaliação de políticas, a qual acaba, assim, negligenciada em muitos de seus aspectos e implicações” (Faria, 2005: 106).

Em um âmbito de discussões mais específico, acerca de políticas públicas voltadas à promoção da agroecologia, autores têm destacado, nos últimos anos, a importância de se partir de um recorte territorial de análise, de forma a examinar de maneira contextualizada, os efeitos gerados pelas diferentes políticas públicas que buscam promover processos de transição para uma agricultura de base ecológica (Petersen e Silveira, 2016). Ao mesmo tempo, em diálogo com os esforços para construir referenciais de uma Agroecologia Política (Molina, 2012; Petersen 2013; Molina et al, 2020), diversos atores também têm chamado atenção para a relevância de uma análise capaz de abordar, de forma integrada, os processos de transição agroecológica, suas formas de governança e suas interações com instrumentos de políticas públicas, rompendo, portanto, com uma abordagem centradas na avaliação de instrumentos discretos de políticas públicas.

Consideramos, nesse sentido, que a perspectiva de análise incorporada a esse trabalho, que toma como objeto de investigação os *sistemas agri-alimentares territoriais*, pode trazer importantes contribuições na análise das interfaces estabelecidas entre instrumentos de políticas públicas e processos de transição agroecológica desenvolvidos na escala dos territórios. Ao mesmo tempo, pode contribuir com outros deslocamentos ao propor que não se parta de segmentações entre “atores alternativos” e “atores convencionais”, dinâmicas “top down” (impulsionadas institucionalmente) e dinâmicas “bottom up” (advindas de iniciativas privadas, de coletivos de profissionais ou de movimentos da sociedade civil), pois muitas vezes elas podem interagir e se articular de maneiras diversas, como aponta Lamine (2012). Além disso, a abordagem proposta também parece contribuir para que se observe, nas configurações territoriais analisadas, os desafios e as possibilidades existentes no que diz respeito à construção de *coalizões* capazes de impulsionar avanços nos processos de transição agroecológica (Favareto et al, 2015).

5.1 - Políticas públicas e a agricultura especializada na produção de hortaliças em sistema convencional

As transformações ocorridas no *sistema agri-alimentar territorial* na Região Serrana Fluminense a partir de meados do século XX parecem ser melhor compreendidas quando pensadas em suas interações com as reconfigurações sociopolíticas e institucionais inscritas em um cenário mais amplo. Como vimos no Capítulo 2, as mudanças observadas na agricultura da Região Serrana ao longo das últimas décadas foram fortemente influenciadas pelas políticas desenvolvimentistas que buscaram impulsionar de maneira articulada a modernização conservadora da agricultura, a industrialização e a urbanização.

Nos anos subsequentes à Segunda Guerra Mundial, consolidou-se um novo modelo agrícola que, gradualmente, se tornou hegemônico em muitas partes do mundo. Este novo padrão tecnológico transferiu-se dos países desenvolvidos, particularmente dos Estados Unidos, para o chamado Terceiro Mundo¹⁶¹, através de arranjos políticos e institucionais envolvendo o poder público, o setor privado, organismos multilaterais e fundações privadas, a exemplo da Fundação Ford e da Fundação Rockefeller. Esse processo, conhecido como Revolução Verde¹⁶², alterou radicalmente a organização produtiva da agricultura em suas relações com a natureza, com a indústria e com os mercados, integrando as famílias rurais a novas formas de racionalidade produtiva, e mercantilizando a vida social em diversos âmbitos (Goodman, Sorj e Wilkinson, 1990; Goodmann, Redclift, 1991; Cotter, 2003; Albergoni e Pelaez, 2007; Borlaug, 2010).

No Brasil, como um desdobramento da crise econômica e política ocorrida no início dos anos 1960, verifica-se uma recomposição do pacto econômico-político dominante que sustentou, desde a década de 1930, mas, principalmente, a partir dos anos 1950, um projeto de desenvolvimento nacional centrado na industrialização. Esse projeto foi recomposto com o Golpe Militar, mantendo-se, como observa Delgado: “o pacto político tradicional que incluía as elites agrárias como um de seus componentes” (2009:

¹⁶¹ Sobretudo para países da Ásia e da América Latina.

¹⁶² Nos termos propostos por Goodman, Sorj e Wilkinson (1990), a Revolução Verde representou um dos principais esforços para internalizar os processos de apropriação e substitucionismo, ou seja, transformar as atividades rurais em industriais, reduzindo os limites impostos pela natureza à reprodução do capital. Para estes autores, com a Revolução Verde, progressivamente, as indústrias a jusante e a montante da agricultura estariam formatando as estruturas do sistema agroalimentar, apropriando-se de elementos discretos do processo de produção agrícola que passam a se configurar como setores específicos da atividade industrial. Juntamente com este processo, Godmann e Redclift (1991), destacam o aprofundamento da homogeneização dos padrões de consumo alimentar.

34). A modernização conservadora da agricultura no Brasil esteve, assim, fundamentada em um pacto político que envolveu o capital industrial, o Estado e grandes e médios proprietários de terra (Delgado, 1985). As transformações desencadeadas por esse processo tiveram como efeito: o aumento de concentração fundiária, a elevação das disparidades de renda, a intensificação do êxodo rural, a elevação da taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas e o crescimento dos níveis de autoexploração da força de trabalho nas propriedades menores, com degradação na qualidade de vida da população trabalhadora no campo (Palmeira, 1989: 87).

Na compreensão dos ideólogos desse projeto modernizante, desenvolvimento rural tornava-se sinônimo de modernização das atividades agrícolas. O novo modelo valorizava a especialização produtiva, com sucessivos aumentos de escala, homogeneização das culturas e das paisagens e a padronização do processo de trabalho na agricultura, através da difusão de uma mesma cultura. A disseminação desse paradigma provocou profundas transformações sociais, econômicas, políticas e ambientais no rural brasileiro, “que trouxeram resultados bastante penosos para os trabalhadores rurais e muito favoráveis às elites agrárias, agrícolas e agroindustriais” (Delgado, 2009: 4).

Neste contexto, as políticas que promoveram a estruturação de Centrais Estaduais de Abastecimento (CEASA) tiveram um papel central nas transformações na agricultura da Região Serrana. A partir da década de 1970 o governo militar implantou uma política de abastecimento alimentar que tinha entre seus pilares a estruturação das unidades da CEASA. Com a criação de dezenas destas estruturas em diferentes regiões do país, o governo visava assegurar a oferta de alimentos nos grandes centros urbanos, fomentando a conformação, em suas adjacências, de regiões especializadas na produção de determinadas culturas agrícolas (Belik, 2000). A produtividade dos sistemas agrícolas ali existentes (ou a serem implantados nessas áreas) deveria ser ampliada com a adoção dos pacotes tecnológicos disseminados através da Revolução Verde e que, ao mesmo tempo, acabavam impulsionando um significativo êxodo rural no campo.

Em 1974 foi estruturada a CEASA Unidade Grande Rio, no bairro de Irajá, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Em 1977 o governo militar implantou a CEASA Unidade Serrana, no Terceiro Distrito do município de Nova Friburgo. Esses equipamentos públicos passaram a desempenhar, a partir desse momento, um papel central na comercialização dos produtos cultivados na Região Serrana, impulsionando processos de especialização na produção de hortaliças em sistema convencional.

Outra ação desenvolvida pelo governo militar com o objetivo de promover a modernização da agricultura nas décadas de 1960 e 1970, foi a estruturação de um sistema de crédito, em escala nacional, e de serviços de pesquisa e assistência técnica com este foco de atuação. Em 1965 foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e em 1973 a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) (Delgado, 2009).

Através dessas ações, o poder público visava potencializar a disseminação das tecnologias internacionalizadas pela Revolução Verde, em que os de serviços de assistência técnica e extensão rural tinham um papel central. Em 1954, os governos brasileiro e norte-americano assinaram convênio que deu origem ao Escritório Técnico de Agricultura (ETA), projeto com sede na cidade do Rio de Janeiro. Até a criação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), em 1956, os serviços de ATER foram coordenados pelo ETA, com o qual as associações de crédito e assistência rural (ACARs)¹⁶³ mantinham convênio com prazo definido. No início da década de 1970 já existiam 23 ACARs nos diferentes estados do país. Em 1974, já sob o governo militar, foi criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER)¹⁶⁴, absorvendo toda a estrutura das ACARs e criando empresas ou agências governamentais de assistência técnica e extensão rural (EMATER) nas diferentes regiões do país, além de transformar a ABCAR no Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER). A missão colocada aos técnicos dos escritórios da EMATER ao longo das décadas 1970 e primeira metade dos anos 1980 foi, centralmente, de difundir os já mencionados pacotes tecnológicos (Caporal, 1998).

Na Região Serrana Fluminense, o escritório de Nova Friburgo foi um dos primeiros formados no âmbito das ACARs, estruturado ainda no início da década de 1960. De forma semelhante ao que ocorreu em grande parte do país, os técnicos dos escritórios municipais da EMATER passaram a atuar, centralmente, no sentido de promover a modernização da agricultura que, no contexto analisado, envolveu um processo de especialização na produção de hortaliças.

De forma semelhante ao ocorrido em outras regiões do país ao longo desse período, as políticas públicas voltadas para a agricultura privilegiaram determinados

¹⁶³ As ACAR eram entidades civis, sem fins lucrativos, que prestavam serviços de extensão rural e elaboração de projetos técnicos para obtenção de crédito junto aos agentes financeiros.

¹⁶⁴ Empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio. A Lei que a criou estabelecia a sua integração com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), criada em 1973, autorizando-as a dar apoio financeiro às instituições estaduais oficiais que atuassem em Ater e pesquisa agropecuária.

produtos e lógicas produtivas, levando a certa homogeneização das perspectivas de desenvolvimento rural, em que arranjos produtivos alternativos a esse paradigma eram vistos com grandes reservas, tanto pelos agentes estatais quanto por estudiosos da temática (Delgado, 2009; Leite, 2009).

Todavia, já em fins da década de 1970, com o estancamento da fase expansionista da economia capitalista mundial do pós-guerra, esse modelo de desenvolvimento rural começou a dar expressivos sinais de suas limitações no Brasil (Delgado, 2009). Neste período, o crédito estatal, abundante desde a década de 1950, passou a sofrer grandes restrições. Entre 1979 e 1984 o volume de crédito agrícola foi reduzido em mais de cinquenta por cento, como aponta Kageyama (1987: 61). Esse quadro de restrição fiscal, somado às constantes secas ocorridas em diversas regiões do país - particularmente na primeira metade da década de 1980 - e à redução na demanda de alimentos, associada à queda de renda per capita, ao crescente desemprego e à constantes altas na inflação, comprometeram o conjunto de ações estatais que haviam impulsionado o processo de modernização da agricultura nas décadas anteriores no país (Tedesco, 1994).

O aprofundamento da crise econômica na década de 1980 acabou minando a capacidade e disposição, operacional e ideológica, do governo federal intervir através de políticas públicas voltadas ao setor agropecuário. Paulatinamente foram se fragilizando, tanto os programas de crédito como os instrumentos públicos de garantia dos preços agrícolas, passando-se a adotar uma estratégia institucional de liberalização de mercados e de privatização de instrumentos de política, trazendo efeitos negativos para a agricultura, especialmente a familiar (Delgado, 2009).

Na Região Serrana Fluminense, esse processo acarretou profundas mudanças no ambiente político e institucional em que estava inserida a produção de hortaliças em sistema convencional em que merecem destaque: a desestruturação do Banerj, a extinção da EMBRATER e fragilização dos escritórios municipais da EMATER, além da estadualização das unidades da CEASA.

Importante observar que, historicamente, a agricultura de base familiar foi negligenciada na agenda pública no estado do Rio de Janeiro, não sendo identificados instrumentos de política pública de desenvolvimento rural implementados pelo governo estadual até um período mais recente (Strauch e Palm, 2019). Autores têm chamado a atenção, nesse sentido, para a necessidade de se pensar as dinâmicas no espaço rural no estado do Rio de Janeiro considerando essa histórica exclusão social e política da agricultura, especialmente familiar (Alentejano, 2012). Desta forma, as mudanças

ocorridas nas políticas públicas federais, a partir desse período, acabaram impactando de maneira bastante significativa a configuração do *sistema agri-alimentar territorial* na Região Serrana Fluminense.

A partir de meados da década de 1990, com o processo de institucionalização social e política da categoria agricultura familiar, este segmento passou a ser foco de algumas ações estatais específicas, desenvolvidas principalmente na esfera federal. Pode-se considerar, nesse sentido, como destaca Delgado, (2010: 32) que a década de 1990 culminou na “confluência perversa” entre dois projetos políticos contraditórios e em disputa, envolvendo, de um lado, um *projeto político neoliberal*¹⁶⁵ e, de outro, um *projeto político democratizante* que irá se expressar através da emergência de diferentes identidades sociopolíticas. Desnecessário dizer que as disputas que passam a se estabelecer entre as coalizões políticas articuladas em torno de cada uma dessas propostas tem sido marcadas por profundas assimetrias.

Um marco nessa trajetória foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1995, e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 1999. Entre os fatores que impulsionaram a criação do programa merecem destaque o conjunto de ações organizadas por movimentos sociais do campo em diferentes regiões do país na primeira metade da década de 1990, além da demanda de lideranças sindicais que faziam parte do governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB - 1995-2002) e o interesse eleitoral destes nos agricultores familiares (Schneider e Grisa, 2014). Com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, em 1999, este passou a coordenar as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar no país, entre elas o PRONAF. Desta forma, consolidou-se uma divisão político-administrativa no setor público agropecuário do país, expressão da “confluência perversa” dos dois projetos de desenvolvimento, visto esta divisão ser extremamente desigual, com MDA contando com menos da metade dos recursos do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Com ascensão da coalizão política liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência da República, em 2002, criou-se uma grande expectativa no que diz respeito ao segmento da agricultura familiar verificando-se a implantação de um conjunto

¹⁶⁵ O incentivo dado ao aumento da produção para exportação visando viabilizar a obtenção contínua de superávits na balança comercial, por meio de políticas públicas e outras benesses governamentais, pode ser observado como uma das principais manifestações do *projeto neoliberal* frente ao rural e à agricultura, transformando o agronegócio “no principal protagonista e no beneficiário deste projeto no meio rural”, a partir de meados da década de 1990 (Delgado, 2010: 35).

diferenciado de instrumentos de políticas públicas voltados, especificamente, a esse segmento¹⁶⁶. Além de mudanças político institucionais, a exemplo da ampliação e paridade entre representantes do Estado e da sociedade civil no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) (Comerford, Almeida e Palmeira, 2014), foram ampliados os recursos destinados ao MDA, criado em 1999, e às diferentes políticas voltadas para agricultura familiar (Grisa e Schneider, 2014)¹⁶⁷.

Entre as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar institucionalizadas nesse período, o PRONAF foi assumindo um importante papel no contexto específico da Região Serrana, com muitos agricultores passando a acessar suas linhas de crédito, especialmente, a partir do final da década de 1990. Importante observar que ao longo desse processo também foram emergindo arranjos que contribuíram para implementação das políticas públicas de desenvolvimento rural nessa porção do estado do Rio de Janeiro. Merecem destaque, nesse sentido, o surgimento de técnicos que passaram a se especializar na formulação de projetos de PRONAF, que reproduziam, tanto do ponto de vista do seu conteúdo técnico, como de sua racionalidade técnico-produtiva, os esquemas convencionais de produção de hortaliças, baseados no uso intensivo de adubos industrializados e agrotóxicos.

A estruturação de novos espaços de governança criados na esteira do processo de institucionalização da agricultura familiar como uma categoria específica no âmbito das políticas públicas, também acabou impulsionando importantes transformações na agricultura e nos espaços rurais da Região Serrana Fluminense. A criação de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS)¹⁶⁸ motivou o fortalecimento

¹⁶⁶ Dentre as políticas específicas para os agricultores familiares e redefinições institucionais realizadas a partir deste período destacam-se: lançamento do Plano Safra (a partir de 2003), com o objetivo de apresentar as condições, inovações e recursos para o setor da agricultura familiar; criação do Programa de Aquisição de Alimentos (2003); criação do Programa Um Milhão de Cisternas (2003) e do Segunda Água (2007); enfoque do desenvolvimento territorial (a partir de 2003), com criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial; Programa Nacional de Habitação Rural (2003); Seguro Agrícola vinculado ao PRONAF (2004); Programa Nacional de Biodiesel, com linha específica para a agricultura familiar (2004); Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (2004); Lei da Agricultura Familiar (2006); mudança na Política Nacional de Alimentação Escolar, garantindo que pelo menos 30% dos alimentos deveriam ser oriundos da agricultura familiar (2009); articulação entre o MDA e MDS no Plano Brasil Sem Miséria (2011) (Schneider e Grisa, 2014).

¹⁶⁷ Como podemos observar pelos recursos disponibilizados no Plano Safra, que passou de R\$ 4,5 bilhões em 2003 para R\$ 39 bilhões em 2013. Este processo de institucionalização da agricultura familiar e criação de políticas públicas específicas para a categoria, no entanto, passou a ser fortemente ameaçado após a deflagração do golpe de Estado que se consolida no primeiro semestre de 2016. Uma das primeiras ações do Governo Temer foi a extinção do MDA, sendo que o desmonte das políticas voltadas à agricultura familiar e à promoção do desenvolvimento rural aprofundou-se no governo de Bolsonaro (sem partido).

¹⁶⁸ Legalmente, os CMDRS são mencionados na Lei nº 1.946, de 28 de junho de 1996, que institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Também foram previstos e tiveram suas atribuições definidas no Decreto nº 3.508, de 14 de junho de 2000, que dispõe sobre o

do associativismo entre agricultores familiares, a partir das interações estabelecidas com agentes do poder público visando o atendimento de demandas relacionadas à infraestrutura existente nas comunidades rurais, principalmente estradas.

Em 1997 foi criado o CDMRS de Nova Friburgo. No município de Teresópolis um conselho semelhante foi criado em 1998. Já em Petrópolis, o Conselho Municipal de Política Agrícola e Fundiária (COMPAF), estruturado em 1992, passou a assumir regimentalmente a função de CMDRS a partir de 2001.

Entre os anos de 2014 e 2016, tivemos a oportunidade de participar de grande parte das reuniões mensais dos CDMRS dos três municípios, na qualidade de técnico do Projeto ATER Sustentabilidade Serrana da Cooperativa CEDRO¹⁶⁹. Observamos que, apesar de existirem dinâmicas bastante distintas nos conselhos dos três municípios, com a participação de representantes de diferentes organizações, um traço comum é a intensa participação de presidentes de associações de agricultores familiares representativas das diferentes comunidades rurais buscando articular o atendimento e dar visibilidade às demandas de seus associados espaços. Nesse sentido, percebemos que uma temática de grande importância nos debates realizados nos CDMRS é o atendimento a demandas estruturais, especialmente no que diz respeito às estradas¹⁷⁰. Nesse sentido, é importante observar que os conselhos se constituem em importante arena de interação entre presidentes de associações de agricultores e representantes do poder público municipal, com destaque para as secretarias de agricultura, sendo frequentes as discussões relacionadas à dotação orçamentária dessas secretarias, responsáveis por ações de infraestrutura nas comunidades rurais.

Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS), que passou a ser denominado Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CONDRAF) a partir de 2003. Inicialmente, estes Conselhos foram reconhecidos apenas como CMDRs – Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, mas, por proposta surgida no CONDRAF, passaram a utilizar a nomenclatura CMDRS – Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Os CMDRS devem ser constituídos por lei ou decreto municipal, com maior percentual de agricultores familiares como representantes, podendo ser consultivos e deliberativos, tornando-se espaços relevantes para debates sobre e controle da aplicabilidade dos recursos públicos destinados à agricultura familiar, como também no fomento e articulação das estratégias de desenvolvimento rural sustentável desenvolvidas em cada município.

¹⁶⁹ Ao longo do período de participação nestes conselhos e demais atividades desenvolvidas no âmbito do projeto, mantive a rotina de elaborar diários de campo, com anotações acerca das atividades e impressões sobre as mesmas. Esses diários têm sido utilizados como fonte acerca dessas questões.

¹⁷⁰ Apesar da maioria das comunidades rurais dos três municípios poderem ser acessadas por rodovias asfaltadas, grande parte das estradas vicinais são de chão batido, exigindo manutenção recorrente. Nesse sentido, as patrulhas mecanizadas e os locais em que estão trabalhando são recorrentemente um dos pontos de debate nos conselhos.

Em cada município, a composição do CDMRS também reflete a organização socioprodutiva predominante, sendo a expressiva maioria dos representantes agricultores articulados em torno da agricultura especializada na produção de hortaliças. Duas exceções, nesse sentido, referem-se à participação de representantes da Associação Agroecológica de Teresópolis (AAT) no conselho deste município e da Associação dos Produtores Orgânicos de Petrópolis (APOP) no COMPAF, a partir de fins da década de 2000, conforme iremos analisar na seção subsequente.

Em cada um dos municípios também observamos que esses conselhos foram assumindo graus diferentes de importância frente ao poder público municipal. Em Nova Friburgo, por exemplo, na gestão municipal de 2004 a 2008, foi constituído o Conselho dos Dirigentes das Organizações de Agricultores Familiares de Nova Friburgo (CONRURAL), a partir do qual os presidentes de associações passaram a organizar sua participação no CDMRS, além de debaterem com a Secretaria Municipal suas demandas. Ao longo desse período as demandas dos agricultores das comunidades rurais à Secretaria de Agricultura Municipal necessariamente tinham que passar pelo CONRURAL, conforme definido pelo então secretário, o que acabou fortalecendo esse espaço e a importância das associações nas comunidades rurais do município.

Destarte ser possível observar alguns limites em relação à participação social nos CDMRS, especialmente no tocante aos temas debatidos, que acabam se restringindo, em grande medida, a questões relacionadas à infraestrutura existente comunidades rurais, parece que a importância social desses espaços deve ser pensada em relação ao conjunto de processos que acabam desencadeando, revelando-se, no nosso entender, enquanto ferramentas importantes para uma certa ampliação dos espaços de interlocução entre sociedade civil e poder público municipal. Entre os processos fomentados a partir da criação e funcionamento dos conselhos, ao que tudo indica, o fortalecimento do associativismo, com diferentes graus de intensidade nos três municípios analisados, é um elemento de destaque.

Muitas dessas associações haviam sido criadas em fins da década de 1980, contexto em que muitos setores da sociedade civil se empenharam em fortalecer a participação social através desse tipo de dispositivo. Outras foram criadas no período mais recente, estimuladas pela importância que as associações foram assumindo na interlocução com o poder público municipal, especialmente no atendimento de demandas básicas como estradas, escolas, comunicação (telefone e correio), entre outras.

O fortalecimento do associativismo na região também foi capitalizado por algumas lideranças comunitárias para se promoverem no cenário político, tanto em nível municipal como estadual. A partir da década de 1990 observamos que algumas lideranças de comunidades rurais da região, especialmente do município de Nova Friburgo, passaram a se candidatar e a se eleger como vereadores, prefeitos, deputados, tendo como uma das pautas centrais, a partir de diferentes perspectivas, o fortalecimento da agricultura familiar e do rural.

Na década de 2010, o associativismo foi expressivamente reforçado entre agricultores das comunidades rurais dos municípios pesquisados em função da execução do Programa Rio Rural. Esse programa pode ser considerado como o mais importante dispositivo de ação pública de desenvolvimento rural de âmbito estadual implementado no do Rio de Janeiro, estado marcado por uma histórica exclusão política e social da agricultura familiar (Strauch e Palm, 2019), conforme analisaremos mais adiante.

Para além dos instrumentos de política pública voltados mais especificamente para o segmento da agricultura familiar, é necessário considerar, ainda, outras ações do poder público relacionadas ao setor agroalimentar e que acabam incidindo nos municípios da Região Serrana no sentido de impulsionar a produção de hortaliças em sistema convencional, mesmo que de forma indireta. Exemplo emblemático, nesse sentido, são os incentivos fiscais concedidos em âmbito federal à produção e comercialização de agrotóxicos (Porto et al, 2020), como também a fragilidade do sistema de saúde pública em relação à notificação de casos por intoxicação por agrotóxicos, que é alarmante no contexto do Rio de Janeiro (Martins, 2015), questões que também iremos aprofundar na última seção do capítulo.

Como podemos observar, desde meados do século XX, três contextos sociopolíticos distintos influenciaram a configuração do *sistema agri-alimentar territorial* da Região Serrana Fluminense. Entre as décadas de 1960 e 1980, a agricultura dessa região vivenciou os efeitos das políticas voltadas à modernização conservadora da agricultura. Nas décadas de 1980 e 1990 verifica-se a ascensão de atores do setor privado nos arranjos construídos em torno da agricultura especializada na produção de hortaliças em sistema convencional, com destaque para a expansão dos serviços privados de assistência técnica e a estruturação de circuitos de comercialização liderados pelos atravessadores. Por fim, o processo de reconhecimento político e institucional da agricultura familiar, a partir de meados da década de 1990, fortaleceu a agricultura convencional na região, com políticas públicas e arranjos de governança específicos que

acabaram, em grande medida, sendo liderados por atores vinculados à agricultura convencional.

5.2 - Políticas públicas e experiências em agricultura de base ecológica

No tocante às experiências em agricultura de base ecológica, podemos observar que desde sua emergência, em fins da década de 1970, até meados da década de 1990, atores envolvidos com estas iniciativas estabeleceram interações pontuais com agentes do poder público, especialmente para a estruturação de canais de comercialização. Isso se explicita nas ações de atores vinculados à ABIO no processo de estruturação da “Feirinha da Saúde” em Nova Friburgo, em 1985, como também na instalação do entreposto de comercialização na unidade da Cobal no Rio de Janeiro, em 1988.

Com o reconhecimento político e institucional da agricultura familiar, a partir de meados da década de 1990, foram sendo criados diversos instrumentos de política pública que poderiam, ao menos potencialmente, ser acessados pelos agricultores envolvidos implantação de sistemas produtivos de base ecológica. As mudanças políticas e institucionais ocorridas nesse período contribuíram, como destaca Delgado (2010: 32), para dar vazão à “progressiva elaboração de uma visão alternativa acerca do significado do rural e do desenvolvimento rural sustentável”. As ações estatais em âmbito federal direcionadas à agricultura familiar foram significativamente ampliadas nesta temática ao longo dos anos 2000, sobretudo com o advento dos governos de coalizão liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), alçado à Presidência da República, em 2003, com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva. Verifica-se, nesse período, um fortalecimento de dinâmicas democráticas de gestão de políticas públicas, bem como a ampliação dos espaços de participação social¹⁷¹. Entre as arenas de interlocução entre sociedade civil e Estado, e que contribuíram para a formulação de políticas públicas capazes de potencializar processos de transição para a agroecologia, merecem destaque o CONDRAF e o CONSEA (Comerford, Almeida e Palmeira, 2014).

¹⁷¹ Importante observar que a Constituição Cidadã de 1988 contempla em seu arcabouço legal a implantação de instâncias de participação social no âmbito das políticas públicas. Esse processo viabilizou a adoção de conselhos enquanto formato institucional voltado à formulação e gestão de políticas públicas sobretudo a partir da década de 1990. Mas é importante observar que ao longo das últimas décadas essa participação não se resumiu aos conselhos, envolvendo um conjunto diferenciado de interfaces envolvendo atores estatais e não estatais, incluindo audiências públicas, câmaras técnicas, grupos de trabalho, seminários, reuniões temáticas, entre outras.

Além disso, a partir desse período foram sendo envidados importantes esforços no sentido de buscar incorporar um enfoque agroecológico a diferentes instrumentos de instrumentos de política pública. Merece destaque, nesse sentido: (i) a criação de linhas específicas que tentaram financiar atividades voltadas à promoção da agroecologia e o manejo sustentável dos agroecossistemas no PRONAF¹⁷², a partir do Plano Safra 2003/2004; (ii) a criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) em 2004; (iii) a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em 2003¹⁷³, (iv) a reformulação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em 2009¹⁷⁴; (v), a criação do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC), em 2003, e do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), em 2007. Este processo culminou, em 2012, na criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO)¹⁷⁵, com o objetivo “integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica”¹⁷⁶. Importante observar, no entanto, que esse processo foi acompanhado por significativas contradições no tocante ao posicionamento do poder público federal frente ao setor agropecuário. Pode-se considerar, nesse sentido, que a partir dos anos 2000 foi se aprofundando a “confluência perversa” entre os dois projetos políticos que passaram a disputar a concepção de desenvolvimento rural no país desde a década anterior. Como destaca Delgado (2010: 32), a década de 1990 se configura como um “período crucial tanto para a continuidade do processo tradicional de exclusão e de dominação que tem acompanhado

¹⁷² A exemplo do PRONAF Semiárido, PRONAF Capacitação, PRONAF Floresta, PRONAF Agroecologia (2005/2006), PRONAF Eco (2007/2008), PRONAF Sistêmico (2008/2009).

¹⁷³ Sob a coordenação do MDS e do Grupo Gestor do Programa, composto por representantes de diferentes ministérios: MDA, MAPA, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério da Educação.

¹⁷⁴ Este programa foi criado em 1979. Mas sua inscrição neste esforço de compilação de programas e ações em favor da agroecologia se deve às alterações realizadas no Programa em 2009, quando se definiu que pelo menos 30% dos recursos destinados ao PNAE deveriam ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar. A coordenação do PNAE compete à União, que repassa recursos aos Estados, Distrito Federal e Municípios, por meio da autarquia do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

¹⁷⁵ Esta política era coordenada pela Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO), vinculada ao MDA, atualmente extinta, bem como pela Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), que contava com a participação tanto de órgãos governamentais como de representantes da sociedade civil e está vinculada à Secretaria Geral de Governo da Presidência da República (SG-PR).

¹⁷⁶ Ver : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm. Acesso em: 02/07/2020. A viabilização destas ações deveria se dar por meio de Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), com ações financiadas por diferentes órgãos do Governo Federal. Para além da integração, articulação e adequação de políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica, produção orgânica e de base agroecológica. Verifica-se também, a partir de 2013, a institucionalização do Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica (ECOFORTE).

o padrão de relações economia-meio rural no Brasil (...), quanto para a progressiva elaboração de uma visão alternativa acerca do significado do rural e do desenvolvimento rural”, culminando na “confluência perversa” entre dois projetos políticos contraditórios e em constante disputa.

Ao longo dos anos 2000 verifica-se um expressivo crescimento nas exportações de *commodities*, fazendo com que o Brasil passasse a concentrar a segunda maior área cultivada com transgênicos no mundo e se constituísse como o maior consumidor internacional de agrotóxicos a partir de 2009. Ainda que o país tenha logrado ao longo desse período manter 4,3 milhões de unidades produtivas familiares (85% do total) e alcançasse um expressivo crescimento da agricultura orgânica, especialmente entre agricultores familiares, continuou a apresentando índices extremamente altos de concentração da terra, com 0,91% dos estabelecimentos rurais concentrando 45% da área agrícola total (Schmitt et al, 2017; Niederle e Almeida, 2013).

Em âmbito institucional, essas contradições parecem se explicitar na existência de dois ministérios com atribuições relacionadas ao desenvolvimento rural e à agricultura no país. No início dos anos 2000 foi criado o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), mantendo-se a estrutura do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), implantada ainda no início do século XX. O MDA, mais voltado aos temas da agricultura familiar e desenvolvimento agrário, “se mostrou um organismo significativamente mais frágil, desde um ponto de vista tanto estrutural, técnico e organizativo, se comparado ao MAPA, mais dirigido ao setor agroindustrial” (Schmitt et al, 2017: 77). O apoio estatal aos setores do chamado agronegócio foi significativamente alterado a partir do golpe de Estado que levou à deposição da presidenta eleita Dilma Roussef (PT) em 2016, ano em que também foi encerrado o MDA, comprometendo significativamente o conjunto de políticas públicas voltadas a este setor.

Apesar das contradições inerentes a este processo, as políticas que buscaram incorporar um enfoque agroecológico se colocavam como uma oportunidade para alavancar os processos de transição territorialmente situados. Na Região Serrana Fluminense, no entanto, grande parte dos atores vinculados às experiências em agricultura de base ecológica esbarraram em dificuldades para acessar essas políticas públicas, especialmente aqueles com origem urbana, que haviam estruturado unidades de produção em diferentes comunidades rurais de Teresópolis e Nova Friburgo. Sua dificuldade em enquadrar-se na categoria de agricultores familiares e seu engajamento na implantação de arranjos socioprodutivos alternativos, criaram obstáculos ao reconhecimento desses

atores como sujeitos de direito frente às políticas públicas voltadas para o segmento da agricultura familiar, institucionalmente identificado através da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Além da própria política de crédito, a DAP é necessária para que os produtores possam acessar diferentes políticas públicas, a exemplo dos serviços de assistência técnica e extensão rural financiados com recursos públicos. Além dessa questão burocrática, a inexistência de arranjos interinstitucionais capazes de auxiliar na articulação de políticas públicas para promoção destas iniciativas parece ter dificultado seu acesso por grande parte destes produtores.

Importante observar, ainda, que muitas das políticas públicas construídas nos últimos anos com o objetivo de promover a agricultura orgânica e agroecologia também foram operacionalizadas a partir dos arranjos institucionais voltados à agricultura familiar. Dessa forma, os agricultores orgânicos da Região Serrana, oriundos do meio urbano e contando, muitas vezes, com também tiveram dificuldade em acessar esses instrumentos. Exemplo, neste sentido, é o projeto ATER Sustentabilidade Serrana, executado pela Cooperativa Cedro a partir de recursos do MDA, no âmbito da PNATER. A equipe técnica do projeto não pode atender grande parte dos agricultores orgânicos da Região Serrana, a medida em que os mesmos não tinham acesso à DAP¹⁷⁷.

Mesmo com essas dificuldades, podemos observar que parte dos atores envolvidos com experiências em agricultura de base ecológica na Região Serrana Fluminense passaram a participar de arenas públicas de discussão criadas a partir da institucionalização desta categoria. Merece destaque, nesse sentido, a participação nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS).

Como já comentamos anteriormente, a partir da década de 2000, duas associações de produtores orgânicos (a AAT e a APOP) passaram a participar desses espaços. Através dessa participação, representantes de associações de produtores orgânicos também buscam fortalecer o atendimento a algumas de suas demandas. Exemplo emblemático, nesse sentido, é o da articulação estabelecida por integrantes da Associação Agroecológica de Teresópolis no CDMRS do município em 2014, quando o poder público municipal ameaçou retirar a “Feira Agroecológica” do espaço cedido pela Prefeitura, no centro da cidade. Integrantes da AAT salientaram a importância do espaço para a manutenção da feira e conseguiram o apoio de diferentes representantes do

¹⁷⁷ A possibilidade de trabalhar com estes produtores foi dificultada, ainda, por sua localização em diferentes comunidades, o que acabava comprometendo sua articulação em grupos de produtores para a realização de atividades coletivas de ATER.

CDMRS¹⁷⁸. No entanto, conforme observamos na seção anterior, são principalmente as demandas da agricultura especializada na produção de hortaliças em sistema convencional que acaba sendo foco de debate nos conselhos.

O contexto de desestruturação da Coonatura e dos arranjos de comercialização construídos com redes varejistas da Região Metropolitana do Estado, a partir de meados da década de 2000, acabou se desdobrando em uma certa crise entre os agricultores orgânicos da Região Serrana Fluminense. Nesse momento as possibilidades abertas através dos mercados institucionais chegaram a se constituir como uma estratégia importante para os atores vinculados às iniciativas de produção de base ecológica. Nas edições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) de 2009/2010 e 2010/2011, o idealizador da primeira experiência em agricultura de base ecológica estruturada em Petrópolis, formulou um projeto para entrega de alimentos orgânicos para a alimentação escolar. Este foi o primeiro projeto do PAA exclusivamente de orgânicos implementado no estado do Rio de Janeiro (Bloise, 2013: 115). O projeto se concretizou a partir da atuação da Associação de Produtores Orgânicos de Petrópolis (APOP) e, entre 2009 e 2011, agricultores orgânicos do Brejal, instalados na Fazenda Pedras Altas, escoaram parte de sua produção via mercados institucionais. Entretanto, com a criação do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO) e a expansão das feiras na cidade do Rio de Janeiro, a partir de 2010, os agricultores resolveram encerrar sua participação no PAA e dedicar-se exclusivamente a este arranjo de comercialização.

A estruturação do CCFO, ao que tudo indica, acabou levando a um certo desinteresse por parte de agricultores orgânicos em relação aos mercados institucionais. Como aponta a diretora executiva da ABIO: “a gente fez uma experiência, que eu achei fantástica a ideia, que é da alimentação escolar nos entornos das feiras” (do CCFO). A proposta era fornecer os excedentes das feiras para a alimentação escolar: “fizemos, aprovamos um projeto [a direção da ABIO], para escolas estaduais, que era de compras descentralizadas, e a gente não conseguiu entregar. A gente quase que tinha que pagar para o agricultor completar preço. E a gente nunca entendeu muito bem isso”¹⁷⁹. Alguns

¹⁷⁸ Esta articulação, ao que tudo indica, contribuiu para a manutenção do espaço para a realização da feira e para o seu reconhecimento como atividade de interesse público, ainda em 2014.

¹⁷⁹ Como exemplo, ela cita que: “uma vez a gente precisava desesperadamente de brócolis” e para atender a demanda “a ABIO pagou a diferença [entre o valor praticado nas feiras e o pago pela chamada] para (agricultor associado) fornecer”, pois o mesmo se negava a vender por um valor menor ao que recebia nas feiras, mesmo em produtos que não conseguia comercializar.

produtores associados se negavam a entregar a produção, dizendo: ““não, por este preço a gente não entrega””¹⁸⁰, como aponta a entrevistada.

Por outro lado, entre agricultores vinculados à ABIO e articulados a outros arranjos de comercialização, para além do CCFO, parece existir e se ampliar o interesse pelos mercados institucionais. Este é o caso, por exemplo, de produtores articulados a feira da AAT, que têm se organizado para participar de chamadas públicas do PNAE. A diretora executiva da ABIO também aponta, nesse sentido, “eu sei que tem vários municípios em que isso está acontecendo, porque o pessoal: ‘preciso de meu certificado renovado porque a chamada...’”.

Em âmbito estadual, a principal política de desenvolvimento rural implementada ao longo do período analisado foi o Programa Rio Rural, que teve um importante papel no sentido de disseminar o uso de práticas e tecnologias voltadas à sustentabilidade entre agricultores predominantemente articulados à agricultura especializada na produção de hortaliças, conforme iremos aprofundar mais a frente. Importante observar, aqui, que a partir de 2011 o Programa Rio Rural também acabou impulsionado processos de transição para a agricultura orgânica entre agricultores familiares, especialmente no município de Teresópolis. Além disso, merece destaque o acesso de associados da AAT a um projeto grupal do Rio Rural, com o objetivo de impulsionar a produção e uso de insumos biológicos e sua infraestrutura de comercialização.

Por fim, consideramos importante lembrar que a partir de 2018, Petrópolis passou a ser considerada Capital Estadual dos Produtos Orgânicos, ao ser sancionada a Lei 8.118. No entanto, apesar da importância deste reconhecimento institucional, o mesmo não tem se desdobrado em nenhuma ação mais específica de promoção da agricultura orgânica no município.

5.3 - Institucionalização da agricultura orgânica

Ainda na primeira metade da década de 1990 começou a se tensionar pela institucionalização da agricultura orgânica no Brasil (Fonseca, 2005). Este processo acarretou uma importante reestruturação institucional. Um dos resultados do reconhecimento dos sistemas de produção de base ecológica no âmbito do Estado, como

¹⁸⁰ Nesta chamada pública os valores pagos pelos produtos orgânicos eram os mesmos que os praticados em relação aos produtos convencionais na chamada pública, não sendo estipulado o adicional de até 30% que a política nacional possibilita.

destacam Almeida e Niederle (2013: 23), foi o direcionamento de políticas públicas específicas para este segmento. No contexto analisado podemos observar que este processo acabou potencializando, dentre outros fatores, ações a partir do campo da pesquisa, tendo a possibilidade de acessar editais de pesquisa com foco na temática a partir deste período. Desta forma, foi possível aprofundar interações entre pesquisadores de instituições públicas de pesquisa e agricultores orgânicos. A partir de fins da década de 1990, por exemplo, pesquisadores da Embrapa Agrobiologia passaram a dinamizar pesquisas nas unidades produtivas de agricultores da comunidade do Brejal, em Petrópolis, e de São José do Vale do Rio Preto (Guerra et al, 2007; Bloiese, 2013; Felipe, 2017)¹⁸¹.

No âmbito da ABIO esse processo impulsionou o fortalecimento das parcerias com pesquisadores da Embrapa Agrobiologia, alguns dos quais haviam participado da fundação da associação em meados de 1980, como também da Pesagro-Rio. Importante exemplo, nesse sentido, é o projeto Rede Agroecologia Rio, construído em 1998, que contou com financiamento da FAPERJ e durou de fins da década de 1990 até os anos 2000, sendo fruto de uma parceria interinstitucional coordenada pela Embrapa Agrobiologia e contando com a participação da ABIO, AS-PTA, UFRRJ, EMATER-Rio e Pesagro. Uma das unidades experimentais do projeto, localizada no sítio de uma produtora orgânica vinculada a ABIO, estava localizada na comunidade rural de Janela das Andorinhas, em Nova Friburgo. Apesar das dificuldades enfrentadas no processo de execução deste projeto (Feiden et al, 2002; Weid, 2001), ele foi importante para fortalecer parcerias interinstitucionais e ampliar o quadro de ações desenvolvidas pelas instituições responsáveis pela pesquisa junto a agricultores da Região Serrana, principalmente em Nova Friburgo, onde foi criada uma unidade da Embrapa em meados da década de 2000, com foco na disseminação de práticas e tecnologias sustentáveis entre agricultores familiares, conforme destacaremos mais adiante. Outro importante exemplo, nesse sentido, pode ser observado no âmbito da Pesagro, em que um projeto de pesquisa possibilitou o fortalecimento da atuação da ABIO nas arenas públicas de debate em relação aos marcos regulatórios da agricultura orgânica a partir de 2002.

¹⁸¹ Importante lembrar que estas interações tiveram início ainda na década de 1980. Entretanto, com a criação da Fazendinha Agroecológica, em 1993, e paulatina ampliação do quadro de pesquisadores vinculados à mesma, as relações com agricultores da região passaram a ser estruturadas de forma mais orgânica. Em relação a este processo ver, entre outros, o artigo *Uso de plantas de cobertura na valorização de processos ecológicos em sistemas orgânicos de produção na região serrana fluminense* (Guerra et al, 2007).

Com o início das discussões sobre normas para certificação da agricultura orgânica no Brasil, a ABIO passou a atuar como organismo certificador de seus associados, ainda na primeira metade da década de 1990. A partir desse período, a ABIO contratou técnicos para realizarem a averiguação de conformidade orgânica dos sistemas produtivos implantados pelos sócios. Nesse processo, representantes da associação a participar ativamente das discussões relativas aos marcos regulatórios em agricultura orgânica a serem implantados no Brasil, exercendo importante papel nos debates que levaram ao reconhecimento do Sistema Participativo de Garantia (SPG) na legislação.

O processo de construção da Instrução Normativa 007, de 1999, que versava sobre a regularização da agricultura orgânica no país, se deu de forma bastante participativa, como aponta uma sócia da ABIO que participou desse processo e cuja tese de doutorado buscou reconstituir essa trajetória. Entretanto, a regulamentação desta normativa, por meio da IN 006, em 2002, “não passou pelo mesmo processo de interações e adequações às diferentes realidades e condições, além de ter favorecido a concentração de poder na Comissão Nacional de Produção Orgânica (CNPOrg)”. No âmbito dessa comissão, os representantes de iniciativas mais estreitamente ligadas a agricultores familiares e/ou produtores de pequeno porte tinham problemas de comunicação com atores que trabalhavam em outros contextos, atuando, por exemplo, junto a empreendimentos que estavam interessados em ampliar sua inserção em mercados de exportação, e os debates não conseguiam incorporar a complexidade dos procedimentos de avaliação da conformidade que já vinham sendo implantados, de forma autônoma e descentralizada, em diferentes regiões do país, considerando as especificidades desses diferentes arranjos institucionais (Fonseca, 2005: 324).

Assim, no I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), realizado em 2002 na cidade do Rio de Janeiro, o grupo de trabalho sobre comercialização, do qual participaram sócios da ABIO, propôs a retomada de um processo participativo na construção da regulamentação sobre agricultura orgânica no país, com a criação de um coletivo específico para debater o tema. Ainda em 2002, esse grupo conseguiu reunir cerca de 30 pessoas de oito estados do país em Curitiba-PR, contando com aporte financeiro de projeto de pesquisa executado por essa mesma pesquisadora da Pesagro/Rio, também associada à ABIO. Nessa ocasião, foi criado o Grupo de Agricultura Orgânica (GAO), com o objetivo de dinamizar os debates em torno da construção desses novos marcos regulatórios, envolvendo atores ligados à agricultura orgânica - nas suas diversas expressões – com atuação nas diferentes regiões do país (Fonseca, 2005: 325).

A partir da formação do GAO, sócios da ABIO participaram ativamente desse grupo¹⁸² e, juntamente com atores vinculados à experiências produtivas e de comercialização de produtos orgânicos, ecológicos ou agroecológicos implantadas em outras regiões do país, que tinham em sua base majoritariamente agricultores familiares, passaram a tensionar para que a legislação brasileira também reconhecesse as formas participativas de certificação, que foram inscritas na legislação sob a designação de Sistemas Participativos de Garantia (SPGs). O SPG passou a ser reconhecido como um dos mecanismos do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISORG/ MAPA), previsto no Decreto nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007, que regulamenta a Lei nº 10.831. Ainda em 2007, a ABIO decidiu, por meio de assembleia geral, que a certificação de seus associados seria realizada através de um SPG, recebendo do MAPA seu credenciamento como OPAC em 2010.

O reconhecimento da certificação participativa na legislação brasileira e a constituição da ABIO como um OPAC a partir de 2010, parecem ter tido um papel importante para que se ampliasse significativamente o número de produtores orgânicos na Região Serrana a partir deste período, conforme observado nos capítulos precedentes.

Diretores da ABIO também aproveitaram essa inserção em diferentes arenas de discussão relacionadas aos marcos regulatórios para articularem, com agentes do poder público ligados à Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, que também participavam desses espaços, a abertura de novas feiras orgânicas na cidade, consideradas como estratégicas para impulsionar as experiências em agricultura de base ecológica articuladas através da associação¹⁸³. Uma das diretoras da ABIO, que em fins da década de 1990 paralisou suas atividades produtivas em Nova Friburgo e voltou a residir na cidade do Rio de Janeiro, estava participando da Comissão de Produção Orgânica coordenada pelo MAPA e, através desta, começou a buscar contatos na Prefeitura do Rio de Janeiro que pudessem viabilizar a abertura de novas feiras na cidade. A proposta foi ganhando espaço na Secretaria Especial de Desenvolvimento e Economia Solidária (SEDES), cuja secretária era vinculada ao Partido dos Trabalhadores (PT). A SEDES articulou uma reunião com a Secretaria Especial de Ordem Pública (SEOP), responsável por liberar a criação de feiras na cidade. Para esta reunião, a sócia da ABIO acima citada organizou

¹⁸² Especialmente a diretora da associação, que havia estruturado um sítio de produção ecológica em Nova Friburgo em 1982, e a pesquisadora da Pesagro, que também havia iniciado uma experiência em agricultura de base ecológica em Friburgo em 1987.

¹⁸³ A estruturação de feiras orgânicas na cidade do Rio de Janeiro era inviabilizada por normativa municipal, que impossibilitava a criação de novas feiras no município.

uma apresentação com imagens de feiras orgânicas realizadas em Paris e Londres, enviadas pela mãe de um conhecido. Esta apresentação, como destacou em sua entrevista, foi de fundamental importância para sensibilizar os agentes da SEOP, que abriram um mapa da cidade do Rio para que fossem indicados os bairros onde pretendiam realizar as feiras orgânicas, além de se disporem a dialogar com o Prefeito com o objetivo de viabilizar a publicação de um decreto autorizando sua realização. O Decreto n.º 35.064, que oficializou o CCFO, só foi assinado em 2012, mas as feiras do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO) começaram a funcionar desde 2010. A criação do CCFO, conforme destacado no capítulo anterior, foi de suma importância para impulsionar as experiências em agricultura de base ecológica na Região Serrana Fluminense.

O processo de institucionalização da agricultura orgânica no Brasil também impulsionou a entrada de novos atores nesse setor, o que acabou levando a significativas transformações no mercado de produtos orgânicos (Niederle e Almeida, 2013). Em relação ao contexto analisado, merece destaque o interesse de redes de supermercados instaladas na cidade do Rio de Janeiro em comercializar produtos orgânicos, abrindo espaço em suas prateleiras para esses alimentos. Esse processo impulsionou experiências de comercialização com supermercados protagonizadas pelas iniciativas de produção de base ecológica já instaladas na Região Serrana a partir de fins da década de 1990, mas que em grande parte foram encerradas até meados da década de 2000.

5.4 – Políticas públicas e promoção de práticas produtivas sustentáveis entre agricultores familiares especializados na produção de hortaliças em sistema convencional

Nos últimos anos, os serviços públicos de assistência técnica e extensão rural, bem como as instituições públicas de pesquisa, têm desenvolvido, no estado do Rio de Janeiro, diferentes ações voltadas à disseminação de práticas sustentáveis de manejo da agricultura e do ambiente agrícola entre agricultores familiares articulados aos arranjos construídos em torno da agricultura especializada na produção de hortaliças. Apesar dos avanços ocorridos nessa direção, especialmente na disseminação de práticas e tecnologias ambientalmente sustentáveis, podemos observar que estas ações acabam esbarrando em um conjunto de entraves, tanto simbólicos quanto materiais, relacionados aos arranjos de produção e comercialização aos quais esses agricultores estão articulados.

Desde meados da década de 2000, parte dos técnicos dos escritórios municipais da Emater passaram a incentivar os agricultores assessorados a acessar os mercados institucionais criados através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), visando promover a diversificação de seus sistemas produtivos e arranjos de comercialização. O acesso de agricultores familiares a esses instrumentos foi mais expressivo no município de Nova Friburgo, em comparação com Petrópolis e Teresópolis, como também podemos observar na pesquisa realizada por Aleixo (2017), que comparou o acesso a estes programas nos diferentes municípios do Estado.

Um caso emblemático no tocante a essas ações pode ser observado em duas comunidades rurais do Terceiro Distrito de Nova Friburgo. A partir de 2006, técnicos do escritório municipal da Emater passaram a estimular agricultores dessas comunidades a acessar chamadas do PAA, visando facilitar o pagamento de seus empréstimos junto ao Crédito Fundiário. Esses produtores haviam acessado essa linha de crédito em princípios da década de 2000 no esforço por assumirem integralmente o controle de suas unidades produtivas, adquirindo as terras do proprietário da fazenda para o qual trabalhavam como arrendatários. Com as reformulações ocorridas PNAE, em 2009, esta articulação foi estendida para chamadas públicas voltadas ao abastecimento das escolas. Nessa ocasião, os produtores passaram a contar com o apoio da Secretaria Municipal de Agricultura, que passou a fornecer o serviço de caminhões de forma a viabilizar a logística de distribuição dos alimentos nas escolas (MDA, 2016) ¹⁸⁴. As 48 famílias de agricultores destas comunidades rurais passaram, a partir daí, a acessar os dois programas.

Os resultados obtidos pelos agricultores residentes nessas duas comunidades, ao que tudo indica, passou a instigar outros produtores a acessarem chamadas públicas desses programas, grande parte em articulação com as associações daquelas duas comunidades, como observou um técnico ligado ao escritório municipal da Emater. Esse interesse foi também percebido nas entrevistas realizadas com agricultores de outras comunidades do Terceiro Distrito do município, no decorrer de nossa pesquisa.

O arranjo construído para operacionalização destas chamadas, com participação de técnicos da Emater e da Secretaria de Agricultura, parece apontar para a importância

¹⁸⁴ Estas ações também foram premiadas em 2016 e sistematizadas no Caderno Boas Práticas de ATER, da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário Subsecretaria de Agricultura Familiar.

de articulações interinstitucionais e ações compartilhadas entre diferentes atores na implantação das políticas de desenvolvimento territorial.

Ao avaliarem estes programas, agricultores do município observam sua potencialidade em relação à diversificação produtiva e resgate de culturas que haviam parado de produzir. Como salienta um agricultor do município que passou a acessar o PNAE a partir de 2011: “teve coisa, como a própria cenoura, que nós já produzia há mais de 25 anos atrás e parou. Eu voltei e plantei um canto ali. Também plantei repolho e tem beterraba plantada. Que aí eu já tô um pouco diferente”, em comparação com os sistemas produtivos implantados por agricultores vizinhos. Esse produtor também destaca a importância dos preços praticados nestes programas, dando o exemplo do cheiro verde: “se eu chegar com o cheiro verde ali [nos galpões em que comercializa o restante de sua produção] e pedir cinco (R\$ 5,00), não vendo nada, e a merenda tá me pagando R\$ 10,00”.

Com estes resultados, técnicos da Emater municipal consideram que: “estes programas (PAA e PNAE) podem ser uma importante ferramenta para os agricultores avançarem em uma produção mais sustentável”, como salienta extensionista que atua diretamente com agricultores das duas comunidades acima mencionadas

No entanto, agricultores que acessaram esses programas destacam os limites em termos dos volumes comercializáveis: “isso chega rápido no limite”, como aponta o agricultor acima mencionado¹⁸⁵. No trabalho que tive a oportunidade de desenvolver, como extensionista rural, entre 2014 e 2016, percebi que, em média, os agricultores que têm acessado estes programas conseguem escoar entre 10 e 20% do montante de sua produção via chamadas públicas. Os tetos de produção estabelecidos restringem de maneira significativa o potencial destes instrumentos em impulsionar transformações que possam contribuir com processos de transição nos arranjos socioprodutivos de agricultores, a exemplo de sua diversificação produtiva.

Importante observar, no entanto, que a possibilidade aberta com os mercados institucionais também parece fortalecer a emergência de novas experiências em agricultura de base ecológica em contextos marcados pela especialização na produção de hortaliças em sistema convencional. Como podemos observar em relação a agricultor de Teresópolis, que em 2019 iniciou experiência de produção sem uso de adubos químicos e agrotóxicos em área arrendada, após mais de trinta anos produzindo agrião em sistema

¹⁸⁵ Cada agricultor têm um limite de valor que pode comercializar em ambos programas, registrado por DAP.

convencional. Este produtor pretende comercializar a produção oriunda desta área experimental via chamadas do PNAE¹⁸⁶.

A perspectiva de desenvolvimento rural sustentável da agricultura familiar, articulando sustentabilidade econômica, social e ambiental, ao que tudo indica, passou a ganhar mais força entre técnicos dos escritórios da Emater no estado do Rio de Janeiro a partir da operacionalização do Programa Rio-Rural, conforme observaremos na sequência do texto.

Desde meados da década de 2000, pesquisadores da Embrapa Agrobiologia passaram a intensificar ações junto aos produtores convencionais de hortaliças da Região Serrana Fluminense. Esse processo culminou, em 2008, na estruturação do Núcleo de Pesquisa e Treinamento para Agricultores (NPTA) em Nova Friburgo, em sala cedida pela Secretaria de Agricultura do município.

As atividades desenvolvidas por pesquisadores da Embrapa a partir desse novo escritório tiveram inicialmente, como foco enfrentar a hérnia das crucíferas, problema fitossanitário que atingia os sistemas de cultivo desses agricultores. Como destaca Renato Linhares de Assis, pesquisador que esteve à frente deste processo: “começamos a articular algumas ações em relação à hérnia das crucíferas”, identificada pelos produtores como um dos principais problemas que estavam enfrentando, principalmente na produção de couve-flor e brócolis, cultivos de grande importância econômica no município.

Desta forma, buscaram articular a implementação de unidades de observação nas áreas produtivas de agricultores do município, visando desenvolver alternativas para esse problema. Neste processo, como aponta o pesquisador acima mencionado, foram organizando uma proposta de trabalho que visava articular diferentes práticas que poderiam favorecer processos de transição nos arranjos produtivos praticados e minimizar os efeitos dos problemas fitossanitários encontrados: “a partir deste trabalho com a hérnia que a gente conseguiu começar a problematizar outras questões, de manejo do solo, de adubação verde, que no caso a aveia preta eles foram identificando como a melhor solução”.

Tanto a escolha da adubação verde como a opção pela aveia preta, ao que tudo indica, esteve diretamente relacionada às práticas tradicionalmente desenvolvidas por agricultores da região. O manejo da adubação verde, em muitos aspectos, remonta à lógica do pousio, liberando-se a área produtiva para regeneração do solo através de outras

¹⁸⁶ No momento em que estávamos realizando a pesquisa de campo esta área ainda não estava produzindo, sendo apenas uma possibilidade aventada pelo produtor e seu filho, recém-formado em biologia.

culturas. Ao mesmo tempo, a escolha da aveia preta parece estar associada, como destaca pesquisador da Embrapa NPTA: “ao fato de eles terem culturalmente muito a coisa de utilizar o milho como planta para recuperar solo, quando o solo está cansado (...) E a aveia, enquanto gramínea, também acaba se ajustando um pouco a isto”.

Apesar dos avanços obtidos com essas ações, o pesquisador destaca as dificuldades enfrentadas no sentido de desenvolver trabalhos coletivos e disseminar o uso de adubação verde entre agricultores da região, principalmente em função da intensa dinâmica produtiva dos agricultores que marca o cotidiano desses produtores: “essa coisa que os agricultores fazem, que a gente brinca que é colher de manhã para plantar de tarde, o tempo fica muito complicado”, como destaca. A partir dos trabalhos desenvolvidos na região, o pesquisador observa que a intensidade que caracteriza as rotações de cultivo, dificulta expressivamente a adoção do plantio de adubos verdes pelos agricultores da região: “o convencional trabalha com uma certa diversidade ao longo do ano, mas no espaço é pouca diversidade. Aí você tem lá essas rotações, um talhão aqui, outro aqui e outro ali. Aí esses talhões vão mudando, eles são dinâmicos. Aí, como eu faço adubação verde e preparo o solo em um talhão que é dinâmico?”

Estas questões, ao que tudo indica, levaram à incorporação do uso de adubos verdes pelos agricultores da região a partir de adaptações que lhes permitissem conciliar o uso dessa prática com a dinâmica de seus arranjos socioprodutivos. Como salienta o pesquisador da Embrapa NPTA – depoimento que coincide com o que observamos a campo - muitos agricultores passaram a utilizar adubos verdes lançando mão, ao mesmo tempo, de aplicações do herbicida glifosato, conseguindo, assim, reduzir o tempo período de implantação dessa prática e facilitar o manejo posterior, adequando a mesma ao ritmo acelerado de rotação de culturas em seus sistemas produtivos e às restrições de mão de obra enfrentadas.

As ações desenvolvidas por esses pesquisadores foram estabelecendo, ao longo do tempo, instigantes interações com técnicos dos serviços públicos de assistência técnica e extensão rural, ganhando escala, especialmente, a partir da operacionalização do Programa Rio-Rural.

O Programa Rio Rural pode ser considerado o mais importante dispositivo de ação pública de desenvolvimento rural voltado para a agricultura familiar no âmbito do estado do Rio de Janeiro, cuja trajetória é marcada por uma histórica exclusão política e social desta categoria (Strauch e Palm, 2019). A execução do Rio Rural teve início em 2006, sendo expressivamente ampliada a partir de 2009. Em 2006, o programa iniciou a partir

de uma doação do Fundo Global Ambiental (GEF), voltada à implantação de um projeto piloto em 48 microbacias nas regiões norte e noroeste do estado. A partir de 2009, o programa foi ampliado para as demais regiões do Rio de Janeiro, por meio de um empréstimo do Banco Mundial e tendo como contrapartida, um montante de recursos investidos pelo Governo do Estado. Essa segunda fase do programa foi coordenada pela Secretaria de Agricultura do Estado e executado pela Emater Rio e Pesagro, além de diversos parceiros institucionais e grupos de agricultores.

O objetivo do programa, conforme destacado no Relatório de Resultados do Rio Rural (Emater, 2019: 2), foi: “promover o Desenvolvimento Sustentável do setor agropecuário fluminense, utilizando a metodologia de microbacia hidrográfica a fim de identificar e apoiar iniciativas e arranjos locais que possibilitem a construção de um processo evolutivo e contínuo de geração de renda, respeitabilidade ambiental e equidade social, propiciando assim a melhoria da qualidade de vida da sociedade em geral e em especial pequenos produtores e agricultores familiares”.

Essa política pública visou fomentar as atividades produtivas de agricultores familiares através de recursos financeiros não reembolsáveis, ou seja, que não precisam ser ressarcidos pelos beneficiários. Seu objetivo era aprimorar estratégias de fortalecimento da gestão sustentável dos recursos naturais, com enfoque em microbacias hidrográficas. Nesse sentido, buscou promover um desenvolvimento rural sustentável através de diversas ações, como o estímulo à organização social nas comunidades rurais, apoio técnico e financeiro aos agricultores e suas famílias para o aumento da renda agrícola e inserção nos mercados consumidores, além de visar promover a gestão dos recursos naturais, disseminando práticas “agroecológicas” e “ambientais” (EMATER, 2018). Ao acessarem o programa, os agricultores poderiam demandar um adicional de 10% nos recursos financeiros disponibilizados se adotassem alguma “prática agroecológica” e 15% se incorporassem uma “prática ambiental” no âmbito de seus projetos.

O Rio Rural passou a ganhar maior expressão entre agricultores da Região Serrana Fluminense a partir de 2011, no contexto da catástrofe climática conhecido como “tragédia de 2011”. Nesse período foi criada uma linha específica, chamada de Rio Rural Emergencial, para apoiar agricultores da região que haviam sido atingidos pelas chuvas e desabamentos, na recuperação de sua capacidade produtiva (estradas e pontes, equipamentos, instalações e reforma de moradias) (Emater, 2018). A partir deste momento, como destaca um assessor da Regional Serrana do Rio Rural, o programa

ganhou visibilidade, sendo acessado por grande parte dos agricultores da região nos anos posteriores

Um dos principais resultados da operacionalização do Rio Rural foi estimular o associativismo entre agricultores nas comunidades rurais dos municípios analisados, o que também pode ser observado em relação aos demais contextos em que o programa foi operacionalizado. Conforme destacado nos relatórios técnicos de execução (Emater, 2019), devido a sua atuação em 373 microbacias hidrográficas do estado e em amplas temáticas (ambiental, social, produtiva), o Rio Rural apresenta resultados variados, mas um de seus efeitos mais significativos foi o aumento do grau da participação de agricultores familiares em suas organizações, em alguns casos com o protagonismo de mulheres e de jovens, conforme salientado neste documento.

Importante observar, nesse sentido, que uma das exigências para acessar os recursos disponibilizados pelo Rio Rural foi a participação de agricultores nas associações de suas comunidades rurais, o que levou a um expressivo aumento no número de participantes¹⁸⁷.

Além dos efeitos do programa neste âmbito, podemos perceber que em suas diferentes versões, implementadas entre 2011 e 2018, o Rio Rural instigou um número significativo de agricultores a experimentarem práticas “agroecológicas” e “ambientais” em suas unidades produtivas, como podemos observar a partir da sistematização de dados dos relatórios de sua execução nos três municípios analisados (EMATER- Rio, 2019):

Tabela 2 - Agricultores que experimentarem práticas “agroecológicas” e “ambientais” do Rio Rural na Região Serrana

Práticas introduzidas	Número de agricultores			Total
	Nova Friburgo	Teresópolis	Petrópolis	
Adubação verde (1 ha)	1.222	183	11	1.416
Cultivo mínimo/Plantio direto (implantação)	353	27	32	412
Caldas alternativas (produção)	12	33	15	60
Controle biológico de pragas e doenças (1,0 há)	16	10	49	75
Compostagem e vermicompostagem	38	26	15	79
Cordão Vegetal	26	1	17	44

¹⁸⁷ Segundo relato de agricultores de diferentes comunidades rurais, a participação nas reuniões de associação se elevou em mais de 50% a partir da execução do Rio Rural. Ao longo de 2014 e 2016, observamos serem recorrentes reuniões de associação com a participação de centenas de agricultores, variando de acordo com o número de agricultores existentes das comunidades.

Fertilizantes orgânicos	107	0	17	124
Produção de Biofertilizantes	18	17	7	42
Rotação de Cultura (implantação)	166	47	12	225
Implantação de sistema agroflorestal	89	6	6	101
Manejo integrado de pragas (MIP)	0	1	28	29
Aceiro (para realização de pousio)	0	0	1	1

Fonte: Dados sistematizados pelo autor, a partir dos relatórios dos escritórios municipais da Emater em relação a execução do Programa Rio Rural.

Como podemos observar, nos três municípios analisados nessa pesquisa, foi expressivo o número de agricultores familiares que utilizou os recursos para implementar alguma “prática agroecológica”:

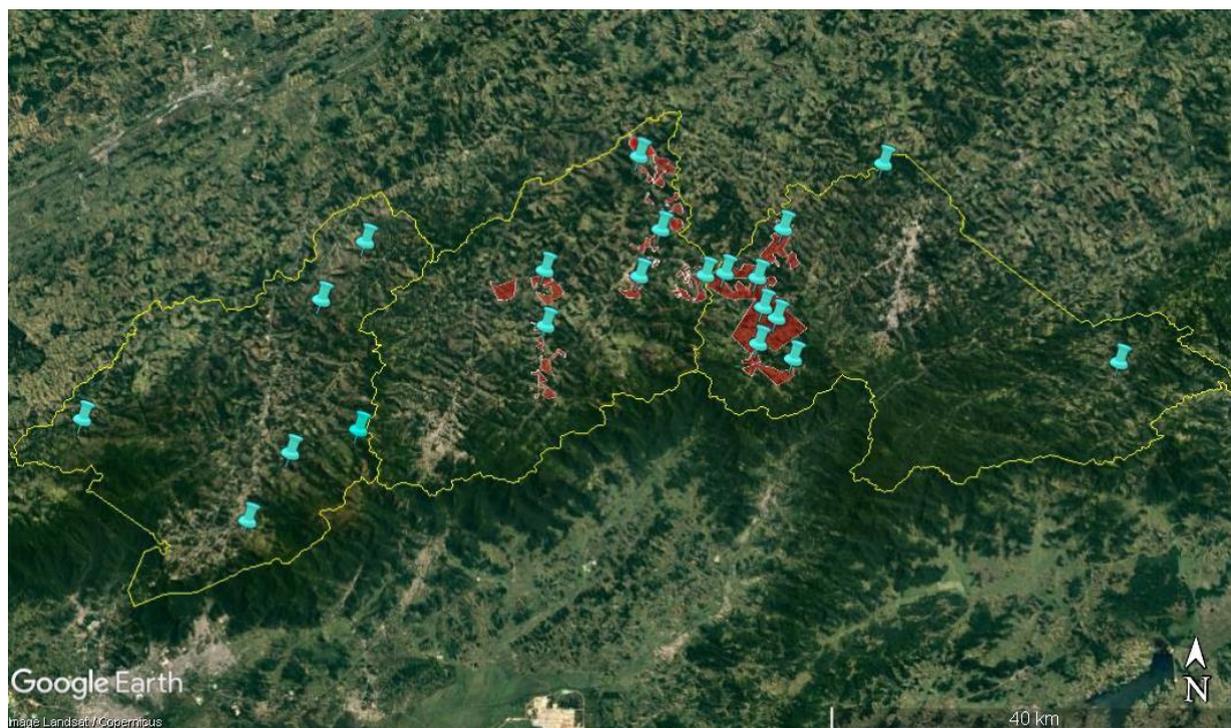
Tabela 3 - agricultores da Região Serrana que utilizaram recursos para implementar alguma “prática agroecológica” do Rio Rural

Agricultores que acessaram o programa		
Nova Friburgo	Teresópolis	Petrópolis
1.209	190	44

Fonte: Dados sistematizados pelo autor, a partir dos relatórios dos escritórios municipais da Emater em relação a execução do Programa Rio Rural.

Ao mapearmos as comunidades rurais em que o Programa Rio Rural foi operacionalizado em Petrópolis, Teresópolis e Friburgo, foi possível notar a sua capilaridade em áreas em que predominam os arranjos construídos em torno da produção especializada de hortaliças em sistema convencional. Para visualizar esta questão identificamos, no mapa abaixo, as áreas com maior concentração de produção convencional, destacadas em vermelho, e com ícones em azul localizamos as comunidades rurais em que o Programa foi executado:

Figura 24 - Comunidades rurais em que o Programa Rio Rural foi operacionalizado em Petrópolis, Teresópolis e Friburgo



Fonte: Mapa produzido pelo autor a partir dos relatórios dos escritórios municipais da Emater em relação a execução do Programa Rio Rural (EMATER, 2019).

Entre os agricultores familiares de Petrópolis, a “prática agroecológica” mais acessada foi o controle biológico de pragas e doenças. Importante observar, neste sentido, que técnicos do escritório da Emater municipal já vinham disseminando experimentos com insumos biológicos entre agricultores do município em anos anteriores, em articulação com uma empresa incubada pela PESAGRO-Rio, na unidade de Seropédica. Assim, com o Programa Rio Rural, buscaram impulsionar estas ações.

Entre as “práticas agroecológicas” acessadas por agricultores familiares de Nova Friburgo e Teresópolis ganha destaque a adubação verde, especialmente com uso de aveia preta. Como destacou o assessor da Regional Serrana do Rio Rural entrevistado nesse trabalho: “a adubação verde foi a prática agroecológica mais utilizada entre agricultores da região”. O entrevistado observou, nesse sentido, que a introdução de áreas de experimentação de um hectare com adubos verdes e plantio direto foi estimulada por técnicos que estiveram à frente da implementação do programa na região, principalmente no município de Nova Friburgo, muitos dos quais haviam realizado formações com pesquisadores da Embrapa NPTA.

Os agricultores da região parecem ter buscado experimentar práticas e tecnologias sustentáveis, entre outros fatores, com a intenção de reduzir custos de produção e encontrar formas diferenciadas que pudessem auxiliar na solução de problemas fitossanitários, dificilmente resolvidos a partir de práticas convencionais. Como aponta um agricultor do terceiro distrito de Nova Friburgo, em relação a sua experiência com calda bordalesa e sulfocálcica, cujos insumos adquiriu a partir de seu projeto no Rio Rural: “Eu queria pelo preço e uma coisa assim, botei funcionou... A gente vai cortar já, ao invés de tá comprando produto que acha que faz mal para a pessoa, usar um produto que não faz. O negócio é ter o resultado (...). Mas em questão de preço, eu nem penso em preço. Eu penso é em resultado. Por exemplo, eu faço a calda, vai ficar no preço do outro remédio que a gente compra nas lojas, mas se der resultado. Para mim, é o resultado. Eu tendo resultado, o preço pra mim não importa”.

Ao mesmo tempo, os recursos disponibilizados pelo Rio Rural parecem ter facilitado, por vezes, a aquisição de determinados equipamentos, que acabaram influenciando na diminuição do uso de agrotóxicos entre agricultores familiares, a exemplo de roçadeiras costais. Como aponta um agricultor de Nova Friburgo, que em 2014 adquiriu uma roçadeira a partir dos recursos disponibilizados pelo Programa: “a partir dali eu parei de usar secante para limpar o tomate (extração de plantas invasoras). Eu dou uma roçada e mantenho o mato baixo. E parece que as plantas (pés de tomate) também gostam disso, de não ficar na terra pura. A terra fica mais úmida com aquele matinho ralo ali”.

Muitos agricultores que experimentaram tecnologias e práticas sustentáveis a partir do Programa Rio Rural salientam, no entanto, a necessidade de uma assistência técnica mais efetiva para que possam viabilizar sua aos seus arranjos sócio produtivos. Importante observar, nessa direção, que o programa disponibilizou recursos financeiros para fomentar as unidades produtivas de agricultores familiares, mas os projetos e seu acompanhamento é realizado através de visitas pontuais às propriedades. Como aponta o agricultor acima mencionado, que adquiriu insumos para elaboração de caldas a partir de recursos disponibilizados pelo programa: “eu estava com o tomatinho dentro da estufa ali, fiz duas vezes (a aplicação de caldas), mas acho que eu perdi na medida, eu queimei tudo”. Desta forma, salienta a necessidade de um acompanhamento técnico mais frequente: “eu queria ver como faz e aprender, entender porque queimou”.

Neste sentido, podemos observar que, apesar da capilaridade do Rio Rural, com recursos específicos disponibilizados para investimentos de agricultores em práticas

“agroecológicas” e “ambientais”, seus efeitos parecem ter sido limitados por não garantir uma assistência técnica continuada aos agricultores assistidos. Além disso, estas ações com vistas a disseminar práticas e tecnologias sustentáveis com foco na dimensão produtiva, parecem esbarrar em um conjunto de entraves colocados a partir dos arranjos construídos em torno da agricultura especializada na produção de hortaliças, envolvendo redes de interdependência e sistemas de prescrição que, ao que tudo indica, acabam se colocando como significativos entraves para que se avance em processos de transição agroecológica.

Ao longo de 2017 e 2018, o Programa Rio Rural sofreu impactos da crise enfrentada no âmbito do estado do Rio de Janeiro, atrasando os repasses financeiros aos projetos em alguns momentos. Com o fim do contrato com o Banco Mundial, o Programa foi encerrado em 2019.

A demanda por assistência técnica com maior frequência para a experimentação de práticas sustentáveis também se evidenciou no trabalho como extensionista rural no âmbito do projeto ATER Sustentabilidade Para Promoção da Agricultura Familiar na Região Serrana Fluminense. A partir de fevereiro de 2014, a Cooperativa CEDRO passou a atuar na Região Serrana, com uma equipe interdisciplinar de 12 técnicos, atendendo aproximadamente 700 famílias de agricultores familiares nos municípios de Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis. Este projeto, contratado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foi executado até meados de 2017. No âmbito produtivo, a equipe buscou promover um conjunto de atividades de extensão rural, individuais e coletivas, em parceria com diferentes organizações, com o objetivo de disseminar práticas e tecnologias sustentáveis entre agricultores “convencionais”¹⁸⁸.

As ações desenvolvidas no âmbito do projeto enfrentaram, ainda, grandes dificuldades devido ao contexto sociopolítico de fragilização do MDA, a partir de 2014. Em fins de 2014 a equipe técnica iniciou um trabalho com *agricultores-experimentadores*, com o objetivo de potencializar suas ações no âmbito produtivo, especialmente na disseminação de práticas e tecnologias sustentáveis. A seleção dos *agricultores-experimentadores* foi realizada a partir dos arranjos socioprodutivos predominantes em cada comunidade rural, buscando focalizar aqueles que possuíam

¹⁸⁸ A equipe técnica do projeto enfrentou grandes dificuldades para incorporar entre o público beneficiário agricultores orgânicos, devido a muitos não terem DAP, como também por residirem em comunidades em que a equipe não havia conseguido estabelecer coletivos com mais de 16 agricultores, número mínimo para se viabilizar atividades coletivas segundo o previsto na Chamada de ATER que regia a execução do projeto.

características similares a maioria dos vizinhos¹⁸⁹. A proposta de implementação de unidades experimentais nas propriedades destes agricultores foi desenvolvida em parceria com pesquisadores da Embrapa Agrobiologia e de seu Núcleo de Pesquisa e Treinamento para Agricultores (NPTA), pesquisadores da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (Pesagro-Rio), além de professores da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Ao longo de 2015, as articulações estabelecidas com este conjunto de pesquisadores foram sendo consolidadas, permitindo a realização de duas visitas às unidades dos agricultores selecionados como experimentadores nas diferentes comunidades rurais de Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis, além da elaboração de um plano de ação com cada um dos mesmos e de atividades coletivas acerca dos principais problemas produtivos observados. Os planos de ação foram apresentados e discutidos com os *agricultores-experimentadores* em visitas realizadas nos últimos meses de 2015, em que também foram repassados insumos necessários para a implementação de algumas experiências, a exemplo de produtos biológicos para controle fitossanitário e sementes de adubação verde. Entretanto, ainda em fins de 2015 o projeto de ATER desenvolvido pela Cooperativa CEDRO passou a enfrentar sérios problemas financeiros, devido à atrasos no pagamento de serviços prestados ao MDA¹⁹⁰. A falta de recursos levou a atrasos nos pagamentos da equipe técnica por mais de três meses, além de inviabilizar a continuidade dos trabalhos de campo, tendo em vista a falta de recursos financeiros para isto¹⁹¹. Desta forma, não foi encerrada a proposta de trabalho com *agricultores-experimentadores*¹⁹².

Os resultados deste projeto parecem explicitar dificuldades enfrentadas com as descontinuidades nas ações promovidas a partir da operacionalização de políticas públicas. No entanto, de maneira geral, a análise ao longo da seção parece explicitar que, apesar do conjunto de entraves materiais e simbólicos para a incorporação de práticas e

¹⁸⁹ Desta forma, visava-se romper com a noção de que práticas e manejos sustentáveis seriam viáveis apenas a agricultores com características peculiares (a exemplo de neo-rurais, agricultores fragilizados economicamente...), como observa-se ser recorrente no imaginário coletivo dos agricultores familiares atendidos.

¹⁹⁰ Este contexto, vivenciado pela grande maioria das organizações da sociedade civil que prestava serviços de ATER contratados pelo MDA, levou a uma forte crise entre estas organizações e foi um dos focos dos debates na Conferência Nacional de ATER, realizada em 2016 e da qual participamos como observadores, tendo em vista a proposta de pesquisa que pensávamos em desenvolver naquele momento.

¹⁹¹ A exemplo de recursos para abastecer os veículos utilizados pela equipe técnica para ir a campo.

¹⁹² Em meados de 2016 a Cooperativa CEDRO retomou as atividades, mas com uma equipe técnica reduzida, que resolveu não dar continuidade à metodologia proposta em relação aos *agricultores-experimentadores*.

tecnologias sustentáveis entre agricultores predominantemente articulados a arranjos organizados em torno da produção de hortaliças em sistema convencional, novas tecnologias e práticas sustentáveis começaram a ser incorporadas por parte destes agricultores, adaptando-as aos seus arranjos socioprodutivos. No entanto, por exigirem manejos distintos dos que habitualmente praticam, estes agricultores salientam a demanda por serviços de assistência técnica com maior assiduidade, para que possam incorporá-las e realizarem ajustes em relação as mesmas. Neste sentido, é importante observar, ainda, que a proximidade com práticas tradicionais parece ter contribuído de maneira significativa para a disseminação de determinadas tecnologias, conforme observado em relação ao uso de aveia preta para adubação verde.

5.5 – Contradições entre políticas públicas e processos de transição agroecológica

Conforme observado na primeira seção deste capítulo, houve um significativo apoio estatal no processo que culminou na predominância da agricultura especializada na produção de hortaliças em sistema convencional na grande maioria das comunidades rurais da Região Serrana, configuração que, em grande medida, acaba colocando diversos entraves para a disseminação de experiências em agricultura de base ecológica e demais processos de transição agroecológica. Para além deste papel, também é possível perceber que em algumas temáticas, as ações do Estado acabam entrando em contradição, direta ou indiretamente, com os processos de transição, em que a postura estatal em relação aos agrotóxicos e às políticas ambientais, parecem ser emblemáticas no recorte espacial analisado.

No tocante à temática “agrotóxicos”, nos parece ser fundamental refletir acerca do papel do Estado tanto em relação à promoção do uso desses insumos, com à crescente utilização impulsionada pelos incentivos fiscais, quanto aos alarmantes dados em relação às subnotificações das intoxicações. A isenção fiscal concedida pelo Estado brasileiro à produção e comercialização de agrotóxicos é histórica, chegando em 2017 a impressionante cifra de R\$10 bilhões (Porto et al, 2020).

Esse processo, ao que tudo indica, não deve ser negligenciado ao se refletir acerca da expressiva elevação no uso de agrotóxicos entre agricultores familiares da Região Serrana Fluminense. O uso de agrotóxicos tem se elevado de maneira expressiva entre grande parte dos agricultores da região desde meados do século XX. De acordo com o *Panorama da Contaminação Ambiental por Agrotóxicos e Nitrato de origem Agrícola no*

Brasil: cenário 1992/2011 (Gomes e Baziron, 2014: 14-15), publicado pela Embrapa Meio Ambiente, “no estado do Rio de Janeiro as atividades agrícolas estão concentradas na região serrana, com a presença constante de situações de risco de contaminação ambiental por agrotóxicos”. O documento também destaca a contaminação de recursos hídricos por estas substâncias e, ainda, que “com o NO₃- não é diferente, principalmente nas culturas que exigem altas doses de nitrogênio”¹⁹³ (Ibidem: 16).

Outros estudos também têm destacado o uso de compostos proibidos pela legislação relativa aos agrotóxicos, como o produzido por Peres e Moreira (2007), que constataram o uso de compostos organoclorados como o DDT, BHC e Lindano na região Serrana do Rio de Janeiro, principalmente em hortaliças. Em pesquisa realizada na zona rural de Nova Friburgo, Moreira et al. (2002) também observam que a dispersão de agrotóxicos no ambiente, em particular nos recursos hídricos, ocasiona impactos significativos na ocorrência e distribuição de espécies animais. Alves e Oliveira-Silva (2003) detectaram, em outro estudo realizado em comunidade rural do município, concentrações de agrotóxicos anticolinesterásicos em valores até oito vezes acima do limite permitido pela legislação brasileira em dois pontos de um importante curso hídrico regional, localizados em áreas com intensa atividade agrícola.

O relatório *Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos no Estado do Rio de Janeiro* (Martins, 2015), encomendado pelo Ministério da Saúde, aponta que, entre 2009 e 2010, o consumo estadual de agrotóxicos disparou, passando de 3,40 kg/ha para 125,08 kg/ha, enquanto a área plantada se manteve. Já em 2012, esse número chegou a 151,01 kg/ha. Esse valor, conforme salientado no relatório, “é bastante alto, sobretudo se comparado às médias regional e nacional de, respectivamente, 33,43 kg/ha e 15,84 kg/há” (Ibidem: 04). O pesquisador Marcelo Firpo (Neepe/ENSP/Fiocruz) considera que, apesar do Rio de Janeiro ocupar o décimo lugar no ranking de estados que mais consomem agrotóxicos no país, segundo dados do relatório supra citado, os índices de consumo quilo por hectare elevam o estado a um dos três principais na utilização de agrotóxicos no país (Tourinho e Portela, 2016). O pesquisador ressalta, ainda, que apesar deste consumo intensivo ter relação direta com os casos de intoxicação, é preciso considerar o quadro de grande subnotificação, sendo a estimativa de que para cada caso existam outros 50 não notificados. Como aponta o relatório do Ministério da Saúde, dos 92 municípios fluminenses, somente 16 registraram mais de 10 notificações no Sistema

¹⁹³ Os autores ressaltam, neste sentido, que “uma vez no solo, o nitrogênio sofre um processo biológico denominado nitrificação e forma nitrato, principalmente em meio ácido (pH < 5)”.

de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) entre 2007 e 2012. Isso leva os casos de intoxicação por agrotóxicos não serem fáceis de dimensionar no Rio de Janeiro, porque há uma subnotificação explícita no estado.

Das políticas ambientais, principalmente de nível estadual, também parecem emergir alguns tensionamentos em relação aos processos de transição agroecológica em curso na Região Serrana Fluminense. Conforme pontuado anteriormente, frente às críticas direcionadas aos arranjos produtivos impulsionados pela especialização na produção de hortaliças em sistema convencional, especialmente pelo elevado uso de insumos químico sintéticos, agricultores familiares da região salientam que este processo esteve diretamente relacionado a inviabilização de sistemas tradicionais de produção agrícola. A partir de meados do século XX a utilização de práticas tradicionais, em que merece destaque o uso do *pousio*, passou a se tornar cada vez mais difícil para a grande maioria dos agricultores da região, devido ao parcelamento e redução das áreas produtivas, como também por restrições na legislação ambiental estadual.

Com a inviabilização desta prática, agricultores destacam a leitura de que foram levados a intensificar o uso de insumos químico sintéticos, tanto para fertilidade do solo nas áreas produtivas quanto para o controle de pragas e doenças (Carneiro e Palm, 2015). A implantação de unidades de conservação ambiental na região também tensionou a utilização da prática do “pousio”, principalmente pelos agricultores residentes no entorno dos parques ou dentro de áreas de preservação. O principal questionamento à prática está relacionado ao corte da vegetação e uso do fogo.

Importante observar, nesse sentido, que a Região Serrana Fluminense também concentra uma significativa área de conservação ambiental. Ainda em 1939 foi criado o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, sendo o terceiro parque mais antigo do país e abrangendo parcelas dos municípios de Petrópolis, Teresópolis, Magé e Guapimirim. Em 2002 também foi estruturado o Parque Estadual dos Três Picos, que abrange áreas dos municípios de Nova Friburgo, Teresópolis, Petrópolis, Guapimirim, Cachoeiras de Macacu e Silva Jardim. No entorno destes parques foram sendo criadas, ainda, Áreas de Proteção Ambiental, com o intuito de amortecer os impactos em relação às áreas de conservação integral.

Por um lado, conforme observado no terceiro capítulo da tese, a existência destas áreas de conservação ambiental e Áreas de Proteção Ambiental parece ter tido um papel relevante no sentido de viabilizar espaços viáveis para experiências em agricultura de base ecológica, com espaços para produção agrícola sem riscos de contaminação por

agrotóxicos. No entanto, a implantação das unidades de conservação ambiental e, principalmente, o enrijecimento das fiscalizações ambientais nas áreas próximas aos parques ou dentro das áreas de preservação, ao longo dos anos 1990 e 2000, criou uma situação de tensão nestas comunidades rurais, levando a que muitos agricultores tenham forte resistência a temática ambiental (Rego, 2008).

No trabalho de ATER desenvolvido a partir de 2014, também pudemos observar que alguns agricultores, principalmente os que viviam em comunidades que se encontravam próximas às unidades de conservação, demonstravam certa resistência em relação a propostas e iniciativas apresentadas como “agroecológicas” ou de “agricultura orgânica” trazidas por agentes externos à comunidade, o que parecia ser motivado pela compreensão de que estas proposições estavam vinculadas a uma perspectiva em que as preocupações com questões ambientais se sobrepujavam à atenção necessária pela produção agrícola. Ao mesmo tempo, eram recorrentes as observações de agricultores da região acerca da inviabilidade econômica de iniciativas de produção que não utilizassem insumos fertilizantes e agrotóxicos.

Em 2012, atores ligados à Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ) passaram a envidar esforços em relação à regulamentação de sistemas agroflorestais e da prática do pousio, por considerá-los centrais para a promoção da agroecologia na região. Em julho deste ano foi realizado o *Seminário Estadual sobre Regulação de Sistemas Agroflorestais e Pousio*¹⁹⁴, para debater as restrições impostas pela legislação ambiental estadual a essas práticas nos sistemas de produção familiares. Um representante do Instituto Estadual do Ambiente (Inea) se comprometeu, a partir das discussões realizadas no seminário, a avançar na elaboração de uma minuta para a regulamentação dos sistemas agroflorestais e uso da prática do pousio no estado. Esse processo desdobrou na Resolução Inea 86, publicada em janeiro de 2014. Em julho deste ano, a AARJ promoveu novo seminário, intitulado *Regulamentação de Práticas Agroflorestais e de Pousio no Rio de Janeiro*, com vistas a avaliar as potencialidades e limites da Resolução Inea 86/2014.

Como desdobramento do seminário foram realizadas duas mini oficinas em unidades produtivas de agricultores familiares, com o objetivo de exercitar a aplicação dos formulários, instrumentos de registro e comunicação, estipulado na normativa. Na oficina realizada na propriedade de um dos agricultores de Nova Friburgo, os produtores da Associação dos Agricultores Familiares de São Pedro da Serra e Adjacências

¹⁹⁴ Este seminário foi organizado pelo Projeto Semeando Agroecologia (desenvolvido pela AS-PTA), em parceria com o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) e a Associação Mico Leão Dourado (AMLD)

(AFASPS) destacaram as preocupações em relação aos prazos estipulados para retorno do Inea frente às solicitações, os impactos das restrições sobre o uso de fogo controlado e a aplicabilidade dos formulários, tendo em vista a exigência de um conjunto de informações técnicas.

Apesar destes limites, um dos agricultores tentou realizar a solicitação para a realização da prática em uma das áreas de sua propriedade. Entretanto, só conseguiu a liberação após mais de dois anos. Assim, como aponta este agricultor: “se eu dependesse daquela área para viver, já estaria morto”. Além disso, o produtor destaca que a liberação da prática sem uso do fogo controlado, conforme estipulado na normativa, dificulta a remoção de matéria orgânica, especialmente de espinhos, como também compromete a regeneração da fertilidade do solo¹⁹⁵.

Estas restrições impostas pela legislação ambiental e, principalmente, o parcelamento das unidades produtivas acabaram, desta forma, colocando significativas dificuldades para o resgate de práticas vinculadas aos sistemas de produção tradicionais em ações que visam promover processos de transição agroecológica no contexto analisado. Esta questão, ao que tudo indica, também parece reforçar a importância de iniciativas que buscam disseminar novas práticas e inovações tecnológicas sustentáveis na região.

Observações finais do capítulo

A análise empreendida no presente capítulo parece destacar a importância do conjunto de ações desencadeadas a partir do Estado, especialmente em âmbito federal, em relação a configuração que, ao longo dos anos, foi se tornando predominante no *sistema agri-alimentar territorial* na Região Serrana. Merecem destaque, neste sentido, três contextos sociopolíticos bastante distintos, mas que acabaram contribuindo significativamente para o fortalecimento da especialização na produção de hortaliças em sistema convencional. Entre as décadas de 1960 e 1980, as ações estatais alicerçadas em uma concepção de desenvolvimento que visava articular *modernização conservadora* da agricultura, industrialização e urbanização, impulsionaram significativamente esta configuração. A adoção do receituário neoliberal, sobretudo a partir dos anos 1990, com abandono de políticas agrícolas e diminuição da intervenção estatal, em uma estratégia

¹⁹⁵ Este processo foi acompanhado e registrado a partir das atividades de pesquisa desenvolvidas na região, como também nas ações como extensionista rural.

institucional de liberalização de mercados e privatização de instrumentos de política, juntamente com certo desinteresse por parte do poder público estadual no tocante à temática agricultura, parecem ter facilitado a ascensão de atores do setor privado nos arranjos construídos em torno da agricultura especializada na produção de hortaliças, em especial na prestação de serviços de ATER e na estruturação de arranjos de comercialização. Por fim, observamos que o processo de reconhecimento político e institucional da agricultura familiar, a partir de meados da década de 1990, também acabou fortalecendo esse modelo de agricultura convencional no contexto analisado, com políticas públicas e espaços de governança específicos que acabaram, em grande medida, sendo capitalizados por atores vinculados ao arranjo predominante neste contexto.

No tocante aos projetos institucionais que buscaram impulsionar, a partir de diferentes perspectivas, processos de ambientalização da agricultura na Região Serrana Fluminense, consideramos ser de fundamental importância analisá-los a partir deste cenário mais amplo. A partir de fins da década de 1990 observamos a emergência de diferentes políticas públicas nesta direção, seja em relação a agricultura orgânica ou que buscaram disseminar práticas e tecnologias ambientalmente sustentáveis entre agricultores articulados a produção de hortaliças em sistema convencional.

Em relação ao conjunto de instrumentos de política pública criados nos últimos anos em âmbito federal e que buscaram impulsionar processos de ambientalização na agricultura, observamos que os mesmos não ganharam maior expressão na região estudada. Merecem destaque, neste sentido, alguns limites em relação a operacionalização destas políticas públicas, a exemplo da dificuldade na emissão de DAP para atores que não tinham origem na agricultura familiar.

Já o processo de implementação de marcos regulatórios em torno da agricultura orgânica no país, assumiram crescente importância nos municípios analisados. Em relação a este processo nosso estudo parece ressaltar alguns elementos importantes no tocante às interações estabelecidas entre agentes vinculados ao Estado e sociedade civil na construção e operacionalização de políticas públicas. A participação de atores vinculados a ABIO nessas discussões e o reconhecimento do formato de SPG na legislação brasileira parecem reforçar a relevância destas interações.

Já em escala estadual parece se explicitar a histórica exclusão política e social da agricultura, especialmente familiar, no contexto do estado do Rio de Janeiro. O Programa Rio Rural, operado entre fins da década de 2000 até 2019, se destaca como o principal dispositivo de ação pública de “desenvolvimento rural sustentável” neste contexto. Na

Região Serrana Fluminense esta ação pública, operacionalizada a partir dos escritórios municipais da EMATER, teve uma significativa influência na disseminação de práticas “ambientais” e “agroecológicas” entre agricultores articulados predominantemente a agricultura especializada na produção de hortaliças em sistema convencional.

No entanto, apesar da significativa capilaridade do Programa Rio Rural, seus efeitos no sentido de promover processos de ambientalização da agricultura parecem ter sido limitados, com destaque para a necessidade de uma assistência técnica continuada aos agricultores assistidos e seu foco na dimensão produtiva. A proposta de impulsionar processos de transformação das práticas em agricultura com foco na dimensão produtiva, ao que tudo indica, acabou esbarrando em um conjunto de “contenções” colocadas a partir de arranjos construídos em torno da agricultura especializada na produção de hortaliças em sistema convencional. Os limites observados na disseminação do uso da aveia preta como adubação verde e cobertura morta parecem ser emblemáticos neste sentido.

No recorte administrativo dos municípios, a dificuldade de se colocar os processos de ambientalização da agricultura na agenda pública também parece se evidenciar. Relações pontuais com agentes do poder público municipal foram importantes para viabilizar espaços para realização de feiras de comercialização direta, mas com alguns impasses, como parece explicitar o caso das ameaças aos locais de realização das feiras da AAT nos últimos anos. Nos três municípios analisados não conseguimos observar a existência de instrumentos de política pública com foco na promoção de processos de transição agroecológica.

Apesar da importância pontual de políticas públicas que buscaram promover processos de ambientalização da agricultura, o estudo empreendido parece explicitar a carência de um enfoque mais sistêmico nos mesmos. Buscar construir um arranjo político e institucional capaz de promover estes processos, envolvendo atores com capacidade de ação em diferentes dimensões do *sistema agri-alimentar territorial* parece se colocar como questão premente em relação ao contexto analisado.

Merecem destaque, ainda, as contradições entre os processos de transição agroecológica e ações públicas não diretamente relacionadas à temática. Na Região Serrana observamos, por exemplo, que parte das ações em relação a questão ambiental e a postura estatal no tocante a produção e comercialização de agrotóxicos, como também os limites na identificação e notificação de casos de intoxicação com estes insumos, acabam tendo um papel de conter processos de ambientalização da agricultura.

Em consonância com as propostas de uma Agroecologia Política, consideramos que o estudo realizado aponta para a importância de se partir de um enfoque territorial e promover espaços e arenas de participação e governança reflexiva para fortalecer processos de transição agroecológica territorialmente situados em articulação com políticas públicas. Neste sentido, consideramos que a pesquisa também aponta um conjunto de gargalos e possibilidades em relação as *coalizões* a serem estabelecidas entre diferentes atores nesta direção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta tese buscamos operar uma leitura “pragmática das transformações” em relação aos processos de transição agroecológica territorialmente situados. Em diálogo com a perspectiva dos *sistemas agri-alimentares territoriais*, lançamos um olhar sistêmico, com foco na diversidade de perspectivas de ambientalização da agricultura que se expressam no território analisado, examinando como estes processos foram se desdobrando historicamente. Através da noção de *ecologia de projetos* buscamos apreender como projetos heterogêneos foram estabelecendo, ao longo do tempo, em maior ou menor medida, sinergias capazes de fortalecê-los. Ao mesmo tempo, a partir do diálogo com formulações oriundas da geografia que procuram pensar o território desde uma perspectiva relacional, buscamos analisar as relações de força e poder que historicamente foram conformando a configuração territorial analisada, em meio a processos de *des/re/territorialização*, em que ressaltamos as “contenções” que afetam os diferentes projetos de ambientalização da agricultura. Com base nestas reflexões, ancoradas em uma pesquisa empírica na Região Serrana Fluminense, especialmente nos municípios de Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis, gostaríamos de sublinhar, a título de considerações finais, alguns ganhos analíticos que podem aportar elementos na construção de uma agenda coletiva de pesquisas futuras.

Em primeiro lugar nosso estudo parece reforçar a importância de se refletir acerca dos processos de transição agroecológica e seus desdobramentos integrando, para além da dimensão produtiva, distintos níveis sistêmicos de análise. Percebemos, neste sentido, que a forma como os atores buscam desencadear ações e coordenar diferentes domínios de intervenção depende diretamente do projeto de ambientalização de que são portadores. Ao mesmo tempo, observamos a relevância de refletir sobre estas questões tanto em relação à configuração predominante no *sistema agri-alimentar territorial* em questão quanto ao cenário econômico e político mais amplo em que os processos de transição agroecológica estão inseridos e que podem, pelo menos em alguns momentos, oferecer janelas de oportunidade para que os atores sociais possam ampliar suas margens de manobra.

O olhar sociohistórico e sistêmico na análise do processo de modernização da agricultura na Região Serrana foi, ao que tudo indica, de fundamental importância para que pudéssemos observar como esta configuração, baseada na produção especializada de hortaliças através de tecnologias convencionais, impõe um conjunto de “contenções” aos

processos de transição agroecológica. A análise nos permitiu observar as dinâmicas de territorialização da modernização da agricultura a partir de ações articuladas em diferentes níveis sistêmicos, se desdobrando em redes de interdependência e sistemas de prescrição. Assim, apesar do conjunto de *desconexões* geradas por este processo, especialmente na dimensão produtiva, observamos que ao longo dos anos foram sendo reforçadas e ganhando aderência *relações de captura* entre distintos atores, envolvendo ações em diferentes níveis ou dimensões do *sistema agri-alimentar*. Especialmente na escala das comunidades rurais, observamos que foram se explicitando um conjunto de “contenções”, tanto simbólicas quanto materiais, que dificultam processos de ambientalização da agricultura, seja em relação à perspectiva de transição para uma agricultura certificada como orgânica ou para a disseminação de práticas e tecnologias ambientalmente mais sustentáveis.

Na pesquisa registramos a existência de múltiplos projetos de ambientalização da agricultura no espaço estudado, que expressam distintos regimes de ação e justificação, como também diferentes perspectivas de ampliação de escala. Analisar esses projetos em sua diversidade parece ter contribuído para que certo deslocamento analítico fosse realizado em relação aos fatores que facilitam ou dificultam processos de transição agroecológica, não se limitando à busca por respostas objetivas e substantivadas em relação a estes fatores ou a uma análise a partir das motivações individuais dos produtores. Ao mesmo tempo, no tocante a disseminação e ampliação de escala destes distintos projetos, observamos que eles são traduzidos pelos atores em relação a múltiplos elementos, com destaque para a forma como lidam com a questão ambiental e às restrições contextuais que enfrentam, o que acaba levando a certas concepções e formas de coordenação de práticas. Consideramos ter sido possível sublinhar, desta forma, a importância de se aprofundar o debate em relação às noções de ambientalização da agricultura e transição agroecológica, pois análises territorialmente situadas parecem ressaltar a complexidade existente por trás das mesmas.

Nosso estudo parece confirmar, em grande medida, a hipótese lançada a partir da abordagem dos *sistemas agri-alimentares territoriais*, de que os processos de transição agroecológica podem ser fortalecidos a partir de ações desencadeadas e articuladas em diferentes níveis sistêmicos. A ideia que lançamos, de uma *ecologia de projetos*, nos ajudou a melhor compreender como esta questão foi se desdobrando na Região Serrana ao longo do tempo. Enquanto propostas de mudança contratendentes, estes projetos normalmente acabam alcançando resultados fragmentados, a partir de coletivos de atores

que buscam realizar mudanças nos contextos que interagem, trabalhando com os recursos que têm às mãos. A ideia de uma *ecologia de projetos*, no entanto, nos permitiu observar interações entre os diferentes grupos e elementos de continuidade entre projetos distintos em meio a descontinuidades prementes.

Em Petrópolis, por exemplo, observamos que no processo desencadeado com a Coonatura, a partir de fins da década de 1970, tendo como foco um arranjo de comercialização cooperativista, foram cruciais as interações, a partir da primeira metade dos anos 1990, com as ações no campo da certificação desenvolvidas pela ABIO. Ao mesmo tempo, na manutenção dos agricultores orgânicos da comunidade do Brejal durante a crise que passou a atingir a Coonatura desde o início dos anos 2000, foi de crucial importância sua articulação com a Horta Orgânica e Bio Hortas, comercializando sua produção via redes de supermercados. Em meados dos anos 2000, quando esta articulação com redes de supermercados instaladas na cidade do Rio de Janeiro começa a se fragilizar, os canais de comercialização com o Sítio do Moinho e mesmo os mercados institucionais para a alimentação escolar também foram fundamentais. Este processo histórico, ao que tudo indica, foi crucial para viabilizar a ampliação no número de agricultores orgânicos no município, impulsionada com a criação do CCFO nos anos 2010 e com o sistema participativo de garantia, fazendo com que Petrópolis atualmente concentre o maior número de produtores orgânicos no estado do Rio de Janeiro.

Em Teresópolis observamos que atores foram viabilizando seus projetos familiares e individuais em interação com a ABIO ao longo dos anos 1980 e 1990. Na segunda metade dos anos 2000, estes projetos se desdobraram na criação da AAT, centrando seus esforços em organizar um arranjo de comercialização com um conjunto de princípios em torno da “feira agroecológica”. Na viabilização do projeto coletivo construído em torno da AAT, no entanto, a ABIO mantém um papel central ao viabilizar o processo de certificação participativa dos produtores orgânicos.

Em relação a Nova Friburgo, se destacam as interações entre produtores orgânicos e a articulação do Sítio Cultivar com redes de supermercados e lojas especializadas do município desde o início da década de 2000. Além disso, tanto em Teresópolis como em Nova Friburgo é possível observar sinergias entre projetos individuais ou familiares de produtores orgânicos com origem urbana no escoamento da produção de produtores com origem na agricultura familiar, permitindo a participação destes em canais de comercialização como o CCFO.

Estes projetos individuais ou familiares de produtores orgânicos com origem urbana também foram importantes no processo de experimentação de práticas em agricultura de base ecológica e na articulação entre ações desencadeadas em diferentes dimensões para fortalecer estas experiências na Região Serrana. Merecem destaque, neste sentido, suas ações na viabilização de diferentes canais de comercialização, seja com redes de supermercados ou em ações que buscam transformações mais ousadas no *sistema agri-alimentar*, a exemplo das feiras de comercialização direta, como também para viabilizar o sistema de certificação participativa.

Merece destaque, ainda, o Programa Rio Rural, enquanto projeto institucional, na disseminação de práticas e tecnologias ambientalmente sustentáveis entre agricultores articulados a produção convencional de hortaliças, destarte todos os limites que enfrenta nesta direção. Além disso, o programa também acaba permeando trajetórias de transição para a agricultura orgânica.

Como o estudo parece destacar, através destes projetos, que podem ser observados em diferentes escalas (individual, familiar, coletivo e institucional), os atores foram estabelecendo caminhos e colocando em prática estratégias consideradas, frente as restrições contextuais e às oportunidades que visualizaram, promover processos de transição agroecológica territorialmente situados.

A leitura longitudinal, que nos permitiu observar essa *ecologia de projetos* e seus desdobramentos ao longo do tempo, parece ter oportunizado certo deslocamento analítico em relação aos estudos que buscam aprofundar o exame de experiências ou projetos específicos, como recorrentemente acontece nas pesquisas realizadas acerca dos processos de transição, conforme salientamos no primeiro capítulo. Ao olharmos esses projetos em suas interações ao longo dos anos, tivemos a oportunidade de identificar conexões que poderiam passar despercebidas, no que diz respeito às complementariedades que vão sendo estabelecidos e fortalecem esses processos, ou mesmo contradições que acabam contribuindo para que inflexões ocorram.

A partir desta análise longitudinal percebemos, ainda, que os projetos coletivos construídos a partir das experiências em agricultura de base ecológica foram assumindo funções diversas ao longo dos anos. Alguns desses projetos acabaram sendo mais multifuncionais, conseguindo desencadear e articular ações em diferentes dimensões sistêmicas, enquanto outros tiveram um papel mais específico, com ações voltadas a um campo mais circunscrito, como por exemplo da construção de um determinado canal de comercialização. De maneira geral, no entanto, esses projetos parecem ter oportunizado

a conformação de um tecido social vivo ao longo do tempo, com a capacidade de alimentar os processos de transição territorialmente situados.

Podemos observar que ao longo do processo analisado duas perspectivas de ambientalização da agricultura despontaram com maior expressão na Região Serrana Fluminense: i) agricultura orgânica certificada com produção voltada à mercados específicos, especialmente através de feiras de comercialização direta, e ii) a disseminação de práticas e tecnologias ambientalmente mais sustentáveis. As experiências em agricultura orgânica foram sendo viabilizadas, em sua grande maioria, às margens de comunidades rurais em que os sistemas produtivos manejados com base em tecnologias convencionais haviam se adensado, seja em comunidades rurais em que aquele modelo não havia deixado marcas tão profundas ou em áreas isoladas nestas comunidades. Por outro lado, entre agricultores vinculados à produção de hortaliças em sistema convencional a disseminação de práticas e tecnologias ambientalmente mais sustentáveis, se constitui como a principal perspectiva de ambientalização, enfrentando expressivos limites, como o caso da adubação com aveia preta demonstra.

Em relação a agricultura orgânica na Região Serrana observamos que, tendo em vista a importância dos mercados para os processos de transição neste contexto, sua institucionalização se desdobrou em significativas inflexões. A construção destes marcos regulatórios, a partir da década de 1990, acabou acarretando transformações significativas, com destaque para a profunda redefinição nos mercados que impulsionou. Assim, a partir deste período é possível destacar duas perspectivas distintas em relação à agricultura orgânica no contexto analisado: i) de um lado, um projeto centrado no aprimoramento da qualidade orgânica e na disponibilização desses produtos através das grandes redes varejistas e lojas especializadas, ii) de outro, um projeto com foco na certificação participativa e na construção de uma aliança entre produtores e consumidores através de circuitos de comercialização direta. Nestas duas propostas também observamos regimes de ação e justificação um tanto distintos, envolvendo diferentes modalidades de crítica à agricultura convencional. Na articulação com redes de supermercados e lojas especializadas, por exemplo, observamos um tipo de resposta em termos de ampliação de escala que envolve uma normatividade e barreiras de qualidade que acabam, em alguma medida, circunscrevendo os atores que conseguem entrar. Este projeto apresenta, assim, possibilidades distintas das que observamos em relação àquele articulado em torno das feiras orgânicas de comercialização direta e sistema participativo de certificação, que foi

de crucial importância para a significativa elevação no número de produtores orgânicos na Região Serrana na última década.

De maneira geral, consideramos que pesquisa realizada corrobora com a ideia de que os processos de transição agroecológica, como o próprio termo transição parece sugerir, não se desdobram de maneira unidirecional, mas sim através de inúmeras inflexões e alinhamentos com processos que transcendem o território em questão. Consideramos, neste sentido, que as lentes de análise que buscamos operar no estudo contribuíram com certo deslocamento analítico em relação a formulações das abordagens predominantes nos estudos sobre transição.

Com base nas teorias de transição técnico-social, em que merecem destaque as formulações advindas da PMN, o foco nos regimes agroalimentares pode, por vezes, levar a que se negligencie a trama complexa com a qual interagem e se desdobram os processos de transição agroecológica territorialmente situados. Ao enraizar o entendimento das potencialidades e limites dos processos de transição em relação às configurações territoriais com as quais interagem, podemos ficar melhor posicionados para compreender as ações desencadeadas por um conjunto heterogêneo de atores e seus desdobramentos em relação a promoção de processos de ambientalização do *sistema agri-alimentar*, tanto no sentido das contenções simbólico e materiais que se antepõem aos mesmos, como de possíveis margens de manobra e fatores que podem os dinamizar.

Ao mesmo tempo, a abordagem analítica adotada ao longo da pesquisa parece contribuir nas reflexões acerca do potencial transformador (ou não) dos processos de ambientalização da agricultura. Seriam expressão de um simples “esverdeamento” ou apontam para transformações mais profundas? Como buscamos demonstrar ao longo do trabalho, as respostas a esta questão se tornam muito mais complexas quando buscamos não nos afastar dos atores e das restrições contextuais por eles vivenciadas.

Gostaríamos de salientar, por fim, a perspectiva de interação entre o presente estudo e os atores envolvidos com os processos de transição agroecológica pesquisados. Não se pretende, em primeiro lugar, apresentar um conjunto de recomendações sobre como os atores deveriam gestionar seus processos de transição. Da mesma forma, não temos o objetivo de realizar uma avaliação acerca dos diferentes atores, experiências e processos de ambientalização da agricultura estudados. O objetivo desta pesquisa foi contribuir para a construção de espaços e dinâmicas de governança reflexiva em diálogo com os diferentes atores envolvidos em processos de transição territorialmente situados, principalmente a partir da sistematização dos diferentes projetos de ambientalização da

agricultura que se expressam na Região Serrana, examinado como podem fortalecer ou acabar contendo a transformação dos *sistemas agri-alimentares* em uma perspectiva de articulação entre justiça ambiental e social.

Realizamos um primeiro esforço, nessa direção, com o seminário *Olhares transdisciplinares sobre a transição agroecológica nos territórios: diálogos Brasil-França e pesquisador-ator*, que organizamos em Teresópolis-RJ sob a coordenação das professoras Claudia Job Schmitt e Claire Lamine. A realização do seminário na sede do Parque Nacional da Serra do Órgãos de Teresópolis visou facilitar a participação de atores pesquisados no trabalho de doutorado. Com este evento buscamos construir um espaço de debates e intercâmbios de conhecimentos, colocando em perspectiva processos de transição agroecológica em curso tanto no Brasil como na França, em diálogo com diferentes atores, em estreita parceria com as organizações e instituições envolvidas na construção de processos de transição agroecológica na Região Serrana do Rio de Janeiro.

No seminário tivemos a oportunidade de discutir resultados parciais da presente pesquisa. O debate desencadeado a partir desta apresentação, como também as discussões realizadas com as apresentações de atores envolvidos com os processos de transição na Região Serrana Fluminense, em que merecem destaque as exposições em relação à trajetória da Coonatura, ABIO e AAT, foram de fundamental importância para a versão final da tese. Importante salientar que uma das demandas em relação a pesquisa, reforçada no seminário, foi justamente de apresentar uma sistematização de diferentes processos de ambientalização da agricultura que se expressam neste território. Atores explicitaram, neste sentido, a importância de aprofundar uma leitura histórica em relação aos distintos processos de ambientalização da agricultura e os fatores que têm dificultado ou dinamizado seus desdobramentos. Juntamente com as opções teórico metodológicas que foram se delineando ao longo da pesquisa, estas demandas influenciaram a forma como organizamos o presente trabalho.

Pretendemos que a tese possa contribuir com a continuidade dos diálogos com estes atores, com vistas tanto a qualificar os resultados da pesquisa como também auxiliar no debate coletivo sobre os caminhos da transição agroecológica na Região Serrana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALA, Fábio de Andrade. Governança Global sobre Florestas: o caso do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7 (1992/2006). Tese de doutorado - Programa de Doutorado em Política Internacional e Comparada - Universidade de Brasília. 2007.

ABIO - Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro. Normas Técnicas Para Certificação de Produtos Orgânicos. Versão 2002.

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios – repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada* — n° 2, vol. IV: 379-397, 2000.

ABREU, Lucimar Santiago de. A construção social da relação com o meio ambiente: análise das percepções e representações sociais de risco ecológico em um município da Mata Atlântica Brasileira. Tese de doutorado – Antropologia. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. 2002.

ABREU, Lucimar Santiago; BELLON, Stéphane; BRANDENBURG Alfio; OLLIVIER, Guillaume; LAMINE, Claire; DAROLT, Moacir Roberto; AVENTURIER, Pascal. Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 26, p. 143-160, jul./dez. 2012.

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos avançados*. 24 (68), 2010.

ALBERGONI, L. e PELAEZ, V. Da Revolução Verde à agrobiotecnologia: ruptura ou continuidade de paradigmas? *Revista de Economia*, v. 33, n. 1, jan. – jun. 2007, p. 31-53.

ALEIXO, Duvanil Ney Santana. Aquisição de alimentos da agricultura familiar, incluindo produtos orgânicos, pelas Prefeituras Municipais do Estado do Rio de Janeiro, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar, no período de 2011 a 2016. Dissertação Curso de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2018.

ALENCAR, M. de C. F.; AVENTURIER, P. Uso e gestão de fontes bibliográficas de agroecologia em trabalhos técnico-científicos. Oficina. Congresso Brasileiro de Agroecologia, 8, Porto Alegre, 2013.

ALENTEJANO, P. Um breve balanço da agricultura e da política agrária no estado do Rio de Janeiro nas últimas décadas. In.: II Caderno de Textos do GT Agrária – AGB Rio. Julho de 2012.

ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de. Isto e aquilo: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Federal de Minas Gerais. 2016.

ALVES, Arilde Franco. *As múltiplas funções* da agricultura familiar camponesa: práticas sócio-culturais e ambientais de *convivência* com o semi-árido. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Universidade Federal de Campina Grande-PB. 2009.

ALVES S. R.; OLIVEIRA-SILVA, J. J. Avaliação de ambientes contaminados por agrotóxicos. In: PERES, F.; MOREIRA, J. C. (Org.). *É veneno ou é remédio? Agrotóxicos, saúde e ambiente*. Rio de Janeiro: Editora. Fiocruz; 2003.

AMADOR, Maria Betânia Moreira. A visão sistêmica e sua contribuição ao estudo do espaço pecuário de Venturosa e Pedra no agreste de Pernambuco. Tese de doutorado - Departamento de Ciências Geográficas - Universidade Federal de Pernambuco. 2008.

AQUINO, Adriana Maria de; NETTO, Amazile López; ASSIS, Renato Linhares de (coord). *Desenvolvimento sustentável em ambientes de montanha: estratégias e experiências*. Seropédica: Embrapa Agrobiologia; Niterói: Programa Rio Rural, 2018.

AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de; FERREIRA, Margarete Satsumida Tiba; PEREIRA, Marcelo da Silva; TEIXEIRA, Ocimar Alves. Disseminação da aveia-preta como cobertura do solo em sistemas de cultivo de hortaliças em unidades de produção familiar na região serrana fluminense. *Anais do X Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção*, 2014.

ARAÚJO, João Raimundo de; MAYER, Jorge Miguel. *Teia serrana: formação histórica de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Editora ao Livro Técnico, 2003.

ARAÚJO, Joaquim Pinheiro de. *Impasses, desafios e brotos - O papel da Assessoria na Transição Agroecológica em Assentamentos Rurais*. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2009.

ARRUDA, Juliana. Agricultura urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: sustentabilidade e repercussões na reprodução das famílias. Tese de doutorado – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. 2011.

ASSIS, Renato Linhares de; AREZZO, Dryden Castro de; ALMEIDA, Dejair Lopes de; DE-POLLI, Helvécio. Caracterização dos agricultores orgânicos fluminenses e análise de suas experiências. In: Geografia, Rio Claro, v.20, n.1, p.153-160, 1995a.

ASSIS, Renato Linhares de; AREZZO, Dryden Castro de; DE-POLLI, Helvécio. Consumo de produtos da agricultura orgânica no Estado do Rio de Janeiro. In: Revista de Administração, São Paulo, v.30, n.1, p.84-89, 1995b.

ASSIS, Renato Linhares de; AREZZO, Dryden Castro de; ALMEIDA, Dejair Lopes de; DE-POLLI, Helvécio. Aspectos sócio-econômicos da agricultura orgânica fluminense. In: Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v.30, n.1, p.26-42, 1996.

ASSIS, Renato Linhares de; AREZZO, Dryden Castro de; ALMEIDA, Dejair Lopes de; DE-POLLI, Helvécio. Aspectos técnicos da agricultura orgânica fluminense. In: Revista Universidade Rural - Série Ciências da Vida, Seropédica, v.20, n.1-2, p.1-16, 1998.

AVENTURIER, P.; GUILLAUME, O.; ALENCAR, M. de C. F.; BELLON, S. Estudo Cientométrico dos Congressos Brasileiros de Agroecologia. In: BRANDENBURG, A.; BILLAUD, J.; LAMINE, C (Org). Redes de agroecologias: experiências no Brasil e na França. Curitiba: Kairós Edições, 2015.

BADALOTTI, Rosana Maria. A cooperação agrícola e a agroecologia como base para a viabilização da agricultura familiar no Oeste Catarinense: o papel da APACO (Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense) e demais agentes sociais. Tese de doutorado - Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - Universidade Federal de Santa Catarina. 2003.

BATISTELA, Everton Marcos. Agroecologia e racionalidade ambiental: a mediação social do CAPA e a reconstrução agroecológica no sudoeste paranaense. Tese de doutorado - Curso de Doutorado em Sociologia - Universidade Federal do Paraná. 2009.

BELIK, Walter. Mecanismos de coordenação e distribuição de alimentos no Brasil. In: BELIK, W.; MAULF, Renato S. (Org.). Abastecimento e Segurança Alimentar: os limites da liberalização. Campinas: Instituto de Economia Unicamp; p.131-59, 2000.

BIASE, Laura de. Agroecologia quilombola ou quilombo agroecológico? Dilemas agroflorestais e territorialização no Vale do Ribeira/SP. Tese de doutorado – Geografia – Universidade de São Paulo. 2016.

BONI, Valdete. De agricultoras a camponesas: o Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina e suas práticas. Tese de doutorado - Programa de Pós-graduação em Sociologia Política - Universidade Federal de Santa Catarina. 2012.

BULHÕES, Flavia Muradas. Conhecimento e inovação no manejo de sistemas agroflorestais por citricultores ecológicos no Vale do Caí, RS. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2011.

BUTTEL, Frederick H. Some reflections on late twentieth century agrarian political economy. *Sociologia Ruralis*, Oxford, v.41, n.2, p.166-181, 2001.

BRANDENBURG, Alfio; BILLAUD, J.; LAMINE, C. (Org.). *Redes de agroecologias: experiências no Brasil e na França*. 1ª. ed. Curitiba: Kairós Edições, 2015.

BRANDENBURG, Alfio; LAMINE, C.; DAROLT, M. Institucionalização do movimento ecológico na agricultura: mercado e reorganização dos atores sociais. *Estudos Sociedade e Agricultura (UFRRJ)*, v. 2, p. 221-247, 2013.

BRICAS, Nicolas; LAMINE, Claire; CASABIANCA, François. *Agricultures et alimentations: des relations à repenser ?* *Natures Sciences Sociétés*, 21, 66-70, 2013.

BARTHE, Yannick et al. *Sociologie pragmatique: mode d'emploi*. *Politix*, 3/103, p. 175-204. 2013.

BESSY, Christian; CHATEAURAYNAUD, Francis. *L'attention aux choses: chemins pragmatiques de l'authenticité*. In: *Experts et faussaires: pour une sociologie de la perception*. 2 ed. Paris: Éditions Petra, 2014.

BERTAZZO, Cláudio José. *A agricultura de base ecológica no COREDE Vale do Caí (RS)*. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus Presidente Prudente. 2009.

BLOISE, Denise Martins. *Análise do processo de organização dos agricultores da Fazenda Pedras Altas, Brejal, Petrópolis, RJ: um estudo de caso à luz da produção agroecológica*. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS - Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2013.

- BOLFE, Édson Luis. Desenvolvimento de uma metodologia para a estimativa de biomassa e de carbono em sistemas agroflorestais por meio de imagens orbitais. Tese de doutorado - Instituto de Geociências - Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. 2010.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. O novo espírito do capitalismo. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. De la justification: les économies de la grandeur. Paris: Gallimard. 1991.
- BORLAUG, Norman. *The Green Revolution revisited and the road ahead*. Special 30th Anniversary Lecture, The Norwegian Nobel Institute, Oslo, September 8, 2000.
- BOSETTI, Cleber José. Perspectivas de desenvolvimento rural em disputa no Brasil. Tese de doutorado – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política - Universidade Federal de Santa Catarina. 2013.
- BRASILEIRO, Robson Soares. A constituição de territórios-rede através de processos de *re-existência* da agricultura familiar na Mata Sul de Pernambuco. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Federal de Pernambuco. 2012.
- BRIGNOL, Vincent. Representações do risco causado pelo uso de agrotóxicos sobre a saúde e o ambiente, por agricultores convencionais e orgânicos da região do Brejal, Petrópolis (RJ). Mestrado Acadêmico - Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública e Meio Ambiente. 2012.
- BUCK D.; GETZ, C.; GUTHMAN, J. From farm to table: the organic vegetable commodity chain of northern California. *Sociologia Ruralis*, v. 37, p. 3–20, 1997.
- CACHO, Mier y Terán Giménez M., GIRALDO, O. F. M.; Morales, ALDASORO, H.; FERGUSON, B. G.; ROSSET, P. A. Khadse; CAMPOS, C.. Bringing agroecology to scale: Key drivers and emblematic cases. *Agroecology and Sustainable Food Systems* 42:637–65. 2018.
- CAPELLESSO, Adinor José. Crédito e seguro da agricultura familiar: políticas públicas de apoio à sustentabilidade ou de subsídio a sistemas produtivos de baixa eficiência? Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas - Universidade Federal de Santa Catarina. 2016.

CAPORAL, Francisco Roberto. La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil. Tesis Doctoral – Universidad de Córdoba, Espanha, 1998.

CAPORAL, F. R.; PETERSEN, Paulo. “Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil”. *Agroecología*, 6: 63-74, 2012.

CAPORAL, Francisco Roberto. “Política nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados”. In: Jorge Tavares e Ladjane Ramos (orgs.), *Assistência Técnica e Extensão Rural: construindo o conhecimento agroecológico*. Manaus: Bagaço. pp. 9-34. 2006.

CARNEIRO, Maria José; PALM, Juliano L.. Modos de vida de agricultores familiares em contexto de montanha: um estudo de caso em São Pedro da Serra – Nova Friburgo – RJ. *Iluminuras* (Porto Alegre), v. 17, p. 180-202, 2016.

CASTELL, Cleusa Helena Guaita Peralta. Metaforizando a vida na terra: um recorte sobre o caráter pedagógico do Teatro-Fórum e sua mediação nos processos de transição agroecológica e cooperação em Rio Grande/RS. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2007.

CEFAÏ, Daniel; TERZI, Cédric, (dir.), *L'expérience des problèmes publics. Perspectives pragmatistes*, Paris, EHESS, coll. « Raisons pratiques », 2012.

CEFAÏ, Daniel. *Pourquoi se mobilise-t-on ?* Paris, La Découverte. 2007.

Daniel Cefai *et al.*, « Ethnographies de la participation », *Participations* 3 (N° 4), p. 7-48. 2012.

CHATEAURAYNAUD, Francis. (2015), *L'emprise comme expérience. Enquêtes pragmatiques et théories du pouvoir*. *SociologieS*, mis en ligne le 23 février 2015.

CHATEAURAYNAUD, Francis. (2017). *A Captura como experiência: investigações pragmáticas e teorias do poder*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32/95,

CHATEAURAYNAUD, Francis. *De la criticité des causes environnementales. Saisir les controverses publiques par les milieux en interaction*. Prelo, 2018.

CHATEAURAYNAUD, F. *Pragmatique des transformations et sociologie des controverses : Les logiques d'enquête face au temps long des processus*. In :

CHATEAURAYNAUD Francis ; COHEN, Yves (dir.). *Histoires pragmatiques, Raisons pratiques*, v. 25. 2016.

CINELLI, Catiane. O educativo na experiência do Movimento de Mulheres Camponesas: resistência, enfrentamento e libertação. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2016.

COMERFORD, John, ALMEIDA, Luciana e PALMEIRA, Moacir. O mundo da participação e os movimentos rurais: entre mobilizações, espaços de interlocução e gabinetes. In.: LEITE LOPES, José Sergio e HEREDIA Beatriz Maria Alasia de (organizadores). *Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação: burocracias, confrontos, apendizados inesperados /* – Rio de Janeiro: CBAE, 2014.

CORRÊA, Solange Maria Vinagre. Conhecimentos químicos e princípios agroecológicos na formação de jovens e adultos agricultores do curso técnico em agropecuária do PROEJA-IFPA-campus Castanhal. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira - Universidade Federal do Ceará. 2014.

CORTES, S.V. Contribuições teóricas e à pesquisa empírica da sociologia às políticas públicas. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 01, n. 01, 2013.

COSTA, Davi Silva da. Caminhando rumo ao futuro *incerto*: sucessão e transmissão de patrimônio no Projeto Agroextrativista São Francisco em Serra do Ramalho, BA. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. 2016.

COSTA, Islandia Bezerra da. “Nesta terra, em se plantando tudo dá?” Política de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional no meio rural paranaense, o caso do PAA. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2010.

COSTA, A. J. D. A internacionalização do varejo a partir dos casos Wal-mart e Carrefour. *Revista Análise Econômica*. Porto Alegre: UFRGS, ano 23, n. 44, p. 189-215, setembro de 2005.

COSTA, Manoel Baltasar Baptista da. Análise da sustentabilidade da agricultura da Região Metropolitana de Curitiba pela ótica da agroecologia. Tese de doutorado - Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento - Universidade Federal do Paraná. 2004.

COTTER, Joseph. *Troubled harvest: agronomy and revolution in México, 1880-2002*. Westport-Connecticut: Praeger, 2003.

COTRIM, Décio Souza. O estudo da participação na interface dos atores na arena de construção do conhecimento agroecológico. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2013.

CRISPIM, Jefferson de Queiroz. Avaliação dos recursos hídricos e o desenvolvimento de métodos qualitativos da avaliação ambiental em estabelecimentos agroecológicos no município de Rio Branco do Sul – PR. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação e Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento - Universidade Federal do Paraná. 2007.

CUERVO, Maria Rita Macedo. A Feira agroecológica como espaço de produção de práticas culturais: identidade, alimentação e relações psicossociais. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2015.

DELGADO, Nelson Giordano. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. José; BRUNO, Regina Landim (Orgs.). *Dimensões rurais de políticas brasileiras*. Janeiro: MAUAD X; Seropédica: EDUR, 2010.

DELGADO, Guilherme da Costa. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965 – 1985*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1985.

DIAS, Marcelo Miná. As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural: Um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA). Tese de doutorado – CPDA - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2004.

EDUARDO, Márcio Freitas. Transformando Terra em Território: construção e dinâmica do sistema local territorial agroecológico em Francisco Beltrão, Paraná. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Estadual Paulista - UNESP – Campus Presidente Prudente. 2014.

ELL, Erica. Concepção sobre práticas alimentares de agricultores ecológicos da Região Metropolitana de Curitiba: o caso do município de Rio Branco do Sul. Tese de doutorado

- Programa de doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento - Universidade Federal do Paraná. 2007.

FARIA, C.A.P. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.18, n.51, fev, 2003.

FARIA, C.A. A política da avaliação de políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n.59, out, 2005.

FAVARETO, Arilson. A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou inovação por adição? *Estudos Avançados*. Vol. 64, n. 28. São Paulo: USP, 2010.

FAVARETO, Arilson; KLEEB, S.; GALVANESE, C.; MAGALHÃES, C. MORALEZ, R.; SEIFER, P.; BUZATO, H.; CARDOSO, R. Territórios importam – Bases conceituais para uma abordagem relacional do desenvolvimento das regiões rurais ou interioranas no Brasil. *Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade* – Brasília, v. 1, n. 1, p. 14-46, dez. 2015.

FEIDEN, A.; FONSECA, M. F. de A. C.; ASSIS, R. L. de. Rede Agroecologia Rio – análise crítica de uma ação integrada entre instituições públicas e privadas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 1, 2002, Indaiatuba. Anais... Indaiatuba: ANPPAS, 2002.

FELIPPE, Eiser Luis da Costa. O papel da formação técnica alternativa e da extensão rural pública na construção de redes de apoio à transição agroecológica e à produção orgânica: um estudo no município de São José do Vale do Rio Preto – RJ. Dissertação Mestrado - Programa de Pós Graduação em Agricultura Orgânica 2017.

FERGUSON, Bruce G.; MAYA, Miriam Aldasoro GIRALDO, Omar; CACHO, Mateo Mier y Terán Giménez, MORALES; Helda; ROSSET, Peter. Special issue editorial: What do we mean by agroecological scaling?, *Agroecology and Sustainable Food Systems*, 43:7-8, 722-723, 2019.

FERREIRA, Silvana Maria. Comissão Pastoral da Terra: agroecologia e simbologia político religiosa no norte de Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião - Universidade Federal de Juiz de Fora. 2005.

FERREIRA, José. Os agentes da construção política do mercado. *Illuminuras*, Porto Alegre, v. 14, n. 33, p. 87-99, jul./dez. 2013.

FILHO, Darlindo Maria Pereira Veloso. O PROEJA no IFPA campus Castanhal e a experiência da alternância pedagógica (2007 a 2009). Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal do Ceará. 2014.

FINATTO, Roberto Antônio. Redes de agroecologia e produção orgânica na Região Sul do Brasil: das intencionalidades à materialidade socioespacial. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Federal de Santa Catarina. 2015.

FLEXOR, G., LEITE, S. Análise das políticas públicas: breves considerações teóricometodológicas. In: Fátima, E.N. et al. (orgs.) *Mundo rural IV: configuração rural-urbanas: poderes e políticas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

FLORIANI, Nicolas. Avaliação das terras pelos agricultores ecológicos de Rio Branco do Sul-PR: uma abordagem geo-sócio-agronômica da paisagem rural. Tese de doutorado - Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento - Universidade Federal do Paraná. 2007.

FLORIT, Luciano Felix. A reinvenção social do natural: natureza e agricultura no mundo contemporâneo. Tese de doutorado - Programa de Pós-graduação em Sociologia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2003.

FONSECA, Maria Fernanda de Albuquerque Costa. Agricultura orgânica: regulamentos técnicos para acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil. Com a colaboração de Cláudia de Souza [et al.]. Niterói: PESAGRO-RIO, 2009.

_____. A institucionalização do mercado de orgânicos no mundo e no Brasil: uma interpretação. Tese (Doutorado em Sociologia, Área de Concentração Desenvolvimento e Agricultura), Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro-RJ, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, 2005.

FONSECA, Ana Ivania Alves. Agricultura familiar como sustentabilidade: estudo de caso do planalto rural de Montes Claros – MG. Tese de doutorado - Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Doutor em Geografia - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - *Campus* de Rio Claro. 2012.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população*. Editora Martins Fontes. 2008.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e políticas públicas, Brasília, IPEA, n. 21, jun., 2000.

FREIRE, Renata Mauro. Sustentabilidade de sistemas socioecológicos sob a lente da resiliência: o caso de uma associação agroecológica na Amazônia ocidental. Tese de doutorado - Programa de Doutorado Ambiente & Sociedade - Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. 2009.

FREITAS, Helana Célia de Abreu. A construção da rede sócio-técnica de educação de assentados da reforma agrária: o PRONERA. Tese de doutorado - Programa de Pós-graduação em Sociologia Política - Universidade Federal de Santa Catarina. 2007.

FRIEDMANN, Harriet. Towards a Natural History of Foodgetting. *Sociologia Ruralis*, Vol 57, Number 2, April 2017.

_____. *Food regime analysis and agrarian questions: widening the conversation*. In: International Colloquium on Global Governance/Politics, Climate Justice & Agrarian/Social Justice: Linkages and Challenges, The Hague, February 4, 2016.

_____. Discussion: moving food regimes forward: reflections on symposium essays. *Agriculture and Human Values*, Amsterdam, v.26, n.4, p.335-344, 2009.

_____. From colonialism to green capitalism: social movements and the emergence of food regimes. In: BUTTEL, F.H.; McMICHAEL, P. (Ed.) *New directions in the sociology of global development*. Oxford: Elsevier Press, 2005.

_____. Uma economia mundial de alimentos sustentável. In: BELIK, W.; MAULF, Renato S. (Org.). *Abastecimento e Segurança Alimentar: os limites da liberalização*. Campinas: Instituto de Economia Unicamp; p.01-22, 2000.

_____; McMICHAEL, Philip. Agriculture and the state system: the rise and fall of national agricultures, 1870 to the present. *Sociologia Ruralis*, Oxford, v.29, n.2, p. 93-117, 1989.

FROSSARD, Antonio Carlos. Pedagogia da Alternância e Articulação dos Agentes Formativos de Técnicos em Agropecuária: Interação entre Educação do Campo e Desenvolvimento Rural Sustentável em Nova Friburgo (Brasil) e Lobos (Argentina). Tese de doutorado – Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2014.

GALVÃO, Maria Neuma Clemente. Educação ambiental nos assentamentos rurais do MST. Tese de doutorado - Programa de Pós-graduação em Educação - Universidade Federal da Paraíba. 2006.

GAZOLLA, M. *Conhecimentos, produção de novidades e ações institucionais: cadeias curtas das agroindústrias familiares*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

GHIZELINI, André Augusto Michelato. Atores sociais, agricultura familiar camponesa e o espaço local: uma análise a partir do Programa de Aquisição de Alimentos. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Universidade Federal do Paraná. 2010.

GIULIANI, Gian Mario Neoruralismo: um novo estilo dos velhos modelos. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n. 14, ano 5, 1990.

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

GOODMAN, D.; DUPUIS, M.; GOODMAN, M. *Alternative Food Networks: Knowledge, Practice, and Politics*. New York: Routledge, 2012.

GOODMAN, David, SORJ, Bernardo, WILKINSON, John. *Da lavoura às novas biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GOODMAN, David, REDCLIFT, Michael. *Refashioning nature: food, ecology and culture*. London and New York: Routledge, 1991.

GOMES, Marco Antonio Ferreira; BARIZON, Robson Rolland Monticelli. Panorama da contaminação ambiental por agrotóxicos e nitrato de origem agrícola no Brasil: cenário 1992/2011. Jaguariúna, SP: Embrapa Meio Ambiente, 2014.

GONÇALVES, Sérgio. *Campesinato, resistência e emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no estado do Paraná*. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Estadual Paulista. 2008.

GONSALVES, J. F. Going to scale: What we have garnered from recent workshops. LEISA Magazine. 2001.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S.. Brasil. In: E. Sabourin, M. Samper y O. Sotomayor (coords.), Políticas públicas y agriculturas familiares en América Latina y el Caribe: balance, desafíos y perspectivas. Santiago de Chile, CEPAL, p. 75-102. 2014.

GRISEL, Pierre-Nicolas; ASSIS, Renato Linhares de. *Dinâmica agrária da Região Sudoeste do município de Nova Friburgo e os atuais desafios de sua produção hortícola familiar*. Documentos, 299. Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2015.

_____. Adoção de práticas agrícolas sustentáveis: estudo de caso de um sistema de produção hortícola familiar em ambiente de montanha. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 29, n. 1, p. 133-158, jan./abr. 2012.

GUERRA, José Guilherme Marinho; NDIAYE, Aly; ASSIS, Renato Linhares de; ESPINDOLA, José Antonio Azevedo. Plantas de Cobertura como Instrumento para a Valorização de Processos Ecológicos em Sistemas Orgânicos de Produção na Região Serrana Fluminense. In: *Agriculturas - Experiências em Agroecologia*, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.24-28, 2007.

GUSMÁN, E. S.; MOLINA, M. G. Sobre a evolução do conceito de campesinato. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GUTIÉRREZ, Luis Alejandro Lasso. *Agroecologia e desenvolvimento de assentamentos de reforma agrária: ação coletiva e sistemas locais de conhecimento e inovação na região metropolitana de Porto Alegre*. Tese de doutorado - Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - Universidade Federal de Santa Catarina. 2012.

HAESBAERT, Rogério. Limites no espaço tempo: a retomada de um debate. *R. Bras. Geogr.*, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 5-20, jan./jun. 2016.

HAESBAERT, Rogério. Contenção territorial: “campos” e novos muros. *Boletín de Estudios Geográficos* N° 102 – 2014.

HAESBAERT, Rogério. *Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HAESBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In.: SAQUET, Marcos A. e SPOSITO, Eliseu S. (Org). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

_____. Sociedades biopolíticas de in-segurança e des-controle dos territórios. In: OLIVEIRA, M. et al. (orgs.). *O Brasil, a América Latina e o Mundo: Espacialidades Contemporâneas*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008^a.

_____. Sociedades de in-segurança e des-controle dos territórios. *Anais da ABRI*. Brasília: ABRI, 2008b.

_____. Território e Multiterritorialidade: um Debate, *GEOgraphia*, n. 17, 2007.

_____. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HANNAN, M. T; FREEMAN, J. Ecologia populacional das organizações. RAE-Revista de Administração de Empresas. v. 45, n. 3, jul./Set. 2005.

HOBBSAWM, Eric. A era dos extremos: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ISAGUIRRE-TORRES, Katya R. Sistemas participativos de garantia: os sujeitos da ruralidade e seus direitos na sustentabilidade socioambiental. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente & Desenvolvimento - Universidade Federal do Paraná. 2012.

JACOB, Luciana Buainain. Agroecologia e universidade: entre vozes e silenciamentos. Tese de doutorado - Ecologia Aplicada - Universidade de São Paulo - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. 2011.

JESUS, Vanessa Maria Brito de. Para além da "apropriação": disputa entre racionalidades e construção de novos códigos técnicos em uma experiência de tecnologia social. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação Política Científica e Tecnológica - Universidade Estadual de Campinas. 2014.

KAGEYAMA, A (et al). *O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais*. Campinas: Unicamp, 1987.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. O Homem e a Serra. Rio de Janeiro: s.n., 1949.

LAMINE, Claire. La fabrique sociale de l'écologisation de l'agriculture. Éditions La Discussion, Marseille, 2017.

LAMINE, Claire. « Changer de système » : une analyse des transitions vers l'agriculture biologique à l'échelle des systèmes agri-alimentaires territoriaux. *Terrains & travaux*, n° 20, p. 139-156, 2012.

_____. Sustainability and Resilience in Agrifood Systems: Reconnecting Agriculture, Food and the Environment. In: *Sociologia Ruralis*, Vol 55, Number 1, January 2015.

_____; MARECHAL, Gilles; DAROLT, Moacir. *Análise da transição ecológica de sistemas agrialimentares territoriais: Ensinaamentos de uma comparação franco-brasileira*. 2016.

_____; BELLON, S. (Org). *Transitions vers l'agriculture biologique. Pratiques et accompagnements pour des systèmes innovants*. Dijon-Paris, Ed. Educagri-Quae. 2009.

_____; BUI, S., OLLIVIER, G. Pour une approche systémique non réductionniste de la transition écologique des systèmes agri-alimentaires, *Cahiers de recherche sociologique*, 58, 73-94. 2015.

_____; GARÇON, L.; BRUNORI, G.. Territorial agrifood systems: a Franco-Italian contribution to the debates over agrifood systems transitions in rural areas. *Journal of Rural Studies* 68. May. 2019.

LAVALLE, A. G.; VON BÜLLOW, M. Sociedade civil e institucionalização da intermediação: Brokers diferentes, dilemas semelhantes. *Revista Política & Sociedade* · December 2014.

LEITE LOPES, J. S. Sobre processos de ambientalização dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 12, n. 12, p. 31-64, 2006

LEME, Rosana Cristina Biral. Desenvolvimento e meio ambiente: uma avaliação das políticas públicas na Mesorregião Sudoeste do Paraná. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente. 2007.

LIMA, Sandra Kitakawa; GALIZA, Marcelo; VALADARES, Alexandre; ALVES, Fabio. Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília: Rio de Janeiro : Ipea, fevereiro 2020.

LIMA, Viviane Cristina Silva. Desenvolvimento Territorial Endógeno em Ambientes de Montanha: estudos de caso em Nova Friburgo (RJ) e no Alto Camaquã (RS). Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2016.

LINDEMANN, Renata Hernandez. Ensino de química em escolas do campo com proposta agroecológica: contribuições a partir da perspectiva freireana de educação. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica - Universidade Federal de Santa Catarina. 2010.

LINHARES, Maria Yedda Leite. História do abastecimento: uma problemática em questão. Brasília: BINAGRI, 1979.

LONG, Norman. *Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada em el actor*. Colección Investigaciones: México, 2007.

LOPES, V. T. *Pluratividade e agricultura na região Serrana do estado do Rio de Janeiro*. Dissertação. (Mestrado em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 1998.

LOURENÇO, Ana Eliza Port. *O Bonfim na Balança: um estudo sobre ruralidade e saúde por meio da análise do estado nutricional das práticas alimentares e da agricultura num bairro de Petrópolis, Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2010.

LUZZI, Nilsa. *O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais*. Tese de Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRJ). Rio de Janeiro, 2007.

MAFRA, Flávia Luciana Naves. Práticas, poder e perspectivas em reconstrução: um olhar sobre a trajetória da experiência agroecológica de Araçuaia, Minas Gerais. Tese de doutorado - CPDA - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2006.

MARSDEN, Terry; PLOEG, J. D. van der. Some Final Reflections on Rural Social and Spatial Theory. In: PLOEG, J. D. van der; MARSDEN, T. *Unfolding Webs: the dynamics regional rural development*. Wageningen: ETUDE, 2008.

MARSDEN, Terry; SONNINO, Roberta. Human Health and Wellbeing and the Sustainability of Urban–regional Food Systems. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, Human settlements and industrial systems, 4 (4):427–30. 2012.

MARTINS, Gabriela Freire. Relatório: Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos no Estado do Rio de Janeiro. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador 2015.

MARTINS, Josenei. Pedagogias agrícolas: continuidades e rupturas - Uma abordagem educacional sobre transições agroecológicas. Tese de doutorado - Programa de PósGraduação em Educação - Universidade Federal de Santa Catarina. 2013.

MARQUES, Flávia Charão. Velhos conhecimentos, novos desenvolvimentos: transições no regime sociotécnico da agricultura. A Produção de Novidades entre Agricultores Produtores de Plantas Medicinais no Sul do Brasil. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2009.

McMICHAEL, Philip. *Food regime and agrarian questions*. Winnipeg: Fernwood Publishing, 2013.

_____. Global development and the corporate food regime. In: BUTTEL, F.H.; McMICHAEL, P. (Ed.). *New directions in the sociology of global development*. Oxford: Elsevier Press, 2005.

MELO, Marcus André. “Estado, governo e políticas públicas”, in S. Miceli (org.), *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)* [vol. 3: *Ciência política*], São Paulo/Brasília, Sumaré/Anpocs/Capes, pp. 59-100. 1999.

MELLO, Fabrício Cardoso de. As transformações de Francis Chateauraynaud: percepção e reflexividade na segunda onda da sociologia pragmática francesa. *Sociol. Antropol.* | rio de janeiro, v.09.01: 159–184, jan.–abr., 2019.

MILONE, Pierluigi; VENTURA, Flamínia. *Networking the rural: the future of green regions in Europe*. Assen-The Netherlands: Van Gorcum, 2010.

MOLINA González de, M.; PETERSEN, P.; GARRIDO PEÑA, F.; CAPORAL, F. *Political agroecology: advancing the transition to sustainable food systems*. New York: Taylor & Francis, 2020.

- MOLINA, M. G. de. Algumas Notas sobre agroecologia y política. In: *Agroecologia*, v. 6, 2012.
- MOREIRA, J. C.; JACOB, S. C.; PERES, F.; LIMA, J. S.; MEYER, A.; OLIVEIRA-SILVA, J. J. Avaliação integrada do impacto do uso de agrotóxicos sobre a saúde humana em uma comunidade agrícola de Nova Friburgo/RJ. *Ciência e Saúde Coletiva*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 299-311, 2002.
- MOORS, E.; RIP, A.; WISKERKE, J. S. C. The dynamics of innovation: a multilevel coevolutionary perspective. In: WISKERKE, J. S. C.; PLOEG, J. D. van der. *Seeds of Transition*. Assen: Van Gorcun, 2004.
- MORO, Eduardo João. Entre a agricultura convencional e a agroecologia: alianças e interfaces na pesquisa agrícola e na extensão rural de Santa Catarina. Tese de doutorado - Programa de PósGraduação em Sociologia Política - Universidade Federal de Santa Catarina. 2012.
- MUSUMECI, L. *Pequena produção e modernização da agricultura: o caso dos hortigranjeiros no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro IEPA/INPES, 1987.
- NAREZI, Gabriela. A agroecologia como estratégia de gestão de Unidades de Conservação de Uso Sustentável no Vale do Ribeira – SP, Brasil. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada - Universidade de São Paulo Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. 2012.
- NETO, Francisco Antonio. Princípios norteadores para a construção de um modelo de agricultura familiar sustentável para a Região da Zona da Mata de Pernambuco, focado na agroecologia. Tese de doutorado - Programa Pós-Graduação em Recursos Naturais - Universidade Federal de Campina Grande. 2009.
- NETO, Belarmino Mariano. Abordagem territorial e enfoques agroecológicos no Agreste/Brejo paraibano: desenhos, arranjos e relações. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Universidade Federal de Campina Grande e pela Universidade Federal da Paraíba. 2006.
- NETTO, Amazile López. Políticas Públicas para o Desenvolvimento Rural Sustentável em Ambientes de Montanha no Brasil e na Argentina. Tese de doutorado - Programa de Pós Graduação Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2013.

NIEDERLE, Paulo A.; ALMEIDA, L. A nova arquitetura dos mercados para produtos orgânicos: o debate da convencionalização. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (Orgs.). *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós. 2013.

NÓBREGA, Juliana da Silva. A produção da vida como política no cotidiano: A união de terras, trabalho e panelas no “Grupo Coletivo 14 de Agosto”, em Rondônia. Tese de doutorado - Instituto de Psicologia - Universidade de São Paulo. 2013.

NUNES, Sidemar Presotto. Influências teóricas e políticas nas práticas educativas da Rede Ecovida de Agroecologia. Tese de doutorado - Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento - Universidade Federal do Paraná. 2012.

OITAVEN, Sandro Roberto Araújo. Desenvolvimento Rural Sustentável e Educação do Campo: Projetos de Conclusão do Curso Técnico em Agropecuária por Alternância nas Comunidades Rurais de Nova Friburgo/Brasil e Lobos/Argentina. Tese de doutorado – Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2014.

OLIVEIRA, Daniela. Produção de conhecimentos e inovações na transição agroecológica: o caso da agricultura ecológica de Ipê e Antônio Prado/RS. Tese de doutorado – Programa de PósGraduação em Desenvolvimento Rural – PGDR - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2014.

OLIVEIRA Maria Madalena Poletto. Novas tecnologias e educação do campo: Os discursos verbo visuais e mediações do blog Jovem Ceier – Ser jovem, ser agricultor sustentável em ação – do Centro Estadual Integrado de Educação Rural (Ceier) de Vila Pavão – ES. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal do Espírito Santo. 2013.

OOSTINDIE, H.; BROEKHUIZEN, R. von. The dynamic of novelty production. In: PLOEG, J. D. van der; MARSDEN, T. (Ed.) *Unfolding Webs: the dynamics of regional rural development*. Assen: Van Gorgum, 2008.

OLIVEIRA, Daniela. *Produção de conhecimentos e inovações na transição agroecológica: o caso da agricultura ecológica de Ipê e Antônio Prado/RS*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

PADILHA, Douglas Ochiai. Controvérsias na construção do Mercado de Orgânicos em Curitiba. Tese de doutorado - Programa de PósGraduação em Sociologia - Universidade Federal do Paraná. 2017.

PALMEIRA, Moacir. *Modernização, Estado e a questão agrária*. Estudos Avançados, USP, 3 (7), 1989.

PARMENTIER, S. *Scaling-up agroecological approaches: What, why and how?* Belgium: Oxfam Solidarity, 2014.

PAULINO, Jonatta Sousa. O campo científico e a agroecologia no Brasil: atores, discursos e políticas públicas. Tese de doutorado - Programa de PósGraduação em Ciências Sociais - Universidade Federal de Campina Grande. 2017.

PENEIREIRO, Fabiana Mongeli. *Educação na contemporaneidade: nutrindo-se com a experiência da Escola da Floresta Acre, Brasil*. Tese de doutorado - Faculdade de Educação - Universidade de Brasília. 2013.

PEREZ-CASSARINO, Julian. A construção social de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia. Tese de doutorado - Programa de PósGraduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento - Universidade Federal do Paraná. 2012.

PETERSEN, Paulo. Agroecologia e a superação do paradigma da modernização In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (Orgs.). *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós. 2013.

PETERSEN, Paulo; ALMEIDA, Silvio G. *Rincões transformadores: trajetórias e desafios do movimento agroecológico brasileiro: uma perspectiva a partir da Rede PTA (versão provisória)*. Rio de Janeiro (RJ), 2006.

PEREIRA, Kelci Anne. Educação do campo e rede de movimentos no sudeste do Pará: agroecologia e cooperativismo na relação entre trabalho e educação. Tese de doutorado - Faculdade de Educação - Universidade de São Paulo. 2015.

PEREIRA, Ferdinand Cavalcante. A sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurguéia-PI: construção de novas identidades socioprofissionais. Tese de doutorado - Programa de Pós-graduação em Sociologia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2004.

PEREIRA, Elvio Quirino. Assistência técnica e extensão rural ou assessoria técnica e social? Visões Opostas do Apoio à Agricultura Familiar. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Universidade Federal da Paraíba. 2004.

PERES, F.; MOREIRA, J. C. Saúde e ambiente em sua relação com o consumo de agrotóxicos em um polo agrícola do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 23, supl. 4, p. S612-S621, 2007.

PIMENTA, Rosângela Borges. Análise de maturidade da coprodução de conhecimento transdisciplinar: um estudo de caso em uma rede agroecológica. Tese de doutorado – Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento – Universidade Federal de Santa Catarina. 2017.

PLOEG, Jan Douwe van der. *Camponeses e impérios alimentares*. Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

_____. *Labour, markets, and agricultural production*. Unidet States of America: Library of Congress Cataloging-in-Publication Data, 1990.

_____. Farming Styles Research: the state of the art. Keynote lecture for the Workshop on ‘*Historicising Farming Styles*’, to be held in Melk, Austria, 21-23 of October, 2010.

PLOEG, Jan Douwe van der e WISKERKE, J. S.C. *Seeds of Transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture*. Royal Van Gorcum, 2004.

PLOEG, Jan D. van der. *Camponeses e impérios alimentares*. Lutas por autonomia na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PLOEG, J. D. van der; YE, Jingzhong; SCHNEIDER, Sergio. Rural development: actors and practices. In.: MILONE, P; VENTURA, F; YE, J. Constructing a new framework for rural development. Research in rural sociology and development. Volume 22. United Kingdom: Emerald, 2015.

PORTO, M. F.; SOARES, W. L.; MELO, J. A.; CUNHA, L. N. O fim dos benefícios fiscais aos agrotóxicos é estratégico para o futuro do país. O JOTA, Rio de Janeiro, p. 1 - 4, 04 jun. 2020.

PORTO, M.F.. Crise das utopias e as quatro justiças: ecologias, epistemologias e emancipação social para reinventar a saúde coletiva. Ciência & Saúde Coletiva, 24(12): 4449-4458., 2019.

PORTO, Carmem Rejane Pacheco. Reinvenção espacial: agroecologia e turismo – sustentabilidade ou insustentabilidade? Tese de doutorado - Programa de PósGraduação em Geografia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2011.

QUEIROZ, J. P. C. *Estudo sobre a distribuição do herbicida 2,4-D nos solos da Região de São Pedro da Serra, RJ e a sua importância ambiental*. 2007. Tese. (Doutorado em Engenharia Metalúrgica) -Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2007.

QUEIROZ, Marcos Aurelio Campos de. A Difusão da Agricultura Orgânica de Base Agroecológica: Uma Discussão sobre as Experiências de Río Cuarto (Argentina) e Seropédica (Brasil). Tese de doutorado – Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2014.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. Certificação participativa e regimes de propriedade intelectual. Tese de doutorado - Programa de PósGraduação em Antropologia Social - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2010.

REGO, Thelmely Torres. Formação em agroecologia: Programa do Contestado da AS-PTA. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal de Santa Catarina. 2016.

REGO, V. V. B. S. *Paraísos perdidos ou preservados: os múltiplos sentidos da cidadania em áreas de proteção ambiental*. Tese. (Doutorado em Meio Ambiente) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ. 2010.

RODRIGUES, Almir Sandro. Reciprocidade, solidariedade e reconstrução da identidade camponesa: estratégias de reprodução social dos agricultores familiares da COOPERA Floresta. Tese de doutorado - Programa de PósGraduação em Sociologia - Universidade Federal do Paraná. 2013.

RODRIGUES, Maria da Conceição Alves. Saberes e Práticas em Experiência de Construção da sustentabilidade no Meio Rural Nordeste. Tese de doutorado - Programa de Pós-graduação em Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2009.

ROEP, D.; WISKERKE, J. S. C. Reflecting on Novelty Production and Niche Management. In: WISKERKE, J. S. C.; PLOEG, J. D. van der. *Seeds of Transition*. Assen: Van Gorcum, 2004.

ROSSET, P. M.; ALTIERI, M. A. Agroecology: Science and politics. Canada and United Kingdom: Fernwood and Practical Action, 2017.

SALAMONI, Giancarla. Produção familiar: possibilidades e restrições para o desenvolvimento sustentável – o exemplo de Santa Silvana – Pelotas – R.S. Tese de doutorado - Curso de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Estadual Paulista. 2000.

SAQUET, Marcos A. e SPOSITO, Eliseu S. Território, territorialidades e desenvolvimento: diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. In.: ALVES, A. et al. Desenvolvimento territorial e agroecologia. Expressão Popular, 2008.

SCARIM, Paulo César; LUCCHI, Henrique Gomide. Geografia dos alimentos - Diagnóstico propositivo sobre o consumo de alimentos no município de Vitória: origem, destino e qualidade da alimentação da população de Vitória. Relatório de pesquisa - Universidade Federal do Espírito Santo - Centro de Ciências Humanas e Naturais - Departamento de Geografia. 2009.

SCHMITT, Claudia Job. Tecendo as redes de uma nova agricultura: um estudo socioambiental da Região Serrana do Rio Grande do Sul. Tese de doutorado – Programa de Pós-graduação em Sociologia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2001.

SCHMITT, Claudia J. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, Sergio; BALESTRO, Moisés. *Agroecologia e os desafios da transição agroecológica*. São Paulo (SP): Expressão Popular, 2009.

SCHMITT, C. J. O enfoque agroecológico e suas imbricações locais: mediações sociotécnicas e políticas de escala. In: MACIEL, C. A. A.; GONÇALVES, C. U.; PEREIRA, M. C. de. *Abordagens geográficas do urbano e do agrário*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

SCHMITT, C. J.; NIEDERLE, P.; AVILA, M.; SABOURIN, E.; PETERSEN, P.; SILVEIRA, L.; ASSIS, W.; PALM, J. L.; FERNANDES, G. B.. La experiencia brasileña de construcción de políticas públicas en favor de la Agroecología. In: SABOURIN, Eric; PATROUILLEAU, Maria Mercedes; LE COQ, Jean François; VÁSQUEZ, Luis e NIEDERLE, Paulo (Org.). *Políticas públicas a favor de la agroecología en América Latina y El Caribe*. 1ed.Porto Alegre: Evangraf / Criação Humana, 2017.

SCHNEIDER, S; MENEZES, M; SILVA, A. G.; BEZERRA, I. *Sementes e brotos da transição: inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

SILIPRANDI, Emma. *Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar*. Tese de doutorado - Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável - Universidade de Brasília. 2009.

SILVA, Julio Carlos Bittencourt Veiga. *Ecologização do agricultor familiar: avançando desde uma transição ecoformadora*. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento - Universidade Federal do Paraná. 2014.

SILVA, Rafael José Navas da. *Políticas Públicas agroecológicas para comunidades quilombolas: um estudo de caso a partir do território*. Tese de doutorado - Ecologia Aplicada - Universidade de São Paulo Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. 2014.

SILVA, Maria de Fátima Santos da. *Limites e contribuições da educação ambiental e da agricultura de base agroecológica no extremo Sul do Brasil: o Projeto de Agricultura Urbana e Periurbana em Rio Grande e São José do Norte (RS)*. Tese de doutorado - Programa de Pósgraduação em Educação Ambiental - Universidade Federal do Rio Grande. 2013.

SILVEIRA, Suzana Maria Pozzer da. *Redes de agroecologia: uma inovação estratégica para o desenvolvimento territorial sustentável. Estudo de caso de dois grupos do Núcleo Litoral Catarinense da Rede Ecovida de Agroecologia no período de 2002 a 2012*. Tese de doutorado - Programa de Pósgraduação em Sociologia Política - Universidade Federal de Santa Catarina. 2013.

SIQUEIRA, Ana Paula Pegorer de. *Apresentação Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro - ABIO EM Números – Atualização*. Conselho Técnico ABIO. Seropédica, novembro de 2017.

SIQUEIRA, Ana Paula Pegorer de; SIQUEIRA, Manoel F. B. de. *Bokashi: adubo orgânico fermentado*. Niterói: Programa Rio Rural, 2013.

SONNINO, Roberta; MARSDEN, Terry K. *Beyond the divide: rethinking relations between alternative and conventional food networks in Europe*. *Journal of Economic Geography*, London, v.6, p.181-189, 2006.

- SOUTO, Rosângela Alves de. A viabilidade socioeconômica e ambiental das práticas agroecológicas: estudo de caso em Lagoa Seca, Paraíba. Tese de doutorado - Curso de Pós-Graduação em Recursos Naturais - Universidade Federal de Campina Grande. 2011.
- SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, v.8, n.16, p. 20-45, jul/dez., 2006.
- SOUZA, Luciano Ricardio de Santana. Fatores territorializantes na produção agroecológica em Sergipe. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Federal de Sergipe. 2015.
- SOUZA, Zilma Borges de. A Configuração do Trabalho em Redes Sociais Produtivas: experiências na agricultura familiar em dois núcleos da Rede de Agroecologia Ecovida. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2009.
- SOUZA, Cláudio Morais de. Para além dos mecanismos de preço: a construção social do mercado 'espaço agroecológico das Graças'-Recife/PE. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Universidade Federal de Campina Grande. 2012.
- STRAUCH, Guilherme de Freitas Ewald; PALM, Juliano Luís. Uma leitura da trajetória histórica de construção da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO) no estado do Rio de Janeiro. In.: Eric Sabourin, Stéphane Guéneau, Julianna Colonna, Luiz Raimundo Tadeu da Silva (organizadores). *Construção de Políticas Estaduais de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: avanços, obstáculos e efeitos das dinâmicas subnacionais* /- Curitiba: CRV, 2019.
- TAVARES, Francinei Bentes. Discussões socioambientais na Amazônia Oriental: uma reflexão sociológica a partir da agricultura familiar no Sudeste do Pará. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2012.
- TEDESCO, João Carlos. Agroindustrialização do espaço agrário e a pequena produção familiar: tendências e controvérsias. In: *Teoria e Evidencia Econômica*, ano 2, n. 3. Julho, 1994.
- TOLEDO, V. e BARRERA-BASSOLS, N. A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

- VALADÃO, Adriano da Costa. Transição agroecológica nos assentamentos rurais: estratégias de resistência e produção de novidades. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Universidade Federal do Paraná. 2012.
- VEIGA, José Eli. *A face territorial do desenvolvimento*. Encontro Nacional de Economia. 1999
27, Anais, v. II. Belém, 8-10 de dezembro de 1999.
- VILELA, Gisele Freitas [et al.]. Agricultura orgânica no Brasil: um estudo sobre o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos – Campinas: Embrapa Territorial, 2019.
- WEID, J. M. von der. Desenvolvimento Agroecológico: como promovê-lo? In: Encontro Internacional sobre Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Botucatu. 2001.
- WEZEL, A.; BELLON, S.; DORE, T.; FRANCIS, C.; D. VALLOD, D.; DAVID, C. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. *Agronomy for Sustainable Seveloment*. V. 29, p. 503-515, 2009.
- WISKERKE, J.; PLOEG, J. D. van der. *Seeds of Transition*. Assen: Royal van Gorcum, 2004.
- ZART, Laudemir Luiz. Produção social do conhecimento na experiência do Curso de Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo (CAMOSC): interação da UNEMAT e de Movimentos Sociais do Campo. Tese de doutorado - Instituto de Geociências - Doutor em Política Científica e Tecnológica – Unicamp. 2012.
- ZONIN, Wilson João. Transição agroecológica: modalidades e estágios na Região Metropolitana de Curitiba. Tese de doutorado - Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento - Universidade Federal do Paraná. 2007.